

jan./jun. 2022|v. 14, n. 1  
ISSN: 2175-4705

**Revista**  
**@ntropologia**  
da **UFSCAR**



**DOSSIÊ**

**FRANZ BOAS:  
ETNOGRAFIA  
E LINGUAGEM**

**ORGANIZADORES  
DANILO PAIVA RAMOS  
KAROLIN OBERT**

Comissão editorial

Felipe Vander Velden - Professor Associado/PPGAS-UFSCar  
Igor José de Renó Machado - Professor Titular/PPGAS-UFSCar  
Ivone Pinheiro - Doutoranda/PPGAS-UFSCar  
João Pedro Sanson - Doutorando/PPGAS-UFSCar  
Julia Aparecida Rodrigues da Silva - Mestranda/PPGAS-UFSCar  
Leon Terceiro Goulart - Doutorando/PPGAS-UFSCar  
Luisa Amador Fanaro - Doutoranda/PPGAS-UFSCar  
Pedro Roberto Meinberg Garcia Filho - Doutorando/PPGAS-UFSCar

Editores do Dossiê "Franz Boas: Etnografia e Linguagem"

Daniilo Paiva Ramos  
Karolin Obert

Conselho editorial

Adam Reed (University of St. Andrews), Ana Claudia Marques (USP), Celso Castro (FGV),  
Christine de Alencar Chaves (UnB), Cynthia Andersen Sarti (Unifesp), David Graeber (LSE-UK),  
Débora Morato Pinto (UFSCar), Edward MacRae (UFBA), Fernando Rabossi (IFCS/UFRJ),  
Fraya Frehse (USP), Frederico Delgado Rosa (Universidade Nova de Lisboa), Gabriel de  
Santis Feltran (UFSCar), Guillaume Sibertin-Blanc (U. de Toulouse II), Guilherme José da Silva  
e Sá (UnB), João Biehl (Princeton University), João Valentin Wawzyniak (in memoriam UEL),  
John Collins (Queens College-NY), Magnus Course (University of Edinburgh), Marco Antonio  
T. Gonçalves (UFRJ), Maria Catarina C. Zanini (UFSCar), Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB),  
Olívia Cunha (Museu Nacional), Pedro Peixoto Ferreira (Unicamp), Rane Willerslev (Aarhus  
University), Rebecca Empson (University College London), Rose Satiko G. Hikiji (USP), Simoni  
Lahud Guedes (UFF), Stephen Hugh-Jones (Cambridge University), Wolfgang Kapfhammer  
(Institut für Ethnologie/Ludwig-Maximilians-Universität München).

Universidade Federal de São Carlos

Reitora: Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira  
Vice-reitora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Centro de Educação e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Coordenadora: Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna  
Vice-coordenador: Prof. Dr. Pedro Augusto Lolli

Projeto gráfico, editoração e capa

Luisa Amador Fanaro

Ilustração da capa

Foto retirada de Flickr <https://www.flickr.com/photos/runningafterantelope/3001645797/>;  
acesso e uso para fins não-lucrativos permitido pelo site [data de acesso: 2 de outubro  
de 2022]. Photo retrieved from Flickr [https://www.flickr.com/photos/runningafterante-  
lope/3001645797/](https://www.flickr.com/photos/runningafterante-<br/>lope/3001645797/); access and non-commercial usage granted by the homepage [last  
accessed: 2 October, 2022].

 Revista  
@ntropologia  
da UFSCAR

---

# Sumário

## Dossiê

### Franz Boas: Etnografia e Linguagem

- 07 Apresentação ao Dossiê  
Danilo Paiva Ramos; Karolin Obert
- 14 Introdução: Manual das Línguas Indígenas Americanas  
Franz Boas (tradução: Danilo Paiva Ramos; Lúcia Ely Paiva; revisão técnica: Karolin Obert)
- 90 Linguística silenciada: notas sobre a recepção dos trabalhos linguísticos de Franz Boas no Brasil  
Danilo Paiva Ramos
- 103 Para além de Boas, no espírito de Boas: explorando a semiótica da interação  
Leland McCleary; Evani Viotti
- 121 Tesouros linguísticos nas histórias e conversas: As contribuições de Boas na documentação e descrição de línguas e culturas  
Karolin Obert; Patience Epps
- 144 Categorias gramaticais e significação: aspectos morfológicos e taxonômicos dos zooemas em Bakairi (Karib Sul)  
Evandro de Sousa Bonfim

## Artigos Livres

- 160 Agregados orgânicos e inorgânicos na foz do rio Doce (e) em publicações científicas  
Eliana Creado
- 189 Paulo Renato Guérios  
Primórdios da institucionalização das Ciências Humanas no Paraná
- 219 "Un perro negro así grandote": El lobisón criollo entre la historia clásica y los devenires indígenas en el este de Formosa (Argentina)  
Leonardo Martín Anconatani
- 246 Cultura, tempo e linguagem: um ensaio sobre o filme A Chegada (2016) a partir de debates antropológicos do século XX  
Victor Pimentel Ferreira

## Caderno de Imagens

- 266 As carnes das festas  
Heytor de Queiroz Marques

## Resenha

- 280 TURNER, Terence. 2017. The Fire of the Jaguar. Chicago: HAU Books.  
João Lucas Moraes Passos

jan./jun. 2022|v. 14, n. 1  
ISSN: 2175-4705

Revista  
@ntropologia  
da UFSCAR



**DOSSIÊ**

**FRANZ BOAS:  
ETNOGRAFIA  
E LINGUAGEM**

**ORGANIZADORES  
DANILO PAIVA RAMOS  
KAROLIN OBERT**

## Dossiê Franz Boas: Etnografia e Linguagem

### Apresentação

Danilo Paiva Ramos  
Professor Doutor em Antropologia Social/Universidade Federal de Alfenas  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade  
Federal de São Carlos  
<https://orcid.org/0000-0002-3169-504X>  
[danilo.ramos@unifal-mg.edu.br](mailto:danilo.ramos@unifal-mg.edu.br)

Karolin Obert  
Pós-doutoranda em Linguística/Universidade de Lund  
<https://orcid.org/0000-0003-4612-0158>  
[karolin.obert@ling.lu.se](mailto:karolin.obert@ling.lu.se)

### Introdução

O dossiê *Franz Boas: Etnografia e Linguagem* apresenta uma tradução da Introdução de Franz Boas ao *Handbook of American Indian Languages* (IHAIL), acompanhada por artigos que ajudam a contextualizar a obra e também esperam demonstrar que uma retomada da obra boasiana a partir de uma perspectiva crítica pode ser relevante para trabalhos interdisciplinares nos campos da Antropologia e da Linguística que se desenvolvam a partir de uma abordagem etnográfica sobre a linguagem. De modo surpreendente, o trabalho de F. Boas, publicado em 1911 pelo Instituto Smithsonian/Departamento de Etnologia Americana, mantém-se pouco conhecido entre os pesquisadores brasileiros, quer pela ausência de uma tradução da obra, quer pelo modo como linguistas e antropólogos mantiveram-se afastados das contribuições de F. Boas para os estudos da linguagem.

Como afirma Mattoso Câmara Jr. (1975), a IHAIL consolida os princípios que orientaram os trabalhos de F. Boas na descrição e classificação das línguas indígenas norteamericanas, buscando evidenciar semelhanças estruturais entre essas línguas através da análise de traços linguísticos gerais como categorias gramaticais e traços fonéticos.

A independência entre estrutura linguística, cultura e raça, o caráter de padronização e a natureza inconsciente desse padrão são alguns dos princípios que orientam a visão geral de F. Boas sobre a linguagem, situando um contraponto marcante com a Linguística europeia de seu tempo. Demonstrando também a importância da contribuição de F. Boas na IHAAL, Claude Lévi-Strauss (1973) afirma que foi nesse trabalho que, ao apresentar seu ponto de vista sobre a linguagem, F. Boas definiu a natureza inconsciente dos fenômenos culturais, lançando bases sólidas para os estudos estruturalistas em Antropologia e em Linguística. Briggs (2002), por seu turno, afirma que as elaborações de Boas sobre a linguagem informaram a retórica sobre o conceito de cultura na Antropologia norte-americana e modos particulares de produzir reflexões sobre desigualdade de autoridade, consciência, poder, e agência.

Em sua coletânea de trabalhos de F. Boas escritos entre 1883 e 1911, Stocking Jr. (2004) aponta que o primeiro volume do HAIL representou uma mudança profunda nos métodos e pressupostos da Linguística norte-americana, proporcionando embasamento para a Linguística descritiva de sua época e atual (2004: 193). Se, nas primeiras pesquisas de F. Boas sobre as línguas Salish, ele se manteve próximo à abordagem de John Wesley Powell, realizando incursões a campo para o levantamento de listas de palavras, notas gramaticais e problemas de classificação dos troncos linguísticos, aos poucos ele foi dedicando-se cada vez mais ao estudo sistemático das estruturas gramaticais. Em 1890, F. Boas começou a ter um papel cada vez mais importante nos estudos linguísticos do Departamento de Estudos Etnológicos e, em 1901, tornou-se filólogo honorário e passou a coordenar a área e uma importante equipe de pesquisadores da qual fez parte E. Sapir.

F. Boas buscou então definir os pressupostos metodológicos que orientariam a consolidação das bases científicas do estudo analítico das línguas indígenas. Sua descrição da língua Kwakiult colocava-se como modelo de análise a ser seguido pelos demais pesquisadores do grupo. Como mostra Stocking Jr. (2004), um ponto importante da abordagem boasiana foi a contraposição à noção difundida na época de que as línguas indígenas norte-americanas “constituíam-se sobre um mesmo princípio psicológico, incorporativo, que na sequência evolutiva ficava entre o isolante e o inflexivo” (2004: 195). Segundo o autor, Boas sustentava a importância de considerar a ampla variedade de bases psicológicas das línguas americanas, tendendo a enfatizar a relação entre língua e visão de mundo a partir de uma perspectiva relativista que afastava qualquer determinismo linguístico que pudesse ser correlacionado a determinismos raciais ou evolutivos (idem).

De acordo com Duranti (2003), os trabalhos de Boas sobre as línguas indígenas norte-americanas estabelecem as bases para a consolidação do primeiro paradigma sobre a relação entre língua e cultura da Antropologia estadunidense. Boas estabeleceu

um contraponto crítico quanto à suposição de relação direta entre língua e cultura que marcava a perspectiva de Powell, e rejeitou qualquer correlação entre língua e raça. A documentação das línguas e tradições culturais indígenas impunha-se pela ameaça de desaparecimento dos povos indígenas devido ao genocídio e à violência colonial em curso, o que permite entender sua abordagem como salvacionista. Diante da urgência de documentação das línguas e tradições culturais, Boas definiu os procedimentos do trabalho de campo linguístico que deveria ter como foco não apenas a coleta de listas de palavras, mitos e lendas, mas uma perspectiva analítica sobre a cultura, uma vez que muitas das categorias e regras da linguagem são inconscientes e não estão sujeitas a racionalizações secundárias (Duranti 2003: 324). Entretanto, a partir da abordagem teórica e metodológica de Boas, surge a visão de que a Linguística seria instrumental para a análise da cultura. Essa visão, que ganha força durante a consolidação dos departamentos de Antropologia no início do século XX nos EUA, faz com que linguistas cumpram um papel auxiliar e instrumental para a pesquisa antropológica. Isso resulta na saída de pesquisadores como E. Sapir e seus orientandos dos departamentos de Antropologia, em busca da estruturação de departamentos de Linguística autônomos e voltados ao estabelecimento das bases teóricas e metodológicas necessárias ao estudo da linguagem. Isso, segundo Duranti (2003), gerará o futuro afastamento de ambas as disciplinas no campo acadêmico norte-americano, culminando também no distanciamento quanto à pesquisa de campo.

A introdução ao HAIL foi assim elaborada cuidadosamente por F. Boas ao longo dos anos em que orientou os trabalhos descritivos e analíticos sobre línguas indígenas na América do Norte. Na primeira seção, o autor contrapõe-se criticamente às perspectivas acadêmicas que pressupunham determinismos nas relações entre raça, língua e cultura. A busca pela classificação das línguas indígenas exige a crítica a cada um dos argumentos evolucionistas que propunham correlações diretas entre mudanças e permanências entre tipo físico, língua e cultura. Na segunda seção, Boas apresenta as características principais da língua dando ênfase ao estudo dos traços essenciais da fala humana. Assim, Boas estabeleceu as bases para o estudo das características fonéticas das línguas indígenas norte-americanas e também para o estudo das estruturas e diferenças gramaticais entre essas línguas. A terceira seção consolida uma abordagem comparativa e relacional das línguas indígenas, o que possibilitou a reflexão sobre a variação e origem dos dialetos; as influências fonéticas, gramaticais e lexicais entre as línguas; a análise das semelhanças entre línguas por processos de disseminação de traços ou por desenvolvimentos paralelos; as incertezas nas definições de famílias linguísticas; e considerações sobre a influência do meio ambiente sobre a língua e dos traços psíquicos comuns. Boas dedica o quarto capítulo à apresentação da importância da interdisciplinaridade entre Linguística e Etnologia,

a partir das necessidades práticas dos etnólogos de comunicação para a realização de pesquisas etnográficas, mas também por meio da reflexão teórica e complementar entre as duas áreas em torno da relação entre língua e pensamento e sobre o caráter inconsciente dos fenômenos linguísticos, ponto esse fundamental para os desdobramentos teórico-metodológicos do estruturalismo em Antropologia. Por fim, a quinta seção introduz comparativamente as características marcantes das línguas indígenas norte-americanas.

Como mencionado, apesar de fundamental para o desenvolvimento da Linguística e da Antropologia, da influência que exerceu sobre o estruturalismo de Lévi-Strauss (Moura 2004: 356), e da importância para a consolidação de uma abordagem teórico-metodológica para o campo da Etnolinguística, a introdução ao HAIL aguardava ainda uma tradução para o português, sendo pouco conhecida e/ou valorizada por grande parte dos linguistas e antropólogos brasileiros. Assim, esse dossiê trará a oportunidade de romper o silêncio brasileiro quanto à obra linguística de Boas, permitindo a abertura de fecundos diálogos interdisciplinares.

Durante as últimas duas décadas, mais do que nunca, esses diálogos entre Antropologia e Linguística com base na proposta boasiana vêm tomando um lugar central nos ramos da documentação linguística e na linguística descritiva. Nessas linhas, pesquisadores têm argumentado a favor a uma abordagem interrelacional e interdisciplinar, focada na documentação de textos e de cultura, tendo como referência princípios centrais da abordagem boasiana (Epps et al. 2017). Além do mais, ter o plano de Boas como pano de fundo permite uma investigação da cultura por meio da qual a documentação linguística, a Antropologia Linguística e as prioridades das comunidades entram em um diálogo mais colaborativo. Finalmente, entende-se que esse diálogo pode resultar em parcerias de longo prazo entre pesquisadores e comunidades.

Ao introduzir a tradução dessa obra de Boas para a academia brasileira, queremos chamar atenção para a relevância de incluir o pensamento boasiano tanto na educação em Linguística quanto em Antropologia, o que consolida horizontes colaborativos, teóricos e práticos, permitindo aprendizados a partir da escuta das vozes ao nosso redor, como aconselha metodologicamente Boas em seus trabalhos.

Romper o silêncio com relação à obra linguística de Boas mostra-se como um passo importante para que futuros trabalhos produzidos por pesquisadores brasileiros partam de um princípio mais holístico, tendo como foco a documentação de línguas e culturas de povos indígenas de uma maneira integrada, tomando como referência o ponto de vista das próprias comunidades sobre suas línguas e artes verbais. Abre-se assim a possibilidade de escutas e estudos atentos às diferentes teorias e perspectivas ontológicas da linguagem de mestres da palavra como xamãs, narradores, cantores, lideranças e professores indígenas.

Dada a situação frágil em que as línguas e culturas dos povos indígenas se encontram hoje em dia, essas tentativas são de alta importância e urgência.

Na sequência, o artigo de Ramos busca refletir sobre o silenciamento em torno da obra linguística de Boas no Brasil, o que envolve o interesse tardio na tradução para o português da Introdução ao HAIL. No trabalho são analisados alguns pontos de aproximação e distanciamento entre as áreas da Antropologia e Linguística em meio ao processo de consolidação das questões e perspectivas de ambas as disciplinas no Brasil. A análise da operação de duplo silenciamento quanto aos estudos de Boas sobre as línguas indígenas aponta não apenas para a questão do afastamento acadêmico das disciplinas, mas igualmente para a proximidade encontrada nas atuações em campo, nos trabalhos participativos de documentação linguística e de artes verbais, e no engajamento comum em torno dos direitos indígenas, aspectos esses que justificam uma leitura crítica e atual da abordagem boasiana dos estudos da linguagem.

McCleary e Viotti discutem os benéficos de uma aproximação ao quadro metodológico de Boas para a linguística brasileira, apresentando os paralelos entre o modo de pensar boasiano e a semiótica da interação, entendendo a semiose como um processo externo ao sistema linguístico que leva em consideração o entorno do enunciado. Os autores demonstram a aplicação da semiótica da interação baseada em um estudo de caso de uma situação interacional que é a leitura de um mapa no tempo real, vivido. Os resultados dessa contribuição mostram claramente como a consideração da integralidade das atividades humanas pode levar a uma descrição de fatos linguísticos mais rica e mais completa.

Obert e Epps mostram, no seu artigo, um estudo de caso com os povos Dâw e Hupd'äh (família linguística Naduhup) sobre como a aplicação dos princípios metodológicos de Boas, tais como a criação de um registro que surge de maneira espontânea em seus contextos de uso e pela escolha dos próprios falantes, pode facilitar a descoberta de estruturas e de categorias gramaticais, lexicais e culturais que permaneceriam obscuras para o pesquisador caso este não permita o surgimento de pontos de vistas indígenas. As autoras mostram exemplos de codificação linguística da mobilidade no caso dos Dâw, como se dá a interação social na gramática dos Hupd'äh, e como esses dados podem enriquecer a descrição etnográfica.

A contribuição de Bonfim segue o espírito boasiano ao mostrar como a língua pode ser usada como fonte para entender conceitos culturais fundamentais. O autor mostra as possíveis relações entre um conjunto de morfemas classificados como *zooemas* e o plano mítico na língua Bakairi (Familia Karib Sul). A contribuição destaca o morfema *-do* que

expressa as lógicas classificatórias da cosmologia desse povo diferenciando entes como animais e artefatos em relação à escala da animacidade devido a sua participação em eventos míticos.

Dessa maneira, com essa coletânea gostaríamos de tornar o pensamento boasiano acessível para os estudiosos da Antropologia, Linguística, mestres das palavras indígenas e pesquisadores de outras áreas, mostrando também alguns trabalhos que já foram desenvolvidos tendo como referência as contribuições teórico-metodológicas de Boas. De nosso ponto de vista, esse movimento tem o poder de revelar fatos linguísticos e etnográficos inesperados e pode ajudar a refletir sobre o pensamento, teorias e perspectivas ontológicas sobre a linguagem de interlocutores de pesquisa engajados no registro, fortalecimento e retomada de suas línguas e artes verbais.

### Referências

BRIGGS, Charles. 2002. Linguistic magic bullets in the making of a modernist Anthropology. *American Anthropology*, 104(2): 481-498.

CÂMARA JR., Mattoso. 1975. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes.

DURANTI, Alessandro. 2003. Language as culture in U.S Anthropology. *Current Anthropology*, 44(3): 323-347.

EPPS, Patience; WEBSTER, Anthony; WOODBURY, Anthony C. 2017. A Holistic Humanities of Speaking: Franz Boas and the Continuing Centrality of Texts. *IJAL*, 83(1): 41-78.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1973. Linguística e Antropologia. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 85-99.

MOURA, Maria. 2004. *Nascimento da Antropologia Cultural: Franz Boas*. São Paulo: Hucitec.

STOCKING JR., George. 2004. *Franz Boas: A formação da Antropologia Norte Americana 1883 - 1911*. Rio de Janeiro: Contraponto.

---

# Tradução

Introdução  
Manual das Línguas Indígenas Americanas  
por  
Franz Boas<sup>1</sup>

Índice

1. Raça e Língua

Primeiras tentativas de determinar a posição da raça americana

Classificações baseadas em tipo físico, língua e costumes

Relações entre tipo físico, língua e costumes

    Permanência do tipo físico, mudanças na língua e cultura

    Permanência da língua; mudanças de tipo físico

    Mudanças de língua e tipo

    Permanência de tipo e língua, mudança de cultura

Hipótese de correlação original de tipo, língua e cultura

Caráter artificial de todas as classificações da humanidade

2. As características da língua

    Definição de língua

    Características da fonética

        Número de sons ilimitados

        Cada língua usa um número limitado de sons

---

1 Boas, Franz. 1911. *Introduction. Handbook of American Indian Languages*, vol. 1, pp. 1-83. Bureau of American Ethnology, Bulletin 40. Washington: Government Print Office (Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology). Original disponível em: <http://www.etnolingua.org/biblio:boas-1911-introduction>.

Suposta falta de diferenciação de sons nas línguas primitivas

Breve descrição da fonética

Inconsciência dos elementos fonéticos

Categorias gramaticais

Diferenças em categorias de línguas diferentes

Limite do número de grupos fonéticos que expressam ideias

Processos gramaticais

Palavra e sentença

Raiz e afixo

Discussão de categorias gramaticais

Categorias nominais

Gênero

Plural

Caso

Tempo

Pronomes pessoais

Pronomes demonstrativos

Categorias verbais

Interpretação das categorias gramaticais

### 3. Classificação de línguas

Origem de dialetos

Comparação de línguas distintas

Influências mútuas de línguas

Influências fonéticas

Influências gramaticais

Influências lexicográficas

Origem de semelhanças; por disseminação ou por desenvolvimento paralelo

Influência do meio ambiente sobre a língua

Influência de traços psíquicos comuns

Incerteza na definição de famílias linguísticas

#### 4. Linguística e etnologia

Necessidade prática de estudos linguísticos para finalidades etnológicas

Importância teórica de estudos linguísticos

Língua: uma parte dos fenômenos etnológicos em geral

Língua e pensamento

Caráter inconsciente dos fenômenos linguísticos

#### 5. Características das línguas americanas

##### 1. Raça e língua

##### **Primeiras tentativas de determinar a posição da raça americana**

Quando Colombo iniciou sua viagem para chegar às Índias, velejando em direção ao oeste, e descobriu as praias da América, observou uma nova raça de homem, de tipo, de cultura e de língua diferentes de quaisquer outras conhecidas antes daquela época. Essa raça não se parecia com os tipos europeus, nem com os negros ou com as raças mais conhecidas do sul da Ásia. Conforme a conquista espanhola da América progredia, outros povos do nosso continente tornaram-se conhecidos dos invasores e todos mostravam certo grau de semelhança externa, o que levou os espanhóis a designá-los pelo termo “Índios” – os habitantes do território que se acreditava fazer parte da Índia. Como consequência, o termo geográfico equivocado começou a ser usado para designar os habitantes do Novo Mundo e, devido ao contraste de sua aparência com a de outras raças e às particularidades de suas culturas e línguas, eles passaram, com o tempo, a ser considerados uma unidade racial.

O mesmo ponto de vista ainda prevalecia quando as descobertas abrangeram áreas mais extensas do Novo Mundo. As pessoas com quem os espanhóis e os portugueses entraram em contato na América do Sul, assim como os habitantes das partes setentrionais da América do Norte, pareciam partilhar as mesmas características e assim passaram a receber a mesma classificação dos primeiros nativos descobertos, e foram considerados como uma raça única da humanidade.

Somente depois de termos expandido nosso conhecimento sobre as tribos indígenas é que as diferenças entre os vários tipos de homem que habitam o nosso continente se tornaram conhecidas. No início, reconheceram-se não só diferenças em grau de cultura, mas também diferenças na língua. Bem mais tarde, reconheceu-se o fato de que os índios do nosso continente se diferenciavam em tipo tanto entre eles mesmos quanto de membros de outras raças.

Assim que pesquisadores começaram a se preocupar com essas questões, o problema da posição dos nativos da América entre as raças humanas passou a ser foco de maior interesse. Já nas primeiras descrições do Novo Mundo, fizeram-se especulações sobre a sua origem e sobre suas relações.

Dentre as primeiras tentativas, encontramos esforços específicos para provar que algumas crenças e costumes dos índios coincidiam com aqueles do Velho Mundo. Essas semelhanças foram consideradas evidência de que eles pertenciam a uma das raças enumeradas na história bíblica; e a teoria de que eles representam as tribos perdidas de Israel era frequentemente proposta e perdurou por bastante tempo. De modo semelhante, traçaram-se analogias entre as línguas do Novo Mundo e aquelas do Velho Mundo, e muitos pesquisadores acreditam ainda hoje que tenham conseguido estabelecer tais relações. Fizeram-se também tentativas de provar semelhanças de aparência entre as raças americanas e outras raças e, conseqüentemente, determinar a sua posição entre as raças do Velho Mundo.

### **Classificações baseadas no tipo físico, na língua e nos costumes.**

Os problemas envolvidos na determinação das relações entre as várias raças têm sido abordados a partir de dois pontos de vista diferentes – ou tenta-se determinar uma posição definida em relação a uma raça em um sistema classificatório das raças do homem, ou posiciona-se a descrição da história da raça em uma época passada tão longínqua quanto os registros permitam.

São inúmeras as tentativas para classificar a humanidade. Colocando-se de lado as classificações baseadas na tradição bíblica, e considerando-se somente aquelas que são baseadas em discussão científica, encontramos um número de tentativas baseadas nas comparações de características anatômicas da humanidade, combinadas com considerações geográficas; outras estão baseadas na discussão entre a combinação de características anatômicas e culturais – traços que são considerados característicos de certos grupos da humanidade; enquanto outras ainda estão baseadas essencialmente no estudo das línguas faladas por pessoas representantes de certo grupo anatômico.

As tentativas que têm sido feitas têm levado a resultados completamente diferentes. Blumenbach, um dos primeiros cientistas que tentaram classificar a humanidade, distinguiu primeiramente cinco raças – caucasiana, mongólica, etiópica, americana e malaia<sup>2</sup>. Essa descrição está claramente baseada tanto em considerações geográficas quanto anatômicas, embora a descrição de cada raça seja predominantemente anatômica. Cuvier distinguiu três raças – os brancos, os amarelos e os negros. Huxley baseia-se estritamente em uma base biológicos. Ele combina parte das raças Mongólica e Americana de Blumenbach em uma só raça, relaciona parte dos povos do sul asiático ao tipo australiano, e subdivide as raças europeias em grupos de morenos e loiros. A preponderância numérica dos tipos europeus levou-o evidentemente a fazer distinções mais precisas nessa raça, que ele divide em raças xantocróticas e melanocróticas. Seria fácil fazer subdivisões de igual valor em outras raças. É ainda mais evidente a influência de pontos de vista culturais nas classificações como as de Gobineau e Klemm (que distingue as raças ativas e as passivas), de acordo com as conquistas culturais de vários tipos de homem.

A tentativa mais típica de classificar a humanidade, considerando-se tanto o ponto de vista anatômico quanto linguístico, é a de Friedrich Müller, que toma a forma do cabelo como base para suas primeiras divisões, enquanto todas as divisões menores estão baseadas em considerações linguísticas.

### **Relações entre tipo físico, língua e costumes**

Uma tentativa de correlacionar as inúmeras classificações que têm sido propostas mostra claramente a condição de absoluta confusão e contradição. Se fosse verdade que a forma anatômica, a língua e a cultura estão estreitamente associadas e que cada subdivisão da humanidade é caracterizada por uma determinada forma corporal, uma determinada cultura e uma determinada língua que não podem ser dissociadas, poderíamos esperar que os resultados de várias pesquisas mostrassem maior concordância entre si. Se, por outro lado, os vários fenômenos que se constituíram como os pontos principais na tentativa da classificação não estiverem estritamente associados, então podemos naturalmente esperar encontrar tais contradições e falta de concordância. É, portanto, necessário primeiramente esclarecer o significado das características anatômicas, da língua e da cultura como características de qualquer subdivisão da humanidade. Parece aconselhável considerar-se o desenvolvimento real desses vários traços entre as raças existentes.

---

2 Nota da Tradução (doravante N.T.): Toma-se como referência o trabalho de Giralda Seyferth para a apresentação em português dos nomes de raças mencionados por F. Boas, em SEYFERTH, Giralda. 1995. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*, 93: 175-203.

### ***Permanência do tipo físico; mudanças em língua e cultura***

Atualmente podemos observar muitos casos em que houve uma mudança completa de língua e cultura sem ter havido uma mudança correspondente no tipo físico. Isso é verdade, por exemplo, entre os negros norte-americanos, um povo de descendência maioritariamente africana; entretanto, são essencialmente Europeus em termos de cultura e língua. Enquanto certas permanências da cultura e língua africanas são encontradas entre nossos negros americanos, sua cultura é essencialmente a das classes de pessoas não educadas com as quais convivem e sua língua é idêntica à de seus vizinhos – inglês, francês, espanhol e português, de acordo com a língua predominante nas várias partes do continente. Pode-se opor à ideia de que o transporte da raça africana para a América foi artificial e de que no passado extensas migrações e transplantações desse tipo não aconteciam.

Entretanto, a história da Europa medieval mostra claramente que extensas mudanças na língua e cultura aconteceram muitas vezes sem mudanças correspondentes de sangue. Pesquisas recentes de tipos físicos da Europa têm mostrado claramente que a distribuição de tipos tem se mantido a mesma por um longo período de tempo. Por um lado, sem se considerar os detalhes, pode-se dizer que um tipo alpino pode facilmente distinguir-se de um tipo do norte europeu e, por outro lado, de um tipo do sul europeu. O tipo alpino aparece de modo bastante uniforme em um grande território, independentemente da língua que possa ser falada e da cultura nacional que possa prevalecer naquela região específica. Os franceses, alemães, italianos e eslavos da Europa central são tão próximos a um mesmo tipo que podemos afirmar seguramente que há um grau considerável de relação sanguínea, apesar de suas diferenças linguísticas.

Exemplos de tipos semelhantes, nos quais se verifica a permanência de sangue com modificações de longo alcance de língua e cultura, são encontrados em outras partes do mundo. Como exemplo, podem-se mencionar os Aeda<sup>3</sup> do Ceilão, um povo com um tipo

---

3 N.T.: Na maior parte dos casos, optou-se por manter a grafia dos nomes de famílias linguísticas e de alguns etnônimos tal como apresentados por Franz Boas em seu texto original. Em alguns casos, foi possível aproximar o etnônimo do português pela terminação. Procurou-se seguir, assim, as convenções da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, tal como publicado na *Revista de Antropologia*, n. 2, v.2, p. 150-152, 1954 (disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>). Tomou-se como referência também o trabalho de ROSA, M. C. "Revisitando a Convenção e A grafia de nomes tribais brasileiros". *Confluência*. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 59, p. 25-46, jul.-dez. 2020, já que o trabalho reúne e analisa um conjunto significativo de acordos, convenções e debates em torno da questão. Há poucas referências de atlas e estudos linguísticos em língua portuguesa que tenham oferecido, nas últimas décadas, uma forma de grafia adequada ao português e, ao mesmo tempo, respeitosa com as autodenominações indígenas para seus etnônimos, línguas e famílias linguísticas. Nesse sentido, para manter o entendimento linguístico das famílias no contexto de produção linguística de F. Boas, evitou-se fazer a atualização dos nomes das famílias linguísticas, seja seguindo o livro *American Indian Languages*

fundamentalmente diferente dos seus vizinhos cingaleses<sup>4</sup>, cuja língua eles parecem ter adotado e de quem eles também tomaram emprestado alguns traços culturais. Ainda outros exemplos são os japoneses da parte norte do Japão, que são, sem dúvida, até certo ponto, de sangue ainu; e os Yukagir da Sibéria que, embora tenham mantido extensivamente o sangue antigo, tiveram sua cultura e língua assimiladas por seus vizinhos Tungus.

### ***Permanência da língua; mudança do tipo físico***

Enquanto em muitos casos um povo mudou completamente sua língua e cultura sem passar por uma mudança considerável pela mistura, em outros casos verifica-se que um povo manteve sua língua enquanto experimentou mudanças materiais no sangue e na cultura, ou em ambos. Como exemplo, podem-se mencionar os Magiães da Europa, que conservaram sua língua antiga, mas se misturaram com falantes de línguas indo-europeias e adotaram a cultura europeia para diferentes finalidades.

Condições semelhantes devem ter prevalecido entre os Athapascan, uma das grandes famílias linguísticas da América do Norte. O grande grupo de falantes das línguas pertencentes a esse conjunto linguístico vive na parte noroeste da América, enquanto outros dialetos são falados por tribos pequenas na Califórnia, e ainda outros são falados por um grande grupo de pessoas no Arizona e Novo México. A relação entre todos esses dialetos é tão estreita que eles devem ser considerados ramos de um grande grupo e pode-se afirmar que todos eles derivaram de uma língua antes falada em uma área contínua. Atualmente, os falantes dessas línguas diferem fundamentalmente em tipo, sendo os habitantes da região do rio Mackenzie muito diferentes das tribos da Califórnia e esses, por

---

(CAMPBELL, 1997), seja o *Atlas of the World's Languages in danger* (MOSELEY, 2010) - ver MOSELEY, Christopher (ed.). 2010. *Atlas of the World's Languages in Danger*, 3rd edn. Paris, UNESCO Publishing (disponível em <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>). Da mesma forma, evitou-se qualquer tentativa de recriação dos nomes em português. Para os etnônimos e línguas dos povos Tsimshian, Pawnee, Athapascan, Chinuque, Hoopa, Omaha, Algoquino (línguas algoquinas) e Iroquês segue-se as grafias da tradução de Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg no livro de STOCKING JR., George. 2004. *Franz Boas: A formação da Antropologia Norte Americana 1883 - 1911*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda. Para os etnônimos e línguas dos povos Kwakiutl, Sioux, Haida, Tlingit, Sauk, Fox e Shoshone segue-se as grafias utilizadas por José Carlos Pereira no livro BOAS, Franz. 2015. *Arte primitiva*. [tradução de José Carlos Pereira]. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

4 N.T.: No caso dos *gentílicos*, quando há a predominância da localização geográfica para a denominação de um conjunto de indivíduos, adota-se a flexão de número e a primeira letra minúscula. Isso permite a diferenciação com relação aos etnônimos, coletividades diferenciadas linguística, étnica e territorialmente, para as quais se utiliza a primeira letra maiúscula e a não flexão de número, tal como estabelece a convenção da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, publicada na *Revista de Antropologia*, 2(2): 150-152, 1954. Seguindo a convenção, da forma como a reinterpreta Mellati, “[o]s nomes tribais, quer usados como substantivos, quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados” (MELATTI, Julio César. 1999. Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.pdf>).

sua vez, diferem das tribos do Novo México. As formas de cultura nessas diferentes regiões também são bastante distintas; a cultura dos Athapascan da Califórnia assemelha-se à de outras tribos californianas, enquanto a cultura dos Athapascan do Novo México e Arizona é influenciada pela cultura de outros povos daquela área. Parece bastante plausível supor nesse caso que ramos desse grupo migraram de uma parte dessa grande área para outra onde eles se misturaram com os povos vizinhos e assim mudaram suas características físicas enquanto, ao mesmo tempo, preservaram as suas línguas. Esse processo não pode ser provado sem evidência histórica. Voltarei a fazer referência a esse processo mais adiante.

### ***Mudanças da língua e do tipo***

Esses dois fenômenos – a permanência do tipo com a mudança da língua e a permanência da língua com a mudança de tipo –, aparentemente um oposto ao outro, estão estreitamente relacionados e, em muitos casos, andam de mãos dadas. Um exemplo desse fato é a distribuição dos árabes ao longo da costa norte da África. No geral, o elemento árabe manteve sua língua; mas, ao mesmo tempo, casamentos entre as raças nativas eram comuns, e, portanto, os descendentes dos árabes têm mantido a língua antiga e mudado o seu tipo. Por outro lado, os nativos têm, até certo ponto, desistido de suas próprias línguas, mas continuam a casar-se entre si mesmos e têm, conseqüentemente, preservado o seu tipo. Até agora, como qualquer mudança desse tipo está relacionada com mestiçagem, os dois tipos de mudanças devem sempre ocorrer ao mesmo tempo e serão classificadas como uma mudança de tipo e uma mudança de língua, conforme nossa atenção é direcionada para um povo ou outro, ou, em alguns casos, quando uma ou outra mudança prevalece. Parecem raros ou até mesmo inexistentes os casos de completa assimilação sem nenhuma mistura dos povos envolvidos.

### ***Permanência do tipo e da língua; mudança de cultura***

Casos de permanência do tipo e da língua e casos de mudança da cultura são muito mais numerosos. Na verdade, o desenvolvimento histórico total da Europa, desde a pré-história, revela uma longa série de exemplos desse processo, que parece ser muito mais fácil, porque a assimilação de culturas ocorre em todos os lugares sem uma real mistura de sangue, como um efeito de imitação. Provas da difusão de elementos culturais podem ser encontradas em todas as áreas culturais que cobrem uma região onde muitas línguas são faladas. Na América do Norte, a Califórnia oferece um bom exemplo desse tipo, porque ali são faladas muitas línguas e há certo grau de diferenciação de tipo, mas, ao mesmo

tempo, prevalece uma considerável uniformidade de cultura. Outro caso em questão é a costa da Nova Guiné, onde, apesar de fortes diferenciações locais, predomina certo tipo de cultura bastante característico que acompanha uma forte diferenciação de línguas. Entre povos mais civilizados, toda a área que está sob a influência da cultura chinesa pode ser dada como um exemplo.

Essas considerações esclarecem que, pelo menos atualmente, o tipo anatômico, a língua e a cultura não têm necessariamente os mesmos destinos; um povo pode manter seu tipo e língua, e mudar sua cultura; eles podem manter seu tipo, mas mudar a língua; ou eles podem manter a língua, mas mudar seu tipo e cultura. Se isso for verdade, então é óbvio que tentativas de classificar a humanidade baseando-se na distribuição atual do tipo, da língua e da cultura devem levar a resultados diferentes de acordo com o ponto de vista adotado; uma classificação baseada exclusivamente no tipo levará a um sistema que representa, com relativa precisão, as relações sanguíneas do povo, que não precisam coincidir com suas relações culturais; ao mesmo tempo, classificações baseadas na língua e cultura não precisam coincidir com a classificação biológica.

Se isso for verdade, então um problema como o dos arianos, que é muito discutido, não existe, porque o problema é essencialmente linguístico, relacionado à história das línguas arianas; e a suposição de que certo povo definido cujos membros foram sempre relacionados por sangue deve ter sido o detentor dessa língua ao longo da história; e outra suposição de que certo tipo cultural deve ter sempre pertencido a esse povo – são puramente arbitrárias e não estão de acordo com os fatos observados.

### **Hipótese da correlação original de tipo, língua e cultura**

Entretanto, deve-se presumir que, para uma consideração teórica da história dos tipos de humanidade, de línguas e de culturas, somos levados a supor que nas condições iniciais cada tipo era muito mais isolado do resto da humanidade que nos dias atuais. Por essa razão, a cultura e a língua pertencentes a um único tipo devem ter ficado muito mais separadas de outros tipos do que achamos que elas sejam hoje. É verdade que tal condição não foi observada em nenhum lugar: mas o conhecimento de desenvolvimentos históricos nos leva a supor sua existência em um período inicial no desenvolvimento da humanidade. Se isso é verdade, surge a questão de se um grupo isolado em um período inicial era necessariamente caracterizado por seu tipo único, sua língua única e sua cultura única ou se, nesse grupo, tipos diferentes, línguas diferentes e culturas diferentes podem ter sido representados.

O desenvolvimento histórico da humanidade poderia nos fornecer um cenário mais simples e claro se nos fosse justificado pressupor que nas comunidades primitivas os três fenômenos tenham sido intimamente associados. Entretanto, não há prova de tal suposição. Ao contrário, a atual distribuição de línguas, comparada à distribuição de tipos, torna possível afirmar que mesmo em períodos iniciais as unidades biológicas podem ter sido mais amplas que as unidades linguísticas e, supostamente, mais amplas que as unidades culturais. Acredito que se pode seguramente dizer que em todo o mundo as unidades biológicas são muito maiores que as unidades linguísticas: em outras palavras, que grupos de homens que são muito parecidos fisicamente podem ser considerados representantes da mesma variedade humana, compreender um número muito maior de indivíduos que o número de homens que falam línguas que podem ser geneticamente relacionadas. Encontram-se exemplos desse tipo em muitas partes do mundo. Portanto, a raça europeia, incluindo sob esse termo aproximadamente todos os indivíduos que são classificados por nós, sem receios, como membros da raça branca – que abrangeria povos falantes de línguas indo-européias, do Basco e de línguas uralo-altaicas. Negros do oeste da África representariam indivíduos de certo tipo negro, mas falantes das línguas mais diversas; o mesmo pode ser dito a respeito dos siberianos entre os tipos asiáticos e a respeito dos índios californianos entre os tipos americanos.

Baseando-se em evidência histórica, não há razão para acreditar que o número de línguas distintas tenha sido, em qualquer período, menor do que é hoje. Ao contrário, todas as evidências mostram que o número de línguas aparentemente não relacionadas era muito maior em períodos iniciais do que é hoje. Por outro lado, o número de tipos que supostamente desapareceram parece ser bastante pequeno, não havendo razão para supor que em um período inicial deva ter havido uma correspondência mais próxima entre o número de tipos linguísticos e o número de tipos anatômicos distintos. Somos levados à conclusão de que provavelmente, em um período inicial, cada tipo humano possa ter existido em um número de pequenos grupos isolados, e cada um teria sua própria língua e cultura.

Entretanto, as probabilidades favorecem a suposição de que não é necessário pressupor que cada tipo e cultura estivessem restritos a uma língua. Em suma, tem havido em todas as épocas uma correlação estreita entre os três fenômenos.

A suposição de que tipo, língua e cultura estão originalmente correlacionados implica outra suposição de que esses três traços se desenvolveram aproximadamente no mesmo período e se desenvolveram conjuntamente por um período considerável de tempo. Essa suposição não parece ser plausível de modo algum. Os tipos fundamentais de homem

que são representados na raça negra e na raça mongol devem ter sido diferenciados muito antes da formação das formas de linguagem que são atualmente reconhecidas como as famílias linguísticas do mundo. Eu acho que mesmo a diferenciação das subdivisões mais importantes das principais raças antecede a formação das famílias linguísticas existentes. De qualquer maneira, a diferenciação biológica e a formação da linguagem no período inicial estavam submetidas às mesmas causas que agem sobre elas atualmente, e toda nossa experiência mostra que essas causas atuam bem mais rapidamente sobre a língua que sobre o corpo humano. Por meio dessas considerações coloca-se a razão principal para a teoria de falta de correlação entre tipo e língua, mesmo durante o período de formação dos tipos e das famílias linguísticas.

O que é verdadeiro para a língua é obviamente mais verdadeiro para a cultura. Em outras palavras, se um tipo de homem migrou para uma dada área antes de sua língua ter assumido a forma que pode ser encontrada agora em grupos linguísticos correlacionados, e antes de sua cultura ter assumido o tipo definitivo que pode ser reconhecido a partir do seu desenvolvimento, não seria possível descobrir a correlação do tipo, língua e cultura ainda que ela tenha existido; e é bem possível que tal correlação nunca tenha existido.

Pode-se supor que um tipo racial tenha se espalhado sobre uma área considerável durante o período de formação de sua linguagem, e que as línguas que se desenvolveram entre os vários grupos desse tipo racial tornaram-se tão diferentes que hoje é impossível provar que eles sejam geneticamente relacionados. Do mesmo modo, podem ter ocorrido novos tipos de desenvolvimentos culturais que estão tão dissociados de tipos mais velhos que as relações genéticas antigas, mesmo que tenham existido, não podem mais ser descobertas.

Se adotarmos esse ponto de vista, e, conseqüentemente, eliminarmos a suposição hipotética de correlação entre tipos primitivos, língua primitiva e cultura primitiva, reconheceremos que qualquer tentativa de classificação que inclua mais de um desses traços não pode ser consistente.

Pode-se acrescentar que o termo geral “cultura”, que tem sido usado aqui, pode ser subdividido a partir de um número considerável de pontos de vistas, e resultados diferentes podem ser esperados quando consideramos as invenções, os tipos de organização social, ou crenças como pontos de vista principais em nossa classificação.

### **Caráter artificial de todas as classificações da humanidade**

Reconhecemos, portanto, que todas as classificações da humanidade devem ser mais ou menos artificiais de acordo com o ponto de vista selecionado, e aqui, ainda mais

do que na área da biologia, achamos que essa classificação só possa ser uma substituição para a gênese e história dos tipos atualmente existentes.

Portanto, reconhecemos que o objeto essencial na comparação de tipos diferentes de homem deve ser a reconstrução da história do desenvolvimento de seus tipos, línguas e culturas. A história de cada um desses vários traços está sujeita a um conjunto distinto de causas modificadoras e espera-se que a investigação de cada um possa contribuir com fatos para a solução de nosso problema. A investigação biológica pode revelar as relações sanguíneas dos tipos e suas modificações em um ambiente social e geográfico. A investigação linguística pode revelar a história das línguas, o contato do povo falante dessas línguas com outros povos e as causas que levaram à diferenciação e integração linguísticas; enquanto isso, a história da civilização trata do contato de um povo com povos vizinhos assim como com a história de suas próprias conquistas.

## **2. As Características da Língua<sup>5</sup>**

### **Definição de Língua**

As discussões do capítulo anterior mostraram que a consideração das línguas humanas isoladamente não pode ser compreendida como suficiente para produzir a história das relações sanguíneas das raças e dos elementos que as compõem, mas tudo que podemos esperar obter é uma compreensão clara da relação das línguas, sem importar por quem elas são faladas.

Antes de discutir a extensão para a qual podemos reconstruir a história das línguas, é necessário descrever brevemente os traços essenciais da fala humana.

Na nossa discussão atual não tratamos da linguagem gestual ou dos meios musicais de comunicação, mas focamos na discussão da fala articulada; isto é, na comunicação por meio de grupos de sons produzidos pelos órgãos de articulação – laringe, cavidade oral, língua, lábios e nariz.

### **Caracterização da Fonética**

A fala consiste de grupos de sons produzidos pelos órgãos de articulação, em parte sons produzidos ao abrir e fechar certos lugares na laringe, faringe, boca ou nariz, ou

---

5 N.T.: Dada a importância desta obra de F. Boas para a história das ideias antropológicas e linguísticas, optou-se por manter os conceitos e termos técnicos o mais próximos do original, pelo entendimento de que tais conceitos se inserem no campo de debates acadêmicos da época. Além disso, procedendo dessa maneira, é possível entender o impacto que as elaborações teórico-metodológicas de Boas tiveram para futuros desenvolvimentos desses campos do saber.

ao restringir a passagem de ar por certas partes; em parte sons ressonantes produzidos pelas cordas vocais.

### ***O número dos sons é ilimitado***

O número de sons que podem ser produzidos desse modo é ilimitado. Em nossa própria língua, selecionamos apenas um número limitado de todos os sons possíveis. Alguns sons, por exemplo, como *p*, são produzidos com o fechamento e com a abertura repentina dos lábios, outros, como *t*, colocando a ponta da língua em contato com a parte anterior do palato, produzindo uma oclusão nesse ponto e expelindo o ar repentinamente. Por outro lado, um som pode ser produzido ao colocar-se a ponta da língua entre os lábios, provocando assim uma oclusão e expelindo o ar repentinamente. Aos nossos ouvidos, esse som apresenta as características tanto do *t* como do *p*. Entretanto, ele não corresponde a nenhum dos dois. Uma comparação dos sons das línguas europeias conhecidas – como inglês, francês e alemão; ou mesmo dos diferentes dialetos dessas mesmas línguas, como o escocês e vários dialetos ingleses – revela o fato de que uma variação considerável ocorre no modo como os sons são produzidos e de que cada dialeto tem seu próprio sistema fonético característico, no qual cada som é parcialmente fixo, embora seja sujeito a modificações leves devido a acidente ou a efeitos dos sons circunvizinhos.

### ***Cada língua usa um número limitado de sons***

Um dos fatos mais importantes relacionados à fonética da fala humana é que cada língua tem um grupo de sons definidos e limitados e que o número de sons usados em um dado dialeto nunca é muito grande.

Parece que esse limite no uso de sons é necessário para a comunicação rápida. Se o número de sons em uma língua específica fosse ilimitado, presume-se que faltaria precisão na realização dos movimentos de um mecanismo complicado para produzir os sons e, conseqüentemente, a rapidez e a exatidão da pronúncia também ficariam comprometidas. Logo, seria difícil ou impossível a interpretação precisa dos sons ouvidos. Por outro lado, a limitação no número de sons faz com que os movimentos necessários para a produção de cada um se tornem automáticos, com que a associação entre o som ouvido e os movimentos musculares, e com que a associação entre a impressão auditiva e a sensação muscular da articulação se tornem bem fixas. Portanto, parece que recursos fonéticos limitados são necessários para uma comunicação fácil.

### ***Sobre a suposta falta de diferenciação de sons em línguas primitivas***

Tem-se admitido que essa não é uma característica encontrada em tipos de línguas mais primitivas e, particularmente, exemplos de línguas americanas têm sido apresentados para demonstrar que há menos precisão em sua pronúncia do que nas línguas do mundo civilizado.

Esse ponto de vista baseia-se no fato de que certos sons que ocorrem nas línguas americanas são interpretados pelos observadores algumas vezes como um som europeu, algumas vezes como outro. Portanto, a língua pawnee<sup>6</sup> contém um som que pode ser ouvido de modo bastante distinto algumas vezes como um *l*, outras vezes como um *r*, ou como um *n*, e novamente como um *d*, o qual, sem nenhuma dúvida, é o mesmo som, embora modificado até certo ponto pela sua posição na palavra e pelos sons circunvizinhos. Ele é um *r* excessivamente fraco, produzido pela vibração ao encostar a ponta da língua em um ponto um pouco atrás da raiz dos incisivos, e nesse ponto a língua se mantém no palato, e a vibração é produzida pela parte lateral da língua juntando-se à ponta. Quando o som da vibração é ouvido de modo mais forte, temos a impressão de ouvir um *r*. Quando o movimento lateral prevalece e a ponta da língua não deixa o palato, a impressão de ouvir um *l* é mais forte; entretanto, quando o som vibrante é quase suprimido e a língua deixa o palato de repente, tem-se a impressão de ouvir um *d*. Quando o som é acompanhado da passagem de ar pelo nariz, tem-se a impressão de ouvir um *n*. Esse som peculiar é totalmente estranho ao nosso sistema fonético; mas suas variações não são maiores do que as do *r* inglês em várias combinações como em *broth*, *mother* e *where*. A impressão diferente é causada pelo fato de que o som, de acordo com sua característica predominante, associa-se com nosso *l*, ou nosso *r*, *n* ou *d*.

Outros exemplos são bastante comuns. A língua baixo chinuque tem um som que é prontamente percebido como um *b*, *m* ou *w*. Na verdade, é um som *b*, produzido por uma oclusão muito leve dos lábios com o nariz aberto, o ar passando suavemente tanto pela boca como pelo nariz e acompanhado por uma entonação fraca das cordas vocais. Esse som se associa com o nosso *b*, que é produzido por uma liberação moderadamente fraca dos lábios; com o nosso *m*, que resulta da passagem livre do ar pelo nariz com os lábios fechados; e com o nosso *w*, que resulta da passagem do ar pelos lábios, que estão quase fechados, acompanhado de fraca entonação das cordas vocais. A associação desse som com *w* é particularmente marcada quando ele aparece na combinação com a vogal *u*, que imita levemente o característico som *u* de nosso *w*. Ainda outro exemplo é o som *b*, que é produzido com o nariz meio fechado pelos índios do Estreito de Fuca, no estado

6 Ver nota 3.

de Washington. Nesse caso o traço característico do som é a semi-oclusão do nariz, semelhante ao efeito produzido por um resfriado na cabeça. Não menos comuns são os intermediários entre as vogais. Portanto, parece que achamos em um número de línguas indígenas uma vogal que é percebida como um *o*, algumas vezes como um *u* (pronúncia continental), e que é, na verdade, pronunciada em uma posição intermediária entre esses dois sons.

A precisão dessa interpretação da fonética indígena é talvez provada pelo fato de que pesquisadores pertencentes a diferentes nacionalidades percebem os sons prontamente de acordo com o sistema de sons com os quais eles estão familiarizados. Frequentemente não é difícil reconhecer a nacionalidade daquele que registra através do sistema selecionado por ele para a produção de sons.

Ainda outra prova da precisão dessa visão da fonética indígena está fundamentada no fato de que, onde quer que haja um grande número de sons indígenas de uma classe representada por um único som em inglês, nossos próprios sons são mal interpretados de modo semelhante. Por exemplo, os índios da costa do Pacífico Norte têm uma série de sons *l*, que podem ser aproximadamente comparados aos nossos sons *tl*, *cl*, *gl*. Consequentemente, uma palavra como *close* é ouvida algumas vezes pelos índios de um modo e algumas vezes de outro; o nosso *cl* é um som intermediário para eles, do mesmo modo que alguns sons indígenas são sons intermediários para os nossos ouvidos. A alternância dos sons é claramente um efeito de percepção que se dá por meio de um sistema fonético estrangeiro, não aquele de uma maior variedade de pronúncia, mas aquele que é característico de nossos próprios sons.

Enquanto o sistema fonético de cada língua é limitado e fixo, os sons selecionados em tipos diferentes de línguas mostram grandes diferenças, e parece necessário comparar grupos de línguas a partir do ponto de vista dos seus elementos fonéticos constituintes.

### ***Breve descrição da fonética***

Não é possível fazer uma discussão completa desse assunto neste artigo; mas parece necessária uma descrição concisa das características dos sons articulados e de sua representação por meio de símbolos.

Todos os sons articulados são produzidos pelas vibrações dos órgãos articuladores, que são colocados em movimento pela respiração. Na maioria dos casos, a liberação do ar causa as vibrações, enquanto em algumas línguas, como as da África do Sul, o ar, quando inspirado, é usado para produzir o som.

Um grupo de sons é produzido pela vibração das cordas vocais e é caracterizado pela forma dada às cavidades da boca e do nariz. Essas são as vogais. Quando o nariz está fechado, temos vogais puras; quando a parte posterior do nariz está mais ou menos aberta, temos vogais mais ou menos nasalizadas. O caráter da vogal depende da forma dada à cavidade oral. O timbre das vogais muda de acordo com o grau ao qual a laringe é elevada; a epiglote é abaixada ou elevada; a língua é retraída ou trazida para frente e a sua parte de trás é arredondada ou achatada; e os lábios são arredondados e trazidos para frente, ou uma abertura alongada da boca é produzida pela retração dos cantos da boca. Com os lábios abertos e a língua e a faringe em repouso, mas com o palato mole (*velum*) erguido, temos a vogal pura *a*, semelhante ao *a* em *father*. A partir desse som as vogais variam em duas direções principais. O som extremo é *u* (como *oo* no inglês *fool*). Com uma pequena abertura arredondada dos lábios salientes, a língua retraída e a abertura arredondada entre a língua e o palato, e uma grande abertura entre a laringe e a faringe, a laringe ainda quase em repouso. Os sons transacionais passam pelo som *â* (*aw* no inglês *law*) e *o* (como em *most*), mas a variedade de posições intermediárias é contínua. Em outra direção as vogais passam de *a* através do *e* (*a* no inglês *mane*) para o *i* (*ee* em *fleet*). O *i* é pronunciado com retração extrema dos cantos da boca e abertura alongada dos lábios com uma abertura muito estreita e achatada entre a língua e o palato, e a parte posterior da língua sendo trazida para frente para que haja uma abertura ampla na parte de trás da boca enquanto a laringe é elevada ao mesmo tempo.

Variações de vogais podem ser produzidas por um grupo de movimentos de órgãos articuladores. Portanto, quando os lábios estão na posição *i*, a língua, a faringe e laringe na posição *u*, temos o som *ü*, que está relacionado com o *a* por uma série passando pelo *ö*. Esses sons são semelhantes ao trema alemão.

Há outras combinações de posições da língua e dos lábios, embora as descritas aqui correspondam aos sons vocálicos mais frequentes. Todas as vogais podem enfraquecer com a força da articulação e diminuir até se tornarem uma leve entonação das cordas vocais, embora retenham o timbre peculiar das vogais, o que depende da posição da língua, do nariz e dos lábios. Quando essa articulação fica muito fraca, todas as vogais tendem a se tornar muito semelhantes em suas características, ou podem ser influenciadas no seu timbre pelas consoantes vizinhas, como será descrito adiante.

Todos os sons produzidos pela vibração de qualquer parte dos órgãos articuladores, exceto pelas cordas vocais, são consoantes. Essas vibrações podem ser produzidas ou pelo fechamento total das passagens de ar e depois por uma abertura repentina, ou pelo estreitamento ou restrição em algum ponto. As séries anteriores de sons são chamadas de

“oclusivas” (como o nosso *p, t, k*). Nesses sons há um fechamento total antes de o ar ser expelido. As séries seguintes são chamadas de “fricativas” ou “contínuas”, “constritivas” (como o nosso *s e f*), no qual há um contínuo escape de ar.<sup>7</sup> Quando há uma parada seguida por um fluxo de ar passando por um estreitamento em algum ponto, os sons se produzem como o nosso *ts*. Esses sons são chamados de “africados”. Quando a boca fica totalmente parada e o ar passa pelo nariz, o som é chamado “consoante nasal” (como nossos *m e n*). Pode também haver oclusão e abertura nasal. Uma série de paradas repetidas rapidamente, uma vibrante, é representado pelo nosso *r*. A característica do som depende majoritariamente das partes dos órgãos de articulação que produzem o fechamento ou a oclusão e dos lugares onde eles ocorrem. Fechamento ou oclusão podem ser feitos pelos lábios, lábios e língua, lábios e dentes, língua e dentes, língua e o palato duro, língua e o palato mole (velum), pelas cordas vocais e no nariz.

No quadro seguinte, são descritos somente os principais grupos de consoantes. Sons raros foram omitidos. De acordo com o que foi dito antes, reconhece-se que o número total de sons possíveis é infinitamente grande.

Oclusiva bilabial ----- *p*

Oclusivas linguo-palatais

Apical (dental, alveolar, pós-alveolar) ----- *t*

Cerebral (produzidas com a ponta da língua virada para trás) ----- *t*

Dorsal

Palatal anterior ----- *k*

Medial ----- *k*

Velar ----- *q*

Glotal (uma oclusão feita com as cordas vocais) ----- /<sup>ε</sup>/

Nasal ----- *N*

<sup>7</sup> N.T.: O termo utilizado em inglês pelo autor é “spirants”. O conceito de “fricativas” constitui um desenvolvimento posterior, mas não foi possível identificar o termo utilizado na época em português.

Quase todas essas paradas podem ser modificadas dando-se graus diferentes de acentuação ao fechamento. Em inglês há dois graus principais de acentuação, representados, por exemplo, pelo nosso *h* e *p* ou *d* e *t*. Em muitas línguas como, por exemplo, no Sioux e nas línguas da costa do Pacífico, há três graus de acentuação que podem ser prontamente diferenciados. A acentuação mais forte é chamada de “fortis” e é indicada pelo sinal / depois da consoante (*p!*, *t!*).

Quando esses sons não são acompanhados por nenhum tipo de vibração das cordas vocais, eles são chamados “surdos”.

É possível que mais de uma parada seja feita de uma vez. Então, é possível fechar ao mesmo tempo os lábios e a parte posterior da boca com a língua. Entretanto, esse tipo de combinação é raro; mas encontra-se frequentemente articulação das cordas vocais com paradas. Isso resulta nas consoantes sonoras ou sonantes. Em inglês, nota-se que quase sempre a articulação do som sonoro é menos acentuada que a articulação do som surdo; mas essa correlação não é necessária. Nas línguas americanas em particular, o mesmo grau de acentuação é usado nas sonoras e nas surdas, o que dificulta a distinção entre um som surdo e um sonoro para um ouvido europeu.

Uma terceira modificação das consoantes é causada pela força do ar acompanhando a liberação do fechamento. Num som como *t*, por exemplo, o som pode ser produzido ao fechar a boca, ao colocar a ponta da língua firmemente contra o palato, produzindo um leve aumento da pressão do ar atrás da língua e depois liberando o fechamento. Por outro lado, o som pode ser produzido ao causar o fechamento e combinar a liberação com a expiração de toda a respiração. Sons que são acompanhados pela respiração total podem ser chamados de “aspirados” e a aspiração é designada por ‘, o símbolo grego do *spiritus asper*. Essa respiração total pode seguir a parada ou pode começar antes de completar o fechamento. Com o aumento de intensidade do fechamento do fortis, combina-se o fechamento da glote da parte posterior da língua para que somente o ar que foi levado à cavidade vocal seja expelido.

No caso das consoantes sonoras, o vozeamento pode ou estar totalmente sincronizado com a consoante, podendo precedê-la levemente ou segui-la. Nos dois casos, pode-se ter a impressão de uma vogal excessivamente fraca precedente ou seguinte, cujo timbre dependerá essencialmente da consoante que a acompanha. Quando o timbre é muito indefinido, escrevemos a vogal *E*; quando ele é mais definido, escrevemos *A*, *I*, *O*, *U*, etc. Nos outros casos, quando a liberação do fechamento é feita sem a saída total do ar, e simplesmente comprimindo-se levemente o ar no espaço atrás do fechamento, é possível haver uma pausa entre a parada e o som seguinte da palavra. Esse hiato na palavra é

indicado por uma apóstrofe ('). É provável que quando há um hiato após uma vogal, isso se deva ao fechamento da glote.

Muitos dos fenômenos aqui descritos podem também ocorrer com as aspiradas e com as nasais, o que parece não diferir muito em relação à força; entretanto, a característica do ar liberado, do vozeamento e da interrupção mostram traços semelhantes àqueles observados entre as oclusivas.

Todas as oclusivas podem tornar-se nasais deixando-se o ar passar pelo nariz enquanto o fechamento continua. Dessa maneira, originam-se os nossos *m* e *n*. A abertura nasal pode diferir em largura e o estreitamento das narinas superiores pode produzir consoantes semi-nasalizadas.

Nos sons aspirados descritos anteriormente, a liberação do ar dá-se ao longo da linha do meio do palato. Há um número de sons nos quais o ar é liberado lateralmente. Eles são representados por nosso *l*. Eles também podem variar consideravelmente de acordo com o lugar e a forma da abertura através da qual o ar passa e a forma do fechamento da boca.

Parece que o timbre peculiar de algumas consoantes depende também da abertura oral. Esse parece ser particularmente o caso com relação aos sons *t* e *k*. Ao pronunciar-se os sons *t*, uma das características essenciais parece ser que a parte posterior da boca está aberta, enquanto a parte anterior da boca está preenchida pela língua. Na série de *k*, por outro lado, a parte posterior da boca está preenchida pela língua enquanto a parte anterior permanece aberta. Sons produzidos tanto com a parte posterior e a parte anterior da boca aberta partilham das características de ambas as séries de *k* e *t*.

Duas vogais mostram estreita semelhança com consoantes de série contínua. Elas são *i* e *u* devido ao fato de que no *i* há um estreitamento da posição da língua na parte anterior da boca, enquanto no *u* há um estreitamento da posição dos lábios. Como consequência, originam-se as semivogais *y* e *w*. O último som que deve ser mencionado é o som *h* de respiração livre, que, na sua forma mais característica, é produzido pela expiração do ar com todos os órgãos de articulação em repouso.

A série dos sons consonantais mais importantes encontra-se no quadro<sup>8</sup> abaixo:

---

8 N.T.: Quadro reconstruído a partir do original. Infelizmente, no caso da consoante  $\tilde{\eta}$  não foi possível posicionar os dois diacríticos sob a letra.

	Oclusivas.			Fricativas		Nasais.		Vibrante.	
	Sonor.	Surd.	Fortis.	Sonor.	Surd.	Sonor.	Surd.	Sonor.	Surd.
Bilabial.....	b	p	p!	v	f	m	ṃ		
Labio-dental....				v	f				
Linguo-labial....	d	t t	t!	ç	ç	n	ṅ		
Linguo-dental...	d		t!	ç	ç	n	ṅ		
Dental.....				i	c				
Lingual –									
Apical.....									
Cerebral....	d	t	t!	z	s	n	ṅ	r	ʀ
Dorsal –									
Medial....	g	k	k!	v	x	ñ	ṅ	r	ʀ
Velar.....	g	q	q!	y	x	ñ	ṅ	r	R
Lateral....	L	L	L!	l	l				
Glottal.....	ε								
Nasal.....	N								

O tom vocálico das consoantes é expresso por vogais superiores seguindo-os: <sup>a e i o u</sup>. A série de africadas que começa com uma parada e termina com um som contínuo foi omitida desse quadro.

Nota-se que no quadro acima os mesmos símbolos são usados em diversas colunas. Isso é feito porque somente uma ou, no máximo, duas séries desses grupos ocorrem em uma língua, e para que essas diferenças possam ser expressas em cada caso por marcas diacríticas. Outras tentativas foram feitas por outros autores para apresentar um sistema geral de representação sonora. Para qualquer língua em particular, esses podem tornar-se difíceis para a compreensão e, portanto, não são usados nas tabelas inseridas neste volume.

***Inconsciência dos elementos fonéticos***

Nas páginas anteriores discutimos brevemente os resultados de uma análise dos elementos fonéticos da fala humana. Entretanto, é importante lembrar que um único som por si só não tem existência independente, ele não entra na consciência do falante, mas ele só existe como uma parte de um complexo sonoro que expressa um significado definido. Isso será facilmente reconhecido se levarmos em consideração as formas gramaticais na língua inglesa na qual a modificação de uma ideia é expressa por um único som. Na palavra *hills* a terminação *s* não adentra nossa consciência como um elemento separado com significado separado, expressando a ideia de pluralidade – com exceção talvez do fato

de que nosso treinamento gramatical nos ensinou que o plural pode ser formado pelo uso da terminação *s* –, mas a palavra forma uma unidade firme, que expressa o significado como um todo. A variedade de usos da terminação *s* como plural, possessivo, e terceira pessoa do singular do verbo, somada ao grande esforço necessário para reconhecer a identidade fonética desses elementos de terminação, podem ser usados como evidência extra do fato de que elementos fonéticos únicos tornam-se conscientes para nós somente como resultado de análise. A comparação de palavras que diferem por um único som como *mail* e *nail*, *snake* e *stake* demonstra que o isolamento dos sons é resultado de uma análise secundária.

## **Categorias Gramaticais**

### ***Diferenças nas Categorias de Diferentes Línguas***

Em toda fala articulada, os grupos de sons que são enunciados servem para expressar ideias e cada grupo de sons tem um significado fixo. As línguas diferem não somente no caráter de seus elementos fonéticos constituintes e elementos sonoros, mas também no conjunto de ideias que encontra expressão nos grupos fonéticos fixos.

### ***Limitação do Número de Grupos Fonéticos Expressando Ideias***

O número total de combinações possíveis dos elementos fonéticos é também ilimitado; mas somente um número limitado é usado para expressar ideias. Isso implica que o número total de ideias que são expressas por grupos fonéticos distintos é numericamente limitado. Como há uma grande variedade de experiências pessoais que podem ser expressas pela língua, e todo o seu âmbito deve ser expresso por um número limitado de grupos fonéticos, é evidente que uma classificação de experiências deve ficar subjacente a toda a fala articulada.

Isso coincide com um traço fundamental do pensamento humano. Em nossa experiência real, nunca duas impressões sensoriais ou dois estados emocionais são idênticos. Entretanto, nós os classificamos, de acordo com suas semelhanças, em grupos mais amplos ou mais restritos cujos limites podem ser determinados a partir de uma variedade de pontos de vista. Apesar de suas diferenças individuais, reconhecemos em nossas experiências elementos comuns e nós os consideramos relacionados ou até os mesmos desde que um número suficiente de traços característicos pertença a ambos. Portanto, a limitação de um número de grupos fonéticos expressando ideias distintas é uma expressão do fato psicológico de que muitas experiências individuais diferentes aparecem para nós como representantes da mesma categoria de pensamento.

Esse traço do pensamento e da fala humanos pode ser comparado de certo modo à limitação de todas as séries de movimentos articulatórios possíveis pela seleção de um número limitado de movimentos habituais. Se o conjunto inteiro de conceitos, com todas as suas variantes, fosse expresso na língua por complexos sonoros totalmente heterogêneos e não relacionados, surgiria uma condição na qual ideias estreitamente relacionadas não mostrariam suas relações pela relação correspondente de seus símbolos fonéticos, e um número infinitamente grande de grupos fonéticos distintos seriam necessários para nossa expressão. Se esse fosse o caso, a associação entre uma ideia e o seu complexo sonoro representativo não seria suficientemente estável para ser reproduzida automaticamente sem reflexão em nenhum momento. Como o uso automático e rápido de articulações faz com que um número restrito de articulações, cada uma com variabilidade limitada, e um número limitado de conjuntos sonoros tenham sido selecionados a partir de uma grande variedade de possíveis articulações e encontros de articulações, então, o número infinitamente grande de ideias foi reduzido por classificação a um número menor, que por um uso constante estabeleceu associações precisas e que pode ser usado automaticamente.

Parece importante neste ponto de nossas considerações enfatizar o fato de que os grupos de ideias expressos por grupos fonéticos específicos mostram diferenças muito materiais em línguas diferentes e não se conformam de modo algum aos mesmos princípios de classificação. Tomando-se novamente o exemplo do inglês, percebemos que a ideia de WATER<sup>9</sup> é expressa em uma grande variedade de formas: um termo serve para expressar água como um líquido, outro termo água designa uma grande extensão (LAKE<sup>10</sup>), em outros a água corre em um grande corpo ou em um pequeno corpo (RIVER ou BROOK<sup>11</sup>), ainda outros termos descrevem água em forma de RAIN, DEW, WAVE, e FOAM<sup>12</sup>. É perfeitamente compreensível que essa variedade de ideias, cada uma delas sendo expressa por um único termo independente em inglês, pode ser expressa em outras línguas por derivações do mesmo termo.

Outro exemplo desse mesmo tipo corresponde às palavras para NEVE em Esquimó. Aqui podemos achar a palavra *aput* que expressa NEVE NO CHÃO; outro termo, *qana*, designa NEVE CAINDO; um terceiro termo, *piqsirpoq*, NEVE SE MOVENDO LENTAMENTE; um quarto termo, *qimuqsuq*, UM MONTE DE NEVE.

Na mesma língua, a FOCA é expressa por uma variedade de termos em condições diferentes. Uma palavra equivale ao termo geral para FOCA; um segundo termo significa

9 N.T.: Em português: água.

10 N.T.: Em português: lago.

11 N.T.: Em português: rio e riacho.

12 N.T.: Em português: chuva, sereno, onda e espuma.

FOCA TOMANDO SOL; um terceiro refere-se à FOCA FLUTUANDO EM UMA PLACA DE GELO, sem mencionar as muitas palavras que designam focas machos ou fêmeas de diferentes idades.

Pode-se selecionar a língua Dakota para exemplificar o modo como os termos, expressos por meio de palavras independentes, são agrupados sob um mesmo conceito. Os termos *naxta'ha*, CHUTAR, *paxta'lca*, AMARRAR EM FEIXE, *yaxta'ka*, MORDER, *ic'a'xtaka*, ESTAR PERTO DE, *hoxta'lca*, SOCAR, são todos derivados do elemento comum *xtaka*, SEGURAR, que os mantêm relacionados enquanto palavras distintas que podem ser usadas para expressar várias ideias.

Parece bastante evidente que a seleção de termos tão simples deve até certo ponto depender dos principais interesses de um povo; e em casos em que é necessário distinguir certo fenômeno em diferentes aspectos e cada um desses aspectos desempenha uma função totalmente independente na vida do povo, muitas palavras independentes podem ser desenvolvidas, enquanto em outros casos modificações de um único termo podem ser suficientes.

Portanto, acontece que cada língua, do ponto de vista de outra língua, pode ser arbitrária em suas classificações – o que aparece como uma única ideia simples em uma língua pode ser caracterizada por uma série de grupos fonéticos distintos em outra.

A tendência de uma língua de expressar uma ideia complexa por um único termo foi denominada “holófrase”, e parece, portanto, que todas as línguas podem ser holofrásticas do ponto de vista de outra língua. A holófrase quase não pode ser considerada uma característica fundamental de línguas primitivas.

Já verificamos que em todas as línguas há algum modo de classificação de expressão. Essa classificação de ideias em grupos, cada uma expressa por um grupo fonético independente, torna necessário que conceitos que não são prontamente dados por um único som entre os complexos sonoros disponíveis devem ser expressos por combinações ou modificações que podem ser chamadas de grupos fonéticos elementares de acordo com as ideias elementares às quais a ideia específica é reduzida.

Essa classificação e a necessidade de expressar certas experiências por meio de outras relacionadas, as quais, ao limitar uma à outra, definem a ideia específica a ser expressa, implicam na presença de certos elementos formais que determinam as relações de grupos fonéticos únicos. Se cada ideia pudesse ser expressa por um único grupo fonético, línguas sem forma possivelmente existiriam. Entretanto, como as ideias devem ser expressas ao serem reduzidas a um número de ideias relacionadas, os tipos de relações tornam-se elementos importantes na fala articulada. Além disso, todas as línguas devem conter elementos formais e quanto maior o seu número, menor o número de grupos

fonéticos elementares que definem ideias específicas. Em uma língua que comanda grande vocabulário fixo, o número de elementos formais pode diminuir.

### ***Processos Gramaticais***

É importante notar que, nas línguas do mundo, o número de processos que são utilizados para expressar as relações dos termos é limitado. Presumivelmente, deve-se isso às características gerais da fala articulada. Os únicos métodos disponíveis para expressar as relações entre grupos fonéticos definidos são a sua composição em uma ordem definida, que pode ser combinada com a influência fonética mútua entre os elementos que a compõem, e a modificação interna dos próprios grupos fonéticos. Ambos os métodos são encontrados em muitas línguas, mas algumas vezes somente o método de composição ocorre.

### ***Palavras e Sentenças***

Para compreender a importância das ideias expressas por grupos fonéticos independentes e dos elementos que expressam as suas relações mútuas, temos que discutir aqui a seguinte pergunta: o que forma a unidade da fala? Já foi apontado anteriormente que os elementos fonéticos como tais podem ser isolados somente para análise e eles ocorrem na fala apenas em combinações que são equivalentes a conceitos definidos.

Como toda a fala visa a servir à comunicação de ideias, a unidade natural da expressão é a sentença, isto é, um grupo de sons articulados que expressam uma ideia completa. Parece que a fala pode ser prontamente subdividida e que a palavra também forma uma unidade natural a partir da qual a sentença é construída. Entretanto, na maioria dos casos, é fácil demonstrar que esse não é o caso, e que a palavra como tal é conhecida somente por meio de análise. Isso fica particularmente claro no caso de palavras como preposições, conjunções ou formas verbais que pertencem às orações subordinadas. Portanto, é excessivamente difícil imaginar o uso de palavras como *e*, *por*, *para*, *eram*, expressas de tal modo que elas transmitiriam uma ideia clara, exceto talvez em formas como o lacônico *Se*, na qual todo o resto da sentença está implicada, e suficientemente indicada pelo *se*. Do mesmo modo, entretanto, nós, que somos treinados gramaticalmente, podemos usar um final simples para corrigir uma ideia anteriormente expressa. Consequentemente, a afirmação como *Ele canta lindamente* pode suscitar uma resposta: *cantou*; ou uma pessoa com inclinação lacônica pode observar em resposta à afirmação *Ele toca bem, tocou* (grifo nosso), que pode ser bem entendida por seus amigos. Está claro que, em todos esses casos, os elementos únicos são isolados da unidade completa da sentença por um processo secundário.

Parece menos clara a artificialidade da palavra como uma unidade nos casos em que a palavra parece designar um conceito que se sobressai aos outros. Esse é o caso, por exemplo, dos nomes; pode parecer que uma palavra como *pedra* é uma unidade natural. Entretanto, reconhece-se que a palavra *pedra* por si só transmite uma imagem objetiva, não uma ideia completa.

Portanto, somos levados à questão importante da relação da palavra com a sentença. Baseando nossas considerações em línguas que diferem fundamentalmente na forma, podemos definir a palavra como *um grupo fonético que, devido à sua permanência formal, clareza de significado e independência fonética, é prontamente separável de toda a sentença*. Essa definição obviamente contém um número considerável de elementos arbitrários, que podem nos induzir, de acordo com o ponto de vista geral adotado, a algumas vezes designar certa unidade como sendo uma palavra, algumas vezes a negar a sua existência independente. Veremos, mais à frente, na discussão sobre as línguas americanas, que somos muitas vezes confrontados com essa dificuldade prática, e que não é possível decidir com certeza objetiva se é justificável considerar certo grupo fonético como uma palavra independente ou como uma parte subordinada de uma palavra. No entanto, há certos elementos em nossa definição que parecem ser essenciais para a interpretação de um complexo sonoro como uma palavra independente. Menos importante do ponto de vista da forma gramatical, a independência fonética do elemento em questão é, do ponto de vista da fonética, entretanto, o mais fundamental. Foi anteriormente observado quão difícil é conceber a independência do *s* inglês, que expressa o plural, o possessivo, e a terceira pessoa do singular do verbo. Isso se deve em grande medida à fraqueza fonética desse elemento gramatical. Se a ideia de pluralidade fosse expressa por um elemento tão forte foneticamente quanto a palavra *many*<sup>13</sup>, a parte possessiva da palavra, por um elemento tão forte quanto a preposição *of*<sup>14</sup>, e a terceira pessoa do singular por um elemento como *he*<sup>15</sup> – nós podemos, talvez, estar muito mais prontos para reconhecer o caráter desses elementos como palavras independentes, e nós realmente fazemos isso. Por exemplo: *stones*, *John's*, *loves*<sup>16</sup> são palavras únicas, enquanto *many sheep*, *of stone*, *he went*<sup>17</sup> são considerados duas palavras. Essas dificuldades são constantemente encontradas nas línguas americanas. Consequentemente, verificamos em uma língua como o Chinook que elementos modificadores são expressos por sons únicos que foneticamente formam grupos de sons que são pronunciados sem pausa. Para exemplificar, a palavra *aniā'lōt* – EU

13 N.T.: Em português: muitos.

14 N.T.: Em português: de.

15 N.T.: Em português: ele.

16 N.T.: Em português: pedras, de João, ama.

17 N.T.: Em português: muitos carneiros, de pedra, ele foi.

O DEI A ELA – pode ser analisada nos seguintes elementos: *a* (tempo), *n* EU, *i* ELE, *a* A ELA, *l* PARA, *ō* (direcional de afastamento), *t* DAR. Aqui, novamente, a fraqueza dos elementos componentes e sua estreita associação fonética não nos permite considerá-los palavras independentes; enquanto a expressão completa aparece como uma unidade firme.

Sempre que formos guiados somente por esse princípio, a limitação da unidade da palavra aparece excessivamente incerta devido à diferença na impressão da força fonética dos elementos componentes.

Algumas vezes certos elementos aparecem como sons fonéticos tão fracos que eles não podem ser considerados unidades independentes da sentença, enquanto formas estreitamente relacionadas, ou até as mesmas formas, em outras combinações, podem ganhar a força que lhes faltava em outros casos. Um exemplo desse tipo pode ser encontrado na língua kwakiutl<sup>18</sup>, na qual as muitas das formas pronominais aparecem como elementos fonéticos excessivamente fracos. A expressão ELE O ATACA COM ISSO é traduzida por *mîx ̄idEqs*, na qual os dois últimos elementos significam: *q* ele, *s* COM ISSO. Entretanto, quando substantivos são introduzidos nessa expressão para designar objeto e instrumento, o *q* assume a forma completa *xq*, e o *s* a forma completa *sq*, que podem ser escritas como palavras independentes análogas aos nossos artigos.

Tenho dúvidas se um pesquisador que registra o francês do mesmo modo como nós registramos as línguas americanas ágrafas estaria disposto a escrever os elementos pronominais que completam o verbo transitivo como elementos independentes, pelo menos não quando registram as formas indicativas de um verbo positivo. Ele pode ser levado a fazer isso ao descobrir sua liberdade de posição que aparece nas formas negativas e em algumas formas interrogativas.

A influência determinante da liberdade de posição de uma parte fixa foneticamente da sentença obriga-nos a incluí-la na definição da palavra.

Quando um grupo fonético aparece em uma variedade de posições na sentença, e sempre da mesma forma, sem modificações, ou pelo menos sem nenhuma modificação material, reconhecemos prontamente a sua individualidade e, em uma análise da língua, tendemos a considerá-lo como uma palavra separada. Notam-se plenamente essas condições somente nos casos em que o complexo sonoro em questão não apresenta nenhuma modificação.

Entretanto, modificações menores podem ocorrer particularmente no início ou no final, podendo elas serem desconsideradas devido ao seu menor significado

18 N.T.: Ver nota 3.

quando comparadas à permanência da palavra inteira. Esse é o caso, por exemplo, da língua dakota, na qual o som final de um grupo de palavras predominante, que tem um significado claramente definido, modificará automaticamente o primeiro som do grupo de palavras seguinte que tem as mesmas características de permanência. O contrário pode também acontecer. Pode-se dizer, com rigor, que se perde a linha de demarcação entre o que seria normalmente chamado de duas palavras nesse caso; mas a influência mútua das duas palavras relacionadas, em termos comparativos, é tão sutil que o conceito da individualidade da palavra supera sua relação orgânica.

Em outros casos, em que a relação orgânica se torna tão firme que nenhum dos dois elementos integrantes, ou pelo menos um deles, possivelmente nunca ocorrerá sem sinais marcando sua estreita relação, eles parecerão constituir uma unidade única. Como um exemplo dessa condição, pode-se mencionar a língua esquimó. Essa língua contém muitos elementos que são bastante claros em seu significado e fortes em seu caráter fonético, mas que, em sua posição, são tão limitados que sempre seguem outras partes definidas da sentença, que nunca podem formar o começo de um grupo fonético completo, e que o grupo fonético anterior perde sua forma fonética mais permanente quando esses elementos são adicionados a esse grupo fonético. Para exemplificar, *takuvoq* significa ELE VÊ; *takulerpoq* significa: ELE COMEÇA A VER. Na segunda forma, a ideia de ver está contida no elemento *taku-*, que por si só está incompleto. O elemento seguinte, *-ler*, não pode iniciar uma sentença e tem somente o significado de COMEÇANDO em relação ao grupo fonético anterior, cujo som final é, até certo ponto, determinado por ele. Por sua vez, ele requer um final que expressa, no exemplo selecionado, a terceira pessoa do singular, *-poq*; entretanto, a palavra que expressa a ideia de VENDENDO requer o final *-voq* para a mesma pessoa. Eles também não podem começar uma sentença e seus sons iniciais, *v* and *p*, são determinados unicamente pelos sons finais dos elementos anteriores. Portanto, pode-se notar que este grupo de complexos sonoros forma uma unidade firme, unida pela incompletude formal de cada parte e suas influências fonéticas profundas umas sobre as outras. Em uma língua na qual os elementos são tão fortemente ligados como no Esquimó, não deve haver a mínima dúvida quanto ao que constitui a palavra em nosso senso comum do termo. O mesmo acontece em muitos casos do Iroquês<sup>19</sup>, uma língua na qual predominam condições bastante semelhantes àsquelas do Esquimó. Pode-se dar um exemplo do dialeto Oneida. *Watgajjanegale*, A FLOR SE ABRE, consiste dos elementos formais *wa-*, *-t-*, e *-g-*, que têm um caráter temporal, modal e pronominal; a vogal *-a-*, que constitui a parte do radical *-jija*, FLOR, que nunca vem sozinho; e o radical *-negale*, ABRIR-SE, que não existe independentemente.

19 N.T.: Ver nota 3.

Em todos esses casos, os elementos possuem grande clareza de significado, mas a falta de constância da forma nos leva a considerá-los partes de uma palavra mais longa.

Em algumas línguas isso nos dá a impressão de um critério adequado para a separação das palavras, mas em outros casos algumas partes da sentença podem ser isoladas, enquanto as outras partes retêm sua forma independente. Nas línguas americanas isso acontece particularmente quando nomes entram no complexo verbal sem nenhuma modificação dos seus componentes. Esse é o caso da língua pawnee: *tã'tukt<sup>u</sup>k*, EU O CORTEI PARA VOCÊ, e *rīks*, FLECHA, combinam-se em *tatũ'rīksk<sup>u</sup>t*, EU CORTEI A TUA FLECHA. A estreita relação entre essas formas é ainda mais clara em casos em que modificações fonéticas profundas ocorrem. Então os elementos *ta-t-ru<sup>ε</sup>n* se combinam em *ta'hu<sup>ε</sup>n*, EU FAÇO (porque *tr* em uma palavra muda para *h*); e *ta-t-rīks-ru<sup>ε</sup>n* transforma-se em *tahīkst<sup>ε</sup>n*, EU FAÇO UMA FLECHA (porque *r* depois do *s* muda para *t*). Ao mesmo tempo *rīks* FLECHA ocorre como uma palavra independente.

Se seguirmos o princípio estabelecido nas observações anteriores, nota-se que o mesmo elemento pode aparecer uma vez como um substantivo independente e depois novamente como uma parte de uma palavra, cujo restante tem todas as características descritas anteriormente, e, por essa razão, não podemos considerá-lo um complexo de elementos independentes.

Pode surgir ambiguidade quanto à independência das partes da sentença ou quando, em seu significado, elas se tornam dependentes de outras partes da sentença, ou quando seu significado é tão vago e fraco em comparação às outras partes da sentença que somos levados a considerá-las partes subordinadas. Palavras desse tipo, quando foneticamente fortes, são consideradas geralmente partículas independentes. Por outro lado, quando elas são foneticamente fracas, elas são consideradas partes modificadoras de outras palavras. Encontra-se um bom exemplo desse tipo nos textos ponca, escritos pelo reverendo James Owen Dorsey<sup>20</sup>, nos quais os mesmos elementos são frequentemente tratados como partículas independentes, enquanto em outros casos eles aparecem como partes subordinadas das palavras. Portanto, encontramos *céama*, ESSES, (p. 23, linha 17), mas *jábe amá*, O CASTOR (p. 553, linha 7).

O mesmo se aplica ao tratamento dado pelo Rev. S. R. Riggs à gramática do Sioux. Encontra-se nesse caso, por exemplo, o elemento *pi* sempre tratado como o final de uma palavra, provavelmente devido ao fato de que ele representa o plural, que nas línguas indo-europeias é quase sempre expresso por uma modificação da palavra à qual ele se aplica. Por outro lado, elementos como *kta* e *śni*, significando o futuro e a negação respectivamente,

20 Contributions to the North American Ethnology, VI (nota 1 do texto original de Boas).

são tratados como palavras independentes, embora apareçam exatamente na mesma forma do *pi* mencionado acima.

Outros exemplos desse tipo são os elementos modificadores em *tsimshian*<sup>21</sup>, uma língua em que inúmeros elementos adverbiais são expressos por grupos fonéticos moderadamente fracos que têm uma posição definida. Também parece totalmente arbitrário se esses grupos fonéticos são considerados palavras separadas ou se eles são combinados com expressões verbais formando uma única palavra. Nesses casos, a existência independente da palavra à qual tais partículas se juntam, sem nenhuma modificação, geralmente nos leva a considerar esses elementos como partículas independentes, desde que elas sejam foneticamente fortes. Entretanto, sempre que a expressão verbal a que elas se unem é modificada ou pela inserção desses elementos entre seus componentes, ou de algum outro modo, tendemos a considerá-los partes da palavra.

Parece importante discutir o conceito da palavra em relação ao todo da sentença, porque essa questão tem um papel importante no tratamento morfológico das línguas americanas.

### **Radical e Afixos**

O tratamento analítico das línguas resulta na separação de um número de grupos diferentes de elementos da linguagem. Quando eles são organizados de acordo com suas funções, parece que certos elementos ocorrem em cada sentença. Eles são, por exemplo, as formas que indicam sujeito e predicado, ou, nas línguas europeias modernas, formas que indicam número, tempo e pessoa. Outros elementos, como termos que expressam ideias de demonstrativo, podem ou não ocorrer em uma sentença. Esses elementos e muitos outros são tratados em nossas gramáticas. De acordo com as características desses elementos, eles parecem modificar o conteúdo material da sentença: como, por exemplo, nas sentenças em inglês *he strikes me* e *I struck thee*, nas quais a ideia de bater em alguém aparece como o conteúdo da comunicação<sup>22</sup>. Entretanto, as ideias *he*, *present*, *him* e *I*, *past*, *thee*, aparecem como modificações<sup>23</sup>.

É de fundamental importância notar que é arbitrária a separação das ideias contidas em uma sentença em conteúdos materiais e modificações formais, sendo supostamente estabelecida pela grande variedade de ideias que podem ser expressas do mesmo modo formal pelos mesmos elementos pronominais e tensivos. Em outras palavras, os conteúdos materiais da sentença podem ser representados por sujeitos e predicados

21 N.T.: Ver nota 3

22 N.T. Em português: *ele me atinge, eu te bati*.

23 N.T. Em português: *ele, presente, dele e eu, passado, te*.

expressando um número ilimitado de ideias, enquanto os elementos modificadores – neste caso, os pronomes e tempos verbais, compreendem, em termos comparativos, um número muito pequeno de ideias. Na discussão de uma língua, as partes que expressam os conteúdos materiais das sentenças aparecem como assunto da lexicografia; as partes que expressam as relações modificadoras aparecem como assunto da gramática. Em línguas indo-europeias modernas o número de ideias expressas por elementos subordinados é, na sua totalidade, limitado e, por essa razão, a linha divisória entre gramática e dicionário parece perfeitamente clara e bem definida. Em um sentido mais amplo, entretanto, todos os processos etimológicos e as composições de palavras devem ser considerados como partes da gramática; e, se os incluirmos, notamos que, até nas línguas indo-europeias, o número de ideias de classificação é bastante grande.

Nas línguas americanas a distinção entre gramática e lexicografia não é frequentemente clara porque há um grande número de elementos que entram em composições formais. É preciso explicar isso por meio de exemplos. Na língua *tsimshian*<sup>24</sup>, encontramos um grande número de elementos adverbiais que não podem ser considerados totalmente independentes e que, sem dúvida, devem ser considerados elementos que modificam ideias verbais. Devido ao grande número desses elementos, o número total de verbos de movimento, comparativamente, parece ser limitado, embora o número total de verbos que podem ser combinados com essas ideias adverbiais é muito maior que o número total das próprias ideias adverbiais. Portanto, o número de advérbios parece ser fixo, enquanto o número de verbos parece ilimitado. Consequentemente, temos a impressão de que os primeiros são elementos modificadores e de que a sua discussão pertence à gramática da língua, enquanto os últimos são palavras e a sua discussão pertence à lexicografia da língua. O número desses elementos modificadores em *Esquimó* é ainda maior. A impressão de que a discussão desses elementos pertence à gramática da língua é reforçada pelo fato de que eles nunca podem ocupar uma posição inicial e de que eles não são colocados após uma palavra completa, mas são acrescentados a um elemento que, se pronunciado sozinho, não expressa nenhum sentido.

Agora, é importante notar que, em algumas línguas, o número de elementos modificadores pode aumentar tanto que poderia ficar difícil distinguir que elemento representa uma série de ideias limitada em número, e que elemento representa uma série quase ilimitada de palavras pertencente ao vocabulário. Isso acontece, por exemplo, nas línguas *algonquinas*<sup>25</sup>, na qual vários elementos aparecem em conjunção em quase todos os verbos, cada um em uma posição definida, mas cada grupo é tão numeroso que seria

---

24 N.T.: Ver nota 3.

25 N.T.: Ver nota 3.

totalmente arbitrário designar um grupo como palavras modificadas pelo outro grupo, ou vice-versa.

A importância dessa consideração para nossa finalidade reside no fato de que isso ilustra a falta de definição dos termos *radical* e *afixos*. De acordo com a terminologia comum, afixos são elementos associados a raízes ou palavras que as modificam. Essa definição é perfeitamente aceitável desde que o número de ideias seja limitado. Entretanto, quando há um número excessivo de elementos modificadores, pode-se duvidar de qual dos dois é o modificador e qual é o modificado, e a determinação é totalmente arbitrária. Nas discussões seguintes, tentaram-se associar os termos prefixos, sufixos e afixos aos casos em que o número de ideias expressas por esses elementos é estritamente limitado. Em casos em que o número de elementos combinados é tão grande que eles não podem ser adequadamente classificados, esses termos não foram usados, mas os elementos foram tratados como coordenados.

### **Discussão sobre as Categorias Gramaticais**

Baseando-se nas considerações feitas anteriormente, parece que, em uma discussão objetiva sobre línguas, três pontos devem ser considerados: primeiro, os elementos fonéticos constituintes da língua; segundo, os grupos de ideias expressas pelos grupos fonéticos; terceiro, os métodos de combinação e modificação dos grupos fonéticos.

Parece relevante discutir o segundo ponto mais detalhadamente antes de iniciar a descrição das características das línguas americanas.

Gramáticos que estudaram as línguas da Europa e da Ásia ocidental desenvolveram um sistema de categorias que tendemos a procurar em todas as línguas. Parece apropriado mostrar aqui até que ponto o sistema com o qual estamos familiarizados é característico somente de alguns grupos de línguas e até que ponto outros sistemas podem ser substituídos por ele. Aparentemente, é mais fácil ilustrar esse assunto discutindo primeiramente algumas das características do substantivo, pronome e verbo do indo-europeu e depois abordar os aspectos mais amplos desse assunto.

### ***Categorias Nominais***

Ao tratar do nome, estamos acostumados a procurar um número de categorias fundamentais. Na maioria das línguas indo-europeias, os substantivos são classificados de acordo com o gênero, são modificados por formas que expressam o singular e o plural e aparecem em combinações sintáticas como casos. Nenhum desses aspectos aparentemente fundamentais do nome são elementos necessários para a fala articulada.

## Gênero

A história da língua inglesa mostra claramente que o gênero de um substantivo pode praticamente ser suprimido sem interferir na clareza da expressão. Enquanto ainda encontramos traços de gênero em inglês, praticamente todos os objetos inanimados passaram a pertencer a um único gênero. É interessante notar que, nas línguas do mundo, o gênero não é uma categoria fundamental e que os substantivos não podem ser divididos em classes, ou o critério de classificação pode ser completamente diferente. As línguas bantu da África classificam as palavras em muitos grupos distintos, mas o significado de muitos destes não é claro. As línguas algonquinas da América do Norte classificam os substantivos em animados e inanimados, sem, entretanto, aderir rigorosamente à classificação natural implícita nesses termos. Portanto, os animais pequenos podem ser classificados como inanimados, enquanto certas plantas podem aparecer como animados. Algumas das línguas siouanas classificam os substantivos por meio de artigos e fazem distinções rigorosas entre (seres) animados móveis e (seres) animados estáticos, inanimados longos, inanimados redondos, inanimados altos, e objetos coletivos inanimados. Os iroqueses distinguem rigorosamente entre nomes que designam homens e outros substantivos. Os últimos podem ser subdivididos em um grupo definido e indefinido. Os Uchee distinguem entre os membros da tribo e outros seres humanos. Na América, em geral é raro encontrar-se o gênero verdadeiro. Talvez ele seja encontrado entre algumas línguas do baixo Mississipi, ocorrendo também, da mesma maneira que em muitas línguas indo-européias, no Chinuque do rio Colúmbia e, de um modo mais limitado, entre algumas línguas do estado de Washington e da Colúmbia Britânica. Entre as línguas norte-americanas, não há traços de classificação dos nomes nas línguas dos Esquimó e dos Athapascan<sup>26</sup>. Os exemplos dados aqui mostram claramente que o princípio do sexo, que orienta a classificação dos substantivos nas línguas europeias, é meramente uma das muitas classificações possíveis desse tipo.

## Plural

O plural dos substantivos indo-europeus revela um caráter um tanto quanto diferente. Como cada substantivo deve ser expresso ou como singular ou como plural para transmitir-se a ideia claramente, pode parecer que essa classificação é quase indispensável. Entretanto, não é difícil mostrar, por meio de sentenças, que, mesmo em inglês, a distinção nem sempre é feita. Por exemplo, na sentença *The wolf has devoured the sheep*<sup>27</sup>, não está claro se a sentença se refere a um único carneiro ou a uma pluralidade de

26 N.T.: Ver nota 3.

27 N.T.: Em português: *O lobo devorou o carneiro.*

carneiros. Entretanto, isso não pode ser interpretado como uma inconveniência porque ou o contexto mostraria se a ideia é singular ou plural ou um adjetivo adicional daria a informação desejada.

Enquanto, de acordo com a estrutura de nossas línguas europeias, temos a tendência de procurar a ideia de singularidade ou pluralidade para alcançar clareza de expressão, há outras línguas que são completamente indiferentes a essa distinção. Um bom exemplo desse tipo é a língua kwakiutl. É totalmente indiferente para os Kwakiutl se eles dizem: *There is a house or There are houses*<sup>28</sup>. A mesma forma é usada para expressar as duas ideias e as ideias de singularidade e pluralidade devem ser compreendidas ou a partir do contexto ou por meio do acréscimo de um adjetivo especial. Condições semelhantes prevalecem nas línguas athapaskan e em Haida<sup>29</sup>. Também nas línguas siouanas a distinção entre singularidade e pluralidade é feita somente no caso de objetos animados. Parece que, no geral, as línguas americanas são um tanto quanto indiferentes à expressão clara da pluralidade, mas elas tendem a expressar de modo mais preciso as ideias de coletividade e distribuição. Portanto, os Kwakiutl, que são mais indiferentes à expressão de pluralidade, são muito exatos ao denotar se os objetos mencionados estão distribuídos aqui ou lá. Quando esse for o caso, a distribuição é cuidadosamente expressa. Do mesmo modo, quando se referem a peixes, eles expressam pelo mesmo termo um único peixe e uma quantidade de peixes. Entretanto, quando eles querem dizer que os peixes pertencem a espécies diferentes, é empregada uma forma distributiva expressando essa ideia. Pode-se observar uma indiferença semelhante à ideia de singular e plural em pronomes de várias línguas, o que será comentado adiante.

Por outro lado, a ideia de número pode ser mais enfatizada do que ela é nas línguas modernas da Europa. O dual, como no grego, ocorre em todo o mundo, mas também se distinguem um trialis e paucalis – expressões para *três* e *alguns*.

## Caso

O que é verdadeiro para número, também se aplica a caso. Psicologicamente, a substituição de expressões preposicionadas por casos dificilmente representaria a ausência total do conceito de casos. Isso é encontrado nas línguas em que todo o grupo de relações dos substantivos de uma sentença é expresso no verbo. Quando, por exemplo, na língua chinuque<sup>30</sup> encontramos expressões como *ele dela isto corte, homem, mulher, faca*, significando *O homem corta a mulher com a faca*, podemos seguramente dizer que os próprios

28 N.T.: Em português: *Há uma casa ou Há casas*

29 N.T.: Ver nota 3.

30 N.T.: Ver nota 3.

substantivos aparecem sem nenhum traço de relação de caso, meramente como aposições a um número de pronomes. É verdade que nesse caso a distinção é feita no pronome entre o sujeito e o objeto e que, nesse sentido, existem casos, embora não como casos nominais, mas como casos pronominais. Entretanto, a relação de casos está restrita às duas formas de sujeito e objeto, desde que os casos oblíquos são expressos por objetos pronominais, enquanto a característica de cada relação oblíqua específica é expressa por elementos adverbiais. Na mesma língua, a relação de genitivo é eliminada ao substituí-la por expressões possessivas como, por exemplo, *o homem, a casa dele* em vez de *a casa do homem*. Ainda que expressões de caso não sejam totalmente eliminadas, é considerável que em algumas línguas europeias seu número seja em grande parte reduzido.

Portanto, notamos que algumas de nossas categorias nominais ou não ocorrem, ou ocorrem somente em formas muito reduzidas. Por outro lado, devemos reconhecer que outras categorias novas, totalmente desconhecidas nas línguas europeias, podem ocorrer. Classificações como aquelas apresentadas antes – tais como animados e inanimados, ou de substantivos designando homens, e outros substantivos; e, além disso, de substantivos de acordo com a forma – são bastante estranhas para nós, embora ocorram classificações de forma na associação do verbo e do substantivo. Portanto, nós não dizemos *a tree is somewhere*<sup>31</sup>, *mas a tree stands*<sup>32</sup>, e não dizemos *the river is in New York*<sup>33</sup>, *mas the river flows through New York*<sup>34</sup>.

## Tempo

Classes de tempo dos substantivos não são raras nas línguas americanas. Como podemos falar de *um futuro marido* ou do *nosso falecido amigo*, muitas línguas indígenas expressam em todos os nomes a sua existência no presente, passado ou futuro, e eles a requerem para a clareza de expressão assim como nós requeremos a distinção entre singular e plural.

## Pronomes Pessoais

A mesma falta de conformidade nos princípios de classificação pode ser encontrada nos pronomes. Costumamos falar em três pessoas do pronome, que ocorrem tanto no singular como no plural. Embora façamos a distinção de gênero para a terceira pessoa do pronome, nós não concretizamos consistentemente esse princípio de classificação em

31 N.T.: Em português: *a árvore está em algum lugar*.

32 N.T.: Em português: *a árvore fica em pé*.

33 N.T.: Em português: *o rio fica em Nova Iorque*.

34 N.T.: Em português: *o rio corre através de Nova Iorque*.

outras pessoas. A primeira e a segunda pessoas e a terceira pessoa do plural têm a mesma forma para o masculino, o feminino e o neutro. Uma aplicação mais precisa do sistema do sexo é feita, por exemplo, na língua dos Hotentote da África do Sul, na qual o sexo é distinguido não só na terceira pessoa, mas também na primeira e na segunda pessoas.

Logicamente, nossas três pessoas do pronome são baseadas em dois conceitos de si mesmo e não-eu, sendo a segunda subdividida, de acordo com a necessidade do discurso, nos dois conceitos da pessoa a quem se fala e da pessoa de quem se fala. Quando, portanto, falamos da primeira pessoa do plural, nós logicamente englobamos o eu mesmo e a pessoa a quem se fala, ou o eu mesmo e a pessoa ou pessoas de quem se fala, ou, finalmente, o eu mesmo e a pessoa ou pessoas a quem se fala, e a pessoa e pessoas de quem se fala. É impossível a verdadeira primeira pessoa do plural, porque não pode haver mais que um eu. A imprecisão lógica é evitada em muitas línguas, nas quais uma distinção clara é feita entre as duas combinações do eu mesmo, a pessoa ou as pessoas a quem se fala, ou o eu mesmo e a pessoa ou pessoas de quem se fala. Não conheço nenhuma língua que expressa de forma separada a combinação das três pessoas, porque essa ideia prontamente se funde com a ideia do eu e das pessoas a quem se fala. Essas duas formas são geralmente designadas pelo termo um tanto impreciso da primeira pessoa do plural “inclusiva” e “exclusiva”, a qual significa a primeira pessoa do plural incluindo ou excluindo a pessoa a quem se fala. A segunda e a terceira pessoas formam plurais verdadeiros. Portanto, o princípio da divisão dos pronomes se concretiza em muitas línguas de modo mais preciso do que ela ocorre no grupo europeu.

Por outro lado, a falta de distinção clara entre o singular e o plural pode ser observada também em formas pronominais em várias línguas. Portanto, os Sioux<sup>35</sup> não fazem nenhuma distinção pronominal entre o singular e o plural da segunda pessoa, e somente uma distinção bastante imperfeita entre a terceira pessoa do singular e do plural. Entretanto, as primeiras pessoas do singular e do plural, de acordo com a diferença fundamental no seu significado, são precisamente distinguidas. Em alguns dialetos siouanos, pode-se dizer que o objeto pronominal tem somente a primeira pessoa do singular, a primeira pessoa do plural e a segunda pessoa, e não existe nenhum outro pronome para o objeto. Portanto, o sistema de pronomes pode ser reduzido a um mero fragmento do que normalmente encontramos.

35 N.T.: Para o etnônimo Sioux e língua desse povo, segue-se a grafia utilizada por José Carlos Pereira no livro BOAS, Franz. 2015. *Arte primitiva*. [tradução de José Carlos pereira]. Rio de Janeiro: Editora Vozes. Deve-se atentar que, no trabalho de Boas, Sioux é o nome de uma das línguas da família siouan. Atualmente, tomando como referência a plataforma Glottlog (Hammarström, Harald & Forkel, Robert & Haspelmath, Martin & Bank, Sebastian (org.). *Glottolog*. Disponível em: <https://glottolog.org/resource/languoid/id/dako1258>, Acesso em: 16/10/2022), Sioux é considerada uma subfamília da família linguística siouan, da qual fazem parte as línguas Dakota e Lakota.

### ***Pronomes Demonstrativos***

Em muitos casos, a analogia dos pronomes pessoais e dos pronomes demonstrativos é rígida: o pronome demonstrativo tem três pessoas do mesmo modo que o pronome pessoal. Assim os Kwakiutl dizem: *a casa próxima a mim* (esta casa), *a casa perto de ti* (aquela casa) e *a casa perto dele* (aquela casa).

Mas outros pontos de vista são adicionados ao princípio de divisão correspondente ao pronome pessoal. Portanto, o Kwakiutl e muitas outras línguas americanas adicionam ao conceito pronominal acima discutido o conceito da visibilidade e invisibilidade, enquanto os Chinuque acrescentam os conceitos de presente e passado. Talvez o desenvolvimento mais interessante da ideia demonstrativa seja encontrado entre os Esquimó, em cuja língua não somente ocorrem as ideias correspondentes aos três pronomes pessoais, mas também aquelas de posição no espaço em relação ao falante, sendo estas especificadas em sete direções: centro, acima, abaixo, na frente, atrás, direita, esquerda, havendo também àquelas que expressam os pontos cardeais em relação à posição do falante.

Deve-se ter em mente que as divisões mencionadas aqui são todas partes necessárias para a expressão clara nas línguas mencionadas. Por exemplo, na língua kwakiutl é inconcebível usar uma expressão como *nossa esta casa*, que significa em inglês *the single house away from the speaker*<sup>36</sup>. Os Kwakiutl devem expressar essa ideia em uma das seis formas seguintes:

*A casa (singular ou plural) visível perto de mim*  
*invisível perto de mim*  
*visível perto de você*  
*invisível perto de você*  
*visível perto dele*  
*invisível perto dele*

Enquanto os Esquimó expressariam um termo como *este homem* como:

*Este homem perto de mim*  
*perto de você*  
*perto dele*  
*atrás de mim*  
*na minha frente*  
*à minha direita*  
*à minha esquerda*  
*acima de mim*  
*abaixo de mim, etc.*

36 N.T.: em português: *a única casa longe do falante*.

### ***Categorias Verbais***

Podemos examinar diferenças semelhantes nos verbos. Nas nossas línguas indo-europeias existem expressões que significam pessoas, tempo, modos e vozes. As ideias representadas por esses grupos são desenvolvidas de modo bastante desigual em várias línguas. Em muitos casos, as formas que expressam as pessoas são expressas simplesmente por uma combinação do pronome pessoal e do verbo; em outros casos os complexos fonéticos expressando relações pessoais são desenvolvidos de um modo surpreendente. Então as línguas algonquina e esquimó possuem grupos fonéticos especiais que expressam relações definidas entre o sujeito e o objeto que ocorrem nos verbos transitivos. Por exemplo, em sentenças como *Eu te bato*, ou *Eles me batem*, a combinação dos pronomes *eu - te*, e *eles - me*, é expressa por equivalentes fonéticos especiais. Há casos em que os objetos indiretos *Eu o mando para você* podem ser expressos por uma única forma.

Um traço que caracteriza as formas mencionadas acima é que o pronome combinado não pode ser reduzido aos seus elementos constituintes, embora historicamente ele possa ter se originado das combinações de formas separadas. É obvio que em casos em que o desenvolvimento do pronome é tão fraco quanto nas línguas siouanas, às quais já me referi antes, a definição das formas pronominais do verbo, às quais estamos acostumados, fica totalmente perdida. Acontece que na língua Sioux o verbo por si só pode ser usado tanto para a ideia mais ou menos abstrata da ação verbal quanto para a terceira pessoa do indicativo.

Muito mais fundamentais são as diferenças existentes em relação aos tempos e modos. Estamos acostumados à formas verbais em que o tempo é sempre expresso com perfeita precisão. Na sentença *O homem está doente* expressamos realmente a ideia: *O homem definido está doente no momento presente*. A expressão precisa da relação de tempo da ocorrência não é usada em muitas línguas. Os Esquimó, por exemplo, ao expressar a mesma ideia, simplesmente dizem: *único homem doente*, não especificando se o homem estava doente antes, está doente no momento presente, ou vai ficar doente no futuro. Nesse caso, a condição é semelhante àquela descrita antes em relação à pluralidade. Os Esquimó podem, claro, expressar se o homem está doente no momento presente, estava doente, ou vai ficar doente, mas a forma gramatical das suas sentenças não exige a expressão da relação de tempo. Em outros casos as ideias de tempo podem ser expressas com mais minúcia do que encontramos em nossas gramáticas. Geralmente, as línguas que apresentam uma multiplicidade de tempos incluem na sua forma de expressão certas modificações do conceito de tempo que podem ser chamados de “semi-temporais”, como incoativas, que expressam o início de uma ação; durativos, que expressam o período de

tempo durante o qual a ação acontece; transacionais, que expressam a mudança de um estado de ser para outro; etc. Há pouca concordância em relação à ocorrência desses tempos, e as características de muitas línguas mostram que os tempos não são uma exigência para a expressão clara.

O que é verdadeiro em relação aos tempos também se aplica aos modos. Há um número considerável de línguas que têm somente um modo, ou no máximo o indicativo e o imperativo, embora, nesse caso, a ideia de subordinação também possa ser expressa se for desejado.

Os poucos exemplos que dei aqui demonstram que muitas das categorias que tendemos a considerar essenciais podem não existir em outras línguas, e que outras categorias podem substituí-las.

### **Interpretação das Categorias Gramaticais**

Quando consideramos por um momento o que isso implica, reconhece-se que em cada língua somente uma parte do conceito completo que temos em nossa mente é expresso, e que cada língua tem uma tendência peculiar para selecionar este ou aquele aspecto da imagem mental que é transmitida pela expressão do pensamento. Para usar novamente o exemplo mencionado antes: *The man is sick* (em português: *O homem está doente*), expressamos por meio dessa sentença, em inglês, a seguinte ideia: *um só homem específico no momento está doente*. Na língua kwakiutl essa sentença teria que ser traduzida por uma expressão que significaria, na forma mais vaga que se possa dar a ela, *homem definido perto dele invisível doente perto dele invisível*. Visibilidade e proximidade com a primeira ou segunda pessoa podem, claro, ser escolhidas em nosso exemplo em vez de invisibilidade e proximidade com a terceira pessoa. Uma expressão idiomática da sentença nessa língua seria, entretanto, muito mais precisa e exigiria uma expressão mais ou menos como a seguinte: *Aquele homem invisível está doente deitado no chão da casa ausente*. Por outro lado, em Esquimó, a mesma ideia seria expressa por uma forma como *(único) homem doente*, deixando a informação sobre lugar e tempo totalmente indefinida. Na língua ponca, um dos dialetos siouan, a mesma ideia exigiria perguntar se o homem está estático ou em movimento, podendo haver uma forma como *o único homem em movimento está doente*. Se levarmos em consideração outros traços da expressão idiomática, esse exemplo pode ser expandido ao se adicionarem as modalidades do verbo. Então, os Kwakiutl, cuja língua eu usei várias vezes como exemplo, exigiriam uma forma indicando se esse é um novo assunto introduzido na conversa ou não. Caso o próprio falante não tenha visto a pessoa doente, ele teria de expressar se ele sabe por ter ouvido falar que a pessoa está doente

ou por evidência, ou se ele sonhou. Entretanto, parece melhor não complicar a nossa discussão atual ao levar em consideração as possibilidades de uma expressão precisa que pode ser exigida nas formas idiomáticas do discurso, mas considerar somente aquelas partes da sentença que, de acordo com a morfologia da língua, devem ser expressas.

A partir dos exemplos dados aqui, concluímos que, em uma discussão sobre as características de várias línguas, podem se encontrar categorias fundamentais diferentes, e que, ao se compararem línguas diferentes, é necessário comparar não só as características fonéticas, mas também as características de vocabulário e as de conceitos gramaticais para dar a cada língua seu lugar apropriado.

### **3. Classificação das Línguas**

#### **Origem dos Dialeto**

Em muitos casos a determinação da relação genética entre as línguas é perfeitamente simples. Onde quer que encontramos semelhanças próximas na fonética, no vocabulário e em detalhes gramaticais, não há a menor dúvida de que as línguas que estão sendo estudadas são variantes da mesma forma ancestral.

A diferenciação de uma única língua em um certo número de dialetos é, até certo ponto, espontânea. Quando a comunicação entre povos falantes da mesma língua cessa, peculiaridades de pronúncia se manifestam prontamente em uma região ou outra e elas podem se tornar permanentes. Em alguns casos essas manifestações de pronúncia podem aumentar gradualmente e podem tornar-se tão radicais que várias formas bastante diferentes da língua original se desenvolvem. Ao mesmo tempo, as palavras assumem prontamente um novo significado e, se a separação do povo for acompanhada por uma diferenciação de cultura, essas mudanças podem avançar em um ritmo muito rápido.

Em casos dessas mudanças fonéticas e modificações no significado das palavras, certo grau de regularidade pode ser observado e, por causa disso, pode-se estabelecer a relação histórica entre os novos dialetos e as formas mais antigas e compará-la às modificações que ocorreram em uma série de gerações de seres humanos.

Pode haver outra forma de modificação que é análoga às transformações biológicas. Temos que reconhecer que não se deve procurar a origem das línguas nas faculdades humanas que já foram uma vez ativas, mas que desapareceram. Na verdade, novos acréscimos são constantemente feitos aos recursos linguísticos e ao material linguístico. Tais acréscimos espontâneos podem ocorrer em um dos novos dialetos, embora não aconteçam em outro. Embora relacionados à estrutura da língua antiga, esses acréscimos

são completamente novos e, conseqüentemente, não podem ser diretamente relacionados à língua ancestral.

Deve-se levar em consideração que cada um desses dialetos pode incorporar novo material. Entretanto, em todos os casos em que o material antigo constitui a maior parte do material da língua, sua relação próxima à língua ancestral será prontamente reconhecida. Em todos esses casos, a fonética, detalhes da estrutura gramatical e o vocabulário demonstram semelhanças de longo alcance.

### **Comparação de Línguas Distintas**

O problema é muito mais difícil quando as semelhanças em qualquer um desses traços se tornam menos visíveis. Com a maior abrangência de nosso conhecimento sobre as línguas primitivas, descobriu-se que não são raros os casos em que línguas faladas em certas áreas contínuas mostram diferenças radicais em vocabulário e formas gramaticais, mas semelhanças próximas nos seus elementos fonéticos. Em outros casos, a semelhança de elementos fonéticos pode ser menos visível, mas pode haver semelhança próxima em detalhes estruturais. Muitos pesquisadores indicaram analogias específicas em certas palavras sem serem capazes de mostrar que a forma gramatical e o caráter fonético geral coincidem. Podem ser dados muitos exemplos de tais condições. Na América, por exemplo, a semelhança fonética de línguas faladas entre a costa de Oregon e Monte St. Ellis é impressionante. Todas essas línguas são caracterizadas pela ocorrência de muitos sons *k* e sons *l* peculiares e pela tendência de articulação muito acentuada e, na maior parte dos casos, pela tendência ao agrupamento de consoantes. Conseqüentemente, para nossos ouvidos, essas línguas soam ásperas e duras. Apesar dessas semelhanças, as línguas dessa área têm formas gramaticais e vocabulários tão distintos que parece impossível que, nessa área, elas partilharem a mesma origem comum. Encontra-se um exemplo semelhante na África do Sul, onde os negros Bantu, Bosquímano<sup>37</sup> e Hotentote utilizam alguns sons peculiares que são produzidos por inspiração – inspiram a respiração, não a expellem –, sons que são comumente chamados de “clicks”. Apesar desse traço peculiar comum nas suas línguas, não há semelhança na gramática e quase nenhuma no vocabulário.

Podemos também dar como exemplo as línguas siouanas e iroquesas da América do Norte, dois ramos que vivem próximos e se caracterizam pela ocorrência de várias vogais nasalizadas. Podem-se mencionar também as características fonéticas das línguas

37 N.T.: Povo conhecido hoje pelo etnônimo “San”. Para o etnônimo Bosquímano, segue-se a grafia utilizada por José Carlos Pereira no livro BOAS, Franz. 2015. *Arte primitiva*. [tradução de José Carlos Pereira]. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

californianas, que soam agradáveis aos nossos ouvidos e contrastam fortemente com as línguas da costa do Pacífico Norte.

Deve-se dizer que, no geral, as características fonéticas de uma área restrita aparecem na sua forma mais pronunciada quando comparamos toda a região com áreas vizinhas. Elas formam uma unidade mais pelo contraste com fonéticas estrangeiras do que quando comparadas entre si mesmas, tendo cada língua suas próprias características particulares em um grupo desse tipo. Portanto, o Tlingit<sup>38</sup> da costa do Pacífico Norte difere muito do Chinuke do rio Colúmbia. Entretanto, quando as duas línguas são comparadas a uma língua do sul da Califórnia, o Sioux ou as línguas algonquinas, traços que são comuns às duas línguas aparecem até em um grau bastante evidente.

O que é verdadeiro para a fonética, também o é para a forma gramatical, e esse é evidentemente um traço característico das línguas de todo o mundo. Esses grupos podem ser prontamente reconhecidos especialmente na América do Norte. Uma discussão mais detalhada sobre esse problema será feita em outro lugar e é suficiente afirmar aqui que línguas como, por exemplo, as athapaskan, tlingit e haida, que são faladas em uma área contínua na costa noroeste do nosso continente, mostram certas características comuns quando comparadas a línguas vizinhas como as línguas esquimó, algonquinas e tsimshian. De modo semelhante, algumas línguas californianas, ou línguas do sul da Colúmbia Britânica, e línguas como o pawnee e o iroquês, formam um grupo caracterizado por certos traços que não são encontrados em outras línguas.

Em casos em que tais semelhanças morfológicas ocorrem sem uma semelhança correspondente no vocabulário, é difícil determinar se essas línguas podem ser consideradas descendentes de uma língua-mãe. Há numerosos casos que não podem ser avaliados porque, por um lado, é difícil identificar tais semelhanças, enquanto que, por outro lado, há diferenças radicais que não podem ser consideradas sem supor-se a introdução de um elemento totalmente externo.

Fenômenos semelhantes induziram P. W. Schmidt a considerar as línguas do Sudeste da Ásia<sup>39</sup> e da Malásia como relacionadas, e o mesmo problema foi discutido por Lepsius e, novamente, por Meinhoff, em referência à relação das línguas dos Hotentote a algumas línguas do leste africano e às línguas dos povos hamíticos do norte da África.

Surgem também dificuldades em casos em que um número considerável de palavras semelhantes é encontrado sem a correspondente semelhança das formas gramaticais,

38 N.T.: Ver nota 3.

39 N.T.: O autor utiliza o termo *Farther India* [a Índia longínqua], antiga forma de denominar a região do sudeste asiático.

tanto que podemos relutar ao combinar essas duas línguas, apesar de suas semelhanças de vocabulário.

A comparação de vocabulários apresenta dificuldades peculiares nas línguas americanas. Infelizmente, nosso conhecimento das línguas americanas é muito limitado e, em muitos casos, estamos restritos a um conjunto de algumas centenas de palavras, sem nenhuma informação sobre as formas gramaticais. Devido à forte tendência de muitas línguas americanas de formar palavras compostas ou derivações de vários tipos, é difícil reconhecer nesse tipo de vocabulário os elementos componentes das palavras, e frequentemente semelhanças acidentais podem se destacar. Mas, a partir de um conhecimento detalhado da língua, ficaria provado que elas não têm nenhuma importância.

Deixando de lado essa dificuldade prática, pode acontecer com frequência que, em línguas vizinhas, um mesmo termo seja usado para designar o mesmo objeto devido não à relação entre as línguas, mas ao fato de que a palavra pode ser uma palavra emprestada em várias delas. Como os vocabulários que são comumente coletados compreendem termos para objetos encontrados em uso comum, parece muito provável que haja entre elas um certo número de palavras emprestadas.

Mesmo quando o material disponível é mais completo e mais detalhadamente analisado, podem surgir dúvidas com relação ao significado de vocabulário com semelhanças aparentes.

### **Influências Mútuas das Línguas**

Em todos esses casos a decisão final dependerá da resposta às seguintes perguntas: até que ponto línguas distintas podem influenciar umas às outras, e até que ponto uma língua, sem estar sujeita a influências externas, pode desviar-se de seu tipo parental? Embora pareça que não é hora ainda de responder definitivamente a essas perguntas, a evidência parece favorecer a existência de influências de longo alcance desse tipo.

### ***Influências Fonéticas***

Talvez isso seja mais evidente no caso da fonética. É inconcebível entender por que línguas faladas em áreas contínuas e totalmente distintas em vocabulário e em estrutura gramatical partilham as mesmas características fonéticas, a menos que consideremos que, por imitação, certas características podem ser disseminadas além de um único grupo linguístico. Embora eu não saiba que evidência histórica de tais ocorrências tenham sido encontradas, o fenômeno, como ocorre na África do Sul, entre os Bantu e os Hotentote, parece não admitir qualquer outra explicação. Até certo ponto, o mesmo se aplica entre outras línguas distintas, mas vizinhas.

Não se pode negar a possibilidade de transferência de sons. Entre os indígenas americanos, por exemplo – entre os quais casamentos entre indivíduos pertencentes a tribos diferentes são frequentes, mulheres escravas criam seus próprios filhos e os filhos dos seus donos e, devido ao pequeno número de indivíduos constituintes da tribo, não é raro haver indivíduos que dominam várias línguas distintas – há muita chance de que uma língua exerça sua influência fonética sobre outra. A adequação dessa explicação permanece e deve ser discutida em novos estudos históricos.

### ***Influências Gramaticais***

Também é provável a influência da sintaxe de uma língua sobre a outra e, até certo ponto, a influência da morfologia de uma língua sobre outra. O estudo das línguas europeias tem evidenciado claramente a profunda influência exercida pelo latim sobre a sintaxe de todas as línguas modernas europeias. Podemos também reconhecer como certas formas sintáticas de expressão ocorrem em línguas vizinhas no nosso continente americano. Para dar um exemplo desse tipo, verificamos que, na maioria das diferentes línguas da costa do Pacífico Norte, os comandos são dados de forma perifrástica: *Seria bom se você fizesse isso ou aquilo*; e em muitos casos essa forma perifrástica foi inteiramente substituída pelo imperativo comum. Portanto, pode ser que grupos de conceitos psicológicos que são expressos por meio de formas gramaticais podem ter se desenvolvido em uma língua sob a influência de outra. Se um dia admitirmos essa influência, é difícil dizer onde estaria o limite para as modificações causadas por esses processos.

Por outro lado, parece excessivamente difícil compreender por que os traços morfológicos mais fundamentais de uma língua desaparecem sob a influência de outra forma de pensamento expressa por língua diferente. Isso poderia significar que o maior número de formas gramaticais desapareceria e categorias inteiramente novas desenvolver-se-iam. Apesar de não se poder negar que modificações importantes desse tipo são possíveis, é necessária comprovação muito prudente em cada caso antes da aceitação de sua existência.

Não são raros casos de introdução de novos sufixos nas línguas europeias. Portanto, a terminação *-able* de palavras francesas foi adotado tão frequentemente em inglês que o próprio sufixo atingiu certa independência e podemos formar palavras como *eatable* ou mesmo *get-at-able*, nas quais o final, que era originalmente francês, é acrescentado à palavra inglesa. Do mesmo modo, a terminação verbal em francês *-ir*, combinada com o final do infinitivo alemão *-en*, é usada em muitas palavras alemãs como se fosse um final puramente alemão. Entretanto, eu não conheço nenhuma observação que apontaria para

uma modificação radical de traços morfológicos de uma língua através da influência de outra língua.

### ***Influências Lexicográficas***

Embora a influência fonética de línguas distintas umas sobre as outras e a modificação de traços morfológicos em línguas diferentes sejam ainda obscuras, o empréstimo de palavras é muito comum e algumas vezes alcança uma grande abrangência. O vocabulário do inglês é um ótimo exemplo da combinação ampla de vocabulários de línguas bastante distintas, e é instrutivo entender o modo como se chegou a isso. Além de adotar grande parte do vocabulário dos conquistadores normandos, os Anglo-Saxões assumiram alguns termos da língua celta antiga, e adotaram algumas palavras dos invasores normandos. Entretanto, verificamos, mais tarde, introduções do latim e do grego que ocorreram através do progresso das artes e das ciências e foram filtradas das classes educadas para as classes sem educação formal. Além disso, numerosos termos foram adotados de povos menos civilizados com os quais falantes de inglês entraram em contato em diferentes partes do mundo. Como consequência, o australiano e o inglês-indiano adotaram muitos termos nativos e um grande número deles tornou-se inglês coloquial e inglês moderno escrito. Esse fenômeno é tão comum e os processos pelos quais novas palavras entram em uma língua são tão óbvios que não há necessidade de uma discussão mais detalhada. Outro exemplo que pode ser mencionado aqui é o da língua turca, que adotou um grande número de palavras árabes.

Nesse processo de transferência de uma língua para outra, as palavras passam, certamente, por mudanças importantes. Deve-se isso, parcialmente, às dificuldades fonéticas que consistem na adaptação de grupos de sons desconhecidos para os sons semelhantes e conhecidos da língua pela qual a palavra foi adotada. Pode haver assimilações pelas quais a forma gramatical da palavra se torna semelhante a formas mais conhecidas. Além disso, mudanças no significado da palavra são comuns e novas derivações podem se formar a partir da palavra após ela se tornar totalmente conhecida, como outras palavras nativas.

Nesse aspecto, algumas línguas americanas parecem comportar-se de maneira curiosa quando comparadas com línguas europeias. O empréstimo de palavras na Europa é particularmente comum quando um novo objeto é introduzido pela primeira vez. Em quase todos os casos a designação estrangeira é adotada com modificações fonéticas mais ou menos fundamentais. Exemplos desse tipo são as palavras *tobacco*,

*canoe, maize, chocolate*<sup>40</sup> – para ilustrar alguns empréstimos de palavras de línguas americanas. Por outro lado, os nativos americanos nem sempre adotam palavras dessa maneira, mas é mais comum inventarem palavras descritivas pelas quais o novo objeto é designado. Portanto, os Tsimshian da Colúmbia Britânica designavam arroz por um termo que significava *parecendo larvas*. Os Kwakiutl chamam um barco a vapor de *fogo nas costas movendo-se na água*. Os Esquimó chamam tabaco cortado de *sendo assoprado sobre*. Palavras desse tipo são amplamente usadas, embora o empréstimo de palavras do inglês não seja raro. Os termos *biscuit, dollar, coffee, tea*<sup>41</sup> são encontrados em muitas línguas indígenas. Provavelmente a razão pela qual as palavras descritivas são mais comuns em línguas americanas do que em línguas europeias está na ocorrência frequente de substantivos descritivos.

Concluimos, portanto, que existem dois conjuntos de fenômenos que devem ser considerados na classificação das línguas: (1) diferenças que podem ser facilmente comprovadas como sendo derivadas de modificações de uma única língua ancestral; e (2) semelhanças que não podem ser explicadas, devendo-se, algumas delas, aos efeitos de mistura.

### **Origem das semelhanças: por Disseminação ou por Desenvolvimento Paralelo**

Antes de continuarmos com esta consideração, devemos discutir as duas possibilidades lógicas de tais semelhanças. Uma possibilidade é a de que tais semelhanças se deva à disseminação de uma fonte comum. Nesse caso, elas se originaram uma única vez e foram difundidas pela influência de um povo sobre outro. Outra possibilidade é a de que elas tiveram origem independente em muitas partes do mundo.

Essa alternativa está presente na explicação de todos os fenômenos étnicos e é uma das questões fundamentais em relação a que aspectos o etnólogo, assim como o pesquisador de línguas, deve ser claro. Em considerações mais antigas quanto à posição da raça americana entre as raças humanas, por exemplo, supunha-se que a ocorrência de fenômenos semelhantes entre os povos do Velho Mundo e os do Novo Mundo evidenciariam relação genética. É óbvio que esse método de provar relações pressupõe que, quaisquer que sejam as semelhanças, elas devem ter sido feitas pelo mesmo povo em diferentes partes do mundo e, portanto, podem ser consideradas prova de descendência comum. O método então aplicado não leva em consideração que haja possivelmente uma difusão gradual de elementos culturais de um povo para outro, e que haja fundamentalmente

---

40 N.T.: Em português: *tabaco, canoa, milho e chocolate*.

41 N.T.: Em português: *biscoito, dólar, café, chá*.

o desenvolvimento paralelo, mas independente, de fenômenos entre raças diferentes em partes remotas do mundo. Desde que tal desenvolvimento é logicamente possível, provas de relação genética não devem basear-se apenas na ocorrência de semelhanças esporádicas.

Pode-se somente chegar a uma decisão final sobre esse problema difícil por meio de evidência histórica, que quase nunca está disponível e, por causa disso, o tratamento sistemático da questão deve ser feito com muito cuidado.

São numerosos os casos em que semelhanças isoladas de fenômenos étnicos em partes remotas do mundo foram registradas, e muitas delas são de tal ordem que a transmissão não pode ser provada de maneira alguma. Se, por exemplo, os indígenas da América do Sul usam instrumentos musicais sagrados, que não podem ser vistos por mulheres, e se, aparentemente, o mesmo costume predomina entre os aborígenes australianos, é inadmissível pressupor-se que o mesmo costume ocorra em dois lugares remotos devido à transmissão. É perfeitamente compreensível que o costume possa ter se desenvolvido independentemente em cada continente. Por outro lado, há muitos casos em que certos costumes complexos e peculiares são distribuídos por grandes áreas contínuas onde é plausível a transmissão por grandes partes dessas mesmas áreas. Nesse caso, ainda que a origem independente tenha ocorrido em partes diferentes da região em questão, a distribuição atual é totalmente explicada pela suposição de disseminação estendida.

Isso se aplica, por exemplo, no caso de tradições semelhantes que são distribuídas por vastas regiões. Um exemplo disso é a história de duas meninas que viram no céu duas estrelas, uma brilhante e uma pequena, e desejaram que essas estrelas fossem seus maridos. Na manhã seguinte elas se encontravam no céu, casadas com as estrelas; e mais tarde tentaram retornar para a terra, tentando passar por um buraco no céu. Essa lenda bastante complexa acha-se distribuída pelo continente americano em uma área que se estende da Nova Escócia até a foz do rio Mississipi, a oeste das Montanhas Rochosas, e em lugares até mesmo no Oceano Pacífico, por exemplo, no Alasca e no estado de Washington. É difícil supor, em um caso como esse, a possibilidade de uma invenção independente da lenda em pontos distintos; mas se deve pressupor que, depois da lenda ter chegado à sua forma atual, ela tenha se espalhado por disseminação por toda a parte do continente onde ela é encontrada atualmente.

Em casos extremos, as conclusões tiradas desses dois tipos de explicação parecem impossíveis de ser contestadas; mas há naturalmente um grande número de outros casos em que o fenômeno em questão não é suficientemente complexo ou distribuído sobre uma área suficientemente grande e contínua, para chegar-se com certeza à conclusão

de uma origem por disseminação. Há outros casos em que pode ter havido distribuições esporádicas curiosamente organizadas e em que possa ter havido possibilidades vagas de contato. Portanto, acontece frequentemente que não se possa chegar a uma conclusão satisfatória.

Devemos também levar em consideração que em muitos casos pode ter havido uma distribuição contínua, que pode ter sido descontinuada devido ao desaparecimento dos fenômenos em questão em regiões intermediárias. Entretanto, se quisermos seguir um método seguro, não podemos admitir tais causas para a distribuição esporádica, a menos que elas possam ser definitivamente provadas por outra evidência. Do contrário, abre-se caminho para tentativas de se colocar em contato praticamente todas as partes do mundo umas com as outras.

A ocorrência geral de fenômenos étnicos semelhantes em partes distantes do mundo admite também a explicação da existência de certo número de costumes e hábitos que eram comuns para grande parte da humanidade num período inicial e que se mantiveram aqui e acolá até o momento presente. Não se pode negar que esse ponto de vista tem alguns elementos a seu favor. Entretanto, no estado atual de nosso conhecimento, é difícil dizer se seria possível prová-lo ou não.

Encontramos o mesmo problema fundamental em relação às semelhanças das línguas, que são muito vagas para serem consideradas provas de relação genética. É óbvio que elas existem. Temos não somente as características comuns de todas as línguas humanas, que foram discutidas no capítulo anterior, mas também outras semelhanças que devem ser consideradas aqui.

### **Influência do meio ambiente sobre a língua**

É frequentemente sugerido que semelhanças entre línguas e costumes vizinhos podem ser explicadas pela influência do meio ambiente. A ideia principal nessa teoria é que a mente humana, sob a pressão de condições semelhantes, produzirá os mesmos resultados. Conseqüentemente, os membros de uma mesma raça nos mesmos ambientes produzirão, por exemplo, na sua fala articulada, o mesmo tipo de fonética, diferenciando-se talvez em detalhes de acordo com as variações do meio ambiente, mas fundamentalmente a mesma fonética em suas características essenciais. Portanto, afirma-se que o clima com névoa e tempestades da costa do Pacífico Norte causava uma condição catarral crônica entre os habitantes, devendo-se a essa condição a pronúncia gutural e a aspereza de suas línguas. Por outro lado, a amenidade do clima da Califórnia seria responsável pelo caráter eufônico das línguas daquela região.

Não acredito que pesquisas detalhadas em qualquer parte do mundo poderiam embasar essa teoria. Devemos exigir prova de que a mesma língua, quando distribuída por regiões de climas diferentes, deve produzir o mesmo tipo de modificações que aquelas aqui exemplificadas. Podemos também exigir que, onde quer que haja climas semelhantes, deve haver, pelo menos, semelhanças próximas na fonética das línguas. Seria difícil provar que esse é o caso, mesmo se aceitarmos a desculpa de que influências modificadoras tenham encoberto a semelhança original do caráter fonético.

Tomando-se, por exemplo, as pessoas do Ártico do Velho e do Novo Mundo como uma unidade, encontram-se traços fundamentalmente diferentes na fonética dos Esquimó, dos Chukchee do leste da Sibéria, e de outros povos do Ártico asiático e europeu. As fonéticas dos desertos da Ásia e da África do sul e do sudoeste da América do Norte não se assemelham de forma alguma. As tribos das pradarias da América do Norte, embora tenham quase o mesmo clima em uma área considerável, mostram diferenças marcantes nas fonéticas de suas línguas. Por outro lado, as tribos pertencentes à família Salish, que vivem ao leste das Montanhas Rochosas, no interior da Colúmbia Britânica, falam uma língua que não é menos áspera que aquela de seus congêneres na costa norte do estado de Washington. Em qualquer tentativa de associar-se fonética e clima, haveria tantas discrepâncias que, para se tentar desenvolver a teoria, seria necessário explicar as exceções em vez dos exemplos que embasariam sua exatidão.

O que se aplica à fonética, também pode ser aplicado para a morfologia e para o vocabulário. Nunca achei que tenha alguma vez sido afirmado que palavras semelhantes tenham necessariamente se originado sob a pressão das mesmas condições embora, se admitirmos a exatidão do princípio, não haja razão para fazermos exceção em relação ao vocabulário.

Acredito que essa teoria pode ser menos embasada no campo da linguística do que no campo da etnologia. É certamente verdade que cada povo se adapta até certo ponto a seus ambientes, e que eles podem tirar o melhor proveito dos seus ambientes de acordo com as características fundamentais de sua cultura, mas não acredito que, em casos isolados, seja possível explicar que se deve a cultura de um povo à influência dos seus ambientes. É evidente que os Esquimó do Ártico setentrional da América não fazem uso extensivo da madeira, um material que é muito raro naquelas partes do mundo, e que os indígenas das florestas do Brasil não estão familiarizados com os usos que têm a neve. Podemos ainda ir mais além e reconhecer que, após a utilidade de certas substâncias, plantas e animais tenha sido reconhecida – como bambu nos trópicos ou cedro na costa do Pacífico Norte da América, marfim nas regiões árticas, ou ainda o búfalo nas planícies

da América do Norte –, eles encontrarão os mais variados usos e descobrirão numerosas invenções para expandir suas utilidades. Devemos reconhecer também que a distribuição de um produto de uma região, as dificuldades e facilidades de viagens, a necessidade de alcançar certos pontos, tudo isso pode influenciar profundamente os hábitos de um povo. Mas, com tudo isso, não se pode atribuir às condições geográficas mais que uma influência modificadora sobre as características fundamentais da cultura. Se isso não fosse verdade, os fatos peculiares de disseminação de invenções, de crenças, de hábitos e de outros fenômenos etnológicos não seriam compreensíveis.

Por exemplo, o uso de casas subterrâneas é disseminado na América e na Ásia, estendendo-se desde as partes nortes do planalto até às Grandes Planícies, indo também no Norte em direção à região ártica. Ao cruzar o estreito de Bering, elas são usadas ao longo da costa do Pacífico na Ásia e ao sul e norte do Japão, sem mencionar as residências subterrâneas da Europa e norte da África. O clima dessa região mostra diferenças consideráveis e não existe a necessidade climática de habitações subterrâneas em muitas partes da área onde elas ocorrem.

Em uma área semelhante, existe o costume de aumentar a elasticidade do arco cobrindo-o com o tendão. Ainda que esse procedimento seja importante nas regiões árticas, onde não existe madeira elástica, isso não é necessário nas partes mais ao sul das Montanhas Rochosas ou ao longo da costa leste da Ásia, onde há muitas variedades de madeira forte e elástica. Entretanto, tal foi a utilidade dessa invenção que ela parece ter tido aplicação generalizada em uma extensa região.

Podemos dar vários exemplos que ilustrariam o fato de que a adaptação de um povo aos seus ambientes não é de modo algum perfeita. Por exemplo, como podemos explicar o fato de que os Esquimó, apesar de sua inventividade, nunca pensaram em domesticar o caribu, enquanto os Chukchee tinham grandes manadas de renas? Por outro lado, por que os Chukchee, que são obrigados a viajar com suas manadas de renas, usam uma barraca tão pesada que é preciso uma fileira de trenós para movê-la, enquanto os esquimós reduziram tanto a estrutura de suas barracas que um só trenó pode ser usado para transportá-las para outros lugares?

Outros exemplos de um tipo semelhante são as diferenças entre as habitações das tribos Athapaskan no Ártico e as dos Esquimó. Apesar do rigor do clima, os primeiros vivem em barracas leves feitas de pele, enquanto os Esquimó conseguem proteger-se de modo eficaz contra os ventos fortes e as neves do inverno.

O que de fato parece acontecer nos movimentos dos povos é que um povo que se estabelece em um novo ambiente primeiramente se agarrará aos seus hábitos antigos,

modificando-os apenas na medida em que for necessário para viver confortavelmente. Entretanto, o conforto da vida fica geralmente para um segundo plano em relação à inércia e ao conservadorismo que impedem o povo de mudar hábitos já estabelecidos e tão rotineiros que são mais ou menos automáticos. Assim, uma mudança seria sentida como algo decididamente incomum.

Mesmo quando um povo permanece em um mesmo lugar, parece que as influências históricas são muito mais fortes que as influências geográficas. Sou inclinado, por exemplo, a explicar dessa mesma maneira as diferenças entre as culturas de tribos do Ártico asiático, do Ártico americano e as diferenças de hábitos das tribos dos planaltos no sul da América do Norte quando comparadas com aquelas dos planaltos do norte da América do Norte. Nas regiões do sul, pode-se notar a influência dos Pueblo, enquanto mais ao norte o tom essencial para a cultura do povo é dado pela cultura mais simples da bacia do Mackenzie.

Embora eu reconheça a importância das condições geográficas para a vida, não acredito que elas possam ocupar um lugar comparável ao lugar da cultura ou ao lugar da influência histórica exercida pelas culturas das tribos do entorno. Parece que quanto menos direta for a influência do ambiente, menos ela será usada como responsável por características etnológicas peculiares.

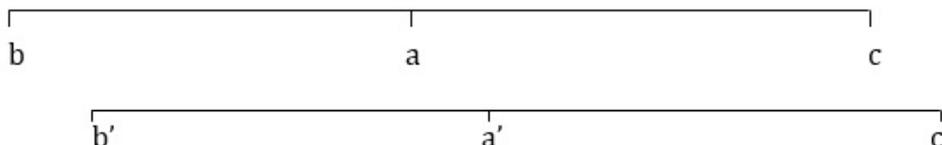
Em relação às línguas, a influência dos ambientes geográficos e do clima parece ser excessivamente remota. Enquanto não formos capazes de provar que todo o organismo de um homem e, com ele, seus órgãos articuladores, são diretamente influenciados pelo ambiente geográfico, não acho justificável considerar esse elemento como um traço essencial na formação ou modificação da fala humana, e muito menos como uma causa que possa ser usada como responsável pelas semelhanças da fala humana em áreas vizinhas.

### **Influência de Traços Psíquicos Comuns**

Parece ser igualmente incerta a suposição de que traços psíquicos particulares são comuns para divisões geográficas da mesma raça. Afirma-se, por exemplo, que as línguas dos Athapascan, Tlingit e Haida, antes considerados semelhantes em certos aspectos morfológicos fundamentais, são parecidas porque esses três povos têm algumas características psíquicas em comum que não são compartilhadas por outras tribos americanas.

Parece admissível assumir que há diferenças leves na estrutura psíquica entre grupos de uma mesma raça que são, no entanto, diferentes quanto ao seu tipo físico. Se pudermos provar, por meio de investigações anatômicas, que a forma corporal e, com ela, o sistema nervoso e o cérebro de parte de uma raça mostram diferenças de características

análogas a outra parte da raça, é justificável concluir que a diferenciação física pode ser acompanhada por diferenças psíquicas. Entretanto, deve-se levar em consideração que a extensão da diferença física é sempre excessivamente sutil e que, dentro dos limites de cada tipo geográfico, encontram-se grandes variações se comparadas às diferenças totais entre os integrantes comuns dos tipos. Para usar um diagrama:



Se  $a$  representa o ponto médio de um tipo e  $b$  e  $c$  seus extremos,  $a'$  a média de outro tipo e  $b'$  e  $c'$  seus extremos, e se esses tipos estão tão sobrepostos que os tipos na segunda série correspondem àqueles na primeira série posicionados verticalmente sobre eles, então é possível verificar que a maioria da população dos dois tipos coincidirá, enquanto somente os extremos serão mais frequentes em um grupo que em outro. Pode-se dizer que a diferença física não é uma diferença em tipo, mas uma diferença mais ou menos em grau, e acontece uma sobreposição considerável de tipos.

Se isso é verdade em relação ao tipo físico e se, além disso, infere-se a diferença nos tipos psíquicos somente a partir das diferenças dos tipos físicos observados, então devemos supor que o mesmo tipo de sobreposição acontecerá nos tipos psíquicos. As diferenças das quais estamos tratando podem, portanto, ser muito sutis, e quase não parece provável que essas diferenças sutis possam levar a resultados radicalmente diversos.

Na verdade, a prova, que foi dada antes, de que a mesma língua pode ser falada por tipos totalmente distintos, mostra claramente quão tênue pode ser o efeito da diferença no tipo anatômico sobre a língua no presente, e não há razão para presumir que isso tenha outrora sido maior. Analisando esse assunto a partir desse ponto de vista, as diferenças mentais hereditárias de vários grupos da humanidade, particularmente dentro da mesma raça, parecem ser tão sutis que seria difícil acreditar que elas sejam responsáveis pelas diferenças fundamentais nas características de línguas distintas.

### **Incerteza sobre a Definição de Famílias Linguísticas**

Consequentemente, continua sem solução o problema de como interpretar as semelhanças entre línguas distintas em casos nos quais as semelhanças não são mais

suficientes para provar a relação genética. A partir do que já foi dito, podemos concluir que elementos independentes podem ser encontrados em várias divisões mesmo em línguas que podem ser facilmente consideradas geneticamente relacionadas. Tais elementos independentes devem-se, parcialmente, a novas tendências que se desenvolvem em um ou outro dialeto ou à influência estrangeira. Acredita-se que essas novas tendências e as influências estrangeiras podem atingir tal importância que a nova língua pode ainda ser considerada historicamente relacionada à família ancestral, mas, devido aos elementos que não são encontrados na língua ancestral, seus desvios se tornam tão importantes que não podem ser considerados um ramo da família mais antiga. Portanto, verifica-se que o conceito de família linguística não pode ser precisamente definido. Como foi apontado por Paul<sup>42</sup>, ainda que entre os dialetos de uma família linguística o material estrangeiro possa estar presente, as línguas não são descendentes de uma única família ancestral no sentido estrito do termo.

Conseqüentemente, todo o problema da classificação final das línguas em famílias linguísticas que são relacionadas provavelmente ficará aberto até que nosso conhecimento sobre os processos pelos quais línguas distintas são desenvolvidas se torne muito mais detalhado do que ele é atualmente. Sob essas circunstâncias, devemos buscar classificar as línguas americanas em famílias linguísticas para as quais podemos apresentar uma comprovação de relação que não possa ser contestada. Não podemos fazer nada além de dar certas classificações definidas nas quais as características comuns a certos grupos linguísticos são destacadas, embora a decisão quanto ao significado desses traços comuns deva ser deixada para mais tarde.

#### **4. Linguística e Etnologia**

Parece importante dizer algumas palavras sobre a função de pesquisas linguísticas no estudo da etnografia dos indígenas.

#### **Necessidade Prática dos Estudos Linguísticos para Finalidades Etnológicas**

Primeiramente, deve-se considerar o aspecto puramente prático dessa questão. Basicamente, o pesquisador que visita uma tribo indígena não é capaz de conversar com os próprios nativos e obter informação em primeira mão, mas ele é obrigado a confiar cada vez mais nas informações transmitidas pelos intérpretes, ou pelo menos na ajuda dos intérpretes. Ele pode fazer sua pergunta através de um intérprete e receber pela sua boca a resposta dada pelos indígenas. É óbvio que esse é um método insatisfatório,

---

42 Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte* (nota 2 do texto original de Boas).

mesmo quando os intérpretes são bons; mas, como geralmente os homens disponíveis não estão suficientemente familiarizados com a língua inglesa, ou eles não têm nenhuma consideração pelo ponto de vista dos indígenas e entendem que há tão pouca necessidade de precisão por parte do pesquisador, que a informação fornecida por eles só pode ser usada com um grau considerável de prudência.

Atualmente é possível ir a muitas partes da América sem intérpretes, por causa do jargão comercial que se desenvolveu em todos os lugares na interação entre os brancos e os indígenas. Entretanto, esses são também meios muito insatisfatórios para pesquisar os costumes dos nativos porque, em alguns casos, o vocabulário da língua comercial é extremamente limitado e é quase impossível transmitir informação relacionada à ideias religiosas e filosóficas ou a aspectos mais elevados da arte nativa, aspectos que têm uma função importante na vida indígena. Outra dificuldade que aparece quando o pesquisador trabalha com um intérprete particularmente inteligente é que ele absorve prontamente os pontos de vista do pesquisador e, conseqüentemente, sua informação fica fortemente tendenciosa, porque ele não é capaz de resistir à influência das teorias formativas como o pesquisador treinado deve ser.

Qualquer um que realizou trabalho com indígenas inteligentes se lembra de exemplos desse tipo, nos quais o intérprete pode ter formulado uma teoria baseada nas questões que foram feitas a ele e interpretou suas respostas sob a orientação de suas noções preconcebidas. Tudo isso é tão óbvio que quase não exige discussão aprofundada. Nossas necessidades se tornam particularmente aparentes quando comparamos os métodos esperados de qualquer pesquisador de culturas do Velho Mundo com aqueles do etnólogo que está estudando tribos primitivas. Ninguém esperaria relatos autoritários da civilização da China e do Japão de um homem que não fala as línguas fluentemente e que não domina a suas literaturas. Pressupõe-se que o estudante de antiguidade tenha um domínio completo das línguas antigas. Um estudante da vida maometana na Arábia e Turquia não seria considerado um pesquisador sério se todo seu conhecimento derivasse de relatos em segunda mão. Por outro lado, o etnólogo se compromete na maior parte dos casos em elucidar os pensamentos e sentimentos mais íntimos de um povo sem muito conhecimento da sua língua.

É verdade que o etnólogo americano é confrontado com uma séria dificuldade prática, porque, no estado atual da sociedade americana, muitos costumes e práticas desapareceram e o pesquisador é forçado a confiar em relatos sobre costumes de tempos anteriores emitidos pela boca de uma geração mais velha que, quando jovem, participava dessas práticas. Além disso, ele é confrontado com a dificuldade de haver um número

pequeno de pesquisadores treinados e haver um número excessivamente grande de línguas americanas que são mutuamente ininteligíveis, ultrapassando trezentas em número. É negada aos nossos etnólogos pesquisadores a oportunidade de passar períodos longos e contínuos com uma tribo em particular, o que torna quase insuperáveis as dificuldades práticas no aprendizado das línguas. Entretanto, devemos insistir que o domínio da língua seja um meio indispensável de obter conhecimento preciso e detalhado, porque se pode ganhar muita informação ouvindo-se as conversas dos nativos e participando da vida diária deles que, para o observador que não tem nenhum domínio da língua, continuará totalmente inacessível.

Nas condições atuais, deve-se admitir que esse objetivo ideal está totalmente além de nosso alcance. Entretanto, é possível que o etnógrafo obtenha conhecimento teórico das línguas nativas, o que permitirá que ele colete ao menos parte da informação que poderia ser obtida por um conhecimento prático da língua. Felizmente, dada a capacidade do pesquisador de ler sua língua, o indígena é facilmente levado a pensar que ele também é capaz de compreender o que ele lê. Portanto, ao anotar lendas ou outros registros na língua nativa e ao lê-las para os indígenas, o indígena sempre acredita que o leitor também compreende o que ele pronuncia porque é inconcebível para ele que uma pessoa possa enunciar livremente as sentenças em sua língua sem compreender seu significado claramente. Esse fato facilita o estágio inicial da informação etnográfica das línguas nativas, porque, no geral, os indígenas do norte querem registrar questões que são de supremo interesse para eles. Se o pesquisador for capaz de compreender por meio de uma análise rápida o significado do que é ditado para ele, mesmo sem ser capaz de expressar-se livremente na língua nativa, ele pode obter muita informação que, do contrário, seria impossível conseguir. Embora tudo isso seja um pouco improvisado, o pesquisador fica numa posição melhor do que ele estaria sem nenhum conhecimento da língua. Primeiramente, ele pode obter a informação em primeira mão dos indígenas, sem empregar um intérprete, que pode o enganar. Além disso, a variedade de assuntos sobre os quais ele pode coletar informação aumenta consideravelmente, porque os limites do conhecimento linguístico do intérprete e daqueles da língua comercial são eliminados. Portanto, parece que nas condições atuais somos mais ou menos forçados a depender de uma série extensa de textos como o meio mais seguro de obter informação dos indígenas. Uma revisão geral de nossa literatura etnográfica mostra claramente quão melhor é a informação obtida por pesquisadores que têm domínio da língua e que têm laços de amizade íntima com os nativos do que aquela conseguida por meio de intérpretes.

O melhor material que possuímos está talvez contido nos relatos ingênuos dos Esquimó, que eles mesmos escrevem e imprimem e distribuem como um jornal, que visa a informar as pessoas sobre todos os eventos de interesse. Eles costumavam apresentar muito material de conteúdo mitológico e muito desse material se relacionava ao modo de vida do povo. Outro material de caráter semelhante é fornecido pela grande coleção de textos dos Ponca, publicado pelo falecido James Owen Dorsey, embora muitos deles sejam influenciados pela mudança das condições sob as quais as pessoas vivem atualmente. Alguns registros antigos sobre os Iroqueses, escritos por membros proeminentes da tribo, também merecem atenção; e entre a literatura mais recente as descrições dos Sauk e Fox<sup>43</sup> por Dr. William Jones são marcantes devido à compreensão detalhada que o autor alcançou graças ao seu domínio da língua. Semelhantes em seu caráter, embora feitas inteiramente em inglês, são as observações de Mr. James Teit sobre os índios Thompson.

Em alguns casos foi possível interessar os nativos educados no estudo da sua própria tribo e induzi-los a escrever suas observações em sua própria língua. Essas também são muito superiores aos registros em inglês porque os nativos são geralmente limitados pela falta de domínio da língua estrangeira.

Embora em todos esses casos um pesquisador totalmente familiarizado com a língua indígena e com o inglês possa nos dar o resultado de seu estudo sem usar a língua nativa na sua publicação, isso é indispensável quando tentamos investigar problemas mais complexos de etnologia. Alguns exemplos mostrarão claramente o que isso significa. Quando surge a questão, por exemplo, de estudar a poesia dos indígenas, nenhuma tradução pode ser considerada uma substituição adequada para o original. A forma do ritmo, o tratamento da língua, a adequação do texto com a música, as imagens, o uso de metáforas, e todos os diversos problemas envolvidos em um estudo minucioso do estilo da poesia podem somente ser interpretados pelo pesquisador que tenha igual comando tanto dos aspectos etnográficos da tribo como de sua língua. O mesmo se aplica à pesquisa sobre os rituais com seus conjuntos de frases mais ou menos poéticas, ou no estudo de rezas e benzimentos. A oratória dos indígenas, um assunto que tem recebido muita atenção por parte dos etnólogos, não é adequadamente conhecido, porque poucos discursos foram transmitidos no original. Uma pesquisa precisa do método de composição e dos recursos usados para alcançar o efeito de oratória requer a preservação do discurso como foi transmitido na língua original.

Há também diversas outras características da vida dos indígenas que não podem ser adequadamente apresentadas sem um estudo linguístico. A discussão de nomes pessoais,

---

43 N.T.: Ver nota 3.

tribais e locais pertence a essas características. As traduções de nomes indígenas que são popularmente conhecidos, como *Sitting-Bull*<sup>44</sup>, *Afraid Of His Horse*<sup>45</sup>, etc, indicam que os nomes têm um significado profundo. Entretanto, é tão difícil traduzi-los que é necessário um conhecimento linguístico detalhado para explicar o seu significado adequadamente.

Em todos os aspectos mencionados até agora, o conhecimento das línguas indígenas serve como uma parte importante para uma compreensão mais plena dos costumes e das crenças do povo que estamos estudando. Mas, em todos esses casos, o serviço que a linguagem nos presta é primeiro de tudo prático – proporciona meios para um entendimento claro dos fenômenos etnológicos que, em si mesmos, não têm nada a ver com os problemas linguísticos.

### **Importância teórica dos Estudos Linguísticos**

#### ***A Língua como uma Parte dos Fenômenos Etnológicos em Geral***

Parece, entretanto, que um estudo teórico das línguas indígenas não é menos importante que o conhecimento prático delas; a investigação puramente linguística é parte e parcela fundamental de uma investigação detalhada da psicologia dos povos do mundo. Se a etnologia é compreendida como uma ciência que trata dos fenômenos mentais da vida dos povos do mundo, a linguagem humana, uma das manifestações mais importantes da vida mental, parece pertencer naturalmente ao campo de trabalho da etnologia, a menos que razões especiais evidenciem por que ela não deve ser considerada como tal. É verdade que existe uma razão prática desse tipo – a especialização que ocorreu nos métodos de pesquisa filológica, que progrediu a tal ponto que a filologia e a linguística comparada são ciências que exigem atenção absoluta e não permitem ao estudioso dedicar seu tempo a outros campos que requerem métodos diferentes de estudo. Entretanto, isso não é razão para acreditar que os resultados da pesquisa linguística não sejam importantes para o etnólogo. Há outros campos de investigação etnológica que se tornaram bastante especializados e que requerem uma especialização particular para uma abordagem bem-sucedida. Isso se aplica, por exemplo, ao estudo da música primitiva, à arte primitiva e, até certo ponto, às leis primitivas. Entretanto, esses temas continuam a formar uma parte importante da ciência etnológica.

Se os fenômenos da linguagem humana parecem formar, de certa maneira, um tema em si mesmo, talvez isso se deva ao fato de que as leis da língua permaneçam totalmente desconhecidas para os falantes, de que os fenômenos linguísticos nunca emergem à

44 N.T.: Em português: *Touro Sentado*.

45 N.T.: Em português: *Com medo do Cavalão Dele*.

consciência do homem primitivo, enquanto todos os outros fenômenos etnológicos são claramente aspectos do pensamento consciente.

A questão da relação entre fenômenos linguísticos e fenômenos etnológicos, em um sentido mais restrito do termo, merece, portanto, uma discussão específica.

### ***Língua e Pensamento***

Primeiramente, deve-se discutir a relação entre a língua e pensamento. Já foi dito que a consciência e a clareza de pensamento de um povo dependem, em grande parte, de sua língua. A facilidade com que expressamos ideias amplas e abstratas por um único termo nas línguas modernas europeias e a facilidade com que generalizações amplas são encaixadas na estrutura de uma sentença simples são consideradas condições fundamentais da clareza de nossos conceitos, da força lógica do nosso pensamento e da precisão com que nele eliminamos detalhes irrelevantes. Aparentemente, esse ponto de vista tem muito a seu favor. Quando comparamos o inglês moderno com algumas das línguas indígenas que são mais concretas na sua expressão formativa, o contraste é surpreendente. Quando dizemos *O olho é o órgão da visão*, o indígena pode não ser capaz de formar a expressão *o olho*, mas provavelmente terá que definir o que significa o olho de uma pessoa ou de um animal. Provavelmente, o indígena também não é capaz de generalizar prontamente a ideia abstrata de um olho como o representante da classe total de objetos, mas terá que especificá-lo por meio de uma expressão como *este olho aqui*. Provavelmente, ele também não é capaz de expressar a ideia de órgão por um único termo, mas terá de especificá-lo por meio de uma expressão como um instrumento de ver, para que a sentença inteira assuma uma forma como *O olho de uma pessoa indefinida é seu meio de ver*. Entretanto, reconhece-se que, nessa forma mais específica, a ideia geral pode ser bem expressa. Parece questionável até que ponto a restrição do uso de certas formas gramaticais pode ser considerada um obstáculo para a formulação de ideias generalizadas. Parece muito mais provável que a falta dessas formas se deva à falta de necessidade. Quando o homem primitivo conversa com seus companheiros, não tem o hábito discutir ideias abstratas. Seus interesses se concentram nas ocupações da sua vida diária; quanto aos problemas filosóficos, eles aparecem ou em relação a indivíduos específicos ou em formas antropomórficas de crenças religiosas. Discursos sobre qualidades sem associação ao objeto a que essas qualidades pertencem, ou discursos sobre atividades ou estados desconectados da ideia de um ator ou sujeito que deve estar em um determinado estado, raramente ocorrem em uma fala primitiva. Portanto, o indígena não falará sobre a bondade como tal, mas ele poderá falar sobre a bondade de uma pessoa. Ele não falará de um estado de felicidade absoluta

separadamente da pessoa que está nesse estado. Ele não fará referência à capacidade de ver sem designar um indivíduo que tenha essa capacidade. Portanto, em línguas em que a ideia de posse é expressa por elementos subordinados a substantivos, todos os termos abstratos aparecem sempre com elementos possessivos. Entretanto, é perfeitamente concebível que um indígena treinado no pensamento filosófico será capaz de separar as formas nominais subjacentes dos elementos possessivos e, conseqüentemente, alcançar formas abstratas estritamente correspondentes às formas abstratas das nossas línguas modernas. Fiz esse experimento, por exemplo, com a língua kwakiutl da Ilha de Vancouver, na qual nenhum termo abstrato ocorre sem seus elementos possessivos. Depois de alguma discussão, achei fácil desenvolver a ideia do termo abstrato na mente do indígena, que dirá que a palavra, sem o pronome possessivo, expressa um sentido, embora não seja usada idiomáticamente. Por exemplo, consegui separar os termos para *amor* e  *piedade*, os quais normalmente ocorrem somente em formas possessivas, como *seu amor por ele* ou *minha piedade por você*. Esse ponto de vista é correto e pode ser observado em línguas nas quais os elementos possessivos aparecem como formas independentes, como, por exemplo, nas línguas siouan. Termos puramente abstratos são bastante comuns nessas línguas.

Há também evidência de que outros elementos específicos, que são característicos de muitas línguas indígenas, podem ser dispensados quando, por uma razão ou outra, se deseja generalizar um termo. Para usar o exemplo da língua kwakiutl, a ideia de *estar sentado* é quase sempre expressa com um sufixo inseparável que expressa o lugar onde a pessoa está sentada, como *sentado no chão da casa, no chão, na praia, sobre uma pilha de coisas* ou *sobre uma coisa redonda*, etc. Entretanto, quando, por alguma razão, a ideia do estado de sentar-se deve ser enfatizada, pode-se usar uma forma que expressa simplesmente *estar em uma postura de sentada*. Nesse caso também o recurso para a expressão generalizada está presente, mas a oportunidade de aplicá-lo raramente ou nunca aparece. Acredito que o que é verdadeiro nesses casos também se aplica à estrutura de todas as línguas. O fato de que formas generalizadas de expressão não são usadas não prova incapacidade de formá-las, mas simplesmente prova que o modo de vida do povo é tal que elas não são necessárias; entretanto, eles podem desenvolvê-las quando precisarem.

Evidencia-se esse ponto de vista no estudo dos sistemas numéricos de línguas primitivas. Como é sabido, existem muitas línguas nas quais os numerais não excedem dois ou três. Pode-se inferir disso que as pessoas que falam essas línguas não são capazes de formar o conceito de números maiores. Acho que essa interpretação das condições existentes é errônea. Povos como os indígenas sul-americanos (entre os quais se encontram sistemas numerais deficientes) ou os Esquimó (cujo antigo sistema numérico provavelmente não excedia dez) provavelmente não precisam de expressões numéricas

maiores porque não há tantos objetos que eles tenham de contar. Por outro lado, assim que esses mesmos povos se encontram em contato com a civilização e adquirem padrões de valor que precisam ser contados, eles adotam facilmente numerais maiores de outras línguas e desenvolvem um sistema perfeito de contar. Isso não significa que todo indivíduo que, no curso de sua vida, nunca fez uso de numerais maiores adquire sistemas mais complexos prontamente, mas a tribo como um todo parece sempre ser capaz de ajustar-se à necessidade de contar. Deve-se ter em mente que contar não é necessário até que objetos sejam considerados de forma generalizada e se percam suas individualidades de vista. Por essa razão, é possível que uma pessoa que tem um rebanho de animais domesticados pode conhecê-los pelo nome e pelas suas características sem nunca querer contá-los. Membros de uma expedição de guerra podem ser conhecidos por seus nomes e podem não ser contados. Resumindo, não há prova de que a falta do uso de numerais esteja, de alguma forma, relacionada com a incapacidade de formar os conceitos de números maiores.

Se quisermos formar um julgamento correto da influência que a língua exerce sobre o pensamento, devemos ter em mente que nossas línguas europeias, como se encontram atualmente, foram moldadas em grande parte pelo pensamento abstrato dos filósofos. Termos como *essência* e *existência*, muitos dos quais são normalmente usados, são originalmente recursos artificiais para expressar os resultados de pensamento abstrato. Nesse aspecto, esses termos parecem com os termos abstratos artificiais e não idiomáticos que podem ser formados em línguas primitivas.

Portanto, parece que os obstáculos para o pensamento generalizado herdado na forma de uma língua são de menor importância e que a língua por si só não impede um povo de avançar para formas mais generalizadas de pensar se o estado geral de sua cultura exigir a expressão desse pensamento; sob essas circunstâncias a língua é moldada pelo estado cultural. Não parece provável, portanto, que haja qualquer outra relação direta entre a cultura de uma tribo e a língua que eles falam, exceto na forma como a língua é moldada pelo estado de cultura, mas não em certo estado de cultura que esteja condicionado por traços da língua.

### ***Caráter Inconsciente de Fenômenos Linguísticos***

É de grande importância a questão da relação entre o caráter inconsciente dos fenômenos linguísticos e os fenômenos etnológicos mais conscientes. Parece-me que esse contraste é somente aparente e que a inconsciência dos processos linguísticos nos ajuda a ter uma compreensão mais clara dos fenômenos etnológicos, um ponto importante que não pode ser menosprezado. Já foi mencionado antes que ocorrem certas classificações

de conceitos em todas as línguas. Para mencionar só algumas: encontramos objetos classificados de acordo com o gênero, ou como animados ou inanimados, ou de acordo com a forma. Encontramos ações determinadas de acordo com o tempo ou lugar, etc. O comportamento do homem primitivo torna claro que todos esses conceitos, embora não estejam em uso constante, nunca chegam à consciência e, conseqüentemente, sua origem deve ser procurada não nos processos racionais da mente, mas naqueles inteiramente inconscientes, ou talvez possamos chamá-los processos instintivos da mente. Eles devem-se a um agrupamento de impressões sensoriais e de conceitos que não é voluntário em nenhum sentido do termo, mas que se desenvolve de causas psicológicas bastante diferentes. Parece que a diferença essencial entre os fenômenos linguísticos e outros fenômenos etnológicos é que as classificações linguísticas nunca atingem a consciência, enquanto em outros fenômenos etnológicos, embora a mesma origem inconsciente prevaleça, esses fenômenos frequentemente alcançam a consciência e, conseqüentemente, fazem surgir raciocínios secundários e reinterpretações. Por exemplo, parece plausível que noções religiosas fundamentais – como a ideia do poder voluntário dos objetos inanimados, ou o caráter antropomórfico dos animais, ou a existência de poderes que são superiores aos poderes mentais e físicos do homem – são originalmente tão pouco conscientes quanto as ideias fundamentais da língua. Entretanto, enquanto o uso da língua é tão automático que nunca surge a oportunidade para as noções fundamentais alcançarem a consciência, isso acontece frequentemente em todos os fenômenos relacionados à religião. Parece que não existe nenhuma tribo no mundo em que as atividades religiosas não tenham se tornado matéria do pensamento. Embora as atividades religiosas possam ter sido realizadas anteriormente, a razão para realizá-las tornou-se uma matéria do pensamento. Desde o início, as atividades religiosas alcançaram tal importância que o homem se perguntava por que ele realizava tais ações. Por isso, a partir de então surgiu a especulação em relação às atividades religiosas e passou a existir uma série de explicações secundárias que formam um campo vasto de fenômenos etnológicos.

É difícil dar uma prova definitiva da origem inconsciente dos fenômenos étnicos porque muitos deles são ou passaram a ser matéria do pensamento. A melhor evidência que pode ser dada para a sua origem inconsciente deve ser tirada da nossa própria experiência, e acho que não é difícil mostrar que certos grupos de nossas atividades, qualquer que tenha sido a história do seu desenvolvimento inicial, desenvolvem-se no momento presente em cada indivíduo e em todo o povo de maneira subconsciente; não obstante, são muito potentes na formação de nossas opiniões e ações. Simples exemplos desse tipo são ações que consideramos apropriadas ou inapropriadas e que podem ser encontradas em grande número em ações que chamamos de boas maneiras. Portanto,

modos à mesa, que no geral são vigorosamente impostos à criança enquanto ainda é pequena, têm uma forma muito fixa. Estalar os lábios e levar o prato à boca não são tolerados embora nenhuma razão estética ou nenhuma razão de qualquer outra natureza possa ser dada para sua rígida exclusão; e é instrutivo saber que, entre uma tribo como a Omaha<sup>46</sup>, é considerada falta de educação quando alguém é convidado para comer e não fizer estalar os lábios, porque isso é considerado um sinal de apreciação da refeição. Acredito que o simples fato de que esses hábitos são costumeiros, enquanto outros não o são, pode ser reconhecido como uma razão suficiente para eliminar os hábitos que não são costumeiros e a ideia de adequação surge da continuidade e repetição automática desses atos, o que introduz a noção de que modos contrários aos costumes não são comuns, e, portanto, não são modos apropriados. Pode-se observar nessa relação que modos inadequados são acompanhados por sentimentos de desagrado bastante intensos, a razão psicológica que pode ser encontrada somente no fato de que as ações em questão são contrárias àquelas que se tornaram habituais. É evidente que, em relação aos nossos modos à mesa, o forte sentimento de adequação está associado aos modos de comer com os quais estamos familiarizados. Quando um novo tipo de comida é introduzido, o modo adequado de comer que não é conhecido, praticamente qualquer hábito que não esteja em conflito com os hábitos comuns pode se estabelecer prontamente por si mesmo.

O exemplo dos modos à mesa nos ilustra uma explicação secundária. Não é habitual levar a faca à boca, e logo surge o sentimento de que a faca não é usada dessa maneira porque, ao comer, é possível cortar os lábios. O atraso para inventar-se o garfo, o uso, em muitos países, de facas não afiadas para comer, e o fato de que se pode picar a língua ou os lábios com o garfo de aço de pontas afiadas, normalmente usado na Europa, e que continua a representar um perigo semelhante, mostram logo que essa explicação é somente uma tentativa racional secundária de explicar um costume que, do contrário, permaneceria sem explicação.

Se estabelecermos um paralelo com os fenômenos linguísticos, nesse caso, pareceria que agrupando um número de ações não-relacionadas em um grupo, apenas por causarem um sentimento de desagrado, o paralelo seria introduzido sem razão de ser e desencadearia essas ações de forma clara e definida, fazendo-as constituir um grupo por si mesmas.

Devido à importância dessa questão, é conveniente dar outro exemplo que pareça mais fundamentado que o anterior. Um caso desse tipo é apresentado em um grupo de ações que caracterizamos como discretas. Não é necessária muita reflexão para ver que,

---

46 Ver nota 3.

embora os sentimentos de discrição sejam fundamentais, os atos específicos considerados discretos ou indiscretos mostram imensa variação e são totalmente determinados por hábitos que se desenvolvem inconscientemente no que diz respeito à sua relação com discrição e podem ter sua origem em causas de caráter totalmente diferentes. Um estudo da história dos costumes prova que, em épocas diferentes e em diferentes partes do mundo, tem sido considerado indiscreto desnudar certas partes do corpo. Que partes do corpo são, é em grande parte uma questão de acaso. Mesmo atualmente, e dentro de uma variedade restrita, grandes variações a esse respeito podem ser encontradas. Como exemplo, pode-se citar o uso do véu na Turquia, o uso rígido de luvas em nossa sociedade e a diferença entre trajés de rua e trajés de gala. Uma mulher usando um vestido de gala em um ônibus durante o dia pareceria deslocado.

Percebemos imediatamente a intensidade dos sentimentos de discrição e da extrema repugnância do indivíduo a qualquer ato que vai contra os conceitos habituais de discrição. Em vários casos, consegue-se traçar a origem de um costume prontamente e nenhuma consideração sobre discrição exerce qualquer influência durante o seu desenvolvimento. É, portanto, evidente que o agrupamento de certos costumes se desenvolve de modo totalmente inconsciente, mas eles se destacam, com muita clareza, como um grupo separado dos outros assim que nossa atenção se dirige para os sentimentos de discrição.

Para se estabelecer um paralelo entre esse fenômeno etnológico e os fenômenos linguísticos, a característica comum entre ambos poderia ser o agrupamento de um número considerável de atividades sob a forma de uma única ideia, sem ser necessário que essa ideia seja consciente. A diferença residiria no fato de que a ideia de discrição é facilmente separada de outros conceitos, e são dadas explicações secundárias sobre o que é considerado discreto e o que não é. Acredito que a formação inconsciente dessas categorias é um dos traços fundamentais da vida étnica e ela se manifesta em muitos dos seus aspectos mais complexos; muitas de nossas opiniões e atividades religiosas, de nossos conceitos étnicos e até mesmo de nossos pontos de vista científicos, que são aparentemente baseados em raciocínio consciente, são afetados por essa tendência de distintas atividades associarem-se sob a influência de emoções fortes. Reconheceu-se antes que essa é uma das causas fundamentais de erro e de diversidade de opinião.

Parece necessário deter-se sobre a analogia entre etnologia e língua a esse respeito, porque, se adotarmos esse ponto de vista, a língua parece ser um dos campos mais instrutivos de questionamento em uma pesquisa sobre a formação das ideias étnicas fundamentais. A grande vantagem que a linguística nos oferece a esse respeito é o fato de que no geral as categorias que são formadas sempre permanecem inconscientes e, por

causa disso, os processos que levam a essa formação pode ser seguidos sem os fatores enganosos e perturbadores das explicações secundárias, que são comuns em etnologia, tanto assim que eles geralmente encobrem a história real do desenvolvimento das ideias.

São raros os casos em que um povo começa a especular sobre as categorias linguísticas. Essas categorias são quase sempre afetadas de modo claro pelo raciocínio falho que levou a explicações secundárias, de forma que elas são prontamente reconhecidas como tal e não podem perturbar a visão clara da história dos processos linguísticos. Na América encontramos essa tendência, por exemplo, entre os Pawnee, que parecem ter sido levados a diversas opiniões religiosas por semelhanças linguísticas. Incidentalmente, esses casos também ocorrem em outras línguas, como, por exemplo, na mitologia chinuque, na qual o Herói Cultural descobre um homem numa canoa que obtém peixe por meio da dança e lhe diz que ele não deve fazer isso, mas deve pegar os peixes com uma rede. Uma lenda que é totalmente baseada na identidade de duas palavras para *dançar* e *pegar com a rede*. Esses são casos que mostram que a teoria de Max Müller sobre a influência da etimologia sobre conceitos religiosos explica alguns fenômenos religiosos, embora ela possa ser considerada responsável apenas por uma pequena parte.

Julgando-se a importância dos estudos linguísticos a partir desse ponto de vista, parece que vale a pena submeter toda a variedade de conceitos linguísticos a uma análise investigativa e procurar, nas particularidades do grupo de ideias em diferentes línguas, uma característica importante na história do desenvolvimento mental de vários ramos da humanidade. A partir desse ponto de vista, a ocorrência dos conceitos gramaticais mais fundamentais em todas as línguas deve ser considerada como prova da unidade de processos psicológicos fundamentais. O agrupamento característico de conceitos em línguas americanas será tratado mais detalhadamente na discussão dos troncos linguísticos. O significado etnológico desses estudos reside na definição clara de agrupamentos de ideias que são produzidos pelo estudo objetivo da língua.

Há ainda outro aspecto teórico que merece atenção especial. Quando tentamos pensar claramente, pensamos, em geral, em palavras. E sabe-se que, mesmo com o avanço da ciência, a imprecisão de vocabulário tem sido frequentemente um obstáculo= que torna difícil chegar a conclusões precisas. As mesmas palavras podem ser usadas com significados diferentes, e ao supor-se que a palavra tenha sempre o mesmo significado, pode-se chegar a conclusões erradas. É possível que a palavra pode expressar somente parte de uma ideia e, devido a seu uso restrito, a amplitude do assunto discutido pode não ser reconhecida. Do mesmo modo, as palavras podem ser tão amplas em seu significado e incluir um número de ideias distintas cujas diferenças, no curso do desenvolvimento da

língua, não foram reconhecidas. Além disso, percebemos que, entre tribos mais primitivas, semelhanças sonoras são mal-entendidas e que ideias expressas por palavras semelhantes são consideradas semelhantes ou idênticas, e que termos descritivos são mal-entendidos quando expressam uma identidade ou, pelo menos, uma relação próxima entre o objeto descrito e o grupo de ideias contido na descrição.

Todas essas características do pensamento humano, que se sabe ter influenciado a história da ciência e ter tido um papel importante na história geral da civilização, ocorrem com igual frequência nos pensamentos do homem primitivo. Basta dar alguns exemplos desses casos.

Um dos casos mais comuns de um conjunto de visões que pode ilustrar a falha em notar que a mesma palavra pode significar objetos diferentes é aquele baseado na crença da identidade de pessoas que têm o mesmo nome. Em geral, acredita-se que a criança recebe o mesmo nome de um ancestral porque ela seja a reencarnação da individualidade do ancestral. Parece, entretanto, mais provável que não seja essa a razão verdadeira para os pontos de vista associados a esse costume. Isso se deve ao fato de que não se faz distinção entre o nome e a personalidade conhecida sob esse nome. A associação estabelecida entre nome e indivíduo é tão próxima que ambos parecem quase inseparáveis e, quando um nome é mencionado, não só o nome, mas também a personalidade do seu detentor aparece antes na mente do falante.

Devido ao fato de que um conjunto de ideias distintas é expresso por um único termo, inferências baseadas em formas particulares de classificação de ideias verificam-se nos termos para relações sociais de várias línguas; como, por exemplo, em nosso termo *tio*, que significa as duas classes distintas do irmão do pai e irmão da mãe. Nesse caso, pressupõe-se, normalmente, que a expressão linguística é um reflexo secundário dos costumes do povo; mas pode-se questionar até que ponto um fenômeno é o primário e o outro é o secundário, e questionar se os costumes de um povo não se desenvolveram da terminologia inconscientemente desenvolvida.

Não são raros os casos nos quais a semelhança sonora das palavras é refletida na visão de mundo do povo, e exemplos desse tipo foram dados antes ao referir-se à teoria da origem das religiões de Max Müller.

Finalmente, podem-se dar alguns exemplos de casos em que o uso de termos descritivos para certos conceitos, ou o uso metafórico dos termos, leva a visões de mundo e costumes específicos. Parece plausível, por exemplo, que os termos para relações sociais pelos quais algumas tribos indígenas do leste designam uma à outra eram originalmente nada mais que um uso metafórico desses termos e que a elaboração posterior das

relações sociais das tribos pode ter sido determinada pela transferência das ideias que acompanham esses termos na prática.

Mais convincentes são exemplos tirados do uso de termos metafóricos na poesia que, em rituais, são tomados literalmente e formam a base de alguns ritos. Acredito, por exemplo, que a imagem recorrente da *riqueza devoradora* tem uma relação estreita com a forma detalhada do ritual de inverno entre os indígenas da costa norte do Pacífico e que a símile poética na qual o chefe é chamado de *suporte do céu* foi até certo ponto usada literalmente na elaboração de ideias mitológicas.

Portanto, parece que tanto do ponto de vista prático quanto teórico, o estudo da língua deve ser considerado um dos mais importantes ramos do estudo etnológico porque, por um lado, não se pode chegar a uma pesquisa etnológica detalhada sem um conhecimento prático da língua, e, por outro lado, os conceitos fundamentais ilustrados pelas línguas humanas não são diferentes em tipo dos fenômenos etnológicos; e porque, além disso, as características particulares das línguas são claramente refletidas nas visões de mundo e nos costumes dos povos do mundo.

## 5. Características das Línguas Americanas

Em tratados antigos sobre as línguas do mundo, as línguas foram frequentemente classificadas como línguas isolantes, aglutinantes, polissintéticas e flexionais. Chinês é geralmente um exemplo de língua isolante. As línguas aglutinantes são representadas pelas línguas Uralo-Altaias do norte da Ásia. As línguas polissintéticas são representadas pelas línguas da América. Já as línguas flexionais são representadas pelas línguas indo-europeias e semíticas. Como características essenciais desses quatro grupos pode ser destacado que, no primeiro, as sentenças são expressas unicamente pela justaposição de elementos que não mudam. Nas línguas aglutinantes um único radical é modificado pelo acréscimo de elementos formativos que modificam a ideia fundamental do radical. Em línguas polissintéticas, muitas ideias diferentes são aglutinadas por processos gramaticais e formam uma única palavra sem nenhuma distinção morfológica entre os elementos formais na sentença e os conteúdos da sentença. Por outro lado, nas línguas flexionais existe uma distinção marcante entre os elementos formais e os conteúdos materiais da sentença, sendo que os radicais são unicamente modificados de acordo com as formas lógicas em que eles aparecem na sentença.

Um exemplo de língua polissintética pode ser dado através da seguinte palavra em Esquimó: *takusariartorumalaguarnerpâ?*, VOCÊ REALMENTE ACHA QUE ELE PRETENDE CUIDAR DISSO? – (*takusar[pâ]* – ELE CUIDA DISSO; *-iartor[poq]* – ELE VAI PARA; *-uma[voq]*)

- ELE PRETENDE; *-[g]aluar[poq]- ele faz assim- mas; -ner[poq] - você acha que ele; -â, interrogação, terceira pessoa*). Pode-se reconhecer aqui que não há correspondência entre os elementos sufixos do radical fundamental e dos elementos que aparecem nas línguas indo-europeias, mas uma grande variedade de ideias é expressa por uma série longa de sufixos. Outro exemplo de tipo semelhante é a palavra em tsimshian *t-yuk-ligi-lo-d'Ep-dāLEt - Ele começou a colocá-lo em algum lugar dentro* (*t, ele; yuk começar; ligi algum lugar; lo dentro ; d'Ep para baixo; dāl colocar para baixo; -t isso*).

As línguas americanas também foram designadas como línguas incorporantes, o que significa que, na expressão verbal, elas tendem a incorporar o objeto da sentença, nominal ou pronominal. Exemplos dessa tendência são a palavra Mexica *ni-petla-tšīwa - EU FAÇO ESTEIRAS* (*petla-tl, esteira*); ou a palavra em Pawnee *tA-t-ítka`wit - EU CAVO A LAMA* (*tA - indicativo, t-I, itkaru, lama, -pit cavar, [rp em contato, forma `w]*), ou a palavra em Oneida *g-nagla`-sl-i-zak-s - EU PROCURO POR UMA VILA* (*g- I - eu, -nagla` viver, -sí - substantivo abstrato, -i- caráter verbal, -zak procurar, -s -continuativo*).

Um conhecimento mais detalhado da estrutura de muitas línguas americanas mostra que a designação geral dessas línguas como parassintéticas e incorporadoras não é viável. Temos nas línguas americanas um número suficientemente grande de casos de línguas nas quais os pronomes não são incorporados, mas adicionados frouxamente ao verbo. Também temos várias línguas nas quais quase não ocorre a incorporação de muitos elementos em uma única palavra. Entre as línguas tratadas aqui, o chinuque pode ser dado como um exemplo de falta de polissíntese. Há muitos poucos casos como aquele em que uma única palavra em chinuque expressa um extenso conjunto de ideias e notamos particularmente que não há a expressão de ideias em grandes classes de tal forma que possam ser consideradas subordinadas. Uma análise da estrutura da gramática chinuque mostra que cada radical verbal é modificado apenas por elementos pronominais e por alguns elementos adverbiais. Os substantivos quase não mostram nenhuma tendência para incorporar novas ideias como as expressas por nossos adjetivos. Por outro lado, as línguas atapaskan, haida e tlingit podem ser tomados como exemplos de línguas que, embora sejam polissintéticas no sentido aqui descrito, não incorporam prontamente os objetos, mas tratam ambos, o sujeito pronominal e o objeto pronominal, como elementos independentes. Entre as línguas do norte da América do Norte, somente o Iroquês tem uma tendência tão forte a incorporar o objeto nominal ao verbo, e, ao mesmo tempo, modificar tanto suas formas independentes que ela pode ser considerada uma das línguas características de incorporação de objeto. Em uma proporção menor, essa característica também está presente nas línguas tsimshian, em Kutenai e Shoshone<sup>47</sup>. Esse traço é

47 N.T.: Ver nota 3.

fortemente desenvolvido nas línguas caddoanas. Todas as outras línguas incorporantes tratadas aqui, como esquimó, algonquiano e kwakiutl, restringem-se a uma incorporação mais ou menos semelhante de objeto pronominal. Em shoshone, a incorporação do objeto pronominal e do objeto nominal é tão fraca que é quase arbitrário considerarmos essas formas como incorporadas ou não. Se estendermos nosso estudo para outras partes da América, o mesmo fato aparece visivelmente, não sendo possível considerar esses dois traços como características de todas as línguas americanas.

Por outro lado, há certos traços que, embora não sendo comuns em todas as línguas americanas, são frequentes e não são menos característicos que a tendência para a incorporação do objeto e a polissíntese. O mais importante desses traços é a tendência em dividir nitidamente o verbo em uma classe ativa e uma neutra, uma das quais está estreitamente relacionada às formas possessivas do substantivo, enquanto a outra é tratada como um verbo verdadeiro. Podemos talvez dizer que as línguas americanas têm uma forte tendência a estabelecer uma linha divisória entre termos denominativos e termos predicativos, mas não do mesmo modo como estamos acostumados a fazer. Nas línguas americanas muitos dos nossos termos predicativos estão estreitamente relacionados aos termos nominais, em geral os verbos neutros que expressam um estado, como *sentar* ou *ficar em pé*. Esses também incluem um número considerável de adjetivos. Por outro lado, termos que expressam atividades – como *cantar, comer, matar* – são tratados como verdadeiros termos predicativos. A diferença entre essas duas classes é geralmente expressa pela ocorrência de um conjunto de pronomes inteiramente ou parcialmente separados dos termos predicativos.

Além desses pontos extremamente vagos, quase não há características que sejam comuns a muitas línguas americanas. Entretanto, podem-se enumerar algumas características que ocorrem com considerável frequência em muitas partes da América.

Os sistemas fonéticos das línguas americanas diferem consideravelmente, mas se encontra frequentemente uma diferença particular entre oclusivas vozeadas e surdas – correspondentes aos nossos *b, p; d, t; g, k* – que diferem em princípio da classificação de sons correspondentes na maioria das línguas europeias. Uma análise de vocabulários e textos americanos mostra claramente que todos os pesquisadores têm tido certa dificuldade para diferenciar esses sons. Embora não haja a menor dúvida de que eles se diferenciam qualitativamente, parece haver em quase em todos os lugares uma tendência para pronunciar os sons vozeados e surdos com quase a mesma acentuação na articulação, não como nas línguas europeias, nas quais o som surdo é geralmente pronunciado com maior intensidade. A igualdade de intensidade nos dois sons faz parecer que as diferenças são

moderadamente leves. Por outro lado, há frequentemente sons, especialmente nas línguas da costa do Pacífico, nos quais a intensidade de articulação usada é consideravelmente maior que algumas intensidades que ocorrem em línguas com as quais estamos mais familiarizados. Esses sons são geralmente surdos, mas uma alta pressão de ar na cavidade oral é garantida ao fechar-se a glote e as narinas ou ao fechar a parte posterior da boca com a base da língua. A emissão no ponto de articulação solta uma pequena quantidade de ar muito comprimido e a abertura subsequente da glote e das narinas ou da base da língua produz uma ruptura na continuidade do som.

Também encontramos com bastante frequência a ocorrência de um número de oclusões lingualizadas que correspondem com maior ou menor precisão aos nossos sons *k*; entretanto, eles são mais finamente diferenciados que os nossos sons *k*. Portanto, o som velar *k*, que é tão característico das línguas semíticas, ocorre frequentemente na América. Por outro lado, o som labiodental *f* parece bastante raro, e o som que se assemelha mais frequentemente é o som bilabial.

O mesmo pode ser dito quanto ao *r*, que, no geral, é um som raro nas línguas americanas, e cuja vibração é quase sempre tão fraca que se funde com os sons *d*, *n*, *l*, ou *y*, conforme o caso.

No geral, o sistema de consoantes das línguas americanas é bem desenvolvido, especialmente devido à ocorrência de três acentuações às quais já fiz referência anteriormente, em vez de duas com as quais estamos mais familiarizados. Em alguns grupos de línguas, também temos um conjunto bem distinto de oclusivas acompanhadas de respiração plena, o que corresponde aos sons surdos ingleses. Além disso, uma ruptura especial, produzida ao fecharem-se as cordas vocais, ocorre geralmente não só em relação às consoantes, mas também ao seguir ou preceder vogais ou consoantes africadas. Essa entonação é algumas vezes bastante audível e algumas vezes há meramente uma ruptura ou hiato na continuidade da pronúncia. Algumas vezes, parece relacionada com a pronúncia de uma consoante sonora em que a voz é precedida pelo fechamento das cordas vocais. Em outros casos, parece relacionada à produção de grande intensidade de articulação à qual já me referi antes. Por exemplo, em um som forte *t*, a língua pode ser pressionada tão intensamente contra o palato que todos os órgãos de articulação, incluindo as cordas vocais, participam da tensão, e a expulsão súbita de ar é também acompanhada de um relaxamento súbito das cordas vocais, tanto que, por essa razão, o forte som explodido parece ser acompanhado da entonação das cordas vocais.

Como já foi dito acima, essas características não são de modo algum comuns a todas as línguas americanas, mas elas são suficientemente frequentes para merecer menção em uma discussão generalizada sobre o assunto.

Por outro lado, há línguas que são bastante deficientes em seu sistema fonético. Entre essas, podemos mencionar, por exemplo, o Iroquês, que não possui uma única consoante verdadeiramente labial; ou o Haida, cujas labiais se restringem a alguns sons que são bastante raros.

Os sistemas vocálicos das línguas do norte parecem particularmente incertos. Há numerosos casos em que ocorrem vogais indefinidas, que são evidentemente relacionadas com vogais plenas, mas cujas afiliações não podem ser determinadas. Parece que nas línguas do sul essas vogais fracas não são tão predominantes. Encontra-se também frequentemente uma falta de distinção clara entre *o* e *u*, por um lado, e *e* e *i*, por outro lado. Embora haja variação de vogais em algumas línguas, há outras em que o sistema vocálico é bem definido e suas distinções são expressas não só pelo timbre da vogal, mas também pelo seu tom ascendente ou descendente. Entre esses, podem-se mencionar o Pawnee e o Takelma. O Pawnee parece ter pelo menos dois tons, um descendente e um ascendente, enquanto em Takelma parece haver três tons. Vogais nasalizadas parecem ser muito comuns em algumas línguas e totalmente ausentes em outras. Essa nasalização ocorre tanto com os lábios abertos como com os lábios fechados. Um exemplo deste último é o Iroquês *u<sup>m</sup>*.

Não é possível fazer uma caracterização geral das línguas americanas com relação ao agrupamento sonoro. Enquanto em algumas línguas são formados encontros consonantais de alta complexidade, outras evitam tais encontros. Há, entretanto, um hábito de pronúncia amplamente distribuído que merece atenção, e que é a falta de articulação ao pronunciar os finais das palavras que algumas vezes são pronunciadas de tal modo que, em uma tentativa de se escrever as palavras, as terminações, gramaticais ou de outra natureza, podem tornar-se totalmente inaudíveis. A forma mais simples na qual essa tendência se expressa é na supressão das consoantes terminativas, que são somente articuladas, mas não pronunciadas. No dialeto dos Tsimshian do rio Nass, por exemplo, a terminação *n* da palavra *gan* -ÁRVORE – é indicada pela posição da língua, mas é totalmente inaudível, a menos que a palavra seja seguida por outras palavras pertencentes à mesma sentença. Nessa língua, o mesmo se aplica para os sons *l* e *m*. As vogais são suprimidas de maneira semelhante ao serem somente indicadas pela posição da língua, sem serem articuladas. Isso acontece frequentemente com o *u* seguido de um *k* na mesma posição. Então, os Kwakiutl pronunciam *wā'dEk<sup>u</sup>*. Entretanto, se for seguido por outra vogal, o *u*, que não é articulado, aparece como um *w*, como na forma *wā'dEkwa*.

A falta de clareza na articulação, entretanto, estende-se para todas as sílabas, fazendo com que, nesse caso, apareçam altamente modificadas. Portanto, no dialeto oneida

dos Iroqueses, ouve-se um som peculiar de *l*, que supostamente ocorre somente nessas sílabas mal articuladas. Nota-se que os indígenas de todas as tribos são perfeitamente conscientes dos elementos fonéticos que foram conseqüentemente suprimidos, e sabem pronunciar as palavras com suas terminações plenas quando são questionados a fazê-lo.

Outro traço que é característico de muitas línguas americanas e que merece menção é a tendência de várias partes da população a modificar a pronúncia dos sons. Portanto, verificamos que, entre algumas tribos esquimós, os homens pronunciam a terminação *p, t, k* e *q* distintamente, enquanto as mulheres sempre transformam esses sons em *m, n, ñ* e *ñ*. Em alguns dialetos os homens também adotaram esse modo de pronunciar e, conseqüentemente, a pronúncia tornou-se uniforme de novo. Esses hábitos, que são particulares a certos grupos sociais, não são totalmente estranhos para nós, mas são raramente desenvolvidos de modo tão marcante como em algumas das línguas indígenas.

Em muitas línguas americanas, encontram-se leis de eufonia altamente desenvolvidas – leis pelas quais automaticamente um som em uma sentença exige certos sons para precedê-lo ou segui-lo. Na maioria dos casos, essas leis de eufonia parecem configurar-se de um modo que pode ser comparado às leis da harmonia vocálica nas línguas uralo-altaicas. Destaca-se, entre essas leis, a influência do *o* sobre as vogais posteriores, que ocorre em algumas línguas da costa do Pacífico. Nelas, as vogais posteriores a um *o* na mesma palavra devem, em algumas condições, ser transformadas em vogais *o*, ou pelo menos ser modificadas pelo acréscimo de um *w*. As influências numerosas de contatos sonoros diferem consideravelmente em suas características e são bem pronunciados nas línguas siouanas, e ocorrem também, mas de uma forma bastante diferente, na língua pawnee. Nesse sentido, é bom dar um exemplo desses sons também. Assim, em Dakota, palavras terminadas em um *a* e seguidas por uma palavra que comece em *k* transformam o som anterior em *e* e o posterior em *č*. Por outro lado, em pawnee, a combinação *tr* é sempre transformada em um *h*; *b* posterior a um *i* é geralmente transformado em um *w*; *rp* muda para *hw*, etc. Embora em algumas línguas essas mudanças fonéticas não sejam predominantes, elas são extremamente importantes em outras. Elas correspondem, de certo modo, às leis de eufonia do Sânscrito.

Da mesma forma como há muita variação nos sistemas fonéticos, encontram-se também variações no uso de recursos gramaticais. Ao discutir-se a definição de uma palavra, notou-se que, em algumas línguas americanas, a unidade-palavra parece ser perfeitamente clara e consistente, enquanto, em outras, a estrutura da sentença parece justificar que a consideremos como composta por um número de elementos independentes combinados por justaposição. Portanto, línguas que têm um caráter polissintético tendem

a formar unidades-palavras bem unidas, que podem ser sentenças predicativas, mas que podem também ser usadas com finalidade denominativa. Por exemplo, os Chinuque dizem, *Ele corre para dentro da água*, e podem designar o visão<sup>48</sup> por esse termo; ou os Hoopa<sup>49</sup> dizem, *Eles foram colocados juntos*, significando, por esse termo, *um fogo*. Por outro lado, há inúmeras línguas na América em que expressões desse tipo são totalmente impossíveis.

Ao formarem-se palavras ou sentenças, usam-se afixos extensivamente e encontram-se prefixos assim como sufixos e infixos. Na América, há incerteza quanto à ocorrência de casos em que verdadeiros infixos ocorram em um radical, e que podem ser explicados seja pela inserção do elemento aparentemente infixo em um radical composto, seja devido a fenômenos fonéticos secundários, como esses de metástase. Porém, nas línguas siouan, pelo menos, ocorre infixação em radicais dissílabos, aparentemente simples na sua origem. Do contrário, a sufixação é, no geral, mais extensamente usada que a prefixação. Em algumas línguas somente um desses dois métodos é usado, em outras, ambos. Não há nenhuma língua em que ocorra somente a prefixação.

A mudança do radical é também um recurso usado com frequência. Verifica-se especialmente que métodos de reduplicação são usados de modo extenso. Também ocorrem modificações de sons simples do radical, e algumas vezes de forma peculiar. Portanto, há casos, como na língua tsimshian, em que a duração de uma vogal indica pluralidade, ou como nas línguas algonquinas em que a modalidade é expressa por modificações vocálicas, e do chinuque, em que o diminutivo e o aumentativo são expressos aumentando-se a intensidade das consoantes. Algumas vezes encontra-se uma abundância de formas reduplicadas, reduplicando-se o radical já reduplicado uma segunda ou até mesmo uma terceira vez. Por outro lado, há várias línguas em que o radical é totalmente imutável, exceto quando ele está sujeito a fenômenos de contato fonético.

Os seguintes exemplos gramaticais foram contribuições de pesquisadores e cada um deles fez um estudo especial do material linguístico de que trata. Tentou-se adotar, tanto quanto possível, um método uniforme de tratamento, sem, entretanto, sacrificar-se a abordagem individual de cada pesquisador.

De acordo com os pontos de vista gerais expressos nos capítulos introdutórios, o tratamento metodológico foi analítico em todas as partes. Não foi feita nenhuma tentativa de comparação das formas de gramáticas indígenas com as gramáticas do inglês, latim, ou nem mesmo entre elas mesmas. Entretanto, em cada caso as classificações psicológicas

---

48 N.T.: Visão (vison-americano, *Neovison vison*), mamífero da família dos mustelídeos semelhante à doninha.

49 N.T.: Ver nota 3.

apresentadas dependem inteiramente da forma interna de cada língua. Em outras palavras, a gramática foi tratada como pensada por um indígena inteligente que desenvolvesse as formas de seu próprio pensamento através de uma análise de sua própria forma de falar.

Entende-se que não se pode afirmar que os resultados desta análise representem categorias fundamentais das quais a forma atual de cada língua tenha se desenvolvido. Não há a menor dúvida de que, em todas as línguas indígenas, ocorreram processos análogos aos processos que são historicamente conhecidos e aos quais as formas modernas das línguas indo-europeias devem as suas formas atuais. Perderam-se categorias gramaticais e novas se desenvolveram. Mesmo uma análise superficial dos dialetos de várias famílias linguísticas americanas evidencia que processos semelhantes aconteceram aqui. Como exemplo, verifica-se que, no dialeto ponca das línguas siouan, os nomes são classificados de acordo com a forma e que há uma evidente distinção formal entre o sujeito e o objeto da sentença. Essas características importantes desapareceram completamente no dialeto dakota do mesmo grupo linguístico. Ainda como exemplo, encontra-se um gênero pronominal em todos os dialetos do tronco salish que são falados a oeste da serra costeira dos estados de Washington e na Colúmbia Britânica, enquanto que nos dialetos do interior não há nenhuma evidência desse gênero. Por outro lado, verifica-se em um dos dialetos interioranos do Salish a ocorrência de uma forma exclusiva e inclusiva de pronome, que não está presentes em nenhum dos outros dialetos do mesmo tronco. Não há informação sobre a história das línguas americanas e o estudo dos dialetos não se desenvolveu suficientemente para permitir estabelecer largas inferências em relação a esse assunto. Portanto, é impossível, em alguns casos aqui mencionados, afirmar se a ocorrência ou a não ocorrência dessas categorias se deve à perda de formas antigas em um dialeto ou a uma diferenciação posterior no outro.

Embora a partir de uma gramática analítica não se possa estabelecer nenhuma afirmação categórica na apresentação da história do desenvolvimento de categorias gramaticais, é possível evidenciar o estado atual do desenvolvimento gramatical de cada grupo linguístico. Os resultados de nossa pesquisa deverão ser complementados posteriormente por uma análise detalhada e pela comparação de todos os dialetos de cada tronco linguístico.

Devido às variações fundamentais entre famílias linguísticas diferentes, é aconselhável desenvolver a terminologia de cada uma independentemente das outras, buscando-se uniformidade somente nos casos em que se possa obtê-la sem projetar artificialmente a definição dos termos. No final deste volume, planeja-se fazer uma discussão comparativa das línguas, quando forem feitas referências aos textos publicados.

No estado atual de nosso conhecimento, podem-se distinguir as seguintes famílias linguísticas da América do Norte ao norte do México:

1. Esquimó (costa do Ártico)<sup>50</sup>.
2. Atapascan (interior do noroeste, Oregon, Califórnia, Sudoeste).
3. Tlingit (costa sul do Alasca).
4. Haida (Ilhas Queen Charlotte, Colúmbia Britânica).
5. Salishan (sul da Colúmbia Britânica e nordeste de Washington).
6. Chemakum (costa oeste de Washington).
7. Wakashan (Ilha de Vancouver).
8. Algonquin (região sul da Baía Hudson e Woodlands orientais).
9. Beothuk (Terra Nova).
10. Tsimshian (costa norte da Colúmbia Britânica).
11. Siouan (planícies do norte a oeste do Mississipi e Carolina do Norte).
12. Iroquês (baixos Grandes lagos e Carolina do Norte).
13. Caddoan (parte sul das planícies a oeste do Mississipi).
14. Muskogean (sudeste dos Estados Unidos).
15. Kiowa (planícies do meio-oeste).
16. Shoshonean (planaltos do oeste dos Estados Unidos).
17. Kutenai (interior sudeste da Colúmbia Britânica).
18. Pima (Arizona e Sonora).
19. Yuma (Arizona e Baja Califórnia).
20. Chinuque (baixo Rio Califórnia).
21. Yakona (Baía Yaquina)
22. Kus (costa central do Oregon).
23. Takelma (Rio Rogue, Oregon).
24. Kalapuya (vale do Willamette, Oregon).
25. Waiilaptuana (montanhas Cascade a leste do Willamette, Oregon).
26. Klamath (interior sudeste do Oregon).
27. Sahaptina (interior do Oregon).
28. Quorateana (Rio Klamath).
29. Weitspekan (parte baixa do Rio Klamath).
30. Shasta (interior nordeste da Califórnia).
31. Wishok (costa norte da Califórnia)

---

50 N.T.: atual Esquimó-Aleuta. Ver CAMPBELL, Lyle. 1997. *American Indian Languages: The Historical Linguistics of Native America*. Oxford: Oxford University Press.

32. Yana (afluentes do leste do alto Rio Sacramento, Califórnia).
33. Chimarico (cabeceiras do Rio Sacramento, Califórnia).
34. Wintuna (vale do Rio Sacramento).
35. Maidu (leste do Rio Sacramento).
36. Yuki (norte da Baía de São Francisco).
37. Pomo (costa norte da Baía de São Francisco).
38. Washo (Lago Washoe, Nevada e Califórnia).
39. Moquelumna (leste do baixo Rio Tulare, Califórnia).
40. Yokuts (sul do Rio Tulare, Califórnia).
41. Costanoan (sul da Baía de São Francisco, Califórnia).
42. Esseleniana (costa sul da Califórnia).
43. Salinana (costa sul da Califórnia).
44. Chumashana (costa sul da Califórnia).
45. Tanoana (Pueblos do Novo México e Arizona).
46. Zuñi (Pueblos do novo México e Arizona).
47. Keres (Pueblos do novo México e Arizona).
48. Pakawan (de Riacho Cibolo, Texas, ao interior do estado de Coahuila, México).
49. Karankawa (costa do Golfo do México a oeste de Atakapa).
50. Tonkawa (zona interior da mesma região acima).
51. Atakapa (costa do Golfo do México a oeste de Chitimacha).
52. Chitimacha (costa do golfo do México a oeste do Mississipi).
53. Tunica (costa do golfo do México a oeste do Mississipi).
54. Yuchi (leste da Geórgia).
55. Timuqua (Flórida).

Dessas, o presente volume contém textos de um número de línguas do grupo do norte, das famílias Athapascan, Tlingit, Haida, Tsimshian, Kwakiutl, Chinuque, Maidu, Algonquina, Siouan, Esquimó.

Tradução

Danilo Paiva Ramos

Professor do Departamento de Ciências Humanas/Universidade Federal de Alfenas  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal  
de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0002-3169-504X>  
[danilo.ramos@unifal-mg.edu.br](mailto:danilo.ramos@unifal-mg.edu.br)

Lúcia Ely Paiva

Tradutora, professora de inglês e participante do Programa formativo para tradutores  
literários da Casa Guilherme de Almeida/Centro de Estudos de Tradução Literária

[lpaivaramos@yahoo.com.br](mailto:lpaivaramos@yahoo.com.br)

Revisão técnica

Karolin Obert

Pós-doutoranda em Linguística/Universidade Lund

<https://orcid.org/0000-0003-4612-0158>

[karolin.obert@ling.lu.se](mailto:karolin.obert@ling.lu.se)

Recebido em 03 de abril de 2022.

Aceito em 08 de agosto de 2022.

---

# Artigos

## Linguística silenciada: notas sobre a recepção dos trabalhos linguísticos de Franz Boas no Brasil<sup>1</sup>

Danilo Paiva Ramos

Professor Doutor em Antropologia Social/Universidade Federal de Alfenas  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade  
Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0002-3169-504X>  
[danilo.ramos@unifal-mg.edu.br](mailto:danilo.ramos@unifal-mg.edu.br)

### Introdução

Em 1911, Franz Boas publicou sua famosa Introdução ao *Handbook of American Indian Languages* (HAIL) pelo Instituto Smithsonian/Departamento de Etnologia Americana. A introdução consolidou a perspectiva teórico-metodológica do grupo de pesquisa liderado por Boas do qual faziam parte, dentre outros, Edward Sapir e Alfred Kroeber. Ao longo dos cinco capítulos, Boas desenvolve os temas da relação entre língua e raça (seção 1), das características gramaticais e fonéticas/fonológicas da linguagem (seção 2), das formas de classificação das línguas indígenas (seções 3 e 5) e das relações entre Linguística e Antropologia (seção 4). O trabalho de 83 páginas é o resultado de décadas de pesquisas sobre as línguas indígenas norte-americanas. Segundo Duranti (2003), no horizonte traçado pela instituição científica estava a busca pela reconstrução das relações genéticas entre as línguas indígenas norte-americanas a partir da coleta de vocabulários e textos a fim de contribuir à classificação dos povos (Duranti 2003: 324).

Em 2016, no Grupo de Estudos de Antropologia e Linguística da USP (GEAL-USP), decidimos estudar mais a fundo a contribuição de Franz Boas para o campo interdisciplinar entre Antropologia e Linguística. Percebemos com muita surpresa que a obra clássica não tinha tradução para língua portuguesa, estando apenas disponível online como um fac-símile em arquivo de pdf. A leitura e debate coletivos entre linguistas e antropólogos logo despertou uma série de questões sobre o porquê da não tradução e, para além disso, o

---

1 Agradeço ao Prof. Dr. Marcos Lanna pelos comentários e sugestões à versão preliminar deste trabalho.

porquê do desconhecimento da contribuição de Boas para os estudos da linguagem no Brasil.

De um lado, os(as) antropólogos(as) percebiam que haviam estudado apenas os trabalhos de Boas voltados à consolidação da perspectiva culturalista, à crítica ao evolucionismo e à metodologia dos estudos etnológicos. Por outro lado, os(as) linguistas aventavam a possibilidade de que a afirmação da linguística como campo autônomo no Brasil tenha feito com que se deixasse de lado a imersão na proposta boasiana de uma concepção holística, contextual e etnográfica da linguagem.

Entendendo ser fundamental a tradução da *Introdução ao Handbook of American Indian Languages* (Boas 1911), dadas as possibilidades para a o fortalecimento do diálogo entre antropólogos e linguistas, convidei minha mãe, Lúcia Ely Paiva, que é tradutora de inglês-português, a fazer comigo uma versão preliminar da tradução da obra boasiana. Fiz contato com uma editora famosa por publicar obras de Linguística, para averiguar o possível interesse na tradução. O e-mail de resposta que recebemos na época foi taxativo, afirmando não haver qualquer interesse na tradução pelo fato de o autor de antropologia não se adequar à linha editorial em linguística da editora. A resposta é reveladora quanto à percepção de uma separação e distanciamento entre os campos, algo que, como mostra Yonne Leite (2009), nem sempre foi assim dada a importância dos diálogos entre antropólogos e linguistas para a consolidação de programas de pós-graduação e mesmo para a formação das associações profissionais: a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN).

Busco, neste trabalho, refletir sobre o porquê desse silenciamento quanto à contribuição de F. Boas para os estudos da linguagem a partir de uma perspectiva antropológica e etnográfica no Brasil. Entendo *silenciamento* como uma operação epistemológica, própria do campo científico, intencional e sistemática de apagamento da relevância dos esforços de certos grupos intelectuais. Tal operação baseia-se em um princípio de triagem fazendo com que, ao afirmar determinados programas de pesquisa e cânones, atenuem-se a relevância da mistura, da contextualização sociohistórica, dos diálogos e trocas entre grupos acadêmicos. Num primeiro momento, apresento algumas notas iniciais sobre a forma como se deu a recepção dos trabalhos de Franz Boas nas Ciências Sociais para, em seguida, evidenciar agências do campo da linguística brasileira que levaram, possivelmente, a esse apagamento. Por fim, concluo mostrando a dupla articulação de silenciamentos não só quanto aos trabalhos linguísticos de Boas, mas à sua perspectiva etnográfica, contextual e holística de linguagem.

**Ciências Sociais**

Para Boas, o estudo das línguas colocava-se como fundamental tanto para a boa realização dos trabalhos de campo, quanto para um entendimento aprofundado sobre as culturas e tradições indígenas (Duranti 2003: 324). Próximo ao pensamento de Wilhelm von Humboldt e Heymann Steinhil, Boas considerava as línguas como condicionantes das visões de mundo dos povos indígenas (Stocking Jr. 2004: 195). Como aponta Stocking Jr. (2004), na Introdução ao HAIL, Boas (1911) buscava delimitar as bases científicas para o estabelecimento da Linguística norte-americana. Estruturando uma metodologia sólida de trabalho de campo linguístico, Boas e seus colaboradores realizaram uma vasta documentação das línguas e tradições culturais dos povos indígenas através de notas gramaticais, classificação dos troncos linguísticos, coletâneas de mitos e listas de vocabulários.

Em 2004, a publicação do livro *A formação da Antropologia Cultural: Franz Boas* de Margarida Moura, livro resultante de sua tese de livre-docência defendida em 2000, colaborou para o entendimento da relevância dos trabalhos linguísticos de Boas para o estabelecimento das relações entre língua e cultura, e para a compreensão do caráter inconsciente dos fenômenos linguísticos e etnológicos. Segundo Moura (2004), a Introdução ao HAIL abre um caminho fecundo tanto para a antropologia cultural norte americana, quanto para o estruturalismo de Lévi-Strauss. Nas palavras do próprio Lévi-Strauss (1973):

É a Boas que cabe o mérito de ter, com lucidez admirável, definido a natureza inconsciente dos fenômenos culturais. Em páginas onde, assinalando deste ponto de vista da linguagem, ele antecipava acerca do desenvolvimento ulterior do pensamento linguístico, e sobre um porvir etnológico cujas promessas começamos apenas a entrever (Lévi-Strauss 1973: 35).

Assim, a explicitação, por Lévi-Strauss, da sinergia entre os campos da Linguística e da Antropologia, e mesmo o foco nas dimensões inconscientes de fenômenos linguísticos e culturais, encontram suas bases nos trabalhos etnolinguísticos de Boas.

Como mencionado, apesar de fundamental para o desenvolvimento da Linguística e da Antropologia, da influência que exerceu sobre o estruturalismo de Lévi-Strauss (Moura 2004: 356), e da importância para a consolidação de uma abordagem teórico-metodológica para o campo da Etnolinguística, a Introdução ao HAIL aguardava ainda uma tradução para o português, sendo pouco conhecida e/ou valorizada por grande parte dos linguistas e antropólogos brasileiros<sup>2</sup>.

2 Tradução que se publica, finalmente, neste volume de R@u.

Apesar da relevância da obra linguística de Boas, a antropologia brasileira procurou sempre traduzir e introduzir a estudantes e pesquisadores de Ciências Sociais os trabalhos marcadamente antropológicos do autor. Como exemplo, podem ser mencionados os livros de Celso Castro, *Franz Boas – Antropologia Cultural* (2004) e *Textos básicos de antropologia* (2016), que trazem trabalhos de Boas sobre teoria e metodologia em Antropologia e Ciências Sociais. Como aponta Castro (2004), a coletânea de 2004 selecionou artigos e conferências considerados pelo próprio Boas como representativos de sua carreira que, além das questões metodológicas, apresentavam a elaboração do conceito de cultura. Segundo o autor (2004: 14), “ficaram de fora os escritos mais especificamente etnográficos de Boas, bem como suas importantes contribuições nos campos da linguística e da antropologia física”.

Já José Carlos Pereira, tradutor dos livros de Boas *Primitive Art* [1927]/*Arte Primitiva* (2015) e *The mind of primitive man* [1911]/*A mente do ser humano primitivo* (2010), apresenta a tradução de textos relevantes para entender a contribuição de Boas para o debate sobre a relação entre raça e cultura e, especificamente, suas reflexões e análise sobre padrões estéticos e arte a partir da crítica antropológica ao evolucionismo.

A tradução e publicação, em 2004, da obra de George Stocking Jr. (2004), *Franz Boas: A formação da Antropologia Norte Americana 1883 – 1911*, possibilitou aos pesquisadores e estudantes brasileiros de Etnolinguística e Antropologia Linguística acesso a palestras e correspondências de F. Boas fundamentais para compreender melhor o projeto que lançou as bases para a fundação da Linguística norte-americana e da própria Etnolinguística.

Em 2004, é com espanto que Celso Castro inicia sua apresentação à coletânea *Franz Boas: Antropologia Cultural* afirmando ser difícil de acreditar que aquele fosse o primeiro livro de Boas a ser publicado no Brasil. Segundo ele, não havia nem traduções de textos isolados de Boas em revistas científicas, sendo disponíveis apenas traduções feitas pelos próprios professores de Ciências Sociais. Ainda assim, as ideias de Boas tiveram grande influência sobre o trabalho dos chamados intérpretes do Brasil, e especialmente de Gilberto Freyre, que havia sido aluno de Boas na Universidade Columbia, em Nova Iorque.

Como retoma Castro (2004), no prefácio à 1ª edição de *Casa Grande e Senzala* de 1933, Gilberto Freyre afirma que “[o] professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje a maior impressão” (Freyre 1933, *apud* Castro 2004: 20). Para Freyre, as ideias de Boas tinham ajudado-o a pensar os problemas nacionais e, em especial, a questão da mestiçagem. Freyre foi a grande liderança do movimento regionalista e propositor da teoria valorativa da mestiçagem racial que possuía forte caráter conciliador e elitista. Segundo Telles:

Freyre argumentava que o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais por sua fusão serena dos povos e culturas européias, indígenas e africanas. Assim, ele sustentava que a sociedade brasileira estava livre do racismo que afligia o resto do mundo. A noção de que o sistema escravagista e as relações raciais tinham sido mais benignos no Brasil do que nos Estados Unidos já era aceita; entretanto, Freyre transformou tal contraste num aspecto central do nacionalismo brasileiro, conferindo-lhe um status científico, literário e cultural que duraria pelo menos até a década de 80 (Telles 2003: 50).

O não reconhecimento da violência, do racismo e do genocídio da população negra impostos pelo sistema escravocrata fez com que a abordagem freyreana fosse duramente crítica por Florestan Fernandes a partir de *A integração do negro na sociedade de classes* (1978) e *O negro no mundo dos brancos* (2007[1972]), como se torna visível no seguinte trecho: “Não se entende a situação do negro e do mulato fazendo-se tábula rasa do período escravista e do que ocorreu ao longo da instauração da ordem social competitiva” (2006: 272). Como mostra Guimarães (2002), para Fernandes o desenvolvimento capitalista da sociedade de classes faz surgir o preconceito e o racismo como dispositivos de exclusão e inferiorização da população negra. Alguns autores verão nesse debate a contraposição entre “a escola culturalista de antropologia de Franz Boas em que Freyre se apoiava e o método histórico dialético de Marx defendido por Fernandes dentre outros” (Silva & Carvalho 2010: 9).

É provável que os confrontos políticos e científicos tenham contribuído para, por exemplo, a exclusão das obras de F. Boas da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, idealizada e coordenada por Florestan Fernandes. Desse modo, é possível supor que o *silenciamento* das Ciências Sociais com relação à obra linguística de Boas relaciona-se primeiro à reação crítica à teoria positiva da mistura racial, com Freyre posicionando-se como discípulo de Boas. Nos anos 2000, as traduções de trabalhos de Boas como *Arte primitiva* (2015), *A mente do ser humano primitivo* (2010) e *Franz Boas: Antropologia Cultural* (2004), mostram a importância de diferenciar as abordagens de Boas e de Freyre, já que todos esses são textos críticos ao racismo e ao evolucionismo, e ao mesmo tempo fundantes da perspectiva relativista e culturalista. Celso Castro (2004, 2016) e José Carlos Pereira (2010, 2015) selecionam assim contribuições do autor para o campo das Ciências Sociais, mas deixam de lado e silenciam sobre as contribuições de Boas para o campo da Linguística, igualmente relevantes para a constituição da perspectiva culturalista e relativista.

## Linguística

Nos anos 1960, a relevância dos trabalhos linguísticos de Boas é salientada por Mattoso Câmara Jr. (1975), um dos fundadores da Linguística brasileira. Segundo o autor, os estudos de Boas consolidaram uma abordagem distinta daquela dos filólogos neogramáticos dedicados às línguas indo-européias. Para Mattoso Câmara Jr. (1975), Boas apresentou, na Introdução ao HAIL, uma visão geral sobre a linguagem, “acentuando seu caráter de padronização, a inconsciência desse padrão, a não-dependência da estrutura linguística da cultura ou da raça e a possibilidade de empréstimo linguístico em uma escala muito mais ampla do que a ortodoxa linguística europeia costuma admitir” (1975: 168). Entretanto, tal reconhecimento de importância não se refletiu em um programa de traduções das obras de Franz Boas no campo da Linguística.

A publicação de traduções trabalhos fundamentais de Roman Jakobson em 1967 pelo linguista Izidoro Blikstein deu destaque a Boas através do texto de Jakobson “As concepções de significação gramatical segundo Boas” (Jakobson 1967). Nesse trabalho, Jakobson reflete sobre a contribuição de Boas para o entendimento do modo como a gramática distingue significações lexicais e “seleciona, classifica e exprime diversos aspectos da experiência” (1967: 58). Salientando a originalidade do pensamento de Boas, Jakobson compara a contribuição do autor teuto-americano àquelas de Charles Peirce e Noam Chomsky.

Na correspondência entre Jakobson e Mattoso Câmara Jr., organizadas e publicadas por Altman (2015), Jakobson pergunta a opinião de Mattoso Câmara Jr. sobre seu artigo dedicado à contribuição de Boas, que ele havia enviado por correio. A resposta, entretanto, revela o não recebimento do artigo e, por isso, o silêncio quanto ao escrito de Jakobson.

Mattoso Câmara Jr. (1975) destacava ainda a importância do postulado da difusão de traços linguísticos gerais (categorias gramaticais, traços fonéticos, etc.) para o entendimento da semelhança estrutural entre as línguas indígenas (idem). Sobre a contribuição linguística de F. Boas, Mattoso Câmara Jr. dirá que:

Na América, entretanto, o antropólogo Franz Boas, continuador de Powel, teve uma percepção linguística da maior significação e, sob sua orientação, um grupo de notáveis linguistas dedicou-se à descrição e classificação das línguas indígenas americanas. Boas, de origem alemã, não tivera treinamento prévio em linguística e estava completamente liberto de ideias pré-concebidas sobre a linguagem com base na linguística indo-européia. Expôs seus mais importantes pontos de vista sobre a linguagem, sua natureza e seu funcionamento na sociedade na *Introdução* (1912) que escreveu para o Manual das Línguas Indígenas Americanas, que continha sob sua redação uma série de estudos descritivos das línguas indígenas

americanas. Nele, Boas desenvolveu uma visão geral sobre a linguagem, acentuando seu caráter de padronização, a inconsciência desse padrão, a não dependência da estrutura linguística da cultura ou da raça e a possibilidade do empréstimo linguístico em uma escala muito mais ampla do que a ortodoxa linguística europeia estava inclinada a admitir (Câmara Jr 1975: 168).

Entretanto, apesar da ênfase na importância da obra linguística de Boas, Mattoso Câmara Jr. dedicou-se à tradução dos escritos de Edward Sapir e não de Franz Boas, publicando a tradução do livro *Language: an introduction to the study of speech* (Sapir 1954 [1921]) e, posteriormente, a coletânea de ensaios: *Linguística como Ciência* (Sapir 1961).

Aluno de F. Boas, Sapir teria contribuído de modo fundamental para a consolidação das bases científicas da Linguística (Câmara Jr. 1961: 8). Voltando-se ao estudo das línguas indígenas americanas e à estruturação de uma abordagem formalista que via a linguagem como forma auto-suficiente a fornecer canais expressivos ao pensamento e à cultura, Sapir teria desenvolvido uma abordagem interessada nos problemas filosóficos da linguagem, tendo chamado a atenção para a importância do estudo descritivo, base da descoberta de padrões intrínsecos da língua, para o estudo do impulso linguístico e para as inter-relações entre língua e pensamento (Câmara Jr. 1975: 171). A proximidade do formalismo sapiriano àquela da teoria linguística de Saussure também parece justificar o investimento na tradução e difusão da obra de E. Sapir em detrimento da introdução complementar dos trabalhos de Franz Boas. A atração pelo formalismo também se manifesta no interesse que Mattoso Câmara Jr. teve pelo Círculo de Praga, ao qual teve aproximação através do seu mentor, Roman Jakobson (Câmara Jr. 1968: 50, apud Altman 1998: 121).

Ao recordar e tecer linhas de diálogo entre Linguística e Antropologia no Brasil, Yonne Leite (2009) sublinha o papel central que Mattoso Câmara Jr. e Aryon Rodrigues tiveram para a consolidação do campo de estudo das línguas indígenas no país, seja assumindo cargos na ABA, seja iniciando programas de pós-graduação na UnB e no Museu Nacional. Para Leite (2009), o interesse antropológico na Linguística dava-se, dentre outros fatores, pela grande aceitação dos trabalhos de Lévi-Strauss e do estruturalismo que valorizava imensamente as contribuições teórico-metodológicas da Linguística e, especificamente, da Fonologia. Em suas palavras “a Linguística se popularizou no Brasil através da Antropologia e de Lévi-Strauss, autor cult dos anos 60 [...]” (2009: 39), sendo a Linguística vista como “fornecedora de um método para as Ciências Sociais” (2009: 41). Segundo Leite, a influência penetrante da Linguística Gerativa a partir dos trabalhos de Noam Chomsky (1957) geraram uma mudança de paradigma que fez a Linguística passar

a “dialogar com as Ciências Biológicas e as Ciências da Mente, interrompendo as relações que vinham sendo mantidas com a Antropologia e as Ciências Sociais” (Leite 2009: 46).

Como apontam Leite e Franchetto (1983), o diálogo entre Antropologia e Linguística continuaria se dando, através do trabalho de campo, considerado como marcante para a formação de linguistas e antropólogos. Além disso, a atuação no indigenismo leva a atuações conjuntas de defesa dos direitos indígenas na luta pela demarcação de terras, pela educação bilíngue e pela salvaguarda das culturas e das línguas indígenas.

Na Introdução ao HAIL, um dos pontos centrais de Franz Boas é justamente a importância do trabalho etnográfico como base para a descrição linguística, transcrição e tradução de textos de arte verbal, e para o estudo das demais dimensões da cultura dos povos indígenas. Ainda que essa perspectiva tenha sido fundamental para as contribuições teóricas de Sapir e Lévi-Strauss, assim como para diálogos e parcerias entre linguistas e antropólogos a partir do trabalho de campo, parecem sempre faltar menções aos escritos de Franz Boas seja nos trabalhos fundantes que estabeleciam as “tarefas da etnolinguística no Brasil” (Rodrigues 1966; Câmara Jr. 1965), seja nos artigos memoriais de grandes linguistas como Luci Seki (1999), Yonne Leite (2004, 2009) e Aryon Dall’Igna Rodrigues (2009).

Um aspecto que ganha relevo a partir dos depoimentos de Seki e Rodrigues vem a ser o peso negativo que teve a atuação, viabilizada pelo acordo de cooperação de 1958 com o Museu Nacional, dos linguistas missionários do Summer Institute of Linguistics (SIL) para a Linguística de línguas indígenas no Brasil. Nas palavras de Seki (1999),

O acordo com aquela instituição criou a falsa idéia de que nossas línguas já estavam sendo estudadas por linguistas competentes, o que desestimulou o ingresso na área de estudantes iniciantes ou mesmo de pesquisadores estrangeiros. Alie-se a isso o fato de que o modo de trabalho linguístico do SIL, com sua concepção de permanência prolongada em campo (sem dúvida imprescindível para o aprendizado prático da língua e para as tarefas de catequese e tradução da bíblia), com a produção de resultados em geral fragmentários, em desproporção ao tempo de permanência em área e às facilidades de infra-estrutura disponíveis à instituição (Leite 1981), passou a ser visto como o ‘padrão’ de trabalho com línguas indígenas, contribuindo para uma falsa representação de que o estudo de uma língua indígena constitui uma tarefa de natureza ‘missionária’, ao qual o pesquisador deve dedicar toda a sua vida, sendo pouco gratificante do ponto de vista acadêmico (Seki 1999: 266).

Segundo Rodrigues (2009), tendo como objetivo dominar as línguas indígenas para a ação proselitista, os missionários desconsideraram a produção linguística já existente no país, e produziram uma documentação fragmentária. Leite (1981) ressalta o problema da

falta e visão de conjunto das línguas estudadas e da aleatoriedade nos aspectos linguísticos abordados. Se a cooperação firmava-se em nome de “salvar as línguas indígenas para a posteridade” e de contribuir para a formação de linguistas brasileiros, Seki (1999) afirma que a colaboração para a formação de linguistas brasileiros deu-se apenas nos anos iniciais, e que logo houve o afastamento com relação às pós-graduações.

Dessa forma, ao retomar os depoimentos sobre o período considerado como de formação da Linguística no país e os escritos teóricos e de história das ideias linguísticas de Mattoso Câmara Jr., verifica-se que o *silenciamento* com relação à contribuição de Boas aos estudos da linguagem liga-se a um programa que visava, de um lado, a consolidação da Linguística como um campo autônomo epistemologicamente. De outro lado, o trabalho de campo nos momentos iniciais da formação de linguistas especializados é marcado não só pela relação com etnógrafos, mas fundamentalmente pelos linguistas missionários, com “resultados fragmentários” e uma “documentação fragmentária” visando o proselitismo religioso, proposta em tudo distante da perspectiva contextual e holística boasiana.

### **Considerações finais: O duplo silenciamento**

Diante do desafio imenso imposto pela tarefa de tradução da Introdução de Franz Boas ao HAIL, busquei levantar algumas questões sobre o porquê da recepção incipiente da contribuição do autor para os estudos da linguagem no Brasil. Procurei descrever de que modo as obras de Boas começam a ser traduzidas nos anos 2000 a partir de uma superação da sobreposição da imagem de Boas àquela de G. Freyre, com a valorização de seus escritos sobre a abordagem culturalista, a crítica ao racismo e ao evolucionismo, assim como suas obras dedicadas às artes.

Por outro lado, a constituição da Linguística como campo autônomo no Brasil deu-se através da triagem de cânones que consolidaram teórico-metodologicamente a área de modo independente com relação às Ciências Sociais, assim deixando afastada a perspectiva boasiana, com sua concepção dos estudos da linguagem como inerentes ao campo da Antropologia. De forma semelhante, o estudo etnográfico da linguagem proposto por Boas distancia-se da concepção de trabalho de campo missionário, ancorado em uma abordagem fragmentária de descrição linguística voltada ao proselitismo e ao “salvacionismo”.

Como mostram Galucio et al. (2018), o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) fundamentado pelo decreto N° 7.387 de dezembro de 2010 estabelece a necessidade urgente de reconhecimento do valor da diversidade linguística como patrimônio cultural imaterial através da coleta e registro de informações sobre todas as

línguas do Brasil. Identificar a situação atual de cada uma delas, os graus de risco para suas continuidades, e subsidiar políticas públicas favoráveis ao patrimônio linguístico, são tarefas que exigirão certamente uma reaproximação entre os campos da Antropologia e Linguística. Nas palavras de Galucio et al. (2018):

A língua também representa muitas vezes um marcador essencial da identidade étnica e social de cada comunidade. Relacionado a isso, representa ainda uma estreita ligação com a história e cultura de um povo, cujo conhecimento coletivo sobre o ecossistema e as paisagens do ambiente em que vive está em certa medida conectado às formas e estruturas da língua. A perda de uma *língua geralmente faz parte da desintegração de um povo e do seu habitat. Isso é bem visível no Brasil, onde o desaparecimento das línguas indígenas é acompanhado pela desagregação das suas comunidades de falantes e da destruição das suas terras. No final, o desaparecimento de uma língua é uma perda para o patrimônio intelectual e cultural da humanidade em geral* (Galucio et al. 2018: 210).

Apenas dessa forma será possível gerar a participação ativa das comunidades indígenas, tendo com base abordagens etnográficas, contextualizadoras e que tomem como ponto de partida as teorias e ontologias indígenas sobre a linguagem. Seguindo Leite (2009), as convergências e diálogos que apontam hoje para uma retomada da Introdução do HAIL parecem ter sido semeados por linguistas não missionários e antropólogos no curso de seus trabalhos de campo. Tenho que admitir que, como conta Yonne Leite (2009), sou um desses antropólogos que relê Boas a partir dos encontros do campo compartilhado com linguistas, da formação em antropologia com linguistas e antropólogos estruturalistas, como meus professores Beatriz Perrone-Moisés e Márcio Silva, e da busca por praticar uma escuta etnográfica que permite as conversas, aprendizados e compartilhamento de sentidos vividos com meus interlocutores Hupd'äh.

## Referências

- ALTMAN, Cristina. 1998. *A pesquisa linguística no Brasil (1968 – 1988)*. São Paulo: Humanitas.
- BOAS, Franz. 1911. *Handbook of American Indian Languages*. Washington, DC: Government Printing Office.
- BOAS, Franz. 2010. *A mente do ser humano primitivo*. [tradução de José Carlos Pereira]. Petrópolis: Vozes.
- BOAS, Franz. 2015. *Arte primitiva*. [tradução de José Carlos pereira]. Petrópolis: Vozes.
- CÂMARA Jr., Mattoso. 1961. "Introdução". In: E. Sapir, *Linguística como ciência* [seleção, tradução e notas de J. Mattoso Câmara Jr.]. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

- CÂMARA Jr., Mattoso. 1965. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- CÂMARA Jr., Mattoso. 1975. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes.
- CASTRO, Celso. 2004. *Franz Boas - Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CASTRO, Celso. 2016. *Textos Básicos de Antropologia 1*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CHOMSKY, Noam. 1957. "Fundamentals of Language. Roman Jakobson, Morris Halle". *International Journal of American Linguistics*, 23(3): 234-242.
- DURANTI, Alessandro. 2003. "Language as Culture in U.S. Anthropology". *Current Anthropology*, 44(3): 323-347.
- FERNANDES, Florestan. 1978. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática.
- FERNANDES, Florestan. 2007 [1972]. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global.
- FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. 1983. "A Concepção dos Linguistas". *Cadernos de Estudos Linguísticos UNICAMP*, 4:15-30.
- GALUCIO, Vilacy; MOORE, Denny; VOORT, Hein. 2018. "O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 38: 194 - 219.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. 2002. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34.
- JAKOBSON, Roman. 1967. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix.
- LEITE, Yonne. 1981. "O Summer Institute of Linguistics: Estratégias e Ação no Brasil". *Religião e Sociedade*, 7: 60-64.
- LEITE, Yonne. 2004. "Joaquim Mattoso Câmara Jr: um inovador". *D.E.L.T.A.*, 20: 9-31.
- LEITE, Yonne. 2009. "As times go by: as relações entre linguística e antropologia". In: D. da Hora; E. F. Alves & L. Espíndola (orgs.), *Abralín: 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária. pp. 37-57.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1973. Linguística e Antropologia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 85-99.
- MOURA, Margarida Maria. 2004. *Nascimento da Antropologia Cultural: Franz Boas*. São Paulo: Hucitec.
- RODRIGUES, Aryon. 1966. "Tarefas da linguística no Brasil". *Estudos Linguísticos*, 1(1): 3-15.
- RODRIGUES, Aryon. 2009. "40 anos de linguística, cursos universitários e línguas indígenas no Brasil". In: D. da Hora; E. F. Alves & L. Espíndola (orgs.), *Abralín: 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária. pp. 15-34.
- SAPIR, Edward. 1954[1921]. *A Linguagem: Introdução ao estudo da fala*. [Tradução de J. Mattoso Câmara Jr.] Rio de Janeiro: Ministério da Educação.

SAPIR, Edward. 1961. *Linguística como ciência: ensaios*. [Seleção, tradução e notas de J. Mattoso Câmara Jr.] Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

SEKI, Lucy. 1999. "A lingüística indígena do Brasil". *D.E.L.T.A.*, 15: 257-290.

SILVA, Daniel Antonio Coelho; CARVALHO, Danilo Nunes de. 2010. "A Integração do Negro na Sociedade de Classes: A Resistência Negra sob Perspectiva Marxista". *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, 1: 8-23.

STOCKING JR., George. 2004. *Franz Boas: A formação da Antropologia Norte Americana 1883 – 1911*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda.

TELLES, Edward. 2003. *Racismo à Brasileira. Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Recebido em 04 de abril de 2022.

Aceito em 10 de julho de 2022.

## Linguística silenciada: notas sobre a recepção dos trabalhos linguísticos de Franz Boas no Brasil

### Resumo

A introdução de Franz Boas ao *Handbook of American Indian Languages*, publicada em 1911, constitui um trabalho fundamental tanto para o campo da linguística quanto da antropologia. Apesar da importância da obra, a introdução ao HAIL permaneceu sem tradução até o momento, estando a contribuição de Boas para o campo dos estudos da linguagem excluída dos currículos de Ciências Sociais e Linguística no Brasil. No presente artigo, busco refletir sobre o porquê desse *silenciamento* que fez com que a perspectiva etnográfica, contextual e holística boasiana se mantivesse desconhecida e afastada dos processos de constituição desses campos de saber no Brasil.

**Palavras-chave:** Teoria Antropológica; Etnolinguística; Franz Boas; Interdisciplinaridade.

## Silenced Linguistics: reflections on the reception of Franz Boas's linguistic works in Brazil

### Abstract

Franz Boas' introduction to the *Handbook of American Indian Languages* published in 1911 constitutes a fundamental work for both the fields of linguistics and anthropology. Despite the importance of the work, the introduction to HAIL has remained untranslated so far. Thus, Boas' contributions to the field of language studies has been excluded from the curricula in both anthropology and linguistics in Brazil. In this article, I reflect on the reasons for this *silencing* around Boas' work which caused the ethnographic, contextual and holistic perspective of Boas to remain unknown during the constitution of these fields in Brazil.

**Keywords:** Anthropological Theory; Ethnolinguistics; Franz Boas; Interdisciplinarity.

## Para além de Boas, no espírito de Boas: explorando a semiótica da interação

Leland McCleary

Professor Doutor (aposentado) do Departamento de Letras Modernas/Universidade de São Paulo

<https://orcid.org/0000-0002-9799-6646>

Evani Viotti

Professora Doutora do Departamento de Linguística/Universidade de São Paulo

<https://orcid.org/0000-0002-0511-6569>

[viotti@usp.br](mailto:viotti@usp.br)

### Introdução

Se agora, em 2022, os alunos brasileiros podem ler na Internet que Franz Boas é conhecido como “o pai da antropologia americana” (Rezende 2022), precisamos perguntar por que os primeiros livros publicados no Brasil com textos de Franz Boas, que, segundo uma das editoras, é “um dos mais importantes antropólogos de todos os tempos”, só chegam a ser lançados em 2004, sessenta e dois anos após sua morte (Boas 2004a; Boas 2004b). Igualmente intrigante é sua pouca penetração na área da linguística no Brasil, quando Boas também foi um dos primeiros e maiores campeões das descrições linguísticas das línguas indígenas americanas.

Quem estuda linguística geral no Brasil provavelmente terá ouvido falar muito pouco de Franz Boas, exceto, talvez, na área de linguística indígena, onde o nome desse grande estudioso das línguas e culturas dos povos nativos da América do Norte é certamente mais conhecido, embora, mesmo nessa área, haja pouca referência a sua obra. Em contrapartida, na América do Norte, o trabalho e as ideias de Boas tiveram grande impacto sobre o desenvolvimento da linguística. Além de ser organizador do *Handbook of*

*American Indian Languages*, publicado em 1911, cinco anos antes do *Curso de Linguística Geral* de Saussure, Boas criou em 1917 o *International Journal of American Linguistics*, o primeiro periódico internacional dedicado aos estudos das línguas indígenas americanas, que, por sua vez, exerceu forte influência sobre a linguística geral americana (Beck & Gerdts 2017). Em 1924, Boas foi um dos fundadores – e o quarto presidente – da Linguistic Society of America (LSA), marcando, desde o início da institucionalização da linguística como disciplina, a presença e a relevância da linguística antropológica. Entre os primeiros quarenta presidentes da Sociedade, cinco eram antropólogos, dentre os quais, além de Boas, dois eram seus alunos (Edward Sapir e Alfred Kroeber) e os outros dois eram alunos de seus alunos (Charles Voegelin foi aluno de Kroeber e Harry Hoijer, aluno de Sapir). Além desses, mais dois alunos de Sapir foram presidentes da LSA, ambos formados em linguística – Murray Emeneau e Mary Haas<sup>1</sup>.

Qual, então, seria a causa dessa posição periférica atribuída a Franz Boas pela linguística brasileira? A resposta está nas esferas de influência dentro das quais a pesquisa linguística se desenvolveu, especialmente entre as décadas de 1940 e 1960 quando tiveram início aqui os primeiros trabalhos de caráter estruturalista. Em um estudo pioneiro intitulado *A Guerra Fria Estruturalista*, Cristina Altman analisa a repercussão, na linguística brasileira, dos modelos desenvolvidos na Europa a partir das propostas de Saussure, especialmente no Círculo Linguístico de Praga, e dos modelos desenvolvidos nos Estados Unidos, particularmente por Edward Sapir e por Leonard Bloomfield. Sapir, como já visto, foi um ex-aluno de Boas. Seu livro, *Language*, publicado em 1921, teve grande impacto e foi frequentemente comparado ao *Curso* de Saussure (Koerner 2020: 168-172). Bloomfield, fundador de uma versão antimentalista do estruturalismo distinta da versão mentalista de Sapir, compartilhava com ele o rigor que impunha à descrição de dados (Altman 2021).

Chama a atenção o fato de que, em um estudo historiográfico criterioso como o de Altman (2021), não haja referências diretas ao trabalho de Boas. Foi o estruturalismo europeu do Círculo Linguístico de Praga, fortemente influenciado por Saussure, que impactou a linguística brasileira em seus primórdios. Dos estruturalismos americanos, muito pouco chegou até nós, e mesmo assim indiretamente. As notícias iniciais sobre as ideias de Sapir e de Bloomfield chegaram por aqui através de Mattoso Câmara Jr., que delas soube pelo contato direto com Roman Jakobson, este sim, um grande admirador de Boas (Jakobson 1944). À época da visita de Mattoso Câmara Jr. a Nova Iorque, Jakobson era professor da Columbia University, onde Boas, mesmo aposentado, ainda trabalharia

1 Para outras perspectivas sobre a influência de Boas no início da antropologia e linguística norteamericanas, ver Darnell (2000) e Bernstein (2002).

até sua morte, menos de um ano antes da chegada de Mattoso Câmara Jr. Mas este, com toda a proximidade que teve com Jakobson, preferiu se orientar pelo trabalho que Jakobson desenvolvia junto à Escola de Praga a se deixar cativar pelo descritivismo dos estruturalistas americanos.

Um dos motivos para essa resistência da linguística brasileira ao estruturalismo americano se deve ao fato de que os métodos descritivistas de Boas e Sapir se mostravam incompatíveis com as áreas de interesse dos estudiosos brasileiros à época em que aqui a linguística emergia como ciência. O foco dos estudos da linguagem naquele período estava na filologia, na dialetologia e na lexicologia praticadas a partir de textos escritos. Ao mesmo tempo, as posições antimentalistas de Bloomfield causavam muita rejeição entre os pesquisadores brasileiros (Altman 2021: 76). Apenas por volta dos anos 1950, quando linguistas do Museu Nacional começaram a trabalhar com as línguas indígenas brasileiras é que os estruturalistas americanos passaram a ficar mais conhecidos no Brasil, a partir da orientação inicial dada por linguistas do Summer Institute of Linguistics (SIL) (Altman 2021: 90).

Na próxima seção, vamos colocar lado a lado alguns dos fundamentos da linguística brasileira com algumas das ideias de Boas desenvolvidas na Introdução ao *Handbook of American Indian Languages* para sugerir que, caso as ideias de Boas tivessem sido adotadas, elas teriam possivelmente mudado o rumo da linguística brasileira em direção à centralidade da fala e a uma visão mais dinâmica de semiose.

### **A emergente linguística brasileira e os ensinamentos de Boas**

A linguística brasileira, nascida sob a forte influência do Círculo Linguístico de Praga, por sua vez altamente impactado pelo pensamento de Saussure, é, de maneira geral, uma linguística mais voltada para questões teóricas do que para a descrição de línguas. Essa tendência se reforçou ainda mais quando as ideias de Chomsky chegaram ao Brasil, dando início aos estudos da sintaxe do português brasileiro feitos a partir dos preceitos teóricos da gramática gerativa. No estruturalismo de base saussuriana, as descrições sempre parecem estar a serviço de discussões teóricas envolvendo o sistema linguístico, a natureza do signo, e, especialmente, sobre a noção de valor, que é o que em última instância vai determinar as funções dos elementos linguísticos dentro do sistema.<sup>2</sup> Os dados sob

2 Um exemplo que deixa clara a noção de valor e que foi tão bem estudado pelo Círculo Linguístico de Praga é a noção de fonema em oposição à de fone. Os fones estão associados às realizações fonéticas que ocorrem na fala, em toda a sua variabilidade, com todos os seus aspectos contingenciais, e todas as suas idiossincrasias. O fonema é uma abstração teórica, que neutraliza a variabilidade das realizações fonéticas para manter apenas um conjunto de traços que são necessários e suficientes para distinguir um signo de outro. Por exemplo, se um paulistano pronuncia *co[s]ta* e um carioca pronuncia *co[ʃ]ta*, a

análise na absoluta maioria das vezes vêm de textos escritos, muitas vezes literários. Na gramática gerativa, as descrições vêm envolvidas por questionamentos também de natureza teórica sobre a gramática universal, sobre as noções de princípios, parâmetros (como defini-los, como delimitá-los), sobre as relações entre língua e mente, e sobre como a emergência da língua entre os humanos seria definidora da espécie. Os dados, de maneira geral, são obtidos por meio de eliciações que se fundam nas intuições dos falantes, e são apartados de qualquer contexto situacional em que tenham sido ou venham a ser produzidos. Mesmo quando esses contextos são mencionados, eles são hipotetizados, não correspondendo, de maneira geral, a contextos reais efetivamente observados. E línguas de diferentes famílias linguísticas são descritas a partir do mesmo conjunto de categorias e unidades linguísticas estabelecidas a partir dos estudos de línguas indo-europeias. Pode-se dizer que essas duas fortes correntes da linguística brasileira – o estruturalismo europeu e a gramática gerativa – se organizam em torno de “teorias à procura de dados”, e não em torno de “dados à procura de uma teoria” (Slobin 2008: 117). Paralelamente a isso, especialmente no que concerne à vertente estruturalista dos estudos sobre a linguagem praticada no Brasil, não se fomenta o interesse pelas interfaces da linguística, nem com as ciências cognitivas e a biologia, como acontece no âmbito da gramática gerativa, nem com a antropologia, a sociologia, ou outras ciências sociais. A linguística que emergiu no Brasil é uma linguística voltada para si mesma, que afasta de seu campo de interesse a atividade cotidiana do ser humano imerso em uma ecologia sócio-histórico-cultural constituída, entre outras coisas, por suas interações comunicativas.<sup>3</sup>

Em oposição a essa visão fundadora da linguística brasileira, Franz Boas propunha um entendimento diferente sobre a natureza do objeto da linguística. O estudo das línguas indígenas norte-americanas deixava clara a necessidade de criação de paradigmas de descrição e análise linguística diversos daqueles usados para dar conta das línguas indo-europeias (Boas 1911: 35; Epps et al. 2017: 46). Esses novos paradigmas envolvem questões metodológicas que, naturalmente, acabam por implicar questões teóricas. O ponto de partida dos estudos linguísticos e antropológicos de Boas é voltar a atenção aos fatos que efetivamente emergem das interações humanas, sempre situadas em uma

---

diferença do som ‘s’ em final de sílaba é interessante do ponto de vista fonético (e sociolinguístico), mas não tem relevância para o sistema do português brasileiro, na medida em que não cria uma oposição de significado. O mesmo não acontece em outros contextos fonéticos. Entre vogais, por exemplo, a diferença entre a pronúncia [s] e a pronúncia [ʃ] tem valor no sistema. Comparem ‘assar’(a[s]ar) e ‘achar’ (a[ʃ]ar). Os símbolos que aparecem entre colchetes correspondem aos fones.

3 Ferguson (1977: 1) questiona a possibilidade de a linguística poder ser uma ciência completamente autônoma, preferindo entendê-la quer como um ramo da psicologia, quer como um ramo da antropologia, abrindo diferentes perspectivas para o estudo das línguas e para o trabalho dos linguistas.

ecologia cultural e histórica mais ampla.<sup>4</sup> De início, então, fica claro que o interesse de Boas está na fala, e não na *langue* ou em qualquer outro tipo de abstração. Aquilo que geralmente se entende como um conjunto geral de regras abstratas que se depuram a partir dos fatos deve ser restrito ao mínimo: nada mais do que é realmente essencial e comum a todas as línguas observadas. O foco deve estar nas especificidades de cada língua; o que importa é a diversidade linguística, e não qualquer ideia de generalização que possa subjazer à diversidade (Epps et al. 2017: 41-42). Essa postura está de acordo com as tendências seguidas no âmbito da antropologia. Por um lado, antropólogos estudam uma dada comunidade comparando-a com outras na expectativa de encontrar extensas e profundas diferenças culturais entre elas; por outro, buscam traços comuns entre sociedades de diversas partes do mundo, em áreas culturais distintas, e em diferentes estágios de desenvolvimento econômico (Ferguson 1977: 2-3).

Apesar das limitações tecnológicas do seu tempo, Boas prezava o cuidado que se deve ter na documentação dos fatos linguísticos. Sua sugestão era a de que as narrativas orais, ditadas ou transcritas diretamente por falantes nativos, fossem a fonte privilegiada para a obtenção de dados. A transcrição deveria se nortear pela ideia de que cada língua deve ser analisada em seus próprios termos, e não a partir de categorias criadas com base no estudo de outras línguas – especialmente as da família indo-europeia – e assumidas aprioristicamente (Boas 2022: 36-37, 39-40, 43-45, 80-82; Epps et al. 2017: 42). Tanto os estudos de base saussuriana quanto os de base chomskyana incorreram nesse erro, os primeiros porque se originaram da tradição histórico-comparativa do século XIX, e os segundos porque assumem que as características das línguas indo-europeias – especialmente as do inglês – são universais (Harnisch 2007: 121; Progovac 2019: 3).

Outro aspecto do pensamento de Boas que advém do foco nos fatos observados realisticamente e que contrasta, mais uma vez, com a prática da linguística que emergia no Brasil em meados do século XX, é a importância dada ao contexto cultural e histórico em que as línguas vivem. Línguas não são entidades desvinculadas da cultura e da história de um povo. Fatos linguísticos devem ser analisados levando-se em consideração não só suas características formais, mas também suas relações com as perspectivas culturais das pessoas que as produzem em sua fala. Ao mesmo tempo, a dimensão histórica de uma língua não pode ser ignorada. As interações entre falantes de diferentes línguas vivendo em regiões próximas acabam alavancando processos de mudança linguística que podem aproximar línguas pertencentes a famílias diferentes, ou vice-versa, afastar uma ou outra

4 O contexto social em que as atividades linguísticas têm lugar; as comunidades em que as normas linguísticas são compartilhadas e os atos comunicativos vistos em sua inteireza são alguns dos objetos que devem ser de interesse do linguista e do antropólogo (Ferguson 1977: 3).

língua das demais línguas que constituem uma família linguística. O investigador precisa ressaltar essas possibilidades, e buscar investigar o histórico dos contatos entre os povos para não desvirtuar sua análise. Portanto, o estudo das línguas não pode ser feito de maneira isolada em relação ao estudo da ecologia em que as línguas se inserem (Mufwene 2008; Negrão & Viotti 2012).

Fazendo uma avaliação sobre a linguística americana, que emergiu em meio aos estudos antropológicos de Boas, Chafe diz o seguinte:

É impossível saber como teria sido a linguística americana se ela não tivesse se desenvolvido onde ela pôde ter experiência de primeira mão tanto do espectro de variação quanto do grau de elementos em comum que apresentam as línguas humanas, mas sem dúvida, ela teria sido muito diferente - e certamente muito empobrecida (Chafe 1976: 5, tradução nossa).

Ao ressaltar a opinião de Chafe de que as bases boasianas da linguística americana – a observação direta da diversidade e das características comuns entre as línguas humanas – tornaram-na uma linguística bastante rica, queremos apontar que, se, em seus primórdios, a linguística brasileira tivesse se deixado influenciar por Boas, abrindo-se para um diálogo com a antropologia, ela teria desde o início encorajado a descrição das línguas nativas brasileiras em toda a sua oralidade e em sua diversidade linguística e cultural, tendo possivelmente documentado algumas que já se perderam e muitas que hoje se encontram em situação de risco. Afinal, o Brasil era/é um terreno tão fértil quanto a América do Norte em termos de variedade linguística e poderia ter proporcionado a mesma experiência de primeira mão aos linguistas brasileiros, caso eles não tivessem colocado o estudo da língua em uso em posição periférica. A linguística brasileira teria também se aberto à documentação e análise do uso do português brasileiro nas mais diferentes interações comunicativas, antecipando o início do estudo da variação sociolinguística e da análise da conversa de base etnometodológica. Se os linguistas brasileiros da primeira metade do século XX tivessem ouvido Boas, talvez áreas como o estudo de narrativas orais, da arte verbal, e mais amplamente da semiose da interação, já estivessem mais desenvolvidos por aqui. E, com certeza, a linguística brasileira teria um conhecimento mais elaborado sobre técnicas de documentação, transcrição, glosagem e tradução de dados.<sup>5</sup>

5 Apesar de reconhecer que a perspectiva antropológica era ainda bastante familiar na linguística praticada nos Estados Unidos de seu tempo, Ferguson admite que a maioria dos estudantes de linguística da segunda metade do século XX tinha pouco ou nenhum treinamento em antropologia, o que estava enfraquecendo as relações entre antropologia e linguística que vigoravam nos primórdios da linguística americana (Ferguson 1977: 2).

## Seguindo o espírito de Boas e indo além: por uma semiótica da interação

O espírito pioneiro de Boas é inquestionável. Tendo isso em mente, cremos que, se ele fosse vivo nos dias de hoje, ele iria rever algumas de suas próprias sugestões para mais bem dar conta do uso das línguas em ecologias reais de práticas comunicativas. Uma dessas revisões seria a de ampliar o tipo de dado linguístico a ser documentado. Apesar de favorecer o estudo de narrativas orais, Boas expressava grande frustração em relação às limitações tecnológicas de seu tempo, que dificultavam a documentação de formas espontâneas de discurso (Epps et al. 2017: 42-43). Com a tecnologia de áudio e vídeo de que dispomos atualmente, com certeza Boas, se não privilegiasse, pelo menos daria grande destaque à coleta de conversas espontâneas entre os falantes de uma língua. Afinal a linguagem conversacional é o uso linguístico básico; todos os demais usos são secundários a ela e devem ser analisados a partir de seu contraste com ela (Schegloff 1979: 283; Chafe & Tannen 1987: 390; Chafe 1994: 5, 41; Levinson 2006: 85). Já em 1911, Boas parecia estar, pelo menos em parte, de acordo com isso, quando diz que “[...] se pode ganhar muita informação ouvindo-se as conversas dos nativos e participando da vida diária deles [...]” (Boas 2022: 68).

Outro aspecto da metodologia de Boas que precisaria ser revisto é que ele assumia que a sentença seria o protótipo da unidade da fala. Diz o autor:

Como toda a fala visa a servir à comunicação de ideias, a unidade natural da expressão é a sentença, isto é, um grupo de sons articulados que expressam uma ideia completa (Boas 2022: 38).

Por ter esse entendimento, Boas sugeria que os textos fossem transcritos por sentenças ou parágrafos acompanhados de suas traduções livres (Epps et al. 2017: 49). Hoje em dia, no entanto, sabemos que sentenças são unidades típicas do estudo da língua desvinculada de seu contexto de uso. Na fala, as unidades básicas são aquelas que apresentam um certo contorno entoacional e que Chafe denomina *unidades entoacionais* (Chafe 1994: 53-70). Essas unidades podem até eventualmente corresponder a sentenças, mas elas abrangem também palavras, sintagmas, ou até mesmo sons isolados. O que importa é que elas expressam uma ideia por vez.<sup>6</sup> Considerando que Boas insistia na

6 Curiosamente, ao mesmo tempo em que Boas afirma que seria difícil usar palavras como *e*, *por*, *para*, *eram* (verbo ser/estar no pretérito, 2ª pessoa do singular e todas as pessoas do plural) para expressar ideias claras, ele menciona a possibilidade do uso lacônico da palavra *se*. Além disso ele diz que pessoas que têm treino em gramática podem usar uma desinência verbal para corrigir uma ideia anteriormente expressa. O exemplo que ele fornece é o de uma afirmação como *Ele canta lindamente*, que poderia dar margem a um comentário como *cantou*. Isso mostra que Boas estava ciente de que o que importa é que as unidades de análise expressem uma ideia; o aspecto de estrutura sentencial parece ser secundário (Boas 2022: 39).

importância dos sons efetivamente produzidos, colocando todo o peso da descrição em elementos fonéticos (Boas 2022: 26-35), acreditamos que Boas receberia com muito bons olhos a proposta de Chafe, tanto no que diz respeito a tomar as unidades entoacionais como as unidades básicas da fala, quanto em adotá-las nas práticas de transcrição.

O espírito de Boas é o de estudar a língua a partir de uma perspectiva situada. Ou seja, para Boas a língua não deve ser analisada sem que se leve em conta o contexto cultural e histórico em que ela se insere (Boas 2022: 64-65, 71-74; Epps et al. 2017: 45). Além da situabilidade da língua nessas duas macro-ecologias – cultura e história – parece-nos legítimo supor que faz parte do espírito de Boas o estudo do uso linguístico nas micro-ecologias de prática, na medida em que o autor sempre enfatiza a importância da observação e documentação das interações comunicativas entre falantes. É por isso que entendemos que uma nova área interdisciplinar de estudos da linguagem, que, nos Estados Unidos, é conhecida como *Semiótica da Interação*, *Semiótica da Comunicação*, *Semiótica Antropológica*, ou simplesmente *Semiótica*, se encaixa perfeitamente no espírito de Boas, e pode fazer avançar seus ensinamentos em direções bastante promissoras para o entendimento do processo semiótico.<sup>7</sup>

O uso do termo *semiótica* para fazer referência ao objeto de estudo dessa área de que vamos tratar aqui se deve a uma sugestão da grande antropóloga americana Margaret Mead. Ex-aluna de Boas, Mead fez essa sugestão por ocasião de um encontro multidisciplinar que congregava antropólogos, linguistas, educadores, psicólogos e psiquiatras interessados no estudo da significação que emerge em processos comunicativos. Para Mead, o termo *semiótica* se adequa perfeitamente bem como rótulo para abrigar os estudos da comunicação em sua totalidade, a partir das contribuições de pesquisadores de diferentes especialidades (Mead 1964).

Os estudos da semiose que se desenvolveram a partir daí tomam por base teorias e modelos que surgiram em campos externos à linguística, especialmente nas ciências sociais. Algumas dessas bases, entre outras, são a sociologia da vida cotidiana, de Erving Goffman (1959), revista recentemente por Jack Sidnell (2021); a etnometodologia de Harold Garfinkel (1967) com seus avanços propostos por Kenneth Liberman (2013); a análise da conversa, de Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson (1974); os estudos multimodais da interação de Charles Goodwin (2018); a semiótica antropológica de Paul Kockelman (2013); a linguística antropológica de Nick Enfield (2013); e os estudos do gesto, de Adam Kendon (2004) e Jürgen Streeck (2009).

7 No Brasil, o termo *semiótica* está muito associado a uma teoria de estudos do texto de linha francesa fundada por Algirdas J. Greimas, que toma por base os modelos de signo e sistema saussurianos. A *semiótica da interação* de que vamos tratar aqui difere substancialmente da semiótica greimasiana.

Fundamentalmente, a semiótica da interação considera a semiose como uma *ação* levada a cabo por seres vivos, engajados entre si, esforçando-se por entender uns aos outros enquanto inseridos no mundo sócio-histórico e cultural em que se encontram. Estudar a semiose como uma ação situada num tempo e num espaço particulares implica levar em conta todas as suas características de contingencialidade, de oportunismo e de improvisação. Implica, também, estudar tanto aquilo que é inovador, quanto aquilo que já foi usado anteriormente e funcionou bem em diferentes tempos e espaços, podendo ser reusado com transformações em novos tempos e espaços (ações co-operativas, no sentido de Goodwin 2018). A semiose das interações é multimodal. A língua é apenas um dos elementos – e nem sempre o mais relevante – de que se valem os participantes da interação para fazer significados emergirem. Especialmente (mas não só) se a interação for face-a-face, muitos outros elementos participam claramente dessa ação: os corpos dos interactantes, por meio de gestos, de expressões faciais, de direcionamento do olhar, de orientação e tensão da postura do tronco, e os objetos materiais presentes no espaço em que a interação está se desenvolvendo. Em outras palavras, tudo pode vir a se tornar um signo, tudo pode gerar semiose. Como as interações se desenrolam no tempo, a semiose estudada a partir desse ponto de vista precisa levar em conta suas características de prospecção e de retrospectão. As interações comunicativas são engendradas por um mecanismo de retenções e antecipações, que serve para conectar os elementos da fala a tudo o que os precede e a tudo o que virá a seguir. Só assim a coerência da fala de um comunicador vai poder ser compreendida para todos os fins práticos (Garfinkel 2006 [1948]: 181). Essa característica de a fala ter sempre um olhar para frente e outro para trás constitui o que se chama *reflexividade*,<sup>8</sup> e é elemento essencial para entender a emergência do significado em práticas interacionais.<sup>9</sup>

8 Lucy (2000: 212-213) considera a reflexividade uma das características definidoras das práticas discursivas. A reflexividade explícita é aquela mais comumente considerada. Ela diz respeito às funções metalinguísticas de fornecer explicações sobre itens lexicais, estruturas gramaticais, usos de expressões e práticas discursivas. A reflexividade implícita é a que mais nos interessa aqui. Ela funciona no nível da produção do próprio enunciado, e se revela por meio (i) do uso de expressões indexicais de pessoa, tempo, lugar, status social, etc., atreladas ao contexto imediato de uso linguístico; (ii) de pistas que revelam como o contexto de uso deve ser interpretado – o contexto maior em que ele se insere; e (iii) de elementos de trans-referênciação e de estruturação dentro do próprio enunciado, relacionando-o a unidades de ordem estrutural e discursiva mais alta.

9 Na visão de Garfinkel, a reflexividade da fala – em que o significado não está no que está dito ou na intenção do falante, mas se encontra no desenrolar das ações situadas dos interlocutores – e a indexicalidade radical da linguagem são a contraparte uma da outra. Trata-se de uma indexicalidade que não é característica de um subconjunto de expressões linguísticas (e.g. Jakobson 1990), mas que permeia todo o enunciado: “a definibilidade das expressões reside em suas consequências; definições podem ser usadas para assegurar uma coleção definida de ‘considerações’ sem que haja delimitação; a definibilidade de uma coleção é assegurada por meio de possibilidades circunstanciais de elaboração indefinida” (Garfinkel & Sacks 2012 [1970]: 224; cf Silverstein 1976).

Com o intuito de mostrar como a semiótica das interações é uma área que se enquadra no espírito de Boas e que seria de interesse para ele caso ainda estivesse vivo, vamos descrever aqui uma situação interacional que é bastante estudada entre os etnometodólogos. Esta nos parece relevante também para os antropólogos, em especial aqueles que trabalham com povos indígenas e que os acompanham em suas caminhadas pela floresta.

Trata-se da atividade de “seguir-esboços-de-mapas-enquanto-viajando”, uma atividade vivida, em tempo real. Todos aqueles que já seguiram esboços de mapas sabemos que eles podem gerar muitas incertezas e confusões, levando-nos a inconsistências. Mas, de algum modo, todos acabamos por transformar o mapa em uma orientação adequada que acaba nos fazendo chegar a nosso destino. O estudo desse tipo de atividade está bem de acordo com a proposta da etnometodologia, que é a de descrever eventos cotidianos enfatizando seu caráter dinâmico e colaborativo, investigando a maneira como as ideias emergem enquanto os eventos acontecem, como elas são compartilhadas, transformadas ou descartadas (Lieberman 2011 e 2013)

Acompanhar essa atividade deixa clara a noção de reflexividade acima mencionada, na medida em que o sentido e a relevância dos esboços contidos no mapa só emergem a partir de um engajamento reflexivo do(s) viajante(s) com a paisagem durante o uso do mapa. O viajante usa a paisagem para encontrar o sentido do mapa, enquanto usa o mapa para orientar sua exploração da paisagem (Lieberman 2013). Os esboços de um mapa passam a significar depois que o viajante examina a paisagem em busca de possíveis candidatos que possam transformar esses esboços em signos (Lieberman 2011). Ou seja, os esboços no mapa não são signos *a priori*. Eles se tornam signos por meio da interação entre viajantes, mapa e paisagem, todos se co-constituindo à medida que a viagem se desenrola.

o sentido [do mapa] não pode existir separadamente das práticas que acompanham seu uso. O mapa não contribui para essas práticas antes da ocasião em que elas ocorrem - ao contrário, é a ocasião em que as práticas ocorrem que proporciona ao mapa sua coerência, uma coerência não de ideias, mas de um conjunto de práticas (Lieberman 2013: 46-47, tradução nossa).

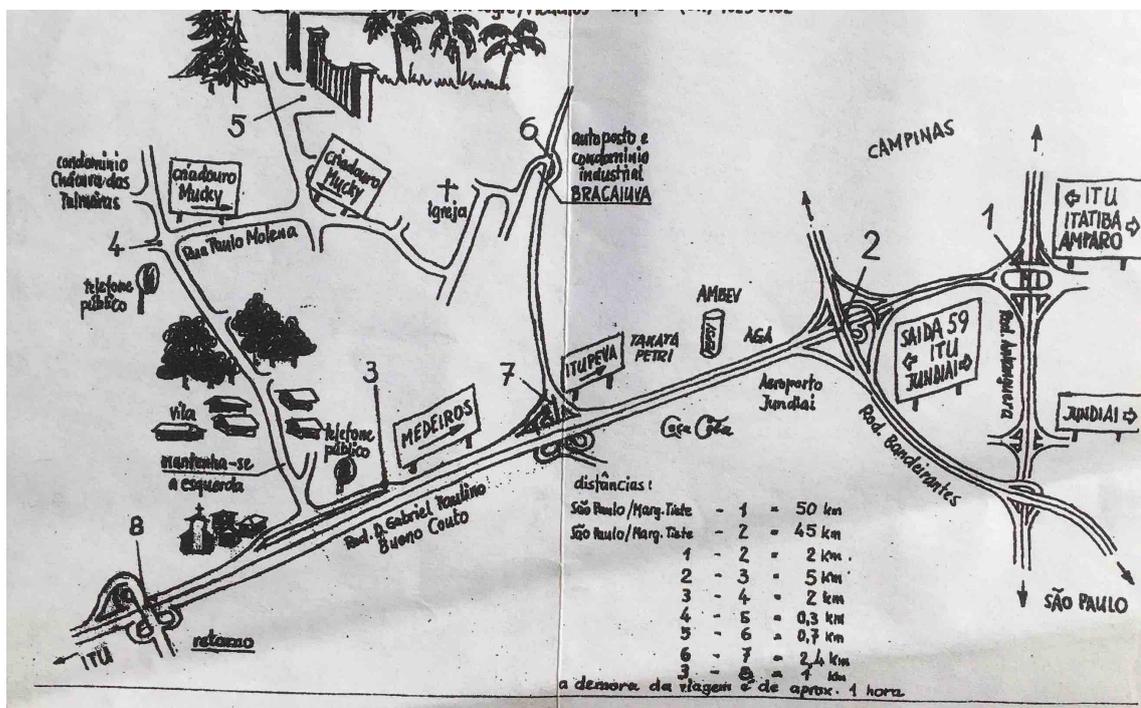
Há um enredamento entre a conversa dos participantes e o contexto em que essa conversa ocorre, de tal modo que se torna impossível separar um do outro. Esse enredamento não se dá linearmente: ele é tecido por meio de um vai-e-vem em que pistas do mapa levam os participantes da interação a uma sondagem do que eles podem

vir a encontrar, para, em seguida, levá-los de volta ao mapa em um retrospecto do que aconteceu em busca de uma convergência entre o que poderia ser e o que foi:

A paisagem descoberta por meio do mapa reflexivamente transforma o mapa que, assim modificado, pode ser usado para a localização de detalhes mais terrestres. Quando finalmente chegamos a nosso destino, o esboço de mapa já se tornou um arranjo profundamente texturizado, rico de sentido - mas trata-se de um arranjo de sentido para cuja formação nós oferecemos nossa própria contribuição. Não é uma circularidade viciosa, mas uma circularidade produtiva (Lieberman 2011: 83, tradução nossa).

A interação de seguir esboço-de-mapa-enquanto-viajando que vamos descrever aqui é uma instância de observação de participantes. Trata-se de uma curta viagem que fizemos até o sítio de uns amigos próximo a Campinas – SP. Infelizmente, não temos nenhuma gravação de nossa interação. Sendo assim, vamos procurar descrever nossa experiência sem poder recorrer a dados de fala. Mas acreditamos que nossa descrição venha a deixar clara a noção de reflexividade.

Aqui está o mapa que nos foi dado para que chegássemos. Já de início, pode-se ver que se trata de um esboço bem elaborado e rico em detalhes. Mas, mesmo assim, nossa viagem até nossos amigos não deixou de gerar as incertezas típicas da atividade que estávamos desenvolvendo.



**Figura 1:** Esboço de Mapa.  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Pegamos a Rodovia dos Bandeirantes. Leland guiava e Evani lia o mapa. Essa situação, por si só, já causava alguma tensão, porque, sem poder ver o mapa, Leland dependia totalmente das instruções de Evani. E ele sabia que isso era um risco. Nós nos conhecemos há muitos anos e Leland sabia bem da dificuldade que Evani tem em ler mapas... Ao mesmo tempo, Evani sabia bem que Leland estava ansioso com aquela situação e tinha consciência da sua responsabilidade.

A primeira ocorrência de reflexividade que queremos apontar aconteceu quando Evani viu no mapa que tínhamos que pegar a Saída 59, que, segundo o esboço no mapa, vai para Itu de um lado e Jundiaí do outro. Como Evani conhecia bem a estrada e já tinha usado essa saída algumas vezes, ela pediu a Leland que fosse pegando a pista da direita na Rodovia dos Bandeirantes, porque a placa indicativa da saída ficava muito próxima a ela. Isso gerou uma ansiedade em Leland, que só aumentou no momento em que a placa apareceu bem perto de onde tínhamos que entrar. Isso porque a placa na estrada, em vez de mencionar Itu (como no mapa), indicava Itatiba e Itupeva, duas cidades cuja posição geográfica em relação a Jundiaí Leland não conhecia (Figura 2). Ele só sabia que o nosso destino ficava do lado esquerdo da Rodovia, e que Jundiaí ficava do lado direito. Ele não sabia que essa intersecção rodoviária não era do tipo comum em formato de “trevo”, em que quem quer seguir na direção à esquerda precisa passar por baixo do cruzamento para depois entrar à direita. A incerteza só se dissolveu quando Leland, já tendo subido na pista da saída em direção a Jundiaí, viu que ela se bifurcava, abrindo uma entrada à esquerda, sinalizada com seta apontando para Itu (figura 3). A presença da palavra “Itu” na placa combinou com a expectativa criada pelo esboço de mapa, mas só depois de alguns “lances de risco” em que o motorista teve que agir sem nenhuma segurança. Felizmente, Evani, que já conhecia a estrada, tinha dito para Leland ficar à esquerda na pista da saída; senão, ele poderia ter visto a placa tarde demais para mudar de pista.



**Figura 2:** Saída 59, Rodovia dos Bandeirantes.  
**Fonte:** Captura de tela, Google Maps Street View, em 14/2/2022.



**Figura 3:** Bifurcação, Saída 59, Rodovia dos Bandeirantes.  
**Fonte:** Captura de tela, Google Maps Street View, em 14/2/2022.

Fomos, então, pelo caminho que parecia o correto. Mas não tínhamos qualquer segurança sobre termos feito a escolha certa. Era uma curva longa em S que passava por baixo da Rodovia e nos colocava de volta nela no sentido a São Paulo. Seguimos adiante e logo vimos à direita as instalações da AMBEV. Evani consultou o mapa e confirmou que, sim, aquele era o caminho correto. Mais uma vez, fizemos sentido de nossas atividades a partir da parceria entre mapa, paisagem e instruções.

Evani continuou lendo o mapa e notou que havia duas possibilidades de acesso à casa dos amigos: entrar à direita numa rotatória que viria a seguir, para, mais adiante entrar à esquerda, ou seguir em frente e deixar para entrar à direita em uma outra via que parecia levar mais diretamente a nosso destino. Ela disse isso a Leland e sugeriu a segunda opção. Seguimos em frente, então, bastante inseguros sobre termos feito a escolha certa, até o momento em que vimos uma configuração na estrada parecida com a que havia no esboço do mapa, com um telefone público de um lado e uma igreja de outro. O mapa nos orientava na sondagem da paisagem e a paisagem nos ajudava a fazer sentido do mapa. Pegamos esse caminho e seguimos adiante, mais aliviados. Logo apareceu um outro telefone público à esquerda e Evani confirmou no mapa que aquele telefone ficava um pouco antes de onde deveríamos entrar à direita. Fizemos isso, depois entramos na primeira à esquerda, e, finalmente, chegamos à casa de nossos amigos!

Essa nossa descrição ilustra uma *atividade vivida*, que é o objeto de estudo da semiótica da interação. O interesse está em entender como o significado emerge dinamicamente da interação de múltiplos elementos. No caso apresentado, há a interação entre Leland e Evani durante o percurso, mas também um histórico de interações entre eles durante muitos anos de amizade; há a interação de Evani com o mapa e com a paisagem; há a interação de Leland com Evani, com a paisagem, com a sinalização, e crucialmente

com a dinâmica do carro em movimento. O sentido construído nessa atividade vivida não estava em nenhum desses elementos *a priori*; ele foi emergindo durante a atividade à medida em que mapa, paisagem, instruções iam se co-constituindo reflexivamente.

### Considerações finais

Uma das poucas tendências salutares do mundo acadêmico atual, mais preocupado com quantidade e não com qualidade, é o fomento à interdisciplinaridade. Como visto acima, a linguística brasileira se fundou em bases bem diferentes das da linguística americana: enquanto esta se firmava ou no âmbito da antropologia, ou próxima a ela, a primeira seguia os ensinamentos do estruturalismo de base saussuriana que propunha que, para se constituir como ciência autônoma, a linguística deveria buscar um afastamento de outras áreas do saber. Sendo assim, os estudos sobre semiose que se fazem no Brasil são, de maneira geral, norteados pelo entendimento de que tudo o que se deve estudar é interno ao sistema linguístico, ou interno ao texto. Nos Estados Unidos, em contraste, a semiose é concebida como um processo amplo, aberto a tudo o que existe ou acontece em seu entorno: pessoas, objetos, locais, tempo, cultura, história e linguagem. Essa visão americana vem sendo construída ao longo de quase um século por um grande número de pesquisadores, muitos dos quais, como vimos, vêm de áreas outras que não a linguística propriamente dita. Na base dessa visão, destaca-se o trabalho pioneiro de Boas como uma fonte de inspiração para essa abertura para a interdisciplinaridade. Na famosa introdução ao *Handbook of American Indian Languages*, de mais de cem anos atrás, já é possível ter uma ideia das possibilidades de descrição e análise de línguas que a conversa com outras áreas do saber pode gerar, e de como isso pode enriquecer nosso conhecimento sobre os seres humanos, suas línguas, sua cultura, suas práticas sociais e sua história.

Em retrospectiva, apontamos aqui que algumas práticas de Boas relativas à metodologia de descrição e análise linguística talvez precisassem ser revistas, levando-se em consideração tudo o que se sabe sobre as línguas hoje em dia. Mas tudo leva a crer que Boas seria receptivo a essas revisões, na medida em que elas se baseiam em propostas que, apesar de não serem explícitas sobre suas fontes de inspiração, parecem ter seguido o espírito de Boas.

No que diz respeito à linguística brasileira, temos certeza de que ela teria muito a ganhar ao se abrir a esse espírito! Não só ela poderia encorajar mais pesquisadores a investigar as línguas nativas brasileiras, buscando a descrição dessas línguas em seus próprios termos, como também poderia criar mais espaço para o estudo da semiose nas interações humanas em toda a sua situabilidade e em todo o seu dinamismo.

## Referências

- ALTMAN, Cristina. 2021. *A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BECK, David; GERDTS, Donna B. 2017. "The contribution of research on the languages of the Americas to the field of linguistics". *International Journal of American Linguistics*, 83(1): 7–39.
- BERNSTEIN, Jay H. 2002. "First recipients of anthropological doctorates in the United States, 1891-1930". *American Anthropologist*, 104(2): 551–564. <https://doi.org/10.1525/aa.2002.104.2.551>.
- BOAS, Franz. 1911. *Handbook of American Indian Languages*. Washington, DC: Government Printing Office.
- BOAS, Franz. 2004a. *Antropologia cultural*. [Seleção, apresentação e tradução de Celso Castro]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BOAS, Franz. 2004b. *A formação da antropologia americana 1883-1911*. [Organizado por G.W. Stocking; tradução de M. C. L. Eichernberg]. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOAS, Franz. 2022. "Introdução: Manual das Línguas Indígenas Americanas". [Tradução de Danilo Paiva Ramos e Lucia Ely Paiva]. *R@U - Revista de Antropologia da UFSCar*, 14(1): 15-89.
- CHAFE, Wallace L. 1976. *American Indian Languages and American Linguistics: Second Golden Anniversary Symposium of the Linguistic Society of America*. Lisse: Peter de Ridder Press.
- CHAFE, Wallace L. 1994. *Discourse, Consciousness, and Time: The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago/London: The University of California Press.
- CHAFE, Wallace L.; Tannen, Deborah. 1987. "The relation between written and spoken language". *Annual Review of Anthropology*, 16: 383–407.
- DARNELL, Regna. 2000. *And Along Came Boas: Continuity and revolution in Americanist anthropology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- ENFIELD, Nick J. 2013. *Relationship Thinking*. Oxford: Oxford University Press.
- EPPS, Patience; WEBSTER, Anthony K.; WOODBURY, Anthony C. 2017. "A humanities of speaking: Franz Boas and the continuing centrality of texts". *International Journal of American Linguistics*, 83(1): 41–78.
- FERGUSON, Charles A. 1977. Linguistics as anthropology. In: M. Saville-Troike (ed.), *Georgetown University Round Table on Language and Linguistics 1977*. Washington, DC: Georgetown University Press. pp. 1–12.
- GARFINKEL, Harold. 2018 [1967]. *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Garfinkel, Harold. 2006 [1948]. *Seeing Sociologically: The routine grounds of social action*. Boulder/London: Paradigm Publishers.

- GARFINKEL, Harold; SACKS, Harvey. 2012 [1970]. "Sobre estruturas formais de ações práticas". *Veredas Atemática*, 16(2): 220–256.
- GOFFMAN, Erving. 1979. "Footing". *Semiotica*, 25(1/2): 1–29.
- GOODWIN, Charles. 2018. *Co-Operative Action*. New York: Cambridge University Press.
- HASPELMATH, Martin. 2007. "Pre-established categories don't exist: Consequences for language description and typology". *Linguistic Typology*, 11(1): 119–132.
- JAKOBSON, Roman. 1944. "Franz Boas' Approach to Language". *International Journal of American Linguistics*, 10(4): 188–95.
- JAKOBSON, Roman. 1990 [1957]. "Shifters and verbal categories". In: L. R. Waugh; M. Manville-Burston (eds.), *On Language*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 386–392.
- KENDON, Adam. 2004. *Gesture: Visible action as utterance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOCKELMAN, Paul. 2013. *Agent, Person, Subject, Self*. Oxford: Oxford University Press.
- KOERNER, E. F. K. 2020. *Last Papers in Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- LEVINSON, Stephen. 2006. "Cognition at the heart of human interaction". *Discourse Studies*, 8(1): 85–93.
- LIBERMAN, Kenneth. 2013. *More Studies in Ethnomethodology*. Albany, NY: State University of New York Press.
- LUCY, John. A. 1999. "Reflexivity". *Journal of Linguistic Anthropology*, 9(1–2): 212–215.
- MEAD, Magaret. 1964. "Vicissitudes of the study of the total communication process". In: T. A. Sebeok; A. S. Hayes; M. C. Bateson (eds.), *Approaches to Semiotics: Cultural anthropology, education, linguistics, psychiatry, psychology*. The Hague: Mouton & Co. pp. 277–287.
- MUFWENE, Salikoko S. 2008. *Language Evolution: Contact, competition and change*. London/New York: Continuum.
- NEGRÃO, Esmeralda V.; VIOTTI, Evani. 2012. "Em busca de uma história linguística". *Revista de Estudos da Linguagem*, 20(2): 309–342.
- REZENDE, Milka de Oliveira. *Franz Boas*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/franz-boas.htm>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.
- PROGOVAC, Ljiljana. 2019. "Minimalism in the light of biology: What to retain and what to discard?" *Frontiers in Psychology*, 10:1–4.
- SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. 1974. "A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation". *Language*, 50(4): 696–735.

- SCHEGLOFF, Emanuel A. 1979. "The relevance of repair to syntax-for-conversation". In: T. Givón (ed.), *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*. New York: Academic Press. pp. 261-286.
- SIDNELL, Jack. 2021. "Reframing 'footing'". In: M. H. Jacobsen; G. Smith (eds.), *The Routledge International Handbook of Goffman Studies*. New York: Routledge. pp. 1-17.
- SILVERSTEIN, Michael. 1976. "Shifters, linguistic categories and cultural description". In: K. H. Basso; H. A. Selby (eds.), *Meaning in Anthropology*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press. pp. 11-55.
- SLOBIN, Dan I. 2008. "Breaking the molds: Signed languages and the nature of human language". *Sign Language Studies*, 8(2): 114-130.
- STREECK, Jürgen. 2009. *Gesturecraft: The Manufacture of Meaning*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

Recebido em 12 de abril de 2022.

Aceito em 24 de julho de 2022.

## Para além de Boas, no espírito de Boas: explorando a semiótica da interação

### Resumo

O objetivo deste artigo é discutir como a linguística brasileira poderia se beneficiar se se aproximasse do espírito dos ensinamentos de Franz Boas. Nascida sob a influência do estruturalismo europeu do Círculo Linguístico de Praga, a linguística brasileira, em primeiro lugar, tardou a reconhecer a riqueza de línguas nativas brasileiras que tinha a seu dispor e a se preocupar com sua descrição. Em segundo lugar, ela se desenvolveu a partir de um viés que buscava afastá-la de outras ciências, isolando a língua da ecologia sócio-histórico-cultural em que ela vive. Ao seguir o espírito de Boas, a linguística brasileira poderia começar a focalizar o estudo da semiose que ocorre nas interações humanas, como parte de atividades vividas por seres humanos reais e inseridos num mundo de práticas que não se limitam à linguagem, mas que envolvem toda a riqueza de seu entorno.

**Palavras-chave:** Franz Boas; Semiótica; Reflexividade.

## An exploration in the semiotics of interaction in the spirit of Boas

### Abstract

The aim of this article is to explore some of the ways in which Brazilian linguistics might benefit by revisiting the spirit and the teachings of Franz Boas. Born under the influence of the European structuralism of the Prague Linguistic Circle, Brazilian linguistics was slow to recognize the linguistic richness of Brazil's indigenous languages, and thus to dedicate resources to their description. In addition, Brazilian linguistics began with a strong preference for creating an autonomous discipline distinct from affiliated sciences and isolated from the socio-historical-cultural ecology of which it was a part. By adapting the Boasian ethos to the 21st Century, Brazilian linguistics could initiate an exploration of the semiosis that occurs in human interactions as part of the lived activities of real persons involved in a world of practices not limited to language in its narrow sense, but rather in all of its contextual richness.

**Keywords:** Franz Boas; Semiotics; Reflexivity.

## Tesouros linguísticos nas histórias e conversas: As contribuições de Boas na documentação e descrição de línguas e culturas

Karolin Obert

Pós-doutoranda em Linguística/Universidade Lund

<https://orcid.org/0000-0003-4612-0158>

[karolin.obert@ling.lu.se](mailto:karolin.obert@ling.lu.se)

Patience Epps

Professora do Departamento de Linguística/Universidade do Texas em Austin

<https://orcid.org/0000-0002-7429-7885>

[pattieepps@austin.utexas.edu](mailto:pattieepps@austin.utexas.edu)

### **Sobre textos e sobre quem coleta os textos<sup>1</sup>**

Um pouco mais de cem anos depois da publicação da introdução ao *Handbook of American Indigenous Languages* pelo antropólogo Franz Boas (1911), muitos dos seus princípios estão sendo retomados no contexto da documentação e descrição de línguas hoje em dia. Um dos motivos principais para a retomada das perspectivas boasianas hoje em dia relaciona-se claramente ao cenário atual no qual muitas línguas e culturas se encontram ameaçadas (Woodbury 2011: 170). Nisso, linguistas e antropólogos têm se preocupado mais com as prioridades das comunidades tentando entender, descrever e documentar as línguas nas próprias palavras dos seus falantes dentro de um contexto mais amplo.

Nesse movimento, muitos pontos do programa boasiano vêm contribuindo para a melhoria das práticas na documentação linguística como, por exemplo, a criação de coleções de textos e seu uso para explorar a língua e cultura de um grupo, o treinamento de falantes

---

1 Queremos agradecer nossos amigos e colaboradores indígenas dos povos Dâw, Hup e Nadëb que durante muito tempo vêm nos acolhendo e trabalhando conosco. Também queremos reconhecer o apoio institucional da Universidade de Texas em Austin e das organizações FUNAI, FOIRN e ISA. Essas pesquisas foram apoiadas pela CAPES, Firebird Foundation, Museu do Índio (RJ), UNESCO e National Science Foundation.

das línguas e seu envolvimento em atividades de documentação e criação de registros, o entendimento da língua como uma fonte de acesso aos conceitos culturais fundamentais, e o engajamento do linguista com sistemas culturais de significados (cf. Himmelmann 1989; Dobrin 2008; Woodbury 2011; Epps et al. 2017). Ou seja, o que permeia essas ideias de Boas é a integração de abordagens etnográficas e linguísticas com o objetivo de descrever uma língua em seus próprios termos no âmbito do contexto cultural mais amplo possível e vice-versa.<sup>2</sup> É através disso que se pode descobrir estruturas e categorias gramaticais, lexicais e culturais que permaneceriam obscuras para o pesquisador caso não permitisse o surgimento dos pontos de vistas indígenas.

Para isso, dois elementos da agenda de Boas parecem-nos especialmente importantes: a coleção de textos e o papel do próprio pesquisador *que* coleta esses textos. Para Boas, a priorização do texto vai além do propósito de ter um conjunto de dados linguísticos, sendo o texto tomado como uma janela para entender *como e por quê* os falantes usam certas estruturas linguísticas na vida cotidiana e como essas se relacionam com as estruturas culturais, sociais e ideológicas (Epps et al. 2017: 61). Sendo assim, é nos textos que perspectivas indígenas podem emergir permitindo que a língua conte sua própria história. Isso faz com o que os falantes de uma determinada língua possam falar por eles mesmos criando um registro de fala espontânea em situações naturais (Mithun 2001: 53). O benefício para o linguista que trabalha com os textos é poder vislumbrar os mecanismos pelos quais um povo entende e descreve seu mundo através dos recursos evidentes no discurso (ibid.: 61). Já para as comunidades que participam em projetos de documentação informados pela língua e pela cultura, o registro de eventos discursivos pode promover a manutenção e salvaguarda de gêneros textuais em contextos de mudanças linguísticas drásticas (cf. Hill 2006; Woodbury 2011).

Já em relação ao pesquisador, Boas enfatiza o seu papel central na coleta de textos. Um consenso metodológico entre Boas e estudiosos contemporâneos é que a documentação deve se basear no princípio da observação participante (Epps et al. 2017; Dobrin 2008, 2014). Ao contrário de visões que concebem o linguista como alguém que está trabalhando apenas com a língua ou de que um antropólogo não precisa se preocupar com a língua, Boas e seus sucessores defendem a importância de um trabalho holístico. Além disso, o próprio Boas (1911: 60) enfatiza que um domínio da língua seria essencial para poder obter um conhecimento preciso, porque a maioria das informações podem ser obtidas simplesmente ao participar em conversas e nas vidas cotidianas dos membros das

---

2 Boas ressalta que “[...] parece que tanto do ponto de vista prático quanto teórico, o estudo da língua deve ser considerado um dos mais importantes ramos do estudo etnológico [...]” (Boas 1911: 73, tradução de Ramos & Ramos, neste volume).

comunidades. Afinal, é através dessa integração que gêneros e textos podem emergir, e que os membros das comunidades têm como guiar o que está sendo registrado.

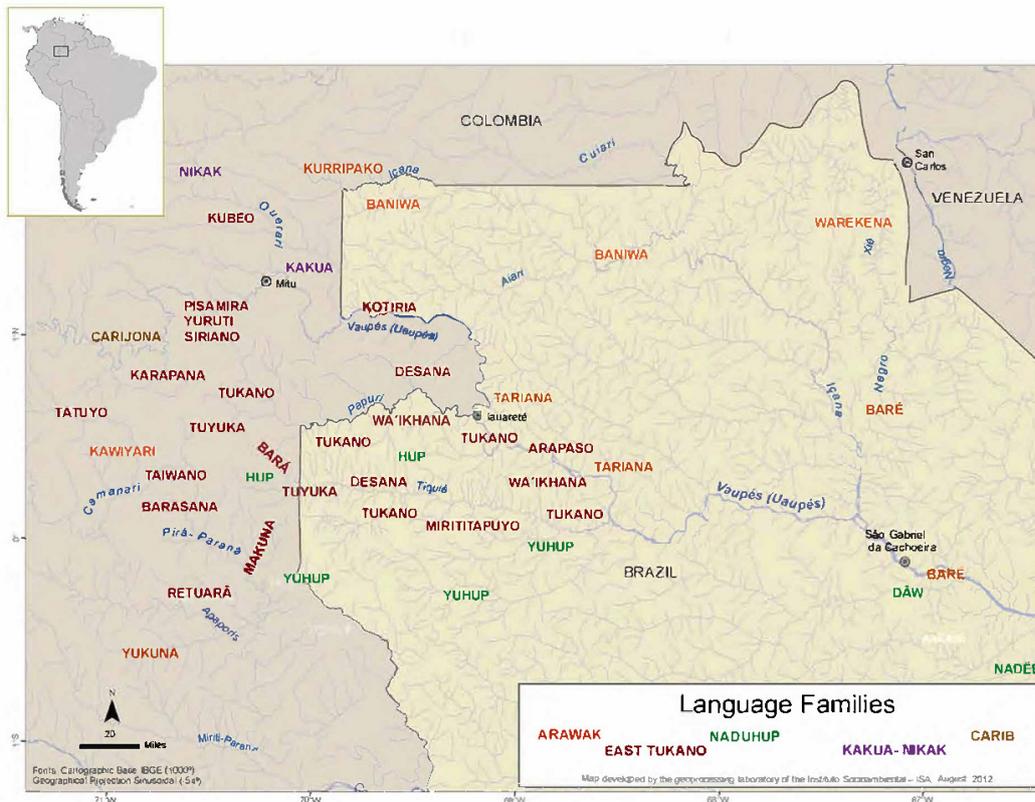
Queremos, nesse breve trabalho, enfatizar alguns dos benefícios do plano de Boas para a documentação e descrição linguística e etnográfica, tendo como base dois estudos de caso e a nossa experiência de campo com os povos Dâw e Hupd'äh (família linguística Naduhup) ilustrando como se dá: i) a escolha de registros pelos próprios membros das comunidades; e ii) o método de observação participante que nos apresentou categorias gramaticais e lexicais inesperadas, alimentando a descrição linguística e etnográfica desses dois povos. Mostraremos como a mobilidade, um traço central da cultura dâw, pode ser codificado no inventário dos verbos de movimento, o que se revelou em narrativas contadas ao longo de caminhadas com esse grupo. Já no caso dos Hupd'äh, relataremos como um conjunto de morfemas, indicando a conectividade social, surgiu através da participação ativa nas conversas cotidianas durante o trabalho de campo.

No que segue, introduzimos brevemente os povos Dâw e Hupd'äh e sua família linguística. Em seguida, apresentaremos os estudos de caso com as etnias Dâw e Hupd'äh. Finalmente, refletimos sobre os dados apresentados à luz do programa boasiano.

### **Dâw, Hup e a família linguística Naduhup**

As línguas dos povos Dâw e Hupd'äh formam a pequena família linguística Naduhup junto com suas línguas irmãs Yuhupdêh e Nadëb, e são faladas na região do médio e alto rio Negro no noroeste amazônico do Brasil. Antigamente, esses povos eram referidos por meio do termo pejorativo “Makú”, de origem arawak, que significa “aquele sem fala” (cf. Epps & Bolaños 2017). Tradicionalmente, esses povos ocuparam as regiões entre os rios mais importantes e se mantiveram exclusivamente da caça e coleta de frutos da floresta. Apesar da documentação histórica bastante escassa, a ocupação dos povos Naduhup da região do médio e alto rio Negro é entendida como sendo anterior à chegada dos povos Tukano-orientais e Arawak (Nimuendajú 1950).

Dos quatro povos, os Hupd'äh formam o maior grupo, contando com aproximadamente 2500 falantes (FOIRN 2019: 87) que ocupam as áreas entre os rios Tiquié, Vaupés e Papuri, com algumas comunidades na Colômbia (ver Figura 1).



**Figura 1:** Distribuição contemporânea dos povos Naduhup na região do Médio e Alto rio Negro.  
**Fonte:** Epps & Stenzel (2013: 11).

Com apenas 132 falantes (Roberto Carlos Fernandes Dâw, comunicação pessoal), os Dâw formam o menor grupo da família linguística. Hoje em dia, os falantes da língua Dâw habitam uma única comunidade, Waruá, localizada na margem direita do rio Negro em frente à cidade de São Gabriel da Cachoeira. O território tradicional desse povo estendia-se pela região entre os rios Japurá e Negro, de acordo com os relatos dos anciões e anotações de alguns poucos viajantes europeus (Natterer 1831; Koch-Grünberg 1906). Nesse território tradicional, os Dâw mantiveram contato com os Nadëb que hoje ainda habitam essa região em torno do rio Japurá e da cabeceira do rio Uneiuxi, e contam hoje em dia com aproximadamente 700 falantes (Pissolati, comunicação pessoal). Os cerca 1000 falantes da língua Yuhup ocupam a região do rio Tiquié e a bacia do rio Apaporis na Colômbia (Silva e Silva 2012). Note-se que a população étnica dos povos Naduhup corresponde aos números dos falantes, com algumas poucas exceções em algumas comunidades Nadëb. Isso resulta do fato de que as línguas estão sendo ativamente passadas para as crianças. Mesmo assim, deve-se considerar essas línguas como ameaçadas uma vez que todas

as comunidades estão atualmente passando por rápidas e intensas mudanças sociais, culturais e linguísticas.

Em relação à afiliação linguística, a partir da análise de inovações fonológicas, morfológicas e léxicas compartilhadas, Epps e Bolaños (2017) mostram que Hup, Yuhup e Dâw parecem formar um subgrupo. Sendo faladas em uma região multilíngue, todas as línguas Naduhup mantiveram contato com seus vizinhos ribeirinhos, o que deixou seus rastros nas gramáticas e palavras dessas línguas. Em Hup e Yuhup pode-se observar alguns poucos empréstimos e mudanças gramaticais em maior escala vindo das línguas Tukano-orientais (Epps 2009). Já em Nadëb podemos observar uma influência significativa de palavras e estruturas gramaticais dos seus vizinhos arawak (hoje dizimados) com os quais eles compartilharam uma área no passado (Epps & Obert, no prelo). Já a língua Dâw mostra influências de línguas Tukano-orientais e Arawak provavelmente por causa da sua migração do médio para o alto rio Negro onde eles tiveram contato com esses conjuntos de povos em momentos distintos da sua história.

Em relação à situação da documentação linguística dessas línguas podemos relatar que isso vem sendo um esforço nas últimas duas décadas. No caso dos Hupd'äh, os materiais principais são um dicionário (Ramirez 2006), uma gramática (Epps 2008) e uma coleção de textos, áudio e vídeo (Epps 2001+) que são resultados de uma série de projetos de documentação colaborativa com as comunidades e colegas antropólogos.

Trabalhos de documentação e descrição da língua e cultura com o povo Dâw resultaram também em uma gramática (Martins 2004), e uma descrição da gramática do espaço (Obert 2019) e, também, em uma coleção de textos em áudio e vídeo (Epps, Obert & Storto 2013+). Essa documentação foi completada por uma série de projetos interdisciplinares de documentação da língua e cultura dos Dâw, Hupd'äh e dos demais povos Naduhup (Obert & Santos, no prelo).

## **Mobilidade na gramática dâw**

### ***Mobilidade dâw***

Mobilidade e migração são assuntos centrais na maioria das narrativas dâw. Mudanças de lugares por causa do caráter predatório de diversos agentes se iniciam no evento de surgimento do povo e se estendem até o envolvimento no sistema de aviamento onde costumavam fugir dos padrões. Ao mesmo tempo, a mobilidade também é profundamente vinculada a práticas de subsistência e do bem-estar e bem-viver (Monteiro & McCallum 2013).

Como relatam os anciões dâw, nos tempos antigos os Dâw viviam em grupos pequenos que iam se mudando de lugar em lugar atrás de caça e coleta de frutos para se manter. Alguns topônimos que surgem nessas narrativas fazem com que seja possível localizar esses lugares na região do interflúvio dos rios Tea e Marié, que ainda hoje é o território do povo Nadëb. Foi ali que os Dâw contaram das predações das onças, curupiras e outros povos indígenas, o que os forçou a migrar em direção noroeste rumo aos rios Marié, Já e Curicuriari. Durante essa migração os Dâw relatam encontros com grupos tukano no rio Curicuriari e, mais tarde, provavelmente a partir do século XX, contatos com outros agentes indígenas e não indígenas na extração de piaçava. O último momento dessa migração aconteceu quando os Dâw se aglomeraram na atual comunidade de Waruá.

Apesar de hoje habitarem uma única comunidade, a mobilidade permanece um elemento central da cultura dâw. Entre os homens dâw ainda é muito comum formarem-se grupos menores, ou “turmas”, para viagens de pesca, caça e extração de matérias-primas. Nessas ocasiões, os Dâw seguem os caminhos antigos dos seus antepassados para chegar às roças, locais de manejo, sítios e aos locais que são moradas de outros seres. Durante essas viagens, que podem durar até várias semanas, essas turmas de homens dâw são acompanhadas por familiares como esposas e crianças. Nas paragens, os viajantes montam acampamentos temporários ao longo dos igarapés no interior da mata, ou nas beiras dos rios. A escolha dos lugares desses acampamentos segue tradicionalmente os sítios e locais de habitação dos seus antepassados. Os Dâw relatam essas viagens como momentos de lazer, contando e lembrando as histórias e seus locais enquanto passam por eles. É também nessas redes de caminhos que os Dâw acessam seu amplo conhecimento da flora e fauna e onde eles extraem as matérias-primas para o preparo de remédios de cura, a preparação de objetos utilitários como cestos, bancos, canoas e materiais para a construção de casas, entre outros.

### ***Documentação da mobilidade***

Desde o início do nosso trabalho de documentação da língua e cultura dâw, e com o registro das primeiras histórias, observamos que o tema da mobilidade muitas vezes é o fio condutor que perpassa os diversos gêneros textuais. Começa-se por histórias pessoais que relatam como os narradores “perambularam” na mata de lugar para lugar por motivos diversos até chegar à narração do surgimento do povo Dâw e às descrições da vida antiga. Todas sempre indicaram mudanças de lugares, topônimos e incontáveis descrições de lugares e ricas menções das coisas que os Dâw faziam enquanto andavam: “*a gente andava parindo nossos bebês*”, “*a gente andava carregando crianças*” ou “*a gente andava com fome debaixo da chuva*”.

Depois de alguns anos visitando a comunidade dâw, começaram a surgir pequenas viagens no território dâw que nós acompanhamos. Começando por idas pelas roças e locais de manejo mais próximas da comunidade, estendemos as viagens propostas pelos próprios Dâw. Iniciamos aos poucos os registros dos caminhos e das histórias sobre esses caminhos, o que finalmente resultou em dois projetos de documentação de língua e cultura que tinham como objetivo documentar o modo de fazer caminhos.<sup>3</sup> Nesses, os Dâw escolheram percorrer e registrar a região em torno do rio Curicuriari, entendida por eles como terra ancestral de alguns anciões ainda vivos. Dentre os motivos de querer participar em um projeto de documentação sobre o território, os Dâw destacam a perda do conhecimento e das histórias desses lugares e a dificuldade na transmissão para as gerações mais jovens no contexto de habitar uma única comunidade atualmente. De fato, podíamos observar que essa drástica mudança espacial, no caso dos Dâw, parecia ter causado desafios para a memória coletiva, para suas conexões com os lugares sagrados e para a restituição e demarcação dos seus territórios tradicionais. Tentamos, então, junto com os pesquisadores indígenas fazer um registro da mobilidade dâw incluindo registros audiovisuais e georreferenciados do território e dos caminhos. Foram gravadas narrativas de vários gêneros parcialmente nos locais onde essas aconteceram.

### ***Paisagem e verbos de movimento***

A investigação do conceito da mobilidade através desses registros linguísticos escolhidos pelos próprios dâw se mostrou como uma via para entender como a mobilidade pode ser expressa pela própria comunidade (O'Meara et al. 2020). Uma categoria linguística central nesse processo são os verbos de movimento por refletirem a mobilidade nos léxicos e gramáticas indígenas (Burenhult & Purves 2020). Durante a documentação dos caminhos descrita acima, registramos vários verbos de movimento *in situ* que possibilitam uma análise de padrões semânticos com base na ecologia local dâw. Isto é, o rico inventário dos verbos de movimento em dâw espelha características culturais e ambientais que motivam assim as suas distinções semânticas.

Antes de apresentar os traços semânticos contidos nos verbos de movimento dâw, vale a pena dar um passo atrás e relembrar brevemente o que sabemos sobre os componentes semânticos dos verbos de movimento de um ponto de vista trans-linguístico. Talmy

---

3 Esses projetos foram: Projeto de documentação de tradição oral (Firebird Foundation, EUA) "*Memory and landscape – recovering the ancient territory of the Dâw people (Naduhup, Brazilian Amazon) through the documentation of oral discourse*", pesquisadores membros: Karolin Obert e Nian Pissolati; e Projeto Salva-guarda Museu do Índio (RJ), FUNAI e UNESCO "*Caminhos dos Hupd'âh, Yuhupdeh, Dâw e Nadëb: arte verbal e imagem, tecendo floresta e mundos*", pesquisadores membros: Bruno Ribeiro Marques, Karolin Obert e Nian Pissolati.

(1985, 2000), na sua tipologia de padrões de lexicalização, explora quatro componentes principais de eventos de movimento: movimento, maneira<sup>4</sup>, trajetória e fundo. Segundo Talmy (2000), existem línguas com ‘marco verbal’ que são línguas que combinam as noções de movimento e trajetória na raiz do verbo – como no verbo *descer* (ex. se movimentar [em direção abaixo]) – e a noção de maneira em uma estrutura sintaticamente subordinada (ex. ele desceu o barranco *rolando*). Ao contrário, há línguas que expressam a noção de maneira na raiz verbal, ex. *rolar*, e a trajetória de uma maneira subordinada (ex. ele rolou *para baixo*). As formas como línguas codificam esses eventos de movimento podem variar formando assim estilos narrativos específicos (Slobin 2004). Isso corresponde à ideia mais geral de que o que é culturalmente importante e pragmaticamente mais saliente para um grupo cria padrões que são mais frequentes no discurso e assim têm mais propensão a serem lexicalizados (Evans 2003; Evans & Levinson 2009).

Tendo isso em mente, veremos que em verbos de movimento *dâw*, um traço frequentemente codificado na raiz verbal é a noção do fundo, como no verbo *dôob* ‘descer para o porto’<sup>5</sup>. Segundo Talmy (2000: 60-62), isso é pouco esperado nas diferentes línguas do mundo, uma vez que isso requereria um inventário de verbos de movimento imenso para poder expressar os fundos possíveis. No entanto, isso é bastante comum na língua *dâw*. Não é surpreendente, pensando que fazer referência aos fundos enquanto estar em movimento aparenta ser um traço cultural e pragmático. Sendo assim, verbos de movimento em *dâw* mostram uma tendência de lexicalizar os componentes – movimento, trajetória e fundo – em uma única raiz verbal, como ilustrado na Figura 2.

---

4 A noção de “maneira” de um evento de movimento descreve a forma como um evento de movimento pode ser realizada. Por exemplo, uma pessoa pode descer uma ladeira (de maneira) *correndo*.

5 Os dados da língua *Dâw* são transcritos na ortografia prática usada na comunidade.

Verbo	Movimento	Trajatória	Fundo
<i>saak</i>	mover	para cima	suporte (ex. árvore, montanha)
<i>pee</i>		para cima	rio
<i>soop</i>		para cima	de um rio
<i>xu</i>		para baixo	suporte (ex. árvore) para terra; caminho seguindo a direção da correnteza
<i>dôob</i>		para baixo	para um rio; em um rio (rio abaixo)
<i>bâas</i>		através	rio
<i>yoot</i>		ao longo de	rastro de animal
<i>waan</i>		ao longo de	rastro de pessoa
<i>yâa</i>		para dentro	espaço fechado (ex. casa)
<i>nôox</i>		para dentro	espaço semifechado (ex. canoa)
<i>sõç</i>		para fora	clareira
<i>rôd</i>		para fora	espaço fechado (ex. casa)
<i>sâk</i>		em direção á	ponto de origem

**Figura 2:** Verbos de movimento que codificam movimento, trajetória e fundo.

**Fonte:** elaboração própria.

Primeiramente, é importante mencionar que nenhum desses verbos têm uma semântica composicional que poderia revelar seus componentes. Ou seja, acessar essas sutilezas semânticas requer observar o uso desses verbos de movimento *in situ*. Podemos ver várias oposições relacionadas aos fundos. A oposição mais saliente se mostra entre rio/água e terra/floresta, que reflete os traços mais centrais da topografia da região amazônica. Portanto, não é surpreendente que esses são elementos que podem distinguir um verbo de movimento do outro. Para dar um exemplo, comparando os contextos de usos dos verbos *saak* 'subir (uma montanha, árvore etc.)', *soop* 'subir (do porto para cima)' e *pee* 'subir o rio', podemos ver que eles expressam um movimento para cima, mas partindo de fundos distintos sendo o primeiro um elemento/suporte na terra (ex. uma árvore), o outro sendo a beira do rio e o último sendo o rio em si. Esses traços semânticos são importantes para práticas de navegação e orientação durante as caminhadas. Outros tipos de fundo opõem seguir rastros de pessoas ou animais ou as entradas e saídas de espaços de diferentes tipos. Esses tipos de fundo codificados nas raízes dos verbos não só ajudam em momentos de orientação no espaço, mas também aparentam ajudar a direcionar a atenção do interlocutor a um determinado lugar (=fundo) na paisagem onde um evento de movimento acontece através de um único verbo. Movimentos para dentro e fora de espaços de graus de abertura diferentes também formam um conjunto de fundos distintos codificados na raiz do verbo de movimento. Esses espaços de aberturas

diferentes geralmente designam fundos como casas de animais como espaços fechados, a casa antiga dos dâw como semifechado e, por fim, clareiras como roças, campos e buracos na floresta como espaços mais abertos. Os três locais são centrais durante caminhadas por, por exemplo, constituírem pontos de referência ao longo dos caminhos para localizar habitações de animais, sinalizando possíveis perigos para os caminhantes.

Além dos fundos codificados nos verbos do movimento, a noção de trajetória também é responsável pelas distinções semânticas desses verbos. Podemos ver no Quadro 1 que há eixos verticais (para cima vs. para baixo), horizontais (rio acima vs. rio abaixo) e de cruzamento de fronteira (para dentro vs. para fora) que se opõem. Apesar desses eixos serem indispensáveis para estratégias de indicar direção e orientação enquanto em movimento, eles também podem refletir noções das práticas de subsistência. Para dar um exemplo, trajetórias verticais indicando um movimento de subida, como no verbo *saak* 'subir (uma montanha, árvore etc.)', relacionam-se frequentemente à prática de coleta de frutas nas copas das árvores. Também são frequentes em narrativas míticas que fazem referência ao alto ou à copa da árvore como lugar de habitação de outros seres, local de proteção ou antigo local de casas dos Dâw. Nessas narrativas, os protagonistas realizam movimento saindo do alto (*saak*) ou descendo do alto (*xu*). Esses movimentos são indicados através desses verbos de movimento. Já trajetórias horizontais como atravessar fronteiras ou seguir rastros de diferentes agentes são frequentemente conectadas ao mundo da caça.

Além do fundo e da trajetória, verbos de movimento usados durante as caminhadas revelaram outros traços semânticos como, por exemplo, maneira, motivo de movimento ou as circunstâncias do movimento como mostrado na Figura 3.

Verbo	Movimento	Maneira
<i>xet</i>	mover	rápido atrás de caça
<i>kũ</i>		devagar para não espantar a caça
<i>soot</i>		na ponta dos pés
<i>rãm ka'</i>		como último
<i>toow</i>		carregar na mão
<i>tooj</i>		carregar no braço (criança)
<i>sẽ</i>		carregar caranã nas costas
Verbo	Movimento	Motivo
<i>war</i>	mover	para chegar antes do outro
<i>çeeb</i>	mover	para mudar de casa
Verbo	Movimento	Circunstâncias
<i>sõy</i>	mover	debaixo da chuva

**Figura 3:** Verbos de movimento que codificam movimento + maneira/motivo/circunstância.  
Fonte: elaboração própria.

A maioria dos verbos de movimento, codificando a noção de maneira, geralmente faz referência a certas formas de andar. Esses podem ser diferenciados, por exemplo, com base na velocidade, como visível na oposição entre *xet* ‘ir rápido atrás de caça’ e *kũ* ‘ir devagar para não espantar caça’. Alguns verbos também se distinguem por posturas do corpo relacionada à atividades de caça, coleta e manejo como, por exemplo, *toow* ‘andar carregando algo na mão’, *tooj* ‘andar carregando algo no braço’ ou *sẽ* ‘andar carregando caranã nas costas’. Existem também verbos que codificam a noção do motivo pelo qual se anda, como *war* ‘andar para chegar antes do outro’, ou das circunstâncias, como *sõy* ‘andar debaixo da chuva’. Retomando o que mencionamos acima, podemos observar aqui que a codificação dessas várias informações de um evento de movimento em uma única raiz verbal indica que essas ações expressas por estes verbos parecem ser culturalmente importantes e salientes no contexto da mobilidade dâw. Exemplificamos isso em um trecho curto de uma narrativa na qual a Dona Maria compara a vida em movimento no passado com a vida de hoje:

<i>yẽem ta'</i>	<i>nĩ</i>	<b><i>xõo</i></b>	<i>waa</i>	<i>dâr</i>
mundo em.frente	estar	perambular	antepassado	PL.COLET
<i>dâw tee</i>	<i>lom</i>	<i>rãm</i>	<b><i>xõo-ẽr</i></b>	<i>tên</i>
dâw	criança	?	ir	perambular-NEG
				agora

‘Em todos os lugares os velhos andavam e os dâw mais jovem não andam mais agora.’

<i>rid</i>	<i>nĩ</i>	<i>yêt</i>	<i>nã'</i>	<i>'mũg</i>	<i>dârũd</i>
3PL	estar	deitar	DEM:PROX	aqui	PL.COLET-REST

‘Eles só querem estar aqui.’

<i>waa</i>	<i>dâr</i>	<i>rõot</i>	<b><i>çeeb</i></b>	<b><i>xõo</i></b>
antepassado	PL.COLET	longe	mudar.lugar	perambular

‘Os velhos andavam longe mudando de lugar para lugar.’

<i>waa</i>	<i>dâr</i>	<i>nĩ-ẽr</i>	<i>mũg</i>
antepassado	PL.COLET	estar-NEG	aqui

‘Os velhos não viviam aqui.’

*têen nũk dâw **çeeb** dâw tee waa dâr tee*  
 agora nunca dâw mudar.lugar dâw criança antepassado PL.COLET crianças  
 ‘Agora os dâw nunca viajam os filhos dos velhos.’

*waat māk çii rãm pɰn’ waa dâr nɰkêd*  
 idiom:muito.longe ir IPFV antepassado PL.COLET antigamente  
*weed rid weed xôo’ rũu*  
 comer 3PL comer perambular caça

‘Bem longe os velhos iam antigamente e comiam as caças andando.’

*rõot bey yâa pɰn’ id-i’ rõot xôod rid rũ’-ũ’ tatu*  
 longe REPI voltar IPFV 1PL-FOC longe upriver LOC QTRUNI-FOC tatu  
 ‘Bem longe nós voltamos antigamente, nós todos, lá pra cima lá no (igarapé) tatu.’

Podemos observar o uso frequente dos verbos *xôo* ‘perambular/ andar sem rumo’ e *çeeb* ‘andar para chegar em uma outra moradia’, usados para descrever a mobilidade constante dos velhos no passado. Enquanto *xôo* faz referência ao movimento e sua maneira/ trajetória, i.e, andar sem rumo específico, *çeeb* codifica a noção, o motivo do movimento que é o de andar com o objetivo de chegar em um local de moradia. É evidente que esses são conceitos centrais na cultura *dâw* sendo, assim, expressos em uma única raiz verbal.

Finalmente, não queremos sugerir que a manifestação linguística da mobilidade *dâw* pode ser generalizada e nem que povos caçadores-coletores mostrem certos tipos de codificações linguísticas do movimento. Também não queremos postular que modos de subsistência e suas manifestações de mobilidade são a força motriz para esse inventário de verbos de movimento. Porém, o caso *dâw* apresenta um exemplo de como a conceitualização da mobilidade através da paisagem e nos modos de subsistência podem se manifestar entre grupos com padrão de alta mobilidade. Mais comparações trans-linguísticas e trans-culturais são necessárias para poder estabelecer conexões entres padrões tipológicos, espaço e entre as interações de grupos caçadores-coletores e seus espaços habitados.

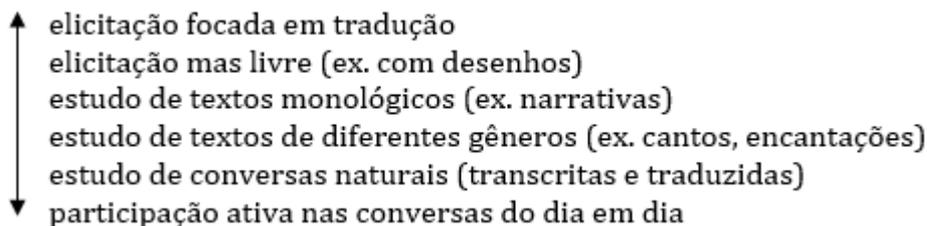
## Interação social na gramática hup

### *Como descobrir a morfologia da gramática da interação social*

Podemos observar nos modos de expressar mobilidade na gramática dâw em que medida a ênfase boasiana no método de observação participante é capaz de iluminar recursos gramaticais de uma língua e como esses estão sendo usados. Na verdade, em alguns casos, certos domínios do inventário morfológico podem passar despercebidos em abordagens da descrição linguística que focam apenas a elicitación de dados, mesmo quando essa morfologia surge claramente no discurso do dia a dia. Nessa seção, exploramos essa possibilidade com base em um conjunto de marcadores gramaticais em Hup que codificam aspectos da interação social.

Enquanto esses marcadores da interação social formam uma classe funcionalmente e formalmente heterogênea na língua Hup, todos funcionam para indicar o *status* pragmático de um participante em foco numa dada atividade – normalmente o ator ou agente de um evento – vis-à-vis outros possíveis ou atuais participantes. No contexto discursivo típico, esses marcadores contextualizam o papel de um ator ou de atores envolvidos na atividade em termos de dinâmicas sociais. Como descrito em Epps (2008), alguns desses elementos também têm uma distribuição mais ampla de funções, enquanto outros parecem ser restritos a indicar a conexão social. Nessa seção, enfocamos um subconjunto desses elementos que é especialmente predominante na conversa – o contexto discursivo no qual a interação social é mais provável de ser pragmaticamente relevante – mas que praticamente nunca aparece espontaneamente em contextos de elicitación e que são até raros na fala monológica. Certamente, uma vez descobertos esses elementos, a elicitación pode ser útil para examinar seus significados e contextos de uso, porém a probabilidade de que possamos descobri-los apenas através de elicitación é muito baixa.

Sendo assim, a integração de métodos distintos é crucial para que se possa entender o funcionamento e o uso de uma língua no seu contexto cultural da forma mais ampla possível. Imaginando esses métodos como uma escala, como mostrado na Figura 4, podemos distribuir a elicitación e a participação ativa na conversa nos pontos extremos dessa escala. Entre esses pontos extremos podemos localizar os seguintes métodos:



**Figura 4:** Escala da métodos na investigação da gramática.

**Fonte:** elaboração própria.

Note-se que essa escala não implica necessariamente uma hierarquia ou uma ordem cronológica de como esses métodos deveriam ser usados. Devem-se combinar esses métodos da forma que parecer útil para o pesquisador. Nesse processo, é importante lembrar que cada fonte de informação que surge através dos diferentes métodos aqui mencionados ilumina diferentes aspectos da língua. Isto é, o trabalho com elicitación e textos monológicos vai revelar certas estruturas enquanto o trabalho com conversas pode revelar até categorias gramaticais inexistentes em textos monológicos. Há uma ressalva que tem que ser mencionada a respeito da cronologia desses métodos: devido à natureza do processo lento de aprender uma língua e por fatores relacionados ao desenvolvimento da relação do pesquisador com a comunidade, é comum que o engajamento com as conversas naturais ou a participação ativa no discurso sejam passos que geralmente surgem apenas depois de um certo tempo, necessitando um certo envolvimento com a língua. A agenda de Boas prevê esse engajamento tanto com a língua quanto com a comunidade para conseguir enfrentar a gama mais completa da língua e entender melhor como se articula com a cultura, ou como diz o próprio Boas:

A general review of our ethnographic literature shows clearly how much better is the information obtained by observers who have command of the language, and who are on terms of intimate friendship with the natives, than that obtained through the medium of interpreters (Boas 1911: 61).

Uma revisão geral de nossa literatura etnográfica mostra claramente quão melhor é a informação obtida por pesquisadores que têm domínio da língua e que têm laços de amizade íntima com os nativos do que aquela conseguida por meio de intérpretes (Tradução Ramos & Ramos, neste volume).

### *Morfologia da interação social na língua Hup*

Começamos com a partícula *bá'*, aqui descrita como 'protestivo' (ver Epps 2008: 704).<sup>6</sup> Este morfema é morfologicamente uma partícula de discurso – um elemento morfologicamente livre – que indica que o falante concorda ou aceita a iniciativa do interlocutor, mas sem vontade. Além de ser muito improvável de surgir na elicitación, esta partícula é até muito rara nas narrativas, surgindo só nos diálogos entre interlocutores em algumas histórias. Porém, é muito comum em pelo menos dois contextos.

O primeiro desses é na conversa cotidiana quando um falante reage a um enunciado ou a uma atitude de uma outra pessoa. De fato, a primeira vez que Epps encontrou essa partícula e quando ela começou a entender sua função foi quando ela perguntou a uma vizinha mais velinha em Barreira Alta se poderia acompanhá-la à sua roça, esperando passar o dia inteiro com ela. Sra. Luisa, preocupada que Epps teria dificuldades em seguir os caminhos enlameados da floresta, concordou relutantemente com a sentença repetida em (1). (Afinal, elas tiveram um dia bonito juntas e Epps prefere pensar que ela até ajudou a coletar e a carregar a mandioca para casa).

- (1) *hám-áy, bá'*  
 ir-INC.IMP PROTST  
 'Vamos então' (mas não quero que você vá junto).

O exemplo (2) foi falado em uma conversa em que Epps também fora envolvida e por isso estava apta a avaliar o contexto pragmático. Nesse caso, um grupo reuniu-se de noite em um espaço comunitário, divertindo-se e descansando ao final do dia. Ao entardecer, um dos participantes saiu relutantemente com o enunciado seguinte (2):

- (2) *in óh-ay-áh bá'*  
 1PL dormir-INC-DECL PROTST  
 'Vamos dormir' (mas gostaria de ficar conversando).

A partícula *bá'* ocorre também frequentemente em contextos discursivos bastante distintos, porém são contextos altamente interativos ou emotivos. Portanto, essa partícula também está praticamente ausente na fala elicitada ou em narrativas monológicas.

Tratamos aqui especialmente o gênero dos cantos das mulheres que são tipicamente cantados em interações diádicas durante festas que contam com grandes quantidades de

6 Os dados em Hup são transcritos na ortografia prática seguindo as convenções das comunidades; a única exceção é o agrupamento dos morfemas, que aqui são associados morfologicamente e fonologicamente em palavras.

bebidas fermentadas (caxiri) de mandioca (encontrado em muitos grupos indígenas na região do Vaupés; ver Chernela 2003). Nesse gênero, as mulheres expressam sentimentos como tristeza, saudades e frustração que geralmente não são bem-vindos em outros contextos sociais. O uso do morfema *bá'* ocorre de maneira repetitiva funcionando como um preenchimento métrico como mostrado no exemplo (3), sendo assim um recurso crucial para estruturar esse gênero emotivo.

- (3) *nì*                    *ín-d'äh*                    *hũy'ah,*                    *núp*    *s'áh-ah-at*  
 1SG.POSS            mãe-PL                    depois                    esse    terra-[repetição]-OBL

*ni-noh-k'ët-ëy-hõ*                    *páh*    *ãh*    *hin-ĩh*                    *bá'-bá'*

ser-cair-em.pé-DINM-Não.VISPRX.CNTR 1SG também-DECL PROTST-[repetição]

'Depois das minhas mães e tias, penso como eu também acabei morando nesta terra (mesmo que quisesse outra vida).'

Um outro item gramatical importante para expressar a noção da interação social é o sufixo verbal *-nìg* que aqui chamamos de marcador 'cooperativo' (ver Epps 2008: 627). Parecido com *bá'*, esse sufixo é muito frequente nas conversas, porém bastante raro nos textos monológicos (restrito a fala citada em narrativas monológicas) e é ainda mais improvável que apareça de maneira espontânea em contextos elicitados. Como os exemplos (4)-(5) mostram, *-nìg* é mais frequentemente encontrado com sujeitos de primeira pessoa do plural e indica que os participantes estão fazendo uma atividade juntos ou em *cooperação*. Isso se verifica com a ausência desse morfema quando os participantes estão simplesmente fazendo a atividade no mesmo lugar e ao mesmo tempo, isto é, quando os participantes não colaboram nessa atividade. Os exemplos a seguir vêm de conversas ou de diálogos citados em narrativas.

- (4) *hám-ãy,*                    *in*                    *këy-nìg !*  
 ir-INC.IMP            1PL                    ver-COOP  
 'Bora, vamos ver junto!'

- (5) *b'öy*    *in*                    *käk-'ay-nìg*  
 traíra 1PL                    tirar-VENT-COOP  
 'Vamos pescar traíra junto.'

De vez em quando, é possível encontrar o sufixo *-nìg* com sujeitos de primeira pessoa singular. Porém, nesses casos ele ainda implica uma ação cooperativa entre participantes (exemplo 6).

- (6) *ném ám-àn ãh këy-nìg*  
 piolho 2SG-OBJ 1SG ver-COOP  
 ‘Vou catar piolhos para você.’ (solicitando a cooperação)

Raramente, o sufixo *-nìg* co-ocorre com sujeitos de terceira pessoa onde ele indica que alguma entidade vai se dedicar a realizar um evento como em (7). Nessa função, esse é o único exemplo do seu uso em contextos monológicos comparado aos contextos dialógicos. Se a elicitación ou narrativas monológicas fossem a fonte principal de dados enquanto interagimos com a língua, o sufixo *-nìg* não só seria muito raro e passaria também facilmente despercebido, mas também correríamos o risco de não descobrir suas funções mais importantes no discurso.

- (7) *tìh yõh d’õ-õp yěh mah tìh ham-yěh mah,*  
 3SG medicine get-DEP FRUST REP 3SG go-FRUST REP  
 ‘Ele foi pegar remédio (à toa);

*tã’ãy-n’àn tìh yõh-ni-nìg*  
 woman-PL.OBJ 3SG remedio-be-COOP  
 com qual ele (pretendeu) medicar as mulheres.’

Finalmente, observaremos dois outros sufixos verbais que aparecem raramente na coleção de textos de discurso natural coletados por Epps e ocorrem exclusivamente nas conversas ou na fala citada: *d’ành* e *kě’* (Epps 2008: 709). Esses sufixos indicam que o falante pretende realizar uma ação sozinho e com sua motivação própria particularmente quando outras pessoas poderiam ser envolvidas na ação. Os sufixos implicam um sujeito de primeira pessoa do singular e referência ao futuro. Além disso, eles parecem ser utilizados sem diferenciação, ou seja, até então não está claro o que determina a escolha de um sufixo sobre o outro. Porém, *d’ành* parece implicar um evento de duração mais curta.

O uso dos dois sufixos está exemplificado em (8)-(9). A sentença (8) foi produzida por uma pessoa que estava deixando um grupo de pessoas. Já em (9), Epps estava em uma conversa com uma mulher idosa que citou ela mesma.

- (8) *nɪ*                    *hõp*    *sèg*                    *këy-'ay-'ë'-d'áh*  
 1SG.POSS        peixe   malhadeira    ver-VENT-PERF-SOZ1  
 'Vou lá checar a minha malhadeira (sozinho).'

- (9) *sã-wag,*            *ãh*    *ní-ît*                    *kèm,*    *n'ikán*                    *b'òt-an*  
 outro-dia        1SG    ser-OBL                    IMP2    para.lá                    roça-DIR
- ham-'ë'-kě,*    *nó-õp*                    *àp*  
 ir-PERF-SOZ2    dizer-DEP                    NEG:ID  
 'Olhe como eu fico todo dia em casa, nunca dizendo "Tô indo (sozinha) para a roça"'

Como investigamos aqui, os morfemas *bá'*, *-nig*, e *-d'áh / -kě'* fazem parte de um conjunto gramatical na língua Hup que codifica a interação social. O fato de que a língua Hup usa esses recursos gramaticais para, por um lado, marcar ações colaborativas e cooperativas e, por outro lado, marcar ações independentes ou não colaborativas, salienta as prioridades sociais e culturais dos falantes em relação ao papel do indivíduo dentro do contexto do grupo. De modo similar ao que mostramos para os verbos de movimento em Dâw, o conjunto desses morfemas em Hup mostra mais uma vez como processos de gramaticalização podem refletir o discurso uma vez que o uso frequente e a saliência pragmática podem promover a gramaticalização de itens lexicais (Hopper & Traugott 2003). A importância social das ações colaborativas na cultura hup e a notabilidade das suas ausências realçam a importância discursiva desses recursos expressivos e, da mesma maneira, sua relevância gramatical.

Entender essa gramática de interação social é ter um entendimento mais completo do sistema gramatical da língua, e como articulam as prioridades sociais e culturais. Porém, sem estudar conversas e até participar no discurso do dia a dia, é provável que um linguista não repare que esses morfemas gramaticais existem. Como a nossa investigação desses elementos em Hup implica uma perspectiva focada no método de observação participante que vai além da elicitación e de textos monológicos, há a possibilidade de gerar um entendimento muito mais rico e amplo da língua e de como esta língua está sendo usada.

## Conclusão

O reflorescimento do programa de Boas nas áreas da linguística hoje em dia nos oferece a possibilidade de aprender com suas perspectivas e também de elaborá-las.

Retomando os pontos principais que são o texto, o papel do pesquisador e uma pesquisa ancorada em um contexto cultural mais amplo diante de nossa própria experiência, como relatada aqui, podemos pensar alguns benefícios tanto para a descrição e documentação linguística, quanto para as comunidades envolvidas.

Como os dados de Dâw e Hup podem mostrar, o trabalho com textos que emergem de uma forma mais natural e em seus próprios contextos de uso nos ajudam a pensar *porque* uma certa estrutura existe nessa língua, *como* falantes fazem uso dessa estrutura na sua vida diária e *como* essa se relaciona aos quadros culturais, sociais e ideológicos. Sabemos, por exemplo, pelos relatos etnográficos e pelas nossas próprias observações, o papel específico do indivíduo dentro dos grupos hup. Mas ao descobrir isso dentro de um sistema gramatical que codifica algumas formas da interação social, revelam-se para nós algumas prioridades sociais e culturais do povo Hupd'äh. De modo similar, as caminhadas e percursos escolhidas e as narrativas contadas pelos Dâw ao longo das caminhadas podem revelar uma parte do inventário de verbos de movimento que permaneceu invisível para nós durante seções de elicitación na comunidade. Foi através desses registros que conseguimos situar esses verbos nos seus locais de uso, o que permite uma visão de como esses detalhes linguísticos são embasados no contexto cultural da mobilidade dâw e vice-versa. Reconhecer essas sutilezas significa promover o conhecimento dos falantes usando a língua para poder expressar tais sutilezas (Epps, Webster & Woodbury no prelo). Ou seja, o reengajamento com esses princípios de Boas dentro da documentação e descrição linguística permite acessar uma língua de forma holística, abrindo janelas para entender as várias camadas da experiência humana.

Pensando os benefícios pelo lado do próprio pesquisador, podemos sem dúvida ressaltar o ganho de uma perspectiva holística dos sistemas linguísticos, sociais e culturais de um certo povo como descrito no parágrafo anterior. Por outro lado, e aqui relatando nossa própria experiência, ao se comprometer a falar a língua, participar na vida cotidiana da comunidade (caso isso seja permitido pelos membros da comunidade) e estar disposto a deixar os membros da comunidade moldarem seus próprios registros, pode-se criar uma relação e uma parceria mais íntima a longo prazo. Isso disponibiliza relações de confiança que se aprofundam ao longo do tempo, levando a chegar mais perto de entender as necessidades das comunidades.

Sendo então uma abordagem reveladora para os linguistas e antropólogos, por outro lado, há um potencial a ser aproveitado pelas comunidades que estão envolvidas nos projetos de documentação. Mencionamos no início desse trabalho que o reengajamento com a agenda de Boas chegou em um momento de estado crítico para as

línguas indígenas. Enquanto a maioria delas está sendo ameaçada de extinção, a agenda de Boas é frequentemente iniciada pela perda de gêneros textuais específicos. Coletar textos que emergem pela vontade dos falantes ou, no melhor dos casos, coletados por eles mesmos, favorece uma possível salvaguarda desses mesmos gêneros. Além disso, em cenários de mudanças drásticas nos sistemas linguísticos, culturais e sociais, a documentação de certos gêneros textuais pode funcionar como uma forma de apreciação das suas riquezas e complexidades. Acreditamos que colaborações entre comunidades, linguistas e antropólogos podem fortalecer o engajamento das comunidades com suas formas discursivas em tempos de mudanças a transmissões interrompidas. No entanto, consideramos a documentação holística das línguas e culturas ameaçadas uma necessidade urgente tendo o poder de respeitar as vozes que existem ao nosso redor.

### Abreviações

COOP Cooperativo; DECL Declarativo; DINM Dinâmico; DIR Direcional; FRUST Frustrativo; INC Incoativo; IMP Imperativo; IRR Irrealis; NÃO.VIS Não Visual; NEG:ID Negativo de identidade; PERF Perfectivo; PL Plural; POSS Possessivo; PROTST Protestivo; PRX.CNTR Contraste proximativo; OBJ Objeto; OBL Oblico; REP Reportativo; SG Singular; SOZ Atar sozinho; VENT Venitivo.

### Referências

- BOAS, Franz. 1911. *Handbook of American Indian Languages*. Washington: Government Print Office.
- BURENHULT, Niclas; PURVES, Ross. 2020. "The spatial properties of forager motion categories: evidence from Jahai". *Hunter Gatherer Research*, 4(3): 411-426.
- CHERNELA, Janet. 2003. "Language Ideology and Women's Speech: Talking Community in the Northwest Amazon". *American Anthropologist*, 105(4): 794-806.
- DOBRIN, Lise M. 2008. "From linguistic elicitation to eliciting the linguist: Lessons in community empowerment from Melanesia". *Language*, 84: 300-324.
- EPPS, Patience. 2001+. *Hup Collection*. Archive of the Indigenous Languages of Latin America. Disponível em <http://ailla.utexas.org>.
- EPPS, Patience. 2008. *A Grammar of Hup*. Berlin: Mouton de Gruyter (Mouton Grammar Library 43).
- EPPS, Patience. 2009. "Language classification, language contact, and Amazonian prehistory". *Language and Linguistics Compass*, 3(2): 581-606.
- EPPS, Patience; BOLAÑOS, Katherine. 2017. "Reconsidering the 'Makú' family of northwest Amazonia". *International Journal of American Linguistics*, 83(3): 467-507.

EPPS, Patience; OBERT, Karolin. No prelo. "Linguistic clues to hunter-gatherer histories: the Naduhup peoples of northwest Amazonia". Manuscrito não publicado (submetido).

EPPS, Patience; OBERT, Karolin; STORTO, Luciana. 2013+. *Documentation of Dâw, a Nadahup language of Brazil*. Endangered Languages Archive and Archive of the Indigenous Languages of Latin America. Disponível em <http://elar.soas.ac.uk/deposit/0362> e <http://ailla.utexas.org>.

EPPS, Patience; WEBSTER, Anthony K.; WOODBURY, Anthony C. 2017. "A humanities of speaking: Franz Boas and the continuing centrality of texts". *International Journal of American Linguistics*, 83(1): 41-78.

EPPS, Patience; WEBSTER, Anthony K.; WOODBURY, Anthony C. *Documenting speech play and verbal art: a tutorial*. Manuscrito não publicado (no prelo).

EVANS, Nicholas. 2003. "Context, culture, and structuration in the languages of Australia". *Annual Review of Anthropology*, 32: 13-40.

EVANS, Nicholas; LEVINSON, Stephen C. 2009. "The myth of language universals: Language diversity and its importance for cognitive science". *Behavioral and Brain Sciences*, 32 (5): 429-448.

FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro). 2019. *Plano de Gestão Territorial e Ambiental: Terra Indígena Alto Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN.

HIMMELMANN, Nikolaus. 1998. "Documentary linguistics and descriptive linguistics". *Linguistics*, 36: 161-195.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. 2003. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. 1906. "Die Indianer-Stämme am oberen Rio Negro und Yapurá und ihre sprachliche Zugehörigkeit". *Zeitschrift für Ethnologie*, 38: 167-205.

MARTINS, Silvana A. 2004. *Fonologia e gramática Dâw*. Tese de doutorado. Vrije Universiteit, Amsterdam. Amsterdam: LOT.

MONTEIRO, Lirian R.; MCCALLUM, Cecília Anne. 2013. "A noção de 'bem viver' hupd'äh em seu território". *Mundo Amazônico*, 4: 31-56.

MITHUN, Marianne. 2001. "Who shapes the record: The speaker and the linguist". In: P. Newman; M. Ratliff (orgs.), *Linguistic Fieldwork*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 34-54

NATTERER, Johann. 1831. *Sprachproben*. [Manuscript in University of Basel Library, Basel, Switzerland]. Disponível em [https://basel.swisscovery.org/permalink/41SLSP\\_UBS/mmbsj/alma9972412425205504](https://basel.swisscovery.org/permalink/41SLSP_UBS/mmbsj/alma9972412425205504).

NIMUENDAJÚ, Curt. 1950 [1955]. "Reconhecimento dos rios Icação, Ayarí, e Uaupés, março a julho de 1927: apontamentos linguísticos". *Journal de la Société des Américanistes*, 44(1): 149-178.

OBERT, Karolin. 2019. *The linguistic encoding of space in Dâw*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O'MEARA, Carolyn; BURENHULT, Niclas; ROTHSTEIN, Mikael; SERCOMBE, Peter. 2020. "Representing space and place: hunter-gatherer perspectives". *Hunter Gatherer Research*, 4(3): 287-309.

RAMIREZ, Henri. 2006. *A Língua dos Hupd'äh do alto Rio Negro: Dicionário e guia de conversação*. São Paulo: Associação Saúde Sem Limites.

SILVA, Cácio; SILVA, Elisângela. 2012. *A língua dos Yuhupdeh: Introdução etnolinguística, dicionário yuhup-português e glossário semântico-gramatical*. São Gabriel da Cachoeira: Pro-Amazônia.

SLOBIN, Dan I. 2004. "The many ways to search for a frog: Linguistic typology and the expression of motion events". In: L. Verhoeven; S. Stromqvist (orgs.), *Relating events in narrative: Vol. 2. Typological and contextual perspectives*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates. pp. 219-257.

TALMY, Leonard. 1985. "Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms". In: T. Shopen (org.), *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 36-149

TALMY, Leonard. 2000. *Toward a cognitive semantics. Vol 2*. Cambridge: MIT Press.

WOODBURY, Anthony C. 2011. "Language documentation". In: P. Austin; J. Sallabank (orgs.), *Handbook of Endangered Languages*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 159-186.

Recebido em 18 de abril de 2022.

Aceito em 04 de agosto de 2022.

## Tesouros linguísticos nas histórias e conversas: As contribuições de Boas na documentação e descrição de línguas e culturas

### Resumo

O legado de Boas tem sido retomado na área de documentação e descrição das línguas indígenas. Um dos seus pontos centrais é deixar a língua contar a sua própria história, ou seja, permitir aos falantes falarem por si mesmos, criando um registro de fala espontânea em situações de comunicação naturais. Isso, segundo Boas, facilitaria a descoberta de estruturas e categorias gramaticais, lexicais e culturais que permaneceriam obscuras para o pesquisador caso não permita o surgimento de pontos de vistas indígenas. Tomando essa perspectiva como fio condutor para o trabalho de campo, apresentamos aqui dois estudos de casos com os povos Dâw e Hupd'äh (Naduhup), mostrando como a escolha de registros pelos próprios indígenas e o método de observação participativa apresentaram-nos categorias gramáticas e lexicais, como por exemplo um inventário de verbos de movimento estruturado na base de traços topográficos e afixos, indicando tipos de interações sociais muito inesperadas.

**Palavras-chave:** Boas; Documentação Linguística; Línguas Amazônicas; Mobilidade; Interação Social.

## Linguistic treasures in stories and conversations: Boasian contributions to the documentation and description of language and culture

### Abstract

Boas' legacy is experiencing a rebirth in the field of language documentation and description. One of his central priorities was to let a language tell its own story, i.e., by allowing speakers to speak for themselves by creating a record of spontaneous discourse in natural communicative settings. This approach, according to Boas, facilitates the discovery of grammatical, lexical, and cultural categories which would remain obscured if the researcher did not allow for the emergence of Indigenous perspectives. Taking this view as a guide for our own fieldwork, we present two case studies involving the Dâw and Hup peoples of NW Amazonia (speakers of two Naduhup languages). We lay out how the choices of records made by the Indigenous collaborators, and their documentation via our own participant-observation approach, has presented us with particular insights into grammatical and lexical categories that might otherwise have gone unexplored, such as a motion verb inventory structured by topographic characteristics and verbal morphology indicating social connectedness.

**Keywords:** Boas; Language Documentation; Amazonian Languages; Mobility; Social Interaction.

## Categorias gramaticais e significação: aspectos morfológicos e taxonômicos dos zooemas em Bakairi (Karib Sul)

Evandro de Sousa Bonfim

Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND)/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-0459-928X>

[evandrobonfim@hotmail.com](mailto:evandrobonfim@hotmail.com)

### Introdução<sup>1</sup>

De acordo com Franz Boas, a gramática seleciona quais os dados da experiência devem ser comunicados, usando, para tanto, categorias gramaticais específicas de acordo com a configuração de cada língua (Jakobson 2007). Embora todas as línguas possam expressar as diferentes noções com as quais os humanos codificam a realidade, a partir das mais diferentes estratégias linguísticas, as exigências particulares da gramática de cada idioma para a elaboração de enunciados apontam para questões mais amplas do que os aspectos estruturais das línguas. Segundo o etnólogo, toda diferença nas categorias gramaticais conduz informação semântica. Isto porque os conceitos gramaticais tomam parte nas operações do pensamento, que dizem respeito as especificidades não apenas linguísticas, mas também da cultura de cada povo (Jakobson 2007).

As questões semânticas mobilizadas pelas categorias gramaticais muitas vezes possuem escopo maior do que as próprias definições conceituais mais imediatas como, por exemplo, definitude ou propriedades aspectuais expressas morfológicamente. Neste sentido, o Bakairi, língua Karib meridional falada por cerca de 2 mil pessoas no estado de Mato Grosso, Brasil Central, combina processos de afixação funcionais que igualmente expressam lógicas classificatórias próprias da cosmologia deste povo. Neste sentido, destaca-se na gramática Bakairi a atuação do morfema *-do*, presente tanto de forma

---

1 O autor agradece a Daguimar Akueni e Valdo Xagope pelas discussões sobre a cosmologia e a língua Bakairi e a Ana Popp, Danilo Paiva Ramos e Marcos Lanna pela discussão sobre Etnologia Ameríndia, bem como a Karolin Obert pelo aporte à discussão linguística.

lexicalizada em algumas palavras Bakairi quanto de maneira produtiva em processos de composição e derivação, sobretudo de substantivos, evidenciando classes ontológicas afinadas com o pensamento indígena expresso nas narrativas mitológicas.

Na primeira sessão deste artigo será examinado o escopo do morfema *-do* como formativo nominal e sufixo atuante em processos gramaticais da língua que evidencia o tratamento diferenciado a certos itens lexicais. Na segunda sessão, será mostrada a relação entre a marcação linguística e aspectos da cosmologia Bakairi que diferenciam determinados entes como animais e artefatos com maior animacidade devido a participação em eventos míticos. Na última sessão, enfim, será dado destaque ao caráter filogênico do morfema *-do*, destacando a polifuncionalidade do formativo. Os dados serão apresentados segundo a ortografia Bakairi e as glossas linguísticas estão simplificadas.

### **O morfema *-do* em Bakairi: aspectos funcionais e semânticos**

A língua Bakairi conta com o morfema *-do* como afixo taxonômico (Bonfim & Aguiar 2021) que circunscreve um campo semântico de entes, animais, objetos e categorias sociais, como possuidores de agência específica, associados aos traços [+animado], [+pessoa] e [+humano], aspectos semânticos que serão discutidos no decorrer do artigo. Como exemplo, tem-se os conjuntos {*ugondo* ‘homem’, *pekodo* ‘mulher’, *iamundo* ‘criança’}, {*udodo* ‘onça’, *agudo* ‘sucuri’, *anguido* ‘animais/seres originários’} e {*kahado* ‘banco’, *udo* ‘guerreiro’, *sodo* ‘dono’}, dentre outros (Bonfim 2018). Pode-se dizer que termos de relevância mitológica, ritual e social marcados pelo morfema *-do* (\*-to) têm abrangência em toda família Karib, pois palavras reconstituídas para o Proto-Karib como *\*witoto* condensam significados como “pessoa” e “inimigo”, que se desdobram em instanciações específicas quando acedemos aos léxicos das línguas particulares, pois origina palavras como onça em Bakairi (*udodo*) e homem em Kuikuro (*itoto*).

Tal conjunto se mostra limitado, e, embora se possa recuperar o processo de formação de alguns termos, o morfema *-do* encontra-se relativamente lexicalizado – i.e. a função do afixo não parece mais transparente – nos itens que compõem área de significação.<sup>2</sup> Contudo, a função classificatória pode ser observada quando comparada com outro sufixo similar, que expressa a versão excessiva ou colossal de determinado ser, conforme a discussão dos modificadores linguísticos dos seres prototípicos em Yawalapiti discutidos por Eduardo Viveiros de Castro (2002a), e recentemente reanalisados por Tapi Yawalapiti (2020). No caso, trata-se do tema mitológico das hiper-mulheres, também presentes nas narrativas Bakairi:

2 Discussão mais ampla sobre o conjunto de palavras em Bakairi formado pelo constituinte *-do* vem sendo feita por Valdo Xagope (2021).

(1a) *peko-baym*  
 +feminino +colossal  
 “hipermulheres”

(1b) *peko-do*  
 +feminino +humano  
 “mulher”

Os dados apresentam morfologicamente a distinção entre dois tipos de seres femininos, mostrando que o morfema *-do* guarda ainda produtividade na língua. Conforme pode ser percebido, o morfema *-do* tem a função de corporificar ou personificar princípios abstratos em elementos não-humanos pela adição do traço [+animado], como no seguinte exemplo:

(2a) *inu*  
 “sangue”

(2b) *inu-do*  
 sangue- +animado  
 “parente”

Além das palavras que trazem o morfema *-do*, o formativo deve aparecer no processo de sufixação do coletivizador *-modo* em determinados substantivos, criando classes distintas, por exemplo, em campos lexicais como de animais (mas também de coletivos humanos e de artefatos), indicando, a princípio, maior animacidade. É importante destacar que o próprio coletivizador *-modo* é composto do morfema de plural de verbos e pronomes (*-mo*) nominalizado pelo morfema *-do*, que, no caso, marca características próprias dos substantivos como capacidade de agência e personalidade em relação às classes gramaticais que recebem a flexão do plural.

(3a) *xupi*  
 “pato”

(3b) *xupi-modo*  
 pato-COL  
 “bando de patos”

- (4a) *xew*  
“quati”
- (4b) *xew-modo*  
quati-COL  
“bando de quatis”
- (5a) *kawida*  
“arara”
- (5b) *kawida-do-modo*  
arara-+animado-COL  
“bando de araras”
- (6a) *semimo*  
“morcego”
- (6b) *semimo-do-modo*  
morcego-+animado-COL  
“bando de morcegos”

Como pode ser visto nos dados (3)-(6), a formação do coletivo diferencia (*xupi*, *xew*) de (*kawida*, *semimo*), visto que os dois últimos recebem adicionalmente o morfema *-do*, promovendo diferenciação taxonômica entre os dois pares de bichos. O que distingue animais como o pato e o quati do morcego e da arara que justifique a marcação diferenciada, envolvendo, portanto, questões de significação no bojo da expressão obrigatória de categorias gramaticais, como discute Franz Boas? Por que a composição do coletivo ativa a sufixação de *-do*, tanto do ponto de vista das funções classificatórias quanto das funções gramaticais pertinentes à formação das palavras na língua realizadas pelo morfema?

A sessão seguinte vai responder tais perguntas de forma a detalhar aspectos da morfologia aglutinante do Bakairi que oferecem expressão gramatical para as concepções ontológicas provenientes da cosmologia do povo, conforme observadas nos mitos e nas unidades de significação que os constituem, seguindo os princípios da análise estrutural de Lévi-Strauss (2008).

### Zooemas e a lógica classificatória da língua Karib

Zooemas são unidades míticas do nível sistêmico propostas por Lévi-Strauss em *A Oleira Ciumenta* (1987). Correspondem a funções  $f(x)$  dentro de narrativas míticas geralmente desempenhada por animais (por isso zooemas). A função permanece a mesma a despeito da variação linguística, cultural e mesmo ambiental, podendo, contudo, haver variantes combinatórias do elemento  $(x)$  que a lineariza. Como exemplo o autor cita a função preguiça, que pode ser desempenhada pela própria preguiça (*Bradypus variegatus*) ou por outros animais como o bugio (*Aloutta guariba*), ou mesmo por heróis míticos, levando-se em conta a diferença de nichos ecológicos e configurações linguístico-cosmológicas. É importante destacar que, como na Fonologia, Lévi-Strauss aplica aos zooemas traços distintivos que o permitem situar as relações entre as unidades do sistema.

Contudo, como o objetivo de Lévi-Strauss estava em demonstrar a unidade do pensamento ameríndio, os zooemas se aplicam dentro de séries mitológicas, e não dentro do pensamento mítico próprios de cada povo. Portanto, propomos a categoria cosmoema (Bonfim 2018) como unidades de sistemas mitológicos particulares, abrangendo outros tipos de entes para além dos animais, como artefatos ou seres da sobrenatureza, e com ancoragem linguística em termos de definição de quais personagens míticos poderiam ocupar as funções dentro do sistema de narrativas. Contudo, como se deseja mostrar a incidência da lógica classificatória própria do pensamento Karib expressa na língua Bakairi em relação aos animais (*anguido*), será tratado aqui o zooema como caso específico de cosmoema, principalmente com o objetivo de aproveitar a discussão de Lévi-Strauss sobre a variação transcultural e translinguística do mito para se pensar questões intraculturais e intralinguísticas.

Animais que recebem o sufixo *-do* na formação do coletivo são protagonistas dos mitos de formação do povo Bakairi, podendo ser considerados zooemas. O mito, registrado e discutido por Von den Steinen (1942), Barros (2003), Bonfim (2018) e por autores Bakairi como Taukane (2013) e Kamikiawa (2021), dentre outros, conta a história do arranjo matrimonial entre a sogra onça *Mero* e o demiurgo *Kwamoty*, que promete filhas em casamento para não ser devorado. *Kwamoty*, contudo, não possui progênie, tendo que usar de habilidades xamânicas para criar mulheres a partir de árvores para se casarem com os homens onça. Apenas uma única união se concretiza com a mulher árvore que consegue chegar à aldeia das onças, gerando, posteriormente, os gêmeos sol e lua do qual descendem os Bakairi. O eixo principal da narrativa pode ser complementado por prólogos, epílogos ou relatos subsidiários desenvolvendo os sintagmas-chave da estrutura mítica (*mitemas*, segundo Lévi-Strauss 2008). São contados geralmente com fins

etiológicos, como, por exemplo, a origem da música das flautas, executadas pelos irmãos-onça por ocasião da cerimônia matrimonial (Kamikiawa 2021), que pertence ao complexo do mitema «extravio das esposas no caminho para a aldeia das onças».

No caso do morcego e da arara, animais marcados com maior animacidade na formação do coletivo (conforme discussão dos exemplos (3)-(6)), tive a oportunidade de ouvir duas vezes a parte do mito que protagonizam: na primeira oportunidade, como prólogo ao encontro de *Kwamoty* e *Mero*, para explicar os poderes xamânicos do demiurgo; e, na segunda, a origem do Joelho nos humanos, conforme narrativa realizada pelo *pyagi* (xamã) Vicente Kutaiava (Bonfim 2018). Trata-se da história da moça que não queria se casar com nenhum pretendente indicado pela família. Ela se interessava apenas pelo seu xerimbabo, a arara (*kawida*). Ocorre que todas as noites, escondido na arara, estava *semimo*, o morcego. A moça acaba engravidando do morcego que resolve não assumir a paternidade, trazendo conflitos para a comunidade. Depois que a criança, *Kwamoty*, nasce, e diante da negativa da mãe em revelar o pai de seu filho, resolve-se fazer um teste com todos os homens da aldeia. Como a criança era mágica, saberia reconhecer o pai entre os candidatos dispostos no pátio central. Ao se dirigir de braços abertos para *semimo*, ele lhe nega o abraço e a criança cai, quebrando a perna que era como a das aves, e dando origem a articulação do Joelho. Na segunda vez que ouvi a narrativa, o trecho encontrava-se no contexto de explicação do porquê as regras de casamento devem ser seguidas.

Do ponto de vista gramatical, todo coletivo de elementos marcados pelo traço [+animado] deve trazer o sufixo *-do* indicando a maior animacidade. Em termos da estrutura da palavra, o morfema de animacidade se posiciona antes do coletivizador. A animacidade refere-se ao traço semântico atribuído a componentes linguísticos que, de acordo com as configurações próprias de cada língua em particular, tende a se comportar gramaticalmente como actante ou agente. Mesmo quando recebe papel temático de paciente ou ocupa a função sintática de objeto, o item gramatical ou lexical com o traço [+animado] pode expressar proeminência em relação ao elemento que apresenta o valor negativo, como no caso das hierarquias pronominais presentes em diversas línguas Karib (mas não no Bakairi). Em geral, as línguas apresentam o que se chama, a partir do trabalho de Silverstein (1976), de “hierarquia de animacidade”, que prevê quais categorias funcionais, terminológicas e ontológicas da língua possuem mais agência na gramática, com destaque para os pronomes pessoais, termos de parentesco e o que for relativo ao humano.

Embora não se baseie em critérios biológicos, predomina no entendimento da escala de animacidade a divisão entre animado e inanimado inerente ao pensamento

ocidental, que considerava “animista” ou “fetichista” a distribuição de agência entre elementos considerados inertes como pedras ou fabricados como artefatos pelas culturas submetidas a empresa colonial. O processo de separação entre “sujeitos” e “objetos”, chamado por Latour (1994) de “purificação”, é fundamental para a noção de “moderno” que caracterizaria as sociedades ocidentais. Assim, a escala de animacidade funciona com concepções *a priori* de quais categorias ocupariam os estratos mais baixos com menor agentividade. As divisões são ainda generalistas, pois pressupõem abrangência da ordem inteira dos seres categorizados, e universalistas, pois não são construídas a partir das lógicas classificatórias próprias de cada povo e codificadas nas línguas, as quais de maneira nenhuma podem ser encaradas como meras idiossincrasias. Conforme demonstrado ao longo deste artigo, a lógica classificatória ameríndia não apenas confere animacidade a categorias inesperadas do ponto de vista ocidental, mas apresenta outros critérios para a divisão e localização dos entes dentro de cada ordem ontológica, havendo componentes da língua que podem ser considerados, ao mesmo tempo, animais, objetos e mesmo pessoas gramaticais, coalescendo as distinções que sustentam a estrutura da hierarquia de animacidade, como se verá logo a frente a propósito do complexo semântico enfeixado pelo zooema *udodo*.

A existência da regra gramatical permite ampliar o campo semântico formado pelas palavras que trazem o morfema *-do*, recobrando, no caso, os zooemas do sistema mitológico Bakairi. É interessante destacar a consistência entre a sufixação pelo morfema *-do* dentro dos processos de coletivização gramatical por *-modo* e a posição de destaque na narrativa mítica de referência dos itens que recebem a marcação morfológica, o que em muitos casos mostra a complexidade envolvida na definição do táxon *anguido*. Por exemplo, sabe-se da importância ritual, social e cosmológica das flautas, sobretudo para o contexto alto-xinguano, de onde procedem antepassados próximos de muitos Bakairi atuais. Como os zooemas, as flautas também recebem a sufixação indicativa de maior animacidade na formação do coletivo:

(7a) *tadâwan*  
“flauta”

(7b) *tadâwan-do-modo*  
flauta-+animado-COL  
“flautas”

Como destaca Barcelos Neto (2021), flautas estão estreitamente relacionadas com os espíritos jaguares dentro do modelo de socialidade por adoecimento própria do complexo dos espíritos *Apapaatai*, que exige a confecção de artefatos (máscaras e aerofones) e a realização de rituais para promover a cura e consolidar a relação entre os Wauja, povo Arawak no Alto Xingu, e os seres da sobrenatureza. Conforme aludido anteriormente, as flautas *tadâwan* são trazidas para os Bakairi pelos irmãos-onça que as tocam por ocasião do casamento com as mulheres-árvores, sendo que as próprias flautas atuam como amplificadores dos sons provenientes dos corpos de cada um dos cinco irmãos durante a dança (Kamikiawa 2021: 65). Assim, *tadâwodomodo* corresponde ao coletivo formado por cinco flautas concebidas como irmãos tal qual os noivos jaguares.

Os atributos, personagens e situações associados ao coletivo de irmão-onças pelo mito mostram como, dentro da área de significação circunscrita por *-do*, existem subcampos semânticos que evidenciam como o morfema vai compondo pessoas no sentido ameríndio, a partir de princípios básicos como os elementos do discurso (pessoas gramaticais) e parentesco. No caso do *\*witoto* (pessoa) do Proto-Karib, tem-se os seguintes conjuntos de reflexos em Bakairi, com significado discutido anteriormente: (*udo, ugondo (\*ukoroto), udodo*). A base para as palavras reside no afixo *u-*, o índice verbal de primeira pessoa singular, com cognatos em diversas línguas Karib (transcrito como *w-* em Hixkaryana, Wai-Wai e Ye'kwana, dentre outras, marcando o agente de verbo transitivo). Como pronome independente, a primeira pessoa singular ocorre na forma «*urâ*», com cognatos em outros sistemas pronominais Karib (*uro* em Ikpeng, *uge* em Kuikuro e *ura* em Hixkaryana. Ver Bonfim (2015) para a discussão comparativa entre os sistemas pronominais das línguas Karib Sul). O afixo *u-* ocorre na saudação tradicional Bakairi:

(8a) *â-da-ma?*  
2SG-ir-NEG  
“Você não vai?”

(8b) *u-da-pa!*  
1SG-ir-NEG  
“eu não vou!”

A importância ontológica do intercâmbio entre as posições «EU» e «NÃO-EU (TU)» na cena enunciativa tem sido apontada desde Benveniste (1989), e discutida no âmbito da etnologia ameríndia a partir da noção de “pronome cosmológico” (Viveiros de Castro 1999) diante da importância do valor pronominal dos etnônimos para as concepções de

alteridade indígena. Assim, a forma Proto-Karib \**witoto* para pessoa tem valor pronominal, como os etnônimos discutidos por Viveiros de Castro, que costumam significar “gente de verdade”, possuindo não propriedades essenciais, mas posicionais: o “nós” em oposição aos “eles”. A própria autodenominação Bakairi, *Kurâ*, provém da primeira pessoa dual inclusiva e quer dizer também gente (Bonfim 2015), estando relacionada ao mito da metamorfose dos seres originários *anguido* conforme a cosmogonia Bakairi (Souza 1999).

Assim, a partir do traço [+1ª pessoa], tem-se a seguinte formação de palavras pelo morfema *-do*:

- (9) *u* [+1ª pessoa]  
*u+do* “guerreiro, indígena”  
*u+ko+do* “homem”  
*u+do+do* “onça”

O zooema «UDODO» (proto-Karib \**witoto*) é um feixe de traços semânticos {[1ª pessoa], [parentesco], [animado]} que pode se atualizar a partir de formas linguísticas que devem trazer obrigatoriamente os traços de primeira pessoa e de animacidade. O traço de parentesco ocupa a segunda posição (morfema *-ko*).

É interessante como o subcampo, seguindo a própria lógica de abertura do mito que neutraliza e recria em outros termos as oposições estruturantes, contém itens que carregam as nuances ontológicas mobilizadas ao se assumir determinada posição pronominal (similaridade do EU/alteridade do NÃO-EU (TU) ou da NÃO-PESSOA (eles, outros)), se os termos forem pensados do ponto de vista da família Karib, pois se os mitos “se pensam entre si”, como diz Lévi-Strauss, as línguas também se pensam entre si. Conforme dito, \**witoto* do Proto-Karib vai ter como correspondente em Kuikuro a palavra para homem (*itoto*), enquanto em Bakairi se tem o termo para onça (*udodo*). De acordo com o mito, homens são por definição onças, o que aponta para critérios próprios derivados da lógica do pensamento ameríndio para se pensar a questão dos cognatos entre línguas indígenas do mesmo agrupamento genético. Conforme visto em (9), os mesmos componentes estruturais que conformam a palavra “onça” em Bakairi estão presentes em “guerreiro” e “indígena”, bem como em “homem”, este acrescido da partícula *-ko*, presente nos vocativos de parentesco.<sup>3</sup> Assim, consideramos o paradigma em (9) como

3 Os termos de parentesco ascendentes em Bakairi trazem o formativo *-ko~go*, como “mãe” (*seko*) e “pai” (*xogo*). Para Von den Steinen (1942) tal associação permite entender a formação da palavra para mulher, a partir de um antigo termo de parentesco Karib para “irmã” (*peko*). Ternos de parentescos são inalienáveis (*y-se* ‘minha mãe’). Do ponto do mito de referência para a análise linguística feita no artigo, as mulheres são um grupo de irmãs e os homens um grupo de irmãos, precedendo, pois, o parentesco ao gênero.

um gradiente da pessoa Bakairi que vai e volta da pessoa gramatical (o pronome “eu”) à pessoa magnificada (onça), com os termos intermediários combinando personificações e potências possíveis dentro dos sentidos condensados pelo cosmoema. O cosmoema pode ser entendido como um símbolo condensado (*sensu* Freud), que carrega em si as oposições que vão ser desdobradas pelo mito.

O termo \**witoto* aparece sob a forma *witoto* em línguas como o Tyrió para se referir a “humano” e “pessoa”, sentido próximo, portanto ao termo reconstruído para a protolíngua. Porém, em tais línguas a palavra possui também conotações pejorativas, podendo ser usada para designar grupos rivais. Tal acepção vai dar origem a exodenominação dos povos Witoto pelos Carijona, povo Karib que deixa a área das Guianas para se estabelecer na Colômbia, com os quais os primeiros guerreavam. No mito, a neutralização da oposição jaguar:árvore (que condensa outras oposições como irmãos:irmãs/homem:mulher/bicho:humano) proporcionada pelo matrimônio e pelo nascimento dos gêmeos Sol e Lua reaparece com a retomada do caráter antropófago do jaguar, pois a sogra onça acaba por devorar a nora, ocasionando posteriormente o quase extermínio do coletivo *udodo* pelos filhos que desejam vingar a mãe. Assim, se em Bakairi o subconjunto *udodo* do campo semântico do morfema *-do* traz da posição do indígena, como no caráter pronominal dos etnônimos, no plano dos cognatos existentes em outras línguas Karib pode-se recuperar a tensão opositiva original presente no mito.

Contudo, o morfema *-do* não atua apenas como marca que indica proeminência mitológica ou cosmológica, pois possui caráter filogênico ao atuar como formativo que conforma novas classes de seres.

### **Morfema filogênico polifuncional**

Ademais de tomar parte no processo gramatical de coletivização indicando os entes carregados de animacidade mítica, o morfema *-do* está presente na formação de coletivos ordinários, marcados com o traço [+animado] por se tratarem de humanos. Mas, conforme ilustra os exemplos (2a-b), o morfema não atua apenas como marcador de animacidade, possuindo caráter filogênico, pois ele cria tipos de pessoas que vão formar grupos que compartilham a mesma singularidade.

(8a) *menru*  
“jenipapo”

- (8b) *menru-modo*  
jenipapo-COL  
“jenipapal”
- (8c) *menru-do-modo*  
jenipapo-+animado-COL  
“gente jenipapo” (Bakairi de Santana)
- (9a) *sakumairo*  
nome próprio
- (9b) *sakumairo-do-modo*  
sakumairo-+animado-COL  
“pessoal da Sakumairo”
- (9c) *\*sakumairomodo*

Ao se comparar os dados (8b-c), pode-se observar que na formação do coletivo em que ocorre a sufixação de *-do*, o morfema não apenas marca o traço [+animado], visto que ele cria o próprio táxon «jenipapo [+animado]» ou «MENRUDO» inexistente antes da realização da coletivização gramatical, pois a língua conta como morfema livre ou palavra apenas o item «MENRU» ou «jenipapo [-animado]», a fruta que agora se opõe à pessoa-jenipapo cujo coletivo equivale a um dos grupos que compõe o povo Bakairi.

No que diz respeito ao nome próprio *Sakumairo*, referente a uma humana, a marcação da animacidade seria implícita. Contudo, o coletivo de *Sakumairo* não diz respeito a múltiplas cópias dela nem muito menos a muitas pessoas com o mesmo nome, algo impossível devido as regras onomásticas que atribuem determinada denominação pertencente ao estoque patronímico familiar a poucos indivíduos vivos por vez, geralmente apenas um único. Antes, o composto formado por *Sakumairo+do* diz respeito a um tipo específico de pessoa, cujo coletivo corresponde à família corresidente ou próxima.

A derivação promovida pelo morfema *-do* diz respeito a transformar certas substâncias e qualidades em gente. Haveria, portanto, certa relação metonímica entre a palavra primária e a palavra derivada, evidenciada pelo compartilhamento de determinado princípio agora personificado (Bonfim 2018:19).

Portanto, consideramos que o morfema *-do* não apenas possui efeitos taxionômicos em campos semânticos de seres tanto como formativo integrante da raiz nominal quanto como sufixo que aparece na formação de coletivos de entes aos quais se atribuí o traço [+ animado], conforme discussão ao longo do artigo. Eventuais palavras que combinem morfema lexical + *-do* não são flexão de plural nominal, mas se referem à categoria taxionômica de caráter geral. Trata-se de um morfema polifuncional que guarda a produtividade similar à da *poiesis* mítica, matriz geradora e transformadora de categorias ontológicas.

### Conclusão

Ao pedir aos interlocutores Bakairi que me fornecessem os coletivos apresentados no artigo, houve discussão sobre quais animais receberiam o morfema *-do* por conta do processo gramatical. A diferença de percepção de qual animal teria mais animacidade, ou, em termos antropológicos quais animais seriam mais *gente*, vai ser atribuída à diferença que os não-indígenas localizam na distinção entre gênero masculino e feminino. “Você fala assim porque você é mulher, e mulheres vêm das árvores, enquanto os homens vieram das onças”, disse o interlocutor masculino. Trata-se não apenas de diferença intraespecífica, mas interespecífica, de repercussão linguística, mas igualmente social e cosmológica, como mostra a oposição “chefe jaguar”/“chefe árvore” discutida por Carlos Fausto (2017) concernente ao sistema político e ritual xinguano.

Por fim, prevalece a percepção da “chefe árvore”, cuja linha narrativa lida mais diretamente com os animais envolvidos na disputa que excede a questão gramatical, pois envolve conflitos elaborados pelos mitos que são estruturantes para a cosmologia Bakairi. Desta forma, deve-se atentar para a dimensão interacional da definição e mobilização de categorias linguísticas. A aplicação das categorias linguísticas conforme as configurações gramaticais de dada língua, muitas vezes se enfeixa a processos de significação que se conformam a partir de lógicas particulares de pensamento, como a mitológica ameríndia. Assim, o presente artigo buscou retomar o esforço pioneiro de Franz Boas ao considerar os aspectos linguísticos formais como integrantes do trabalho etnográfico de descrição e análise das categorias de pensamento da alteridade.

### Abreviações

\* forma reconstruída/dado agramatical; ~alomorfia; COL coletivizador; NEG negação; 1SG primeira pessoa do singular; 2SG segunda pessoa do singular

**Referências**

- BARCELOS NETO, Aristóteles. 2021. "A flauta-jaguar e outros aerofones wauja: uma contribuição xinguana ao instrumentarium zoológica Amazonia". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, 16(3): 1-19.
- BARROS, Edir P. de. 2003. *Os Filhos do Sol*. São Paulo: Edusp.
- BENVENISTE, Émile. 1989. *Problemas de linguística geral II*. [Tradução de Eduardo Guimarães et al]. Campinas: Pontes.
- BONFIM, Evandro S.; AGUIAR, Maycon. S. 2021. "Categorias ontológicas e afixos taxonômicos em línguas ameríndias". *Revista Científica UBM - Barra Mansa (RJ)*, 23(45): 26-36.
- BONFIM, Evandro S. 2015. "A Pessoa Inclusiva em Bakairi. Morfologia Pronominal e Ontologia em Línguas Karib". *Espaço Ameríndio*, 9(1): 35-53.
- BONFIM, Evandro S. 2018. "Como o Narrador e a Língua Estruturam o Mito: as Interferências no Conto Bakairi 'A Onça e o Tamanduá'". *Revista del Museo de Antropología*, 11(1): 17-24.
- FAUSTO, Carlos. 2017. "Chefe Jaguar, Chefe Árvore. Afinidade, Ancestralidade e Memória no Alto Xingu". *Mana* 23(3): 653-676.
- KAMIKIAWA, Eric T. 2021. *Imyrâkâ. Tadâwa Kurâ-Bakairi*. Editora Apris: Curitiba.
- JAKOBSON, Roman. 2007. "A Concepção de Significação Gramatical segundo Boas". In: I. Blikstein; J. P. Paes (trads.), *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix. pp. 87-97.
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2008[1958]. "A Estrutura dos Mitos". In: *Antropologia Estrutural I*. São Paulo: Cosac & Naify.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1987. *A Oleira Ciumenta*. Lisboa: Edições 70.
- SILVERSTEIN, Michael. 1976. "Hierarchy of features and ergativity". In: Dixon, R.M.W. (ed.), *Grammatical categories in australian languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, pp. 112-171.
- SOUZA, Tânia C. 1999. *Discurso e Oralidade: um Estudo em Língua Indígena*. Niterói: MCII/UFF.
- TAUKANE, Isabel. 2013. *Na Trilha das Pekobaym Guerreiras Kura-Bakairi: de mulheres árvores ao associativismo do Instituto Yukamaniru*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". *Mana*, 2(2): 115-143.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify.

VON DEN STEINEN, Karl. 1940. *O Brasil Central: expedição de 1884 para a exploração do Xingu*. São Paulo: Companhia Ed. Brasileira.

XAGOPE, Valdo. 2021. *Organização do Léxico em Bakairi*. In: Apresentação ao SEPLA, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

YAWALAPITI, Tapi. 2020. *Fundamentos para uma gramática e dicionário bilíngue da língua Yawalapíti: uma língua que não deve morrer*. Dissertação de Mestrado. PPGL, Universidade de Brasília.

Recebido em 27 de abril de 2022.

Aceito em 09 de agosto de 2022.

## Categorias gramaticais e significação: aspectos morfológicos e taxonômicos dos zooemas em Bakairi (Karib Sul)

### Resumo

Para Franz Boas, fundador da Antropologia e da pesquisa linguística em idiomas ameríndios, o acionamento de categorias gramaticais carrega informações semânticas que apontam para as categorias de pensamento a partir das quais a língua se organiza e se singulariza. Este artigo tem como objetivo analisar as concepções mobilizadas pelas operações gramaticais envolvendo o morfema *-do* da língua Bakairi, pertencente à família Karib Sul. Dados relativos à formação de coletivos de animais e artefatos como flautas mediante a sufixação do morfema *-do* apontam para o recurso à lógica classificatória do mito, organizada em unidades de sistema denominadas por Lévi-Strauss de zooemas.

**Palavras-chave:** Linguística Antropológica; Mito, Zooemas; Línguas Ameríndias.

Grammatical categories and meaning: morphological and taxonomic aspects of zooemes in Bakairi (South Karib)

### Abstract

For Franz Boas, one of the founders of anthropology and linguistic research in Amerindian languages, obligatory grammatical categories are related to semantic information related to categories of thought which are specific to each language. The aim of this article is to discuss which configurations of meaning are at stake in grammatical operations involving the morpheme *-do* of the Bakairi language (South Karib Family). As example, we have the collective of animals, artifacts, spirits and social categories through the suffixation of the morpheme *-do*, which points out to the use of the classificatory logic of the myth, organized into system units called zooemes by Lévi-Strauss.

**Keywords:** Anthropological Linguistics; Myth, Zooemes; Amerindian Languages.

---

Artigos  
Livres

## Agregados orgânicos e inorgânicos na foz do rio Doce (e) em publicações científicas<sup>1</sup>

Eliana S. J. Creado

Professora do Departamento de Ciências Sociais/ Laboratório Ambiências/Universidade Federal do Espírito Santo

<https://orcid.org/0000-0003-0230-6612>

[eliana.creado@gmail.com](mailto:eliana.creado@gmail.com)

### 1. Introdução

Não é nosso costume pensar com a água e seus seres, pois pensamos a partir dos nossos ambientes humanos, terrestres, de modo que muitas das categorias científicas, como as usadas pelos que se dedicam aos estudos oceânicos, estão assim situadas (Jue 2020). No viés que julgamos ser o científico, e que, em aparente paradoxo, podemos problematizar a partir das próprias ciências, que são múltiplas, há a tendência a trabalharmos com a água como se fosse uma abstração, em forma de molécula H<sub>2</sub>O, o que autoras/es procuram problematizar ou evitar a partir das humanidades (Ballesterio 2019; Linton & Budds 2014; Silva 2018).

Há igualmente toda uma dinâmica de relações químicas de metais pesados entre si, tanto nos corpos de diferentes seres quanto nos sedimentos, onde tendem a se depositar dadas as condições para isso, bagunçando fronteiras entre orgânico e inorgânico, aquático e terrestre. Viabilizada pelo meio aquoso, dinâmicas/paradas são complexificadas por ele mesmo, desafiando os estudos de pesquisadoras/es que abordam a questão da toxicidade nesse meio. Evoquei um pouco desses processos infinitesimais que envolvem átomos e

---

<sup>1</sup> O artigo liga-se ao projeto de pesquisa pós-doutoral *Águas, bichos e não apenas: toxicidade em encontros de rio e mar*. Uma primeira versão dele foi apresentada no ST11, da VIII ReACT, realizada em 2021. Agradeço à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pela concessão de afastamento, e ao prof. Dr. Renzo Taddei, pela supervisão do estágio, junto ao Laboratório de Interações Sociotecnicoambientais (LISTA/UNIFESP). Agradeço igualmente a pareceristas pelas sugestões feitas ao manuscrito, a editoras/es da R@U, e a todas/os/es colaboradores de pesquisa, dentro e fora de universidades. Quaisquer inadequações ou imperfeições do texto são minhas.

moléculas no título do artigo, como agregados metálicos, usando terminologia de Gabriel Tarde (2007). Para o autor, existir é diferir, mas também conquistar, expandir, e, ao longo das trajetórias, contar com inúmeras colaborações e interrupções. O que valeria para o que chama de mônadas, pontos de partida de diferentes ciências, independentemente de quais forem elas.

Trago uma síntese de um levantamento de artigos científicos cujos resultados enfocam a circulação de metais, se não causada, ao menos despertada - o que é tão ruim quanto -, pelo monstruoso crime-desastre resultante do rompimento da barragem da Samarco S.A. e de suas parceiras BHP Billiton e Vale S.A. em 2015. Um crime-desastre que se associa a outras dinâmicas, relativas à mineração e à desregulação do Estado, que vai além de um evento bem demarcado espacial e temporalmente, pela sua construção processual e pelas suas constantes (re)atualizações (Zhourri et al. 2017; Creado & Helmreich 2018; Svampa 2019). (Re)Atualizações entendíveis através das ciências por noções como a de ciclos. Dentre eles, o hidrológico, que Linton e Budds (2014) nomeiam hidrossocial para ressaltar que sociedades e águas internalizam as relações que estabelecem entre si, no tempo e no espaço (Linton & Budds, 2014).

A pesquisa tem sido realizada desde 2021. Escolhi realizá-la a partir de experiências progressas,<sup>2</sup> quando ouvi algumas das dúvidas proferidas por atingidas/os humanas/os sobre as possíveis consequências da presença dos metais sobre suas saúdes, e presenciei, intrigada, as dificuldades de pesquisadores voltados para a biodiversidade de as responderem em arenas públicas constituídas no pós-crime-desastre (Creado et al. 2017).<sup>3</sup> Nessas situações, comentários sobre as dificuldades de acesso a informações eram proferidos, com indignações sobre o fato de monitoramentos e pesquisas serem realizados sobre o assunto na região, sem haver um devido retorno a moradoras/es. As menções vinham acompanhadas de dúvidas sobre as origens e os vínculos de monitoramentos e pesquisas, com críticas, como a de que poderiam ter vieses a favor dos (ir)responsáveis pela barragem rompida, de que seus resultados eram pouco acessíveis, bem como de que eram publicados em inglês - o que repunha a avaliação de falta de acessibilidade. Esses pesquisadores tentavam responder a partir dos limites de seus mundos de referência.

2 Como no programa integrado de pesquisa extensão *Áreas Protegidas e Grandes Projetos de Desenvolvimento no Horizonte de Vivências das Comunidades Locais: Os Impactos Socioambientais e os seus Desdobramentos* (Edital MEC/PROEXT - 2016), junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento (Geppedes/UFES).

3 Deixo pesquisadores no plural e no masculino, pois eram dois homens nas arenas a que me refiro, ocorridas em 2016, uma em março, devotada a envolvidas/os com a pesca, outra em novembro, mais ampla, com atingidas/os e representantes institucionais.

Procedi, então, à identificação de artigos científicos, e selecionei nove, orientando-me pela diversidade de organismos e pelas datas das publicações. Nas escolhas, procurei seguir orientações dadas em cursos de ciências oceânicas, referendadas por textos. O recorte abarcou materiais publicados em língua estrangeira e em periódicos acadêmicos, por conta das colocações das/os atingidas/os humanas/os mencionadas acima. Como a maior parte dessas ações foi realizada ao longo de 2021, cinco, seis anos do rompimento passaram-se, possibilitando a emergência delas, em convergência com o observado por Latour & Woolgar (1997) para o laboratório de neuroendocrinologia que estudaram,<sup>4</sup> apesar que no caso enfocado no presente artigo outros textos se mostraram importantes como relatórios de pesquisa e notas técnicas (Silva 2018).

Dentre outras coisas, notei distinções entre os artigos, como especificidades em seus engajamentos com o próprio crime-desastre, porém com a inexistência de controvérsias nos seus diálogos internos, ao menos até o momento. Isso apresentou consonância com Silva (2018), segundo a qual as controvérsias se situavam em debates que envolviam a referida empresa e os relatórios financiados pela mesma para cumprimento das obrigações trazidas por exigências administrativas-jurídicas. Enquanto havia mais um tipo de rede cooperativa mediada por órgãos ambientais públicos, com certa divisão de trabalho, na produção de relatórios e notas técnicas sobre os efeitos do crime-desastre nas condições das águas, produzidos em parcerias com cientistas (Silva 2018). Como eu mesma presenciei até meados de 2017, as controvérsias apareciam também nas reuniões públicas, com as presenças de atingidas/os humanas/os e cientistas, bem como de representantes da empresa (ir)responsável pela barragem rompida.<sup>5</sup>

O material analisado neste artigo destaca muitos dos agenciamentos que envolvem o elemento Ferro e outros elementos com os quais ele reage, inclusive outros metais, em circulações de grandes escalas espaço-temporais e desdobramentos socioambientais imprevisíveis. Segundo Helmreich (2021), estudos sobre elementos, que podem ir na

---

4 Recuperam como as/os que trabalham em neuroendocrinologia contam seu surgimento: “vêm em certos textos publicados durante os últimos cinco anos obras de primeira importância” (Latour & Woolgar 1997: 51). E analisam a evolução de artigos publicados por ano, com início em 1966 e aumento significativo a partir de 1970.

5 Tentei participar de reuniões posteriores, mas como passei a não me engajar em iniciativas com vínculos institucionais tão fortes, que objetivavam financiamentos para pesquisas, ou com mediações administrativo-jurídicas, como a fundação que veio a ser oficializada depois, a Fundação Renova, ou via editais de financiamento de fundações de pesquisa estatais, mas com recursos das empresas (ir) responsáveis pela barragem, não consegui. O que antes eram reuniões abertas e ruidosas tornaram-se progressivamente fóruns mais circunscritos e tecnocientíficos, a exemplo de outros contextos, como o trazido por Silva (2010) e como o colocado por Bird Rose sobre processos de desmontagem, fora e dentro das universidades (2013).

esteira de denominação das “viradas”,<sup>6</sup> como “virada elemental”, possuem cerca de dez anos de existência. Mas há uma genealogia do pensamento elemental mais remota, com influências entre diferentes ciências: assim, a tabela periódica de Dmitri Mendeliev é publicada em 1869, enquanto textos de Émile Durkheim procuram definir o elemento social. No segundo, o social é definido por elementos menores, também sociais, no primeiro, os elementos são teóricos, de modo a se atuar sobre eles, antevê-los, criá-los (Helmreich 2021).

Como as relações das ciências entre si, as relações entre ciências e sociedades estão longe de serem simples (Hannigan 1995; Harding 2019). Nesse sentido, recordo-me ouvir pasmada e ofendida em uma reunião de acadêmicas/os que, apesar de suas consequências socioambientais, o crime-desastre poderia tornar-se oportunidade para as ciências nos estados brasileiros imediatamente atingidos, Minas Gerais e Espírito Santo.<sup>7</sup> Apesar disso, os materiais escolhidos trazem suas descobertas acompanhadas de lamentos por perdas ambientais, verificadas de fato, ou consideradas em potência, pois espécies desconhecidas muitas vezes são extintas antes de serem conhecidas por cientistas. Ou seja, a concomitância entre o trágico e horrendo crime-desastre, o desenvolvimento das pesquisas e a persistência das dúvidas sobre as saúdes humanas/os e não humanas permite-nos pensar sobre as relações entre ciências e sociedades de inúmeras formas, em um período chamado de Antropoceno por diversas/os autoras/es e pesquisadoras/es.

Sem ter condições, ou mesmo pretensões, de responder às dúvidas das/os atingidas/os humanas/os, tentei compreender um pouco das dificuldades de cientistas responderem-nas assertivamente, apesar de demonstrarem preocupações quanto aos efeitos dos rejeitos de mineração, em especial os metais pesados, preocupações recorrentes também nos textos que analisei. Agora, acredito que tais dificuldades se devem, ao menos em parte, às próprias características dos agenciamentos conjuntos de metais, águas, sedimentos e organismos.

Quanto às dinâmicas humanas, pensando nas produções de pesquisadoras/es, confirmei que esse crime-desastre funciona como um marcador temporal para essas/es naturalistas (termo de Descola 2014), como quando procuram constituir valores de referência para a presença de elemento/s, geralmente focando em determinada/s espécie/s não humanas. Com diferentes engajamentos, e sobretudo graus de vulnerabilidade, pesquisadoras/es e humanas/os atingidas/os pelo ocorrido preocupam-se com os efeitos do crime-desastre (Silva 2018).

6 Eu mesma prefiro a denominação de oscilações trazida em Helmreich (2021). Ao destacar as oscilações elementais, enfatiza permanências e variações, não apenas rupturas, como pode fazer o termo “virada”, além de reconhecer uma tradição elemental mais remota, com água, terra, fogo e ar.

7 Vide nota de rodapé número 5.

Na sequência, trago um pouco dos desafios de pesquisa, tendo como figura de fundo preocupações com as relações entre Oceanografia e Antropologia, e quiçá Ciências Sociais em geral, a partir dos materiais textuais escolhidos. Após trago uma análise-compilação dos artigos, sonhando respeitar o diferir entre eles, pondo-os em diálogo entre si e comparando os seus engajamentos espaço-temporais com o evento criminoso.

## 2. Fluxos < > paradas... de pesquisa

A pesquisa se dá principalmente junto a artigos publicados em periódicos científicos, combinada com participação em cursos e iniciativas que viabilizem entender as ciências oceânicas, em diálogo com vivências pregressas. Nessas, notei a presença de alguns desses pesquisadores em arenas públicas em que seus textos e suas inscrições eram mediadores importantes, embora, à época, sem compor artigos, e sim relatórios demandados por medidas jurídico-administrativas (Creado et al. 2017; Silva 2018).

Pesquisas com materiais textuais não são novidade nos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT), e encontrei trabalhos com temas e técnicas afins aos tratados aqui (Thiago et al. 2021; Perpetuo & Silva Júnior 2021; Silva 2018). Riles (2006) destaca que os documentos são artefatos relevantes na modernidade tardia,<sup>8</sup> associados ao desenvolvimento do Estado e seus mecanismos, com crescimento potencializado pela expansão das tecnologias da informação. Ora visto como positivo, ora como negativo, o fenômeno engendra atitudes epistemológicas, e acadêmicas/os compõem com ela, em diferentes graus, dentro e fora da academia (Riles 2006). Logo, trabalhos etnográficos com documentos acabam por refletir lateralmente sobre as próprias práticas e os escritos. No entanto, a autora ressalta que quando acadêmicas/os produzem documentos realizam um processo de tradução e transformação da linguagem (Riles 2006). Neste estudo, os artigos acadêmicos foram tidos como artefatos, e pensados em suas potências documentais, embora sejam mais complexos do que os documentos.

Taddei (2020) traz duas tentativas, em 2013 e 2017, de verificar a quantidade de artigos em Antropologia, publicados em revistas com *Qualis* A1 no Brasil, sobre o tema dos desastres, com a conclusão de estarem invisibilizados na disciplina em nosso país. Ele usou a plataforma de periódicos Capes e efetuou consultas com termos de pesquisa junto à mesma. Helmreich (2020, 2021) e Jue (2020), por sua vez, incorporam os materiais textuais que analisam a suas experiências em campo de modo equânime, sem hierarquizar fontes em suas escritas e, ao pensar através do oceano, desafiam limites disciplinares.

---

8 Riles (2006) retoma a noção de artefato de Strathern (1988, 1990 *apud* Riles 2006): algo que alguém trata *como se fosse* um objeto encontrado no mundo.

Em um texto mais clássico nos ESCT, a partir de um laboratório de neuroendocrinologia, Latour & Woolgar (1997: 46) consideram que “o laboratório é um sistema de inscrição literária”. Outrossim destacam a importância do *ambiente material* como ordenador do conjunto dos artigos produzidos. Quanto ao último ponto, não trato dele. No entanto, destaco que notei indícios de agenciamentos associados a essa materialidade, como nas parcerias entre laboratórios e nas coautorias, que podem extrapolar os limites nacionais. Isso as/os permite mobilizar, em termos latourianos, diferentes *ambientes materiais*, e, por conseguinte, diferentes inscrites e especialidades. Algo de suma importância quando os estudos são caros e de difícil custeio, como nos estudos em toxicologia e interfaces. Isso é crítico em um país como o Brasil, com déficit e inconstâncias de apoios em ciência e tecnologia, e em que muitas das pesquisas realizam-se em instituições públicas de ensino superior, o que as deixa à mercê de turbulências governamentais<sup>9</sup>, e outras.

Para Latour & Woolgar (1997: 46-47), a comunicação oficial em ciências possui prevalência sobre a comunicação informal. Entendem-na como “escritos bem estruturados, com o estilo perfeitamente definido dos artigos de revista”, definição que procuro seguir. Nas análises que fizeram dos conteúdos dos artigos, pontuam os diferentes temas, os diferentes públicos, e tipificam seus enunciados conforme seus graus de factividade (Latour & Woolgar 1997); procedimentos que não realizo em profundidade, por focar mais em como diferentes agenciamentos ajudam na composição dos textos.

Outra diferença da presente pesquisa é que as escolhas e as análises não se vincularam a laboratórios determinados ou pré-estipulados, nem a um único. Apesar dos textos trazerem muito das vidas d/nos laboratórios, minha preocupação é, comparativamente, mais situada, mais terrana, ou mesmo territorial: principalmente a origem das amostras, a foz do rio Doce e as suas imediações, e, em alguns casos, a busca do estabelecimento de valores de referência para determinados metais e/ou espécies, enredando essas mesmas áreas.

Essas preocupações estrábicas vão no sentido de pensar as relações simbólicas-materiais n/desses artigos e que podem ser (ou são efetivamente) relevantes para se entender alguns dos desdobramentos do crime-desastre ocorrido no rio Doce em novembro de 2015, por tratarem da questão da toxicidade real ou presumível de metais. Certamente são relações que não se esgotam nesse caminho, e poderiam ser estendidas,

9 Déficit e inconstâncias intensificadas desde 2013 e agravadas nos anos 2020. Um pouco desse cenário está relatado em: *Entre Vozes #08 - Fuga de cérebros: o que o Brasil perde quando cientistas deixam o país*, CNN Brasil, disponível em: [https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=cWoP3hJTmOw&list=PL8cUMXM\\_077cCCFUJYmVn\\_ZdWpHEA3HRf&index=2](https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=cWoP3hJTmOw&list=PL8cUMXM_077cCCFUJYmVn_ZdWpHEA3HRf&index=2). Acesso em 16 fev. 2022.

apenas optei pelos recortes apresentados. Consequentemente, mobilizo Latour & Woolgar (1997) e ainda Latour (2000), mas não objetivo, ao menos a princípio, estudar uma rede sociotécnica, nos moldes que propõem. Como pano de fundo, o que me interessa pensar, a partir de artigos científicos, é o problema ambiental da poluição marinha, para usar terminologia de Hannigan (1995), nas instanciações a saber: a toxicidade e a possibilidade de bioacumulação (em organismos) e de biomagnificação (em relações alimentares) de metais pesados (Montone s.d.), capazes de afetar as relações viscerais - nos termos de Taddei (2014) -, ou as cadeias/teias alimentares - nos termos naturalistas (Descola 2014).

Busquei os textos de diferentes formas. Alguns pelo portal de periódicos da Capes ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)), outros combinando o portal com consultas a CVs Lattes de cientistas que trabalham com o tema. O portal possibilita acessar artigos gratuitos e pagos. Os últimos estão disponíveis apenas quando se loga a partir de credenciais viabilizadas por uma instituição, como eu mesma fiz.<sup>10</sup> Acompanhei webinários e cursos promovidos por cientistas do oceano. Dois cursos de extensão universitária *online*, não imediatamente vinculados a preocupações com o ocorrido e a seus desdobramentos, nem à região de estudo, foram importantes para se ter contato com práticas-e-conhecimentos dessas/es profissionais.<sup>11</sup> Houve texto acessado de forma mais casual (Mayorga et al. 2020), em que reconheci um dos autores de um curso presencial anterior.<sup>12</sup> Após, comecei a ler os primeiros artigos pré-selecionados. Nesse processo encontrei “ciência[s] [que] tende[m] a pulverizar o universo, a multiplicar indefinidamente os seres” (Tarde 2007: 65), no caso, aquáticos. A escolha dos artigos visou abarcar distintos organismos, não apenas os animais, foco inicial.

A lista de artigos cresceu muito a partir das referências internas aos próprios textos, como uma “bola de neve”: os títulos trazidos pelas referências bibliográficas são registrados, estabeleço prioridades para próximas leituras, com base nas/os suas/seus autoras/es e nos agenciamentos abordados, de modo que uma nova leva de artigos emerja. Haveria outras formas válidas de proceder, com materiais e recortes distintos, como: (1) focar o que foi publicado no Portal de Periódicos CAPES, utilizando seu sistema de buscas e com palavras-chave, sem recortar um lócus a princípio (Thiago et al. 2021); (2) analisar produções da Fundação Renova, juntamente com laudos e relatórios técnico-científicos sobre o vale do rio Doce (Perpetuo & Silva Júnior 2021); (3) combinar diferentes materiais textuais com abordagens etnográficas que remetem a vivências de campo (Perpetuo & Silva Júnior 2021; Silva 2018).

10 Pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

11 Agradeço pela possibilidade de ter participado deles como aluna.

12 Participo de cursos sobre vidas marinhas desde 2017.

Ao invés de trabalhar com fichas de leituras logo no começo, como propus no projeto,<sup>13</sup> optei por fazer resumos dos artigos, para fins de aprendizado, e elaborar sinopses depois. O formato trouxe consequências para o presente manuscrito, como poderá ser percebido na próxima seção, em que os artigos são apresentados um a um, e em ordem cronológica do mais recente para o mais antigo, de modo a melhor (re)conhecê-los, bem como seus diálogos internos. A diversidade de seres, de metodologias e o diálogo interno entre os textos, em que os mais recentes se apresentavam encadeados com discussões dos mais antigos, influenciou essas escolhas.

No entanto uma preocupação com termos mais específicos, e que escapa um pouco dessa preocupação com a integridade dos artigos, se manteve: as denominações utilizadas para nomear o rompimento da barragem e as qualidades sensoriais das águas. Isso porque eu tinha conhecimento prévio sobre embates no uso dos termos para nomear o rompimento, *crime*, *desastre*, *acidente*, *evento*, etc., e, ainda, as alterações nas condições aquáticas, *lama*, *lixo*, *rejeitos*, *pluma*. Cito em particular o trabalho de Silva (2018), com um escopo maior de materiais textuais, conjugando-os ainda com experiências vividas em campo, e Araújo (2020), com análises sobre notícias *online*. Ambas registraram a escolha política de parte das/os atingidas/os humanas/os em destacar o ocorrido como um *crime* e não com um *acidente*, e, no mesmo sentido, de utilizarem o termo *lama* em oposição a outros mais técnicos, como o de *pluma*. Procurei verificar se isso constava nos artigos científicos analisados, e, em caso positivo, como.

Sobre os dois cursos remotos de extensão universitária cursados em 2021, detalho. O primeiro apresentou um pouco das divisões internas dessa metadisciplina a não iniciadas/os: oceanografia física, oceanografia química, oceanografia geológica e oceanografia biológica. As aulas do curso também abordaram reflexões sobre os equipamentos e técnicas de pesquisa, a atuação profissional, e o papel dos museus e coleções biológicas (Harari 2021). A denominação de oceanografia ambiental não apareceu, embora exista.

O segundo curso devotou-se à cultura oceânica no ensino básico, em doze módulos, entre setembro e dezembro de 2021; ele demandava oficialmente dedicação de 4 horas semanais, todavia a minha pessoa com outra formação dedicou bem mais tempo do que isso. Os dois cursos foram proporcionados nos contextos da pandemia e da Década da Ciência Oceânica, 2021-2030, promovida Organização das Nações Unidas (ONU).

Destaco que achei difícil pesquisar diretamente pelo portal da Capes, como esperava fazer a princípio. A depender dos termos de busca, ora eu encontrava muita coisa, ora não encontrava quase nada. Era como procurar agulha em palheiro ou lidar

---

13 Dados do projeto constam nas notas de rodapé iniciais deste artigo.

com o sumiço repentino do palheiro. Então, revi os procedimentos iniciais, e passei a pesquisar os CVs Lattes também.<sup>14</sup> Outra mudança, foi me permitir selecionar textos que escapassem do recorte nos animais aquáticos oceânicos, como mencionado, pois isso se mostrou importante nessas produções e nos debates sobre toxicidade. O marco temporal de 2015 se manteve.

Mesmo quando o levantamento de materiais foi feito pelo CV Lattes, houve tropeços. A atuação de algumas/ns pesquisadoras/es mais renomadas/os dá-se em diferentes coautorias, e apenas pelo título do artigo ou pelo resumo podia ser difícil verificar o enquadramento nos recortes da pesquisa. Em Fraga et al. (2018), por exemplo, apenas após ler parte do material verifiquei com certeza que o estudo não tinha sido feito na foz do rio Doce, pois ainda não estava acostumada com as coordenadas geográficas do Espírito Santo, uma informação muito relevante para esses artigos e suas/seus autoras/es; mas finalizei a leitura e o registro do material. Isso permitiu notar diálogos cumulativos entre pesquisas realizadas com referências espaciais distintas, principalmente quando há as/os mesmas/os (co)autoras/es, em tipos de contribuições textuais dissemelhantes, quando geralmente mudam de posição na ordem das autorias.

Outras observações sobre as análises dos artigos devem ser feitas. Preocupe-me em captar os agenciamentos não-exclusivamente humanos que emergem com mais relevância, tendo em mente colocações de Despret (2013), que enfoca relações entre seres vivos,<sup>15</sup> e de Tarde (2007), que traz também agenciamentos inorgânicos. Embora Tarde (2007) não use o termo, ele ressalta agregados/aglomerações, e não fecha as mônadas sobre si mesmas, o que contribui para se pensar uma noção de agenciamento mais ampla, orgânica e inorgânica.

Posteriormente, adicionei os vínculos institucionais de autoras/es bem como seus gêneros nas minhas sinopses. A identificação por gênero foi a do senso comum: usei termos autor ou autora, com base nos nomes dispostos nos artigos, por serem os moldes acessíveis pelos próprios materiais. Isso porque nas vivências *online* notei preocupação com a falta ou a pouca presença feminina nas ciências oceânicas, principalmente em eventos internacionais.<sup>16</sup> Lembrei-me de comentários de Helmreich (2015[2007]) a respeito, em reflexões feitas por ele a partir das/dos profissionais que usam um submersível de

---

14 As dificuldades encontradas no uso desse tipo de portal, como a própria necessidade de login, embasam alguns dos argumentos em prol do acesso aberto ao conhecimento, através de plataformas como o Sci Hub; debates sobre o assunto tornaram-se mais recorrentes a partir dos anos 2000 (Andrade 2021).

15 Para Despret (2013), agenciamentos remetem a relações entre seres que possibilitam a emergência de agências.

16 Em especial eventos sobre a Década da Pesquisa Oceânica, promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

pesquisa chamado Alvin. Apesar do volume de artigos que trouxe aqui ser pequeno, nove, e a abordagem ser qualitativa, destaco que contaram com a participação de 55 autoras/es, 32 identificados com prenomes masculinos e 25 com prenomes femininos. Todavia, não se trata apenas de uma questão numérica, pois o prestígio de alguns laboratórios está frequentemente associado com alguns nomes masculinos, recorrentes como coautores em diversos artigos; para além disso, como citado, nas arenas públicas de que participei notei mais a presença masculina dentre os cientistas do mar chamados a falar. De toda forma, esse é um assunto que aprofundarei, pois não deixei de encontrar nomes femininos em eventos *online*.

Efetuei o registro dos vínculos institucionais de autoras/es dos artigos, por conta de ser um elemento ressaltado em arenas públicas mais abertas de que participei até 2017 e nos próprios artigos. Um debate latente no meio, bem como em críticas de atingidas/os humanas/os, era se esses vínculos, concomitantes a outros, como os de financiamento, afetam/vam os resultados dos estudos, com certa suspeição recaindo sobre pesquisadoras/es sediados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde as empresas Samarco e parceiras, como Vale SA, possuem muita influência junto a universidades, poderes públicos, e em vidas cotidianas de suas/seus moradores/as. Outra motivação para o registro foi a expectativa de acadêmicos de que o crime-desastre, a longo prazo, poderia se reverter no favorecimento de grupos e instituições de pesquisa em ambos os estados. O volume e a cronologia analisada até o momento de encerramento deste artigo, não me permitem fechar uma conclusão sobre tais assuntos.

Por fim, foi ao longo do tempo que passei a aceitar existirem outros elementos desafiadores de pesquisas sobre toxicidade na foz do rio Doce e suas imediações e que remetem a determinada materialidade oceânica. Jue (2020) chama-as de características proteanas,<sup>17</sup> com uma multiplicidade de agenciamentos aquáticos e de capacidades transformativas. Fazem-se presentes tanto no como fazer ciência quanto nas divisões internas à Oceanografia.

### **3. Navegar em/por textos!**

Optei por fazer resumos dos textos, ao menos na fase mais crítica de aprendizado. Em especial, minhas dificuldades em compreender são maiores em algumas seções, como os detalhamentos sobre o tratamento de amostras, os equipamentos e os produtos utilizados, e as técnicas estatísticas, que muitas vezes mobilizam outros *domínios de pesquisa* (Latour & Woolgar 1997). Este tipo de dificuldade está ressaltado em Latour & Woolgar

---

17 Proteu é uma divindade oceânica metamórfica.

(1997), onde há uma preocupação pelo significado de artigos de neuroendocrinologia do laboratório estudado, e que, para eles, não deveria repousar apenas naquele fornecido por suas/seus autoras/es. Para mim, o que pesquisadoras/es trazem em seus artigos é importante para se entender as condições das águas da foz do rio Doce e imediações bem como seus efeitos sobre as vidas humanas e não-humanas atingidas, embora seja possível ir um pouco além das circunscrições dos escritos.

Quanto às dinâmicas que unem humano e não-humano, Taddei (2014) destaca como as relações viscerais ligam variadas formas de vida, o que considero convergir com Alaimo (2017), que ressalta que humanos não devem imaginar a saúde e o bem-estar próprios desconsiderando o planeta, nem apenas resguardando certas áreas para o que chamam de natureza. Essas linhas gerais dialogam com minhas preocupações e com a de atingidas/os humanas/os, cada um a seu modo, a partir de seus próprios mundos.

Não obstante, tais preocupações tendem a aparecer de forma modesta e indireta nas produções naturalistas. A falta de respostas às dúvidas sobre os efeitos junto a humanas/os atingidas/os deve-se também às fronteiras disciplinares que respeitam, e a como os seres e os diferentes elementos químicos são entendidos a partir dessas divisões e ordenações de práticas-e-conhecimentos. Essas fronteiras coexistem com o reconhecimento de autoras/es de que os processos que estudam escapam das circunscrições com as quais trabalham. Apesar dessas limitações e ambiguidades, os artigos são também materiais existenciais e trazem a virtualidade de agenciamentos para além dos acadêmicos. Por isso mesmo, preocupo-me em trazê-los com respeito e cuidado, movida pela proposta da admiração de Ballestero (2019) por aquelas/es que acreditam haver apenas um mundo, com pouca margem de ação sobre, embora, nesse caso, com uma multidão de agentes e agenciamentos oceânicos. Isso, a partir da minha própria formação disciplinar, no caso a partir das Ciências Sociais, o que traz outras limitações.

Depois de resumir, fiz uma justaposição inicial de sínteses e análises dos materiais, produzindo quadros sinópticos cada vez mais concisos. Na versão final do quadro, ordenei os artigos em ordem decrescente de publicação, de 2020 até o de 2016; o que fiz por ter assistido, logo no começo, a uma apresentação *online* sobre poluição oceânica da segunda autora de Schetinni & Hatje (2020), e também porque imaginei que encontraria textos com pesquisas mais sistemáticas publicadas em anos mais recentes. Confirmei essa impressão, pois, com o tempo, os artigos tendem a aumentar o grau de formalidade, e a não apresentar críticas mais duras ao crime-desastre da Samarco.

Igualmente, críticas a uma forma de mineração, como a do minério de Ferro, que originou a barragem rompida, não implica em críticas a outras, como as de gás e óleo,

presente na região da foz do rio Doce e imediações. São poços em vias de esgotamento, mas os vazamentos não deixam de ocorrer.<sup>18</sup> Contudo, há quem pondere criticamente sobre os vínculos entre a pesquisa oceânica e os financiamentos advindos de petrolífera/s no Brasil (anotações, julho de 2021),<sup>19</sup> porém, não são numerosos os questionamentos (Torres 2016).

Já os textos mais próximos temporalmente do crime-desastre tendem a: (1) dialogar mais explicitamente com o ocorrido, mesmo que de maneira contingente, como um desvio no objeto principal do artigo; ou (2) assumir um viés mais crítico ao crime-desastre da Samarco.

Os textos possuem cuidado em reconhecer estudos anteriores e confirmar seus resultados, tomando-os como referência na presença de metais. Caso a referência não exista, buscam produzi-la, para viabilizar comparações tanto entre espécies quanto entre diferentes metais ou sobre o mesmo metal em diferentes momentos. Grosso modo, a produção se compartimenta por tipos de organismos abordados ou pelo enfoque maior nos sedimentos, circulantes ou depositados ao fundo, e, neste último caso, os seres vivos que habitam ali são frequentemente considerados.

Faço uma apresentação ligeira quanto aos termos usados para os organismos e onde são encontrados, de modo a viabilizar a leitura: (1) bentos, sempre no plural, engloba comunidades de organismos dos fundos de meios aquáticos; (2) seres planctônicos, os que flutuam na coluna d'água, inclusive os que assim o fazem em determinadas fases de ciclos de vida; (3) néctons, os que conseguem nadar, e vencer as correntes oceânicas e outras forças. A multidão de seres aquáticos aparece associada a uma profusão de termos para os particularizar nas ciências oceânicas, partindo de atributos os mais variados, como pode ser bem verificado em Gomes & Saldanha-Correa (2021). Novamente, uma lembrança do existir é diferir (Tarde 2007) e dos atributos proteanos do oceano (Jue 2020). Por ora, apenas pontuei os termos que julguei mais fundamentais para a leitura abaixo.<sup>20</sup>

Passo ao detalhamento, de modo a também respeitar singularidades. No total, são nove artigos, seis lidos em bloco, com pesquisas diretamente ocupadas com as consequências do crime-desastre da Samarco de 2015, enquanto os outros três com relações mais contingentes e de afetação.

---

18 Houve vazamento em fevereiro de 2022 (Couzemenco 2022).

19 Vínculos que existiriam desde a década de 1960.

20 A pedido de parecerista, incluí breves apontamentos sobre outros termos a seguir. Agradeço pelas sugestões.

### 3.1. Proximidade espacial com distanciamento temporal

Schetinni & Hatje (2020) ligam-se a universidades públicas, o primeiro no Rio Grande do Sul, na FURG, e a segunda, na Bahia, na UFBA. Estimam a quantidade de rejeitos que chegou à foz nas primeiras duas semanas após o rompimento da barragem da Samarco: 0.5 % do material originário. Apesar de parecer pouco, destacam que o percentual representa algumas toneladas, em um curto período de tempo e em momento sem chuvas. O maior percentual é de Ferro, não biodisponível.<sup>21</sup> Verificam a presença dos seguintes metais em ordem decrescente de biodisponibilidade: Co>Mn>Pb>Ba>Cu>Zn>Ni>Cr>Al>Cd>Fe. Alertam que o Ferro reage com os demais metais, mas pode liberá-los ao longo do tempo, como quando há remobilizações,<sup>22</sup> como as causadas por pulsões do próprio rio ou das marés.

A diferenciação entre as denominações de *lama* e *pluma* é justificada técnica e geograficamente. Consideram a segunda a mais adequada para os sedimentos que (a) tingiram a foz, pequenas partículas a boiar no encontro de rio e oceano, pela retenção e diluição ao longo do deslocamento no rio, e pela diferença de densidades das águas, as mais densas as oceânicas. Usam os termos *ruptura*, *desastre* e *acidente* para remeterem ao rompimento da barragem.

Em Mayorga et al. (2020), há uma conformação híbrida de autores. No total, onze, a maioria ligada a institutos e a organizações não governamentais. Apenas um deles liga-se a uma fundação, no Rio de Janeiro. Nove alocam-se no Espírito Santo, com apenas um em Minas Gerais e o que aponta vínculo no Rio de Janeiro. Traz levantamento sobre os encalhes de cetáceos no período de 1975 a 2015, com consulta a materiais secundários, em tentativa de estabelecer uma referência para futuros estudos. A partir de 2010, os dados estavam mais sistematizados, por existir projeto de monitoramento de cetáceos ligado a condicionante ambiental no ES, custeado pela petrolífera.

Dão atenção especial para encalhes em estuários no norte do ES e para as espécies de Boto Cinza (*Sotalia guianensis*) e Toninha (*Pontoporia blainvillei*). Os botos cinzas são vistos como afetados por redes de emalhe, com muitos registros de encalhes para o rio Doce, sobretudo antes da Páscoa. O estatuto de conservação dessa espécie é de *quase ameaçada*. Quanto às toninhas, a população encontrada é a menor e a mais desconhecida e os registros de encalhes costumam ocorrer mais na época de chuvas, de janeiro a março, quando a turbidez e os fluxos dos rios aumentam. Acreditam que essa população não

21 Biodisponível é o “que pode ser absorvido pelos organismos”: <https://dicionario.priberam.org/biodispon%C3%ADvel>, acesso em 30 de nov. 2022.

22 Movimentações de sedimentos depositados ao fundo, causadas por forçantes fluviais e marinhas (Corbisier et al. 2021), ou por ações humanas, como pesca de arrasto, dragagem etc.

interage com a população encontrada ao sul do ES. A espécie é considerada *vulnerável*.

As conclusões do artigo são propositivas, muito voltadas para a gestão; dialogam com o estatuto de conservação de várias espécies de cetáceos e com a produção sobre a contaminação da lama do *desastre* de Mariana, sem usar a denominação de *acidente*. O texto é crítico ao crime-desastre da Samarco, preocupa-se com os possíveis impactos da alta concentração de metais pesados nessas espécies e assume que estudos pregressos confirmaram sua presença. Colocam que os cetáceos de modo geral são sensíveis à biomagnificação<sup>23</sup> bem como à (in)disponibilidade de presas - o que supõem ter ocorrido. Indicam a necessidade de estudos sobre os efeitos da *lama*, denominação que utilizam, junto aos cetáceos na cadeia Vitória-Trindade que se movimentam entre a costa do ES e os Abrolhos.

Bonecker et al. (2019) conta com todas/os autoras/es ligados a universidades públicas: duas autoras mais um autor ligados à UFRJ, no Rio de Janeiro; uma autora e um autor ligados à FURG, no Rio Grande do Sul. Consideram que estudos anteriores comprovam a presença dos metais, em águas oceânicas, zooplâncton, peixes e outros organismos oceânicos, apesar das dificuldades nesse tipo de estudo, pois os rejeitos são de “natureza instável” (Bonecker et al. 2019: 1-2).

Do ponto de vista das denominações para qualificar o ocorrido, usam *colapso* (da barragem), *desastre*, *acidente*. Em convergência com o fato de um autor ligado à FURG participar de estudos de monitoramento promovidos em parceria com órgãos ambientais na costa do ES, no pós-crime-desastre imediato, o texto apresenta boa revisão do histórico sobre a expansão dos rejeitos, inclusive em áreas protegidas, e sobre os estudos resultantes dessas parcerias. O referido autor é coautor em artigos apresentados a seguir (Costa et al. 2019; Fraga et al. 2018; Veronez et al. 2016). Os outros artigos envolvem, respectivamente, espécies de algas, tartarugas verdes e rãs-touros, enquanto este, larvas de peixes.

As larvas foram amostradas em diversos pontos da costa do ES, em janeiro, fevereiro e abril de 2016. Nos dois primeiros meses e em frente à boca do rio, 10% delas tinham sedimentos vermelhos colados a seus corpos, principalmente *Stellifer spp.* (Scianidae), *Clorostrombus chrysurus* (Carangidae), *Trinectes paulistanus* (Achiridae).<sup>24</sup> No mês de

23 O termo se refere ao acúmulo de metais pesados em espécies conforme posição ocupada na teia alimentar (Montone s.d). No caso, cetáceos são predadores.

24 Por ora, não consegui localizar seus nomes populares. Mas encontrei os respectivos estatutos de conservação na lista vermelha da UICN, e características gerais: (1) segura ou pouco preocupante, espécies marinhas demersais, das quais não se sabe a profundidade que habitam; (2) segura ou pouco preocupante, espécie marinha e estuarina, óssea, de áreas de 0 a 110 mts; (3) menos preocupante, espécie marinha óssea, de águas doces e salobras, vive em profundidades de 1 a 16 mts. Fonte: <https://www.fishbase.se>. Acesso em 01 de mar. 2022.

abril de 2016, 123 delas possuíam danificações nos tratamentos digestivos, e eram de quatro das áreas amostradas. Das últimas, o estudo apresenta os resultados para *Clorostrombus chrysurus* e *Monacanthus ciliatus*,<sup>25</sup> que, de modo conjugado, apresentaram elevadas taxas de metais em seus corpos.

O artigo traz fotos das larvas das espécies supramencionadas nas páginas 6-7.<sup>26</sup> As imagens constituem um aspecto especial no texto, capaz de maior sensibilização. Algo relevante para quem se preocupa com a conservação de peixes e com a falta de conhecimento sobre eles e suas singularidades (Balcombe 2016).

No geral, identificaram espécies comuns a outras áreas da costa brasileira e a outras regiões estuarinas e costeiras no mundo. Apenas uma em risco de extinção, *Hippocampus reidi*.<sup>27</sup> Quanto às assembleias de espécies,<sup>28</sup> foram próximas das de estudo de 2007, no entanto encontraram espécies: (1) recifais, provavelmente de Abrolhos; (2) de água doce, próximas à foz e na estação de chuvas; e (3) de águas mais profundas.

Ressaltam a impossibilidade de saber se a presença ou falta de espécies associa-se à lama, e colocam que estudo publicado em 2016 aponta bioacumulação no zooplâncton em frente à foz. Então, inferem que a lama afetou fitoplâncton, base da cadeia alimentar, com consequências para zooplâncton e ictioplâncton.

Encontraram Ferro e Manganês em altas concentrações nas larvas, em convergência com estudos anteriores, que apontam a presença dos dois metais, de cem a duzentas vezes mais do que os critérios brasileiros de qualidade das águas.

O artigo de Bernardino et al. (2019) conta com sete autoras/es: quatro ligadas/os à Universidade Federal do Espírito Santo, um a uma fundação de Minas Gerais e dois a uma universidade estadual de São Paulo. Importante mencionar que houve parceria com laboratório nos EUA para o sequenciamento de DNA. As menções dos apoios de agências públicas de financiamento vieram acompanhadas com a observação de que não influenciaram nem o estudo nem a publicação.

Os seres estudados são da meiofauna bentônica,<sup>29</sup> muitos dos quais classificados

25 Espécie marinha recifal, óssea, encontrada em profundidades de 1 a 50 mts, estatuto de conservação na lista vermelha da UICN como segura ou pouco preocupante. Fonte: <https://www.fishbase.se>; [https://en.wikipedia.org/wiki/Monacanthus\\_ciliatus](https://en.wikipedia.org/wiki/Monacanthus_ciliatus). Acesso em 01 mar. 2022.

26 O autor das imagens é mencionado nos agradecimentos, mas não é coautor do manuscrito.

27 O cavalo marinho. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hippocampus\\_reidi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hippocampus_reidi). Acesso em 02 fev. 2022.

28 O termo é usado no artigo de Bonecker et al. (2019). Não o uso a partir de uma referência a autoras/es dos estudos sociais de ciência e tecnologia, como Bruno Latour ou Anna Tsing. Outros entrecruzamentos semelhantes apareceram.

29 O termo se refere a animais diminutos que geralmente habitam os interstícios de sedimentos e possuem de 0,063 a 0,5 mm. Não se movimentam ou se movimentam muito pouco ou muito devagar. São considerados muito sensíveis a alterações ambientais e, portanto, indicadores biológicos das mesmas (Corbisier et al. 2021).

como espécies crípticas,<sup>30</sup> daí a importância do sequenciamento genético. Assinalam que os estudos de organismos bentônicos na região tendem a se concentrar em macro e megafauna,<sup>31</sup> diferentemente do que propõem.

Sobre a análise de metais, enfocam a presença de Ferro, Arsênio e Chumbo, com menos correlações entre si. Quanto ao Ferro, sua presença foi vista como indicadora da presença de outros metais. Tomam como referência estudo anterior, de 2017, que registrou os aumentos de metais logo na chegada dos rejeitos.

Confirmam variações na presença de Ferro e de outros metais em distintos pontos do estuário, como Cromo, Cobre, Manganês, Zinco, Alumínio, Cádmio, Cobalto. Não verificam correlação entre meiofauna, tamanho de grãos de areia e conteúdo da matéria orgânica; mas sim com o conteúdo e a presença de Ferro, tornado o elemento estruturador dos padrões da diversidade estuarina.

À semelhança do estudo sobre larvas de peixes (Bonecker et al. 2019), e do trazido a seguir sobre macrofauna bentônica (Mattheus-Cascon et al. 2018), o DNA ambiental dos sedimentos seria similar ao de outras áreas estuarinas e oceânicas, com predomínio de Nematoda, Gastrotricha e Crustáceos, com variações entre as comunidades estuarinas. Pela sensibilidade à contaminação crônica por metais, o *desastre*, como denominam, pode ter levado à exclusão de espécies intolerantes. Mas não possuem referência anterior para confirmar isso.

Apontam a ausência de relevância estatística de Arsênio e Chumbo na distribuição e na composição da meiofauna bentônica com cautela, porque: (1) há a questão da combinação de contaminantes, sendo que o Ferro pode vir a liberar metais que reteve, como alertaram Schetinni & Hatje (2020), acima, e Mattheus-Cascon et al. (2018), a seguir; e (2) outros estudos apontaram forte presença do Chumbo, mesmo em agosto de 2017, vinte vezes a mais do que valores de referência. Especulam que os rejeitos de mineração podem ter carregado consigo os outros metais até a foz.

Sobre algas, uma das ministrantes de um dos cursos que fiz reforçou certa “cegueira botânica das escolas” e as trouxe como exemplo para demonstrar ciclos de vida oceânicos destoantes dos terrestres (anotações, novembro de 2021). Percebi então o viés do meu projeto de pesquisa nesse sentido. Isso, mais as colocações de autoras de ESCT que problematizam a existência de vieses em teorias sociais, e não- apenas, que põem em relevo a competição e os conflitos em desfavor de relações mais colaborativas (Despret

---

30 Não identificáveis pela morfologia. Vide nota de rodapé anterior.

31 O prefixo macro aqui engloba fauna bentônica com dimensões entre 0,5 e 50 mm, enquanto mega aquela com mais de 50 mm (Corbisier et al. 2021).

2013; Haraway 2016), levaram-me a dar muita atenção ao texto de Costa et al. (2019), abaixo, e de Miranda & Marques (2016), mais à frente.

Por ora, destaco uma das diferenças entre os artigos. Costa et al. (2019) traz resultados de experimento com exposição forçada à toxicidade, conforme caracterização trazida em Araújo et al. (2020). Nesse sentido, foi o único desse tipo que analisei até agora e que trata de modo estreito à foz do rio Doce e ao crime-desastre da Samarco de 2015, pois o outro texto sobre rãs-touros (Veronez et al. 2016) possui uma relação mais contingente com a região da foz. Já Miranda e Marques (2016) trazem um texto mais próximo de material de divulgação científica com preocupações conservacionistas.

Retomo Costa et al. (2019). O artigo foi escrito por nove pesquisadoras/es ligadas/os a universidades públicas brasileiras: a UFSC, em Santa Catarina, e a FURG, no Rio Grande do Sul. Diversos financiamentos e participações em redes aparecem nos agradecimentos, e uma dessas redes conta com braço ambiental da petrolífera.

O artigo traz a espécie de alga marrom *Sargassum cymosum* e a de alga vermelha *Hypnea pseudomusciformis*, epífita daquela. Ambas macroalgas bentônicas.<sup>32</sup> Segundo termos das/os autoras/es, a lama associada ao desastre de mineração de Mariana induz danos fisiológicos nas duas, bem como impacta suas interações e taxas de crescimento. Na exposição de 15 dias, com as duas espécies isoladas, houve letalidade em ambas; e, na de 5 dias, quando em interação biológica, as duas sofreram danos.

Registram maiores concentrações de metais do que estudos anteriores e acreditam que isso se deve às amostras da lama terem sido colhidas menos de um mês depois do desastre, às margens do rio Doce. Defendem a importância desse material, pois o ciclo hidrológico<sup>33</sup> prossegue atuando no carreamento, e sua composição converge com a registrada para o solo do Quadrilátero Ferrífero, origem dos sedimentos. Aqui, dois dos ciclos de amplas escalas espaciais e temporais, relevantes para as/os cientistas oceânicos, emergem, o hidrológico e o litológico.

São cautelosos sobre os efeitos dos metais, pois o fator tempo é importante para absorção, transporte e (i)mobilização deles. Por exemplo, para as duas espécies, a concentração do Ferro causou mudanças metabólicas na exposição de 5 dias, enquanto o principal responsável por isso foi o Alumínio na exposição de 15 dias.

Trazem conjuntamente o Ferro e o Manganês como elementos com alto potencial de redução e oxidação, e que, portanto, interagem com sedimentos, pH, salinidade e temperatura, concorrendo entre si nas respostas bioquímicas das algas. As duas espécies

---

32 Mais acessíveis sensorialmente a humanas/os.

33 Como antevisto, prefiro o de hidrossocial proposto por Linton e Budds (2014).

sofreram decréscimo de taxas de crescimento, investindo em estratégias de detoxificação. A alga vermelha, com menos respostas, maiores esforços para manter atividade fotossintética e maiores gastos de energia; a marrom, com carotenóides<sup>34</sup> como uma primeira barreira aos metais mais danosos, como Alumínio, Cádmiio e Zinco, e, depois, com a produção de compostos fenólicos<sup>35</sup> para detoxificação.

Porém, as respostas da alga marrom foram insuficientes quando em associação com a alga vermelha. Assim, iniciativas de restauração devem considerar ambas. Reforçam a importância da continuidade dos monitoramentos. Apresentam preocupações com a redução da biodiversidade e o bem estar das próximas gerações.

Como em Mayorga et al. (2020), Mattheus-Cascon et al. (2018) objetivam tornar-se referência para outros estudos, no caso sobre macrofauna bentônica, seres que os aproximam de Bernardino et al. (2019). Como Mayorga et al. (2020), sobre cetáceos, e Costa et al. (2019), sobre algas, apresentam relações com a petrolífera. No momento da publicação, todas/os autores de Mattheus-Cascon et al (2018) ligam-se a uma universidade pública, situada no Nordeste, com um autor simultaneamente vinculado a uma universidade na Espanha.

O intuito de ser referência deve-se a: (1) amostragens realizadas entre 2010 e 2011, antes do crime-desastre da Samarco; (2) combinação de análises espaciais e temporais; (3) sobreposição com mapas e estudos realizados após o crime-desastre, em 2016 e 2017. Dentre os termos para qualificar o rompimento da barragem e seus efeitos, afirmam ter sido *desastre* ou *acidente*, embora situem-no como um dos piores da história brasileira, de consequências incertas.

Focam os grupos mais comuns de macrofauna bentônica, Polychaeta, Crustacea e Mollusca. Procedem à identificação por famílias, em diferentes profundidades, no verão e no inverno. Trabalham com quatro perfis paralelos à costa: o A (11-26m), o B (26-32m), o C (35-43m), e o D (44-51m). O mais raso, até 12 metros, mais sujeito a alterações físicas, bioquímicas e fóticas; os dois mais profundos, com menor incidência de luz. As amostragens foram realizadas entre 11 e 19 de dezembro de 2010 e entre 12 e 18 de julho de 2011, em 20 estações de coleta. Consideram frequência, densidade e abundância de famílias, assim como as composições dos sedimentos.

---

34 São substâncias químicas que atuam como pigmentos em plantas e animais. Importantes para a fotossíntese, protegem a clorofila contra o excesso de luz. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carotenoide>, acesso em 30 nov. 2022.

35 Compostos fenólicos podem ser pigmentos ou produtos de metabolismo secundário. Quando os organismos são capazes de os sintetizar, fazem-no comumente em resposta a pressões ecológicas, por serem antioxidantes. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Compostos\\_fen%C3%B3licos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Compostos_fen%C3%B3licos), acesso em 30 nov. 2022.

Grosso modo, o número de famílias aumenta no inverno, e a frequência, a densidade e a abundância são maiores em áreas mais distantes da costa, com destaque para os perfis intermediários. Destacam o perfil B, onde há aumento de crustáceos e de moluscos no inverno. No geral, predominam famílias de poliquetas, que variam menos no verão e no inverno, e, na sequência, de crustáceos e moluscos, mais abundantes no inverno.

Do ponto de vista das famílias, notam semelhança com o encontrado por outros estudos em áreas costeiras. Composição corriqueira vislumbrada para larvas de peixes em Bonecker et al. (2019) e para comunidades de meiofauna bentônica em Bernardino et al. (2019).

As variações que ocorrem entre verão e inverno devem-se muito às chuvas que ocorrem no verão e que aumentam o fluxo de nutrientes. Por conta disso, preocupam-se com os efeitos do crime-desastre sobre a teia alimentar: pluma e rejeitos podem ter alterado a produção primária e reduzido a biodiversidade de bentos na plataforma continental. Essas preocupações em Mattheus-Cascon et al. (2018), mais o que é colocado no artigo sobre a composição de famílias de espécies ser mais pobre para o perfil A e mais diversa no perfil B, convergem com a área de incidência de proibições à pesca na foz do rio Doce até a profundidade de 20 metros, após o crime-desastre (Creado et al. 2017).

Quanto aos sedimentos, encontraram substrato de lama e areia fina nas proximidades da foz; depois, granulometria de areia mediana, sem biodetritos; por fim, estruturas físicas, biodetritos e habitats mesofóticos,<sup>36</sup> com muito carbonato de cálcio, que favorecem o aumento da heterogeneidade de seres nas áreas mais profundas.

Ao sobrepor seus mapas e conclusões os de outras/os, previram a ocorrência de soterramento, biacumulação e biomagnificação, florescimento de algas, estresse fisiológico e exposição a poluentes. Retomam a hipótese da redução do ferro (como em Schettini & Hatje, 2020; Costa et al. 2019), que, se ocorrer, deve aumentar o risco de contaminação e a biodisponibilidade de metais traço, agravando os impactos sobre as comunidades bentônicas (Mattheus-Cascon et al. 2018: 1004). Acreditam na possibilidade de reversões na dispersão de poluição, do sul para águas mais profundas. Defendem estudos com mesmos pontos de amostragem e metodologia.

---

36 A incidência ou não de luz é um dos elementos importantes para o entendimento da composição de seres aquáticos. Assim, zonas fóticas tendem a estar mais próximas da superfície, serem mais biodiversas, enquanto as zonas afóticas em águas mais profundas, menos biodiversas, mas com muitas espécies endêmicas. Existem espécies que, inclusive, transitam entre essas zonas em diferentes momentos de seus ciclos de vida. Há uma convenção de que as zonas fóticas estão a até 200 metros de profundidade (Corbisier et al. 2021: 658).

Reforço que profissionais da Oceanografia, consideram o estudo de bentos relevante para o monitoramento ambiental, “principalmente os sésseis e os de hábitos de vida mais restritos [...] por refletirem as condições do solo e/ou da água circundante (Gomes & Saldanha-Corrêa 2021: 438).

Os seis textos acima abordam diretamente o fluxo de rejeitos de mineração (e de metais) na foz do rio Doce e em suas imediações. Mesmo no caso de Costa et al. (2019), em que experimentos com exposição forçada de algas foram realizadas com espécimes não coletados na região, a utilização de lama das margens do rio Doce reatualiza o carácter *in situ*.

### **3.2. Distanciamento espacial com proximidade temporal**

A princípio eu não tinha certeza de qual era a referência espacial em Fraga et al. (2018); não havia incorporado a posição geográfica do ES. Na segunda página, verifiquei que as coletas primárias ocorreram no Rio Grande do Sul; as demais, no Golfo do México e no Japão. Prossegui, pois: (1) vi similitudes com Mayorga et al. (2020), por trazer espécies emblemáticas e buscar estabelecer valores de referência para metais, neste caso o Cádmiio, que ocorre na foz do rio Doce; (2) o artigo trata de tartarugas verdes (*Chelonia mydas*), que também ocorrem na costa do ES,<sup>37</sup> e são consideradas espécie sentinela;<sup>38</sup> (3) segui coautorias e pesquisadoras/es relevantes, pois, das/os sete autoras/es, a primeira e o segundo possuíam vínculo com a UFES, e dois, o quinto e a sexta, com a FURG. As/os demais autoras/es apontam vínculos nos EUA e no Japão.

Sobre o Cádmiio, é apresentado como de alta toxicidade, com capacidade de biomagnificação e de bioconcentração. Sobre as tartarugas verdes, Fraga et al. (2018) destacam que seu estatuto de conservação é de *ameaçada*. Espécie herbívora que, no entanto, é onívora nos primeiros anos e costuma se alimentar em áreas próximas à costa. Isso, mais sua ampla circulação e seu longo ciclo de vida, poderia explicar a alta concentração de Cádmiio em comparação a golfinhos, predadores, supostamente mais sujeitos à biomagnificação. Destarte, colocam dúvidas sobre explicações baseadas apenas na cadeia alimentar.

Para a comparação entre os níveis de Cádmiio, usam valores de referência de outros animais, peixes e mamíferos terrestres, por inexistirem valores de referência na legislação ambiental brasileira para as tartarugas. Consideram também normativa da Agência

37 A espécie desova principalmente em ilhas oceânicas, porém frequenta a costa brasileira e seus estuários. Fonte: <https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira?id=6611:especie-6611>. Acesso em 04 mar. 2022.

38 Indicadora da saúde de um ecossistema.

Nacional de Vigilância Sanitária brasileira (ANVISA), todavia, a bibliografia apresenta apenas um link. Ao clicar nele, fui direcionada para a página principal da agência e não para a nota; algo semelhante ao que aconteceu com a Nota Técnica de 2019 sobre a presença de metais em pescado no rio Doce e em sua foz (Creado, 2020). Isso dificulta o acesso ao material. De qualquer forma, os níveis para as tartarugas verdes nos dois oceanos são considerados muito altos, ultrapassando quaisquer dos valores de referência utilizados.

A grande surpresa da leitura adveio da creditação da presença do Cádmio mais a fatores globais do que regionais. Ainda, afirmam que o Cádmio derivaria do próprio Oceano Pacífico, por suas águas mais antigas e profundas do que as do Oceano Atlântico, o que valeria também para outros metais, como Zinco, Níquel, Cobre e Manganês, e não para Chumbo e Alumínio (Fraga et al. 2018: 395-396).

Refletindo sobre usos mais políticos do estudo, intui problemas: (1) as comparações com outras espécies se dão com estudos publicados sobre elas entre 1977 a 1992, com exceção da nota da ANVISA, de 2013, não detalhada nas referências bibliográficas; (2) a conclusão, sintetizada em um parágrafo, pode ser tomada de uma forma descontextualizada, por destacar sobremaneira os fatores globais na presença do Cádmio; e, (3) ao mesmo tempo, há pouco detalhamento sobre quais são esses fatores.

Dos três artigos nesta seção, o mais diretamente próximo da data do crime-desastre da Samarco, é o de Miranda e Marques (2016). Ambos os autores se ligam a uma universidade estadual paulista, de dois *campi* distintos: a primeira, ao da capital, e o segundo, ao de São Sebastião. O artigo foi publicado na seção ponto de vista, na Revista Biotaneotropica, devotada a temas relativos à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade em áreas neotropicais, cujos textos geralmente são mais curtos.<sup>39</sup> É crítico ao desastre e às medidas tomadas para se lidar com ele. Destaco as referências ao ocorrido: *colapso, um dos mais sérios desastres ambientais da história brasileira recente, crime ambiental, tragédia humana*. As empresas envolvidas foram nomeadas.

Sobre os efeitos nas águas e nas espécies, afirmam que foram apontados para espécies como a tartaruga de couro, mas não para outras, até pelo grande desconhecimento de espécies oceânicas. Trazem uma água viva bentônica, a *Kishinouyea corbini*, espécie críptica rara, carismática, habitante da zona entremarés.<sup>40</sup> A primeira espécie da classe Staurozoa encontrada no Brasil e no Espírito Santo,<sup>41</sup> com representantes em coleções do

39 Sítio eletrônico do periódico: <https://www.scielo.br/j/bn/>. Acesso em 03 fev. 2022.

40 Preocupações com outra espécie endêmica no ES, *Hydrocoryne iemanja*, são apresentadas no fim do texto. Registro que entremarés é a “faixa periodicamente descoberta pelas marés baixas e inundadas pelas marés altas” (Corbisier et al. 2021: 649). Há correspondência parcial com a faixa de área que turistas chamam de praia.

41 Houve registro posterior da espécie, em Recife de Viçosa, BA, Abrolhos.

Museu de Zoologia da USP e da UFRJ. Ela costuma se camuflar em alga parda, *Sargassum* sp. Inexistem informações tróficas sobre a espécie, bem como estudos moleculares. Fotos dela compõem o artigo, e é possível ver que cabe na ponta do dedo da mão.

Veronez et al. (2016) possui sete autoras/es, de uma universidade particular e universidades públicas: a particular fica em Vila Velha no ES, e as públicas são a UDESC, em Santa Catarina, UEL, no Paraná, e FURG, no Rio Grande do Sul. Os experimentos se dão com girinos da rã-touro (*Lithobates catesbeianus*), em fase aquática, submetidos à exposição (forçada) a rejeitos de mineração, a Ferro e a Manganês. Destacam que tanto o Manganês quanto o Ferro podem estar presentes em meio aquático, na coluna d'água e nos sedimentos, e, como em outros textos (Schetinni & Hatje 2020; Bernardino et al. 2019; Costa et al. 2019), participam de processos de redução e oxidação. Um produtor do município de João Neiva doou os girinos, no estágio 36 de desenvolvimento, quando o surgimento de membros posteriores é iniciado, no começo da transição para o meio terrestre, e eles foram acompanhados até o estágio 47, fim da transição.

O artigo não faz referências diretas ao crime-desastre ocorrido no final de 2015. Ironicamente, foi submetido à publicação um pouco antes do rompimento, mas sua última submissão e efetiva publicação ocorreram em fevereiro de 2016, após o mesmo. Outra particularidade em relação aos demais artigos compilados é trazer uma espécie exótica, tida como invasora.<sup>42</sup>

Outra ironia é que o artigo tomou como base estudo publicado em 2008 sobre a Lagoa de Mãe-Bá, em Anchieta, no sul do estado do Espírito Santo, onde se encontra uma unidade da Samarco, responsável por pelotização de minério de ferro. O estudo apontou a bioacumulação de Ferro, Chumbo, Níquel, Mercúrio e Manganês, o último o mais abundante, nos moluscos gastrópodes *Melanoides tuberculata* e *Pomacea haustum*.<sup>43</sup>

Fazem ampla e crítica discussão sobre os efeitos da mineração e da fundição de metais nos ciclos de Ferro e Manganês, que, essenciais à vida, são danosos em excesso. A presença é desvelada em escalas global e regional, a partir de revisão de literatura, e local, a partir do próprio laboratório, com altos níveis de Ferro na água da torneira usada para manter os girinos vivos. A hipótese das/os autoras/es é de que isso resulta do uso

42 A rã-touro foi introduzida no Brasil em 1935, trazida dos EUA, com o objetivo de comercialização de carne para alimentação humana. Sua voracidade é apontada como o maior problema ambiental que causa. Fonte: [http://www.ra-bugio.org.br/ver\\_especie.php?id=556](http://www.ra-bugio.org.br/ver_especie.php?id=556); último acesso em 07 fev. 2022.

43 As duas espécies são exóticas, a primeira de origem africano-asiática, e a segunda, da bacia amazônica, não apenas em sua porção brasileira. Ambas possuem conchas. A primeira pode atingir de 3 a mais de 3,5 cm, e a segunda, 5,5 cm. Fontes: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gastropoda>; [https://pt.wikipedia.org/wiki/Melanoides\\_tuberculata](https://pt.wikipedia.org/wiki/Melanoides_tuberculata); [https://en.wikipedia.org/wiki/Pomacea\\_haustum](https://en.wikipedia.org/wiki/Pomacea_haustum); [http://www.malacologia.com.br/site\\_antigo/noticias/2003/julho/290703.html](http://www.malacologia.com.br/site_antigo/noticias/2003/julho/290703.html). Acessos em 01 fev. 2022; 30 nov. 2022.

de cloreto férrico no tratamento de água, para transformar partículas em suspensão em estado coloidal (Veronez et al. 2016: 106). Sem detalhar, destaco que as três exposições forçadas, ao Ferro, ao Manganês e ao minério de Ferro, causaram estresse oxidativo, alterações morfológicas e genotóxicas nos girinos.

#### 4. Incompletudes proteanas

Para pesquisadoras/es oceânicos, alguns seres são capazes de carregar o oceano em seus corpos, sendo considerados sentinelas ambientais (Takeuchi 2021). Dos seres e agenciamentos que aparecem nos artigos analisados, isso valeria para as tartarugas marinhas, como as verdes (Fraga et al. 2018), e para os cetáceos, como os botos cinzas e as toninhas (Mayorga et al. 2020). São espécies visíveis a olhares humanos, tornadas emblemáticas, com apelo junto ao público mais amplo, e cujos nomes populares compõem os artigos extensivamente. Como recuperei acima, uma docente pesquisadora alertou sobre certa “cegueira botânica das escolas” (anotações, novembro de 2021), por conta da maior ênfase a animais, ou melhor, a certos animais. Ao construir um diálogo entre as duas vivências nos cursos e os artigos analisados, percebe-se que a cegueira sobre os agenciamentos oceânicos é gigantesca, mesmo segundo as/os praticantes das ciências oceânicas.

A cegueira persiste notória nas composições entre o orgânico e o inorgânico ensejadas pelo crime-desastre da Samarco, e por outros desastres de sua linhagem; sobretudo, quando os organismos são diminutos e escapam dos sentidos humanos. São seres que, às vezes, nem mesmo são passíveis de identificação morfológica nesse conjunto de práticas-e-conhecimentos naturalistas, como a meiofauna bentônica (Bernardino et al. 2019). Há também seres que, mesmo visíveis ao olhar em suas fases adultas, são pequeninos em fases iniciais de suas vidas, como as larvas de peixes (Bonecker et al. 2019) e a macrofauna bentônica (Matthews-Cascon et al. 2018). Conformam uma multidão de agentes (e agenciamentos) anônimos, embora esforços para superar o desconhecimento sobre eles sejam feitos: trazer a fotografia de um cnidário na ponta do dedo (Miranda & Marques, 2016) ou de larvas de peixes com sedimentos atrelados em seus corpos ou tratos digestivos danificados (Bonecker et al. 2019), ou o destacar relações colaborativas entre algas (Costa et al. 2019).

Esses seres não emblemáticos compõem-se de muitas espécies residentes, e, enquanto tais, consideradas por naturalistas como aptas ao monitoramento das condições das águas da foz do rio Doce e de suas imediações. Parte deles são espécies de consumo alimentar local e regional, como peixes e crustáceos. Em outros termos, é principalmente

a toxicidade associada aos seres de menor apelo ao público em geral que emerge nos artigos, e seus enredamentos com a preocupação da saúde humana permanecem com pouco ou incipiente tratamento nos textos analisados, como o foram nas arenas públicas mencionadas no início do presente artigo.

Na genealogia de Helmreich (2021) sobre o pensamento elemental, ele aponta a tabela periódica como teoria, viabilizadora de intervenções, enquanto o elemento seria uma existência a ser estudada em um dos precursores da sociologia. Nos artigos investigados, as espécies estão ou poderiam/deveriam ser descobertas. Nesse sentido, mesmo quando suas existências são afirmadas, persiste a ideia de que há toda uma imensidão de seres não (re)conhecíveis ou, pior, perdidos, sem nunca serem conhecidos, nomeados, fotografados, amados.

Em contraste, muitos são os metais identificados, com nomes e siglas. Suas presenças desafiam os pensamentos e as ações, em agenciamentos imprevisíveis, descontrolados, danosos, e, no mínimo, estressantes. Mesmo quando essenciais à vida. (De)marcam em excesso ações fomentadas por (alguns) humanos e seus artefatos. A busca pela identificação ou produção de dados de referência tenta repor um mínimo de dinâmica de controle e de possibilidade de previsão dos agenciamentos elementais; algo perseguido por essas/es pesquisadoras/es oceânicos e pelas/os atingidas/os humanas/os que se mobilizam politicamente, cada qual a partir de seu mundo de referência.

O fator tempo é apreciado como relevante para essas preocupações, como pontuou Silva (2018), para se comparar as condições passadas das águas, mas também para se pensar um futuro, de antemão tido como empobrecido pelas/os naturalistas.

As características proteanas do oceano, as diferentes escalas de tempo e espaço envolvidas, e quicá a falta de popularizadoras/es dentre esses profissionais, nos termos de Hannigan (1995), dificultam a produção de respostas simultaneamente mais precisas, sobre as consequências nas saúdes humanas e não-humanas e ao mesmo tempo mais amplas, não restritas a pesquisadoras/es e gestores.

Usos materiais-e-simbólicos de termos usados nos artigos trazem à superfície algumas dessas incompletudes. *Lama* é presença frequente, mesmo havendo uma nomeação mais técnica, considerada mais precisa e que caracteriza os sedimentos que chegaram à foz e ao oceano, *pluma*, pelas partículas mais finas que chegam e boiam no encontro de águas doces e salgadas. *Lama* traz modesta convergência das preocupações científicas com mobilizações políticas de atingidas/os humanas/os. O mesmo não se dá com o termo *crime*, presença rara nos artigos, que focam mais no termo *desastre*, e, às vezes, *colapso*, e, até mesmo, *acidente* (Silva 2018; Araújo 2020).

Até o momento, não identifiquei vínculos simplistas entre relações com as empresas e os resultados apresentados nos materiais publicados. O que me parece decorrer das mediações serem numerosas no caso do crime-desastre da Samarco, culminando em obliteração. O mesmo não pode ser dito de relações com a petrolífera e as suas parceiras, e, talvez, aqui repouse outra cegueira. A análise indica que os caminhos da produção científica, se por um lado, apresentam um pouco da fluidez e da multiplicidade aquática (Ballesterio 2019), por outro, não deixam de trazer marcas da viscosidade oceânica (Jue 2020), passível de incremento por outras cores e viscosidades, como a do laranja-Samarco, apelido para a coloração das águas pós-crime-desastre, ou como a do óleo arrancado das entranhas da T/terra.

### Referências

- ALAIMO, Stacy. 2017. "Feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza". *Rev. Estud. Fem.*, 25(2): 909-934.
- ANDRADE, Rodrigo de O. 2021. "O efeito Sci-Hub: estudo sugere que artigos baixados do repositório pirata recebem mais citações". *Pesquisa Fapesp*, Edição 307, set. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-efeito-sci-hub/>
- ARAÚJO, Cristiano V. M. et al. 2020. "Not only toxic but repellent: what can organisms' responses tell us about contamination and what are the ecological consequences when they flee from an environment?". *Toxics*, 8 (4): 1-22.
- ARAÚJO, Giovana M. 2020. *Humanos e não-humanos: para um debate acerca das relações entre afetados pelo crime desastre da Samarco e o rio Doce a partir de materiais textuais e imagéticos*. Monografia de Conclusão de Curso. DCSO, Universidade Federal do Espírito Santo.
- BALCOMBE, Jonathan. 2016. *What a fish knows: the inner lives of our underwater cousins*. New York: Scientific American/ Farrar, Straus and Giroux.
- BALLESTERIO, Andrea. 2019. *A future history of water*. Durham, London: Duke University Press.
- BERNARDINO, Angelo F.; PAIS, Fabiano S.; OLIVEIRA, Louisi S.; GABRIEL, Fabricio A.; FERREIRA, Tiago O.; QUEIROZ, Hermano M.; MAZZUCO, Ana Carolina A. 2019. "Chronic trace metals effects of mine tailings on estuarine assemblages revealed by environmental DNA". *PeerJ* 7:e8042: 1-18.
- BIRD ROSE, Deborah. 2013. "Slowly ~ Writing into the Anthropocene". *TEXT Special Issue Writing creates ecology: ecology creates writing*, 20: 1-14.
- BONECKER, Ana Cristina T.; CASTRO, Márcia S.; COSTA, Patrícia G.; BIANCHINI, Adalto; BONECKER, Sérgio L. C. 2019. "Larval fish assemblages of the coastal area affected by the tailings of the collapsed dam in southeast Brazil". *Regional Studies in Marine Science*, 32(100848): 1-10.

- CORBISIER, Thaïs N.; DENADAI, Márcia R.; LOTUFO, Tito M. da Cruz; TURRA, Alexander. 2021. "Ecologia do bentos marinho". In: J. Harari (org), *Noções de Oceanografia*. São Paulo: Instituto Oceanográfico. pp. 649-680.
- COSTA, Giulia B.; RAMLOV, Fernanda; DE RAMOS, Bruna; KOERICH, Gabrielle; GOUVEA, Lidiane; COSTA, Patrícia G.; BIANCHINI, Adalto; MARASCHIN, Marcelo; HORTA, Paulo A. 2019. "Physiological damages of Sargassum cymosum and Hypnea pseudomusciformis exposed to trace metals from mining tailing". *Environmental Science and Pollution Research*, 26(36): 36486-36498.
- COUZEMENCO, Fernanda. 2022. "Óleo da Imetame vaza próximo à Reserva de Comboios em Linhares". *Século Diário*, 15/02/2022.
- CREADO, Eliana S. J.; SILVA, Bianca J.; TRIGUEIRO, Aline; LEONARDO, Flávia A. M. 2017. "Práticas de ser, conhecer, pensar e escrever: incertezas e disputas sobre as condições das águas na foz do rio Doce no pós-rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco". *Anais VI ReACT*, 3: 247-275.
- CREADO, Eliana S. J.; HELMREICH, Stefan. 2018. "Uma onda de lama: viagem de águas tóxicas, de Bento Rodrigues ao Atlântico brasileiro". *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 69: 33-51.
- CREADO, Eliana S. J. 2020. "Rejeitos de mineração e (des)controles ambientais em uma área costeira brasileira". *Cadecs*, 8(2): 84-106.
- DESCOLA, Philippe. 2014. "Modes of being and forms of predication". *HAU*, 4(1): 271-280.
- DESPRET, Vincianne. 2013. "From secret agents to interagency". *History And Theory*, 52: 29-44.
- FRAGA, Naiara S.; MARTINS, Agnaldo S.; FAUST, Derek R.; SAKAI, Haruya; BIANCHINI, Adalto; DA SILVA, Cinthia C.; AGUIRRE, A. Alonso. 2018. "Cadmium in tissues of green turtles (*Chelonia mydas*): A global perspective for marine biota". *Science of the Total Environment*, 637-638: 389-397.
- GOMES, Vicente; SALDANHA-CORRÊA, Flávia. 2021. "A vida no mar". In: Joseph Harari (org.), *Noções de Oceanografia*. São Paulo: Instituto Oceanográfico. pp. 427-446.
- HANNIGAN, John. 1995. *Environmental Sociology*. London and New York: Routledge.
- HARARI, Joseph (org.). 2021. *Noções de Oceanografia*. São Paulo: Instituto Oceanográfico.
- HARAWAY, Donna. 2016. *Staying with the trouble*. Durham, London: Duke University Press.
- HARDING, Sandra. 2019. "Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo". *Em construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*, 5: 143-162.
- HELMREICH, Stefan. 2015[2007]. "Um antropólogo debaixo d'água: Paisagens Sonoras Imersivas, Ciborgues Submarinos e Etnografia Transdutora". *Cadecs*, 3(1): 174-214.
- HELMREICH, Stefan. 2020. "Wave Theory ~ Social Theory". *Public Culture*, 32(2) [91]: 287-326.

HELMREICH, Stefan. 2021. "Elementary forms of elementary forms: old, new and wavy". In: Dimitris Papadoulos; Maria P. de la Bellacasa; Natasha Myers (ed.), *Reactivating elements: chemistry, ecology, practice*. Durham and London: Duke University Press. pp. 70-83.

JUE, Melody. 2020. *Wild blue media: thinking through seawater*. Durham: Duke University Press.

LATOURE, Bruno. 2000 [1994]. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. 1997. *A vida de laboratório: a fabricação dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LINTON, Jamie; BUDDS, Jessica. 2014. "The hydrosocial cycle: defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water". *Geoforum* 57: 170-180.

MATTEWS-CASCON, Helena; BEZERRA, Luís E. A.; BARROSO, Cristiane X.; RABAY, Soraya G.; MOREIRA, Ana K.; ROCHA, Valesca P.; SOARES, Marcelo de O. 2018. "Marine benthic communities affected by the Doce River (southwestern Atlantic): Baseline before a mining disaster". *Marine Pollution Bulletin*, 135: 1000-1006.

MAYORGA, Luís F. S. P.; VANSTREELS, Ralph E. T.; BHERING, Renata C. C.; MAMEDE, Natália; COSTA, Luiz M. B.; PINHEIRO, Flávia C. F.; REIS, Luciano W. D.; TRAZZI, Alessandro; MEIRELLES, Wilson L. C.; RIBEIRO, Allan M.; SALVATORE, Siciliano. 2020. "Strandings of cetaceans on the Espírito Santo coast, Southeast Brazil, 1975–2015". *ZooKeys*, 948: 129-152.

MIRANDA, Lucília S.; MARQUES, Antonio C. 2016. "Hidden impacts of the Samarco mining waste dam collapse to Brazilian marine fauna – an example from the staurozoans (Cnidaria)". *Biota Neotropica*, 16(2): 1-4.

MONTONE, Rosalinda C. "Bioacumulação e biomagnificação". Disponível em: <https://www.io.usp.br/index.php/oceanos/textos/antartida/31-portugues/publicacoes/series-divulgacao/poluicao/811-bioacumulacao-e-biomagnificacao%20>. Acesso em 13 mar. 2022.

PERPETUO, Marcela P.; SILVA JÚNIOR, Roberto D. 2021. "O desastre minerário no vale do rio Doce e as disputas políticas em torno da contaminação". In: *X Encontro Anual da Anppas*, Campinas.

RILES, Annelise. 2006. "Introduction: in response". In: A. Riles (ed.), *Documents: artifacts of modern knowledge*. Estados Unidos: The University of Michigan Press. pp. 1-18.

SCHETTINI, Carlos A.; HATJE, Vanessa. 2020. "The Suspended Sediment and Metals Load from the Mariana's Tailing Dam Failure to the Coastal Sea". *Integrated Environmental Assessment and Management*, 16(3): 661-668.

SILVA, Bianca de J. 2018. "A lama que rolou de cima": alguns desdobramentos sociopolíticos e sociotécnicos sobre as águas do Rio Doce e do Oceano Atlântico após a chegada dos rejeitos de mineração da Samarco na foz do Rio Doce - ES. Dissertação de Mestrado. PGCS, Universidade Federal do Espírito Santo.

SILVA, Telma C. 2010. "Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios". In: 27<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia, Belém.

STRATHERN, Marilyn. 1988. *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Estados Unidos: University of California Press.

SVAMPA, Maristella. 2019. *As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante.

TADDEI, Renzo. 2014. "Ser-estar no sertão: capítulos da vida como filosofia visceral". *Interface*, 18(50): 597-607.

TADDEI, Renzo. 2020. "The field of Anthropology of disasters in Brazil: challenges and perspectives". In: V. García-Acosta (ed.), *The Anthropology of disasters in Latin American: state of the art*. London/New York: Routledge. pp. 45-62.

TAKEUCHI, Sophia S. P. 2021. *Os avistamentos de baleias jubartes no Espírito Santo, Brasil: relações materiais-e-simbólicas entre pesquisadores e animais não humanos*. Dissertação de Mestrado. PGCS, Universidade Federal do Espírito Santo.

TARDE, Gabriel. 2007 [1985]. "Monadologia e sociologia". In: E. V. Vargas (org), *Monadologia e sociologia - e outros ensaios, Gabriel Tarde*. São Paulo: Cosac Naify. pp. 51-131.

THIAGO, Guilherme R.; CAMPOS, Renata B. F.; FERNANDES de SOUZA, Maria Celeste R. 2021. "Revisão sistemática dos rompimentos de barragem: uma abordagem interdisciplinar". In: *X Encontro Anual da Anppas*, Campinas.

TORRES, Clara C. de A. 2016. *Entre fatos científicos e estados de risco: o caso das baleias jubartes*. Dissertação de Mestrado. PGCS, Universidade Federal do Espírito Santo.

VERONEZ, Alexandra C. Da S.; SALLA, Rômulo V.; BARONI, Vinícius D.; BARCAROLLI, Indianara F.; BIANCHINI, A.; MARTINEZ, Claudia B. Dos R.; CHIPPARI-GOMES, Adriana R. 2016. "Genetic and biochemical effects induced by iron ore, Fe and Mn exposure in tadpoles of the bullfrog *Lithobates catesbeianus*". *Aquatic Toxicology*, 174: 101-108.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcus; VASCONCELOS, Max. 2017. "The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: Between Policies of Reparation and the Politics of Affectations". *Vibrant*, 14(2): 81-101.

Recebido em 14 de março de 2022.

Aceito em 08 de dezembro de 2022.

Agregados orgânicos e inorgânicos na foz do rio Doce (e) em publicações científicas

### Resumo

A pesquisa está sendo realizada desde 2021, e se dá junto a artigos científicos. A proposta nasceu de experiências pregressas de pesquisa e extensão, quando atingidas/os humanas/os apresentaram dúvidas sobre as possíveis consequências na saúde da presença dos metais pesados que se espalharam pelas águas do rio Doce e no Oceano Atlântico, a partir do crime-desastre da mineradora Samarco, de 2015. Essas dúvidas foram apresentadas em reuniões públicas das quais cientistas devotados à questão da biodiversidade participavam, e eles não respondiam às indagações de modo assertivo e ouviam críticas a isso. Os artigos foram analisados para se compreender essas (quase) respostas pela via do conhecimento científico, bem como se reverberavam outras preocupações de atingidas/os. O que notei foi uma profusão de agenciamentos orgânicos e inorgânicos, sem a conjugação direta dos entrelaçamentos entre as diferentes vidas, humanas e não-humanas.

**Palavras-chave:** Toxicidade; Crime-desastre da Samarco; “Virada” elemental; Ferro; Metais pesados.

Organic and inorganic aggregates at the mouth of the Doce river through scientific publications

### Abstract

The research has been developed since 2021, and is carried out with scientific articles. The proposal was born from previous research and extension experiences, when we heard affected people doubts about the possible healthy consequences of toxins that spread through the waters of the Doce River and the Atlantic Ocean, caused by the Samarco’s crime-disaster, in 2015. These doubts were presented in public meetings in which biodiversity scientists did not answer the questions assertively and heard criticism about it. The articles were analyzed to understand these (almost) answers through scientific knowledge, as well as whether they reverberate other concerns of those affected people. What I noticed was a profusion of organic and inorganic assemblages, without the direct conjugation of the entanglements between different lives, human and non-human.

**Keywords:** Toxicity; Samarco’s crime-disaster; Elemental “turn”; Iron; Heavy metals.

## Primórdios da institucionalização das Ciências Humanas no Paraná

Paulo Renato Guérios

Doutor em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Professor do Departamento de Antropologia/Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-8395-6272>

[gueriosp@gmail.com](mailto:gueriosp@gmail.com)

### 1. Introdução

Este artigo busca perscrutar os diferentes sentidos das ações e das reflexões sobre a sociedade que estiveram em pauta no ambiente intelectual ligado à criação dos primeiros cursos de Ciências Humanas do estado do Paraná, assim como suas consequências para a produção de conhecimento e para a formação de alunos.

Para tanto, propõe-se aqui acompanhar os processos sociais relacionados à implementação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR), criada em Curitiba em 1938. Como veremos, a maior parte de seus primeiros catedráticos já estava agregada em uma instituição cultural anteriormente. Trata-se do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), que foi criado em 1929 como parte do projeto de restauração da Igreja Católica proposta pelo papado romano a partir do final do século XIX. Partindo-se da restituição das atividades cotidianas do CEB e da FFCLPR, e dos diversos embates acerca dos projetos para elas imaginados, pretende-se refletir sobre o funcionamento da configuração social constituída pelos intelectuais a elas ligados, e sobre o modo como se instituiu, aí, um dado horizonte para suas relações com a sociedade englobante, para o ensino, e para a pesquisa. O objetivo do texto é, assim, explorar as potencialidades e os limites dos caminhos seguidos no processo de institucionalização das Ciências Humanas no estado do Paraná.

A literatura sobre o surgimento das primeiras Faculdades de Filosofia no país tem se debruçado mais detidamente sobre os casos de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de Minas Gerais. Dentre esses estudos, um esforço central de pesquisa

foi o projeto acerca da História das Ciências Sociais no Brasil, dirigido por Sérgio Miceli (1989). A partir de uma análise de corte institucional, atentando para uma topografia das posições ocupadas pelos agentes em um sistema estruturado de posições, esse grupo argumentou como as Ciências Sociais em São Paulo vieram a assumir um caráter mais acadêmico e científico; no Rio de Janeiro, um caráter mais político e atento às possíveis intervenções diretas na sociedade; e como, tanto em Pernambuco quanto em Minas Gerais, esses processos estiveram intimamente ligados às alianças entre os intelectuais e as elites dirigentes locais<sup>1</sup>.

O presente estudo toma por objeto os intelectuais ligados à FFCLPR não por defender um ponto de vista analítico “regionalista” para o estudo da institucionalização das Ciências Humanas no Brasil, mas devido a razões metodológicas. A metodologia que serve de base às reflexões que se seguem remete, por um lado, ao privilégio emprestado à análise de interações concretas a partir de um olhar etnográfico (no caso, a uma etnografia de arquivos, cf. Cunha 2004 e 2005); e, por outro lado, a uma abordagem em que concepções, representações ideais e projetos de conhecimento são tomados não como características primárias e definidoras dos grupos, mas como parâmetros para a ação social – servindo, assim, para organizar as interações entre as pessoas que os criam. Assim, o foco da análise aqui proposta recai sobre a restituição das relações estabelecidas entre os diferentes agentes, buscando entender como suas ideias sociais se constituem ao longo de processos de interação social, como são articuladas e sistematizadas, como se transformam ao longo do tempo e como funcionam como características atributivas para a definição de pertencimento a diferentes grupos. Remetendo aos aspectos explicativo e compreensivo da sociologia compreensiva weberiana, propõe-se aqui uma escuta atenta dos sentidos que os próprios atores atribuem a suas ações, observando como esses sentidos são colocados em prática no jogo social. Espera-se que o artigo contribua para as discussões de sua área não apenas devido à novidade de seu recorte empírico – dada a pouca presença de estudos sobre o Paraná neste campo – mas também por esta opção metodológica de “investigar e de qualificar as múltiplas conexões de sentido que as ideias podem manifestar na sociedade, dependendo das circunstâncias históricas e da força social que assumem em relação a diferentes fatores, materiais e imateriais (Bastos & Botelho 2010: 915).

---

1 Não há espaço aqui para fazer uma revisão mais detida deste campo de estudos. Para um panorama mais amplo dos estudos de institucionalização das Ciências Humanas no Brasil, ver, por exemplo, os trabalhos de Simon Schwartzmann (1979), Irene Cardoso (1982), Luciano Martins (1986), Daniel Pécaut (1990), Héglio Trindade (2004) e Segatto e Bariani (2010).

Este texto beneficia-se de um corpus de pesquisas que tem sido produzido nos últimos anos acerca da FFCLPR e de seus catedráticos. Esses trabalhos abrem novas possibilidades para discernir com maior clareza quais foram as especificidades dos processos sociais em jogo nesse ambiente. Até certo ponto, a discussão aqui proposta tem um caráter programático, pois visa indicar caminhos para aprofundamentos e reflexões futuras.

O texto será desenvolvido em três itens. No primeiro deles, buscaremos compreender como surgiram as instituições paranaenses ligadas ao pensamento católico nas primeiras décadas do século XX, e exploraremos as atividades que ocorriam no âmbito da principal delas, o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB). No segundo item, veremos como os diferentes projetos pensados dentro do CEB se desdobraram na FFCLPR (em outro enquadramento institucional), e exploraremos como eles se delimitaram entre si. Concluiremos o artigo refletindo sobre os limites e possibilidades dos projetos de sociedade pensados pelos fundadores da FFCLPR.

## **2. As atividades intelectuais no Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB): da instauração de um projeto neotomista no Paraná**

Ao discursar na comemoração dos 25 anos de fundação do CEB, em 1954, José Loureiro Fernandes, um de seus criadores, afirmou que a instituição operou como um “baluarte intelectual católico, cuja atividade logo se fez sentir sobre a unilateral preponderância agnóstica do meio cultural curitibano, nos primeiros decênios do século XX” (Loureiro Fernandes 1954: 561). Para entender as motivações para a fundação do CEB e como a questão religiosa se tornou central na Curitiba do início dos anos 1900, é necessário que apresentemos brevemente a formação e as características desse “meio cultural” a que Loureiro Fernandes se refere, e o papel que a Igreja Católica nele desempenhou.

A província do Paraná fora emancipada de São Paulo em 1853. Neste período o catolicismo da região funcionava principalmente no âmbito das irmandades e confrarias – “associações religiosas nas quais se reuniam os leigos para participar do catolicismo tradicional colonial [, cuja] característica principal [era] a participação e a iniciativa leiga no culto católico” (Hanicz 2006: 75). Nos últimos anos do Império, os relatórios dos presidentes de Província, então responsáveis pela manutenção da Igreja, davam conta da situação de abandono dos templos e dos cultos (Hanicz 2006: 134).

Na mesma época, o papado romano buscava reverter a perda da centralidade da filosofia católica no “mundo moderno” – referência à secularização ligada às transformações

sociais, políticas e econômicas da época. No Brasil, esse processo de “restauração” envolveu, com o fim do Império e do regime do padroado, um grande investimento na clericalização da Igreja: o episcopado brasileiro, liderado por dom Macedo Costa, aproximou-se da Santa Sé, e iniciou um processo de construção institucional, aumentando o número de dioceses e buscando criar condições estruturais para o aumento das “vocações”.

Como parte deste processo, em 1894, foi criada a Diocese de Curitiba, e apontado seu primeiro bispo, dom José de Camargo Barros. Durante os dez anos de seu bispado, dom José reestruturou institucionalmente a Igreja Católica no estado (Hanicz 2006: 132 a 155). Ao mesmo tempo, buscou criar escolas paroquiais, e atraiu congregações religiosas ligadas ao ensino, o que levou ao estabelecimento de uma rede de colégios que oferecia uma formação intelectual em acordo com a filosofia da Igreja. Com essas ações, dom José logrou agregar a seu projeto de restauração vários membros desta elite.

Até meados da década de 1920, essas iniciativas da restauração católica marcaram fortemente o panorama intelectual de Curitiba; mas elicitaram, também, uma forte resistência por parte de pensadores anticlericais. Estes pensadores consideravam-se os portadores de uma modernidade cultural que “abrangeia os campos da ciência, da arte e da moral e identificava-se ao republicanismo, ao cientificismo e ao racionalismo, filosofias essas que serviriam de alicerce para a construção da nação brasileira” (Marchette 1996: 8). Deste modo, agregaram-se em torno de uma reação ao movimento de clericalização operado pela diocese curitibana, visto por eles como uma ameaça ao seu projeto de progresso. Para contrapor-se a esse movimento, fundaram vários periódicos, em cujas páginas buscavam “mostrar e demonstrar ao povo ingênuo e crédulo a impropriedade do ensino religioso, a falsidade das doutrinas da Igreja romana, a esterilização do seu dogmatismo”, como afirmava já em 1896 um de seus principais nomes, Dario Vellozo.<sup>2</sup> De modo intenso, colocaram-se contra as diversas estratégias levadas a cabo pela diocese, criticando a criação de escolas confessionais, o catecismo e os ritos de confissão. Por seu lado, a Igreja defendia-se através de seu órgão oficial de imprensa, o jornal *A Estrella*.

Esses embates foram especialmente acirrados até o início da década de 1910. A partir de então, em parte pela progressiva reclusão dos pensadores anticlericais (Bega 2013: 457), e em parte pelo sucesso da igreja em aliar-se a membros influentes da elite – incluindo o então Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha (Balhana 1980: 119-120) –, o projeto da Igreja se impôs progressivamente frente àquele dos anticlericais:

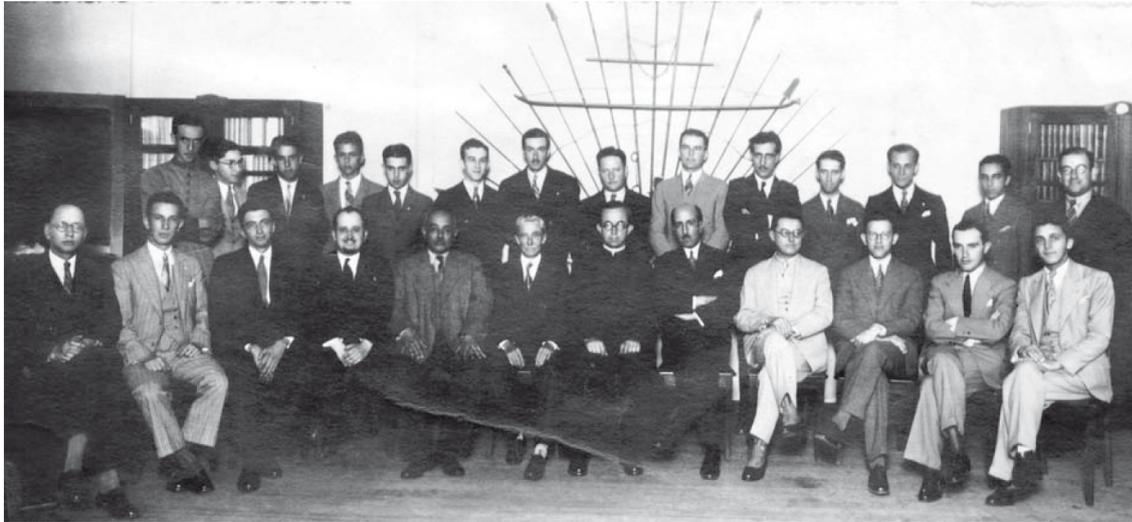
2 Dentre estes periódicos, encontram-se jornais como *A República*, *O Cenáculo*, *Electra* e *A Esphinge*, e várias revistas literárias, nas quais a luta anticlerical muitas vezes se aliava à estética literária simbolista (uma lista compreensiva dessas publicações pode ser encontrada em Bega 2013: 481, nota 11). A citação utilizada no texto é de um artigo de Dario Vellozo, publicado em *O Cenáculo* (apud Marchette 1996: 48).

enquanto as instituições por eles criadas diminuían sua atividade e seu alcance, a Diocese de Curitiba criava condições institucionais para a ampliação de sua presença e importância no estado.

A partir de meados da década de 1920, como ocorreu no resto do país, a Igreja paranaense, já estruturada internamente, passou a investir em sua relação com o laicato católico. Para isso, foram criados inicialmente o Grêmio São Luiz, em 1924, vinculado à Congregação Mariana dos Jovens da Catedral, cujo objetivo era discutir temas como a educação e instrução do povo, a república e o papel da mocidade; e, em 1926, a União de Moços Católicos de Curitiba, dirigida por Elias Karam, cujo objetivo principal era “reunir a mocidade católica para orientá-la nos são princípios cristãos e sociais e encaminhá-la na estrada do verdadeiro civismo” (Campos 2002: 49). Em março de 1929, por fim, o padre lazarista Luiz Gonzaga Miele, ligado ao Seminário Diocesano, convidou dois dos jovens intelectuais envolvidos nas instituições elencadas acima para que fundassem o Centro de Estudos Bandeirantes (CEB)<sup>3</sup>: José Loureiro Fernandes, nascido em 1903, que havia se doutorado em Medicina no Rio de Janeiro em 1927 e complementado sua formação em urologia em Paris; e José Farani Mansur Guérios, nascido em 1905, que concluía então seus estudos na Faculdade de Direito do Paraná.

Ao estimular a criação de instituições laicas, o clero paranaense convidou assim a nova geração de intelectuais da elite curitibana para organizá-las e dirigi-las – jovens formados nos colégios, associações e apostolados criados pela Igreja a partir do início do século, e que, a partir de meados da década de 1920, concluían seus estudos superiores nas faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. O objetivo era, conforme o projeto pensado por dom Leme para a Ação Católica (Azzi 1977), que esses intelectuais tivessem um conhecimento profundo da filosofia católica, e que liderassem a sociedade brasileira com base em suas doutrinas. Se nas gerações anteriores os católicos participavam das associações de benemerência do catolicismo tradicional, muitas vezes mantendo contato íntimo com ideários “modernos” como os da maçonaria ou do liberalismo, os membros da nova geração deveriam ter uma formação intelectual que lhes permitisse, ao assumir os cargos de mando político, dirigir a nação conforme as diretrizes da Igreja Romana.

3 O nome de “Bandeirantes” foi escolhido por padre Miele para a instituição por remeter a uma suposta “vanguarda da civilização” em um meio intelectual visto como “selvagem” (cf. Fressato 2003: 63-67).



**Figura 1:** Diretoria e sócios do Círculo de Estudos Bandeirantes, em foto de 1929. Sentados, à frente, estão os membros fundadores e sócios de maior destaque; ao centro, os mais respeitados, devido a sua posição ou a sua idade; nas laterais, os jovens líderes que organizavam ativamente a instituição. Sentados, da esquerda para a direita: Valdomiro Teixeira de Freitas, Liguaru Espírito Santo (Fundador), Mário Braga de Abreu, José Loureiro Ascensão Fernandes (Fundador), Benedito Nicolau dos Santos (Fundador), Arthur Martins Franco, Pe. Luiz Gonzaga Miele (Idealizador e Fundador), Manoel Lacerda Pinto, José de Sá Nunes (Fundador), Carlos Araújo de Britto Pereira (Fundador), Brasil Pinheiro Machado e José Farani Mansur Guérios (Fundador). Em pé: entre Loureiro Fernandes e Benedito Nicolau dos Santos, Homero de Barros; atrás de Arthur Franco, Bento Munhoz da Rocha; partindo da direita para a esquerda, Elias Karam e Rosário Farani Mansur Guérios.

**Fonte:** Arquivo do CEB.

O CEB foi fundado para constituir o grande polo de formação de líderes para a sociedade paranaense (Campos 2002: 71): seu objetivo era constituir um centro de estudos filosóficos, científicos e literários, no qual os principais intelectuais católicos paranaenses pudessem debater problemas teóricos e da sociedade contemporânea. Segundo escreveu padre Miele, anos depois, em carta dirigida a Loureiro Fernandes, seu projeto para o CEB previa que “poder-se-ia nas reuniões ventilar qualquer assunto, mesmo religioso, mas dentro dos princípios da ortodoxia religiosa, filosófica, científica, etc” (*apud* Campos 2002: 70).

Tais princípios, conforme o programa filosófico defendido para a Igreja pela encíclica *Aeterni Patris*, promulgada por Leão XIII em 1879, deveriam seguir as linhas da doutrina neotomista. Em sua obra original, São Tomás de Aquino defendia que o conhecimento de Deus e de suas obras apenas poderia ser atingido pelo uso da razão e da argumentação filosófica. O neotomismo promovia uma releitura desses princípios, buscando, conforme consta da encíclica, constituir um “ensino filosófico que respeite ao mesmo tempo as regras da fé e a dignidade das ciências humanas” (Léon XIII 1879). Assim, a Igreja buscava, ao afirmar o caráter transcendental da razão humana, subsumir os novos conhecimentos

científicos aos dogmas fundamentais da filosofia católica. Constituíam-se, assim, um programa que serviria como uma diretriz básica para instituições de intelectuais laicos, como o CEB: abrir-se ao conhecimento científico, mas sem romper com os princípios religiosos. Essa abertura ao saber laico redundaria, como veremos, em uma diversidade de orientações e projetos dentro da instituição.

Nos primeiros anos de funcionamento do CEB, ocorreram sessões semanais, nas quintas-feiras à noite, ao longo das quais foram discutidos temas dos mais diversos, seguindo as especialidades dos “consócios” que se dispunham a apresentar seus conhecimentos a seus pares. Segundo uma enumeração feita por Loureiro Fernandes em 1934, tratou-se nessas sessões de “astronomia, história, literatura, geografia, filologia, paleontologia, música e crítica literária” (CEBDOC055: 13).<sup>4</sup>

Para falarmos das atividades ocorridas no âmbito do CEB, as fontes mais esclarecedoras não são as falas programáticas de seus fundadores ou de seus principais membros, usualmente citadas na literatura sobre a instituição com o objetivo de descrever o que ali ocorria. Essas falas programáticas eram apresentações de si oficiais do CEB, proferidas em efemérides comemorativas ou nas quais estavam em jogo o nome e o projeto da instituição. Eram, assim, voltadas a cumprir o papel atribuído pela Igreja Católica para o laicato intelectual – atuar como uma liderança política e moral para a população, e combater os projetos concorrentes. Adicionalmente, elas serviam para os próprios agentes reafirmarem para si próprios um sentido geral do funcionamento da instituição; indicam, então, as intenções explícitas dos agentes, que são resultado de seus compromissos coletivos e de um processo de regulação mútua das condutas. Contudo, elas não se confundem nem com suas condutas efetivas, nem com a totalidade dos projetos presentes nessas redes.

Para que possamos compreender as dinâmicas que efetivamente ocorriam nas reuniões do CEB, exploraremos aqui os Livros de Atas da instituição, constantes de seu arquivo.<sup>5</sup> Esses livros são fontes fundamentais, pois nos demonstram que o regime de funcionamento das atividades do CEB foi sendo definido na medida mesmo de sua ocorrência: elas eram, ao longo das diversas sessões, objeto de embates, de redefinições, e de intervenções. Ao acompanhar o cotidiano das sessões, das deliberações do Conselho Diretor e das sugestões dos sócios, aproximamo-nos das divergências e embates que constituíam o cotidiano das atividades intelectuais em seu seio – onde conviviam, de

4 Loureiro Fernandes informa que, ao final do primeiro ano de existência, “contava o Círculo 69 sócios, e sua biblioteca possuía 190 obras no valor de 1,7 contos de réis” (CEBDOC055: 13).

5 Trata-se de quatro volumes relativos às sessões ordinárias, dois volumes relativos às sessões extraordinárias, dois volumes relativos às sessões do Conselho Diretor, e um volume de propostas e sugestões.

fato, compreensões de mundo muito diversas entre si. Exploremos então algumas das dinâmicas que ocorreram no início da trajetória da instituição.

Os trabalhos presenciais do CEB se iniciaram em 12 de setembro de 1929. Nas primeiras sessões, padre Miele, coordenador dos trabalhos e seu “Conselheiro Espiritual”, sempre declarava “livre a palavra a quem dela quisesse fazer uso para apresentação de qualquer tese ou proposta”. Ao longo das primeiras nove sessões, no entanto, apenas o próprio padre Miele fez uso da palavra, apresentando trabalhos de sua autoria. Foi na décima sessão, ocorrida dois meses após a primeira, que a palavra foi finalmente concedida a dois “consócios”, Liguaru do Espírito Santo, professor formado pela Escola Normal de Curitiba, e Bento Munhoz da Rocha Netto, filho do ex-governador do Estado Caetano Munhoz da Rocha, que se dispunham a apresentar suas reflexões sobre, respectivamente, “A lei natural” e “Questões sociais”.

As atas dessas primeiras sessões, lavradas pelo Primeiro Secretário, o músico Benedito Nicolau dos Santos, indicam apenas os temas que foram tratados nas palestras proferidas. O primeiro grande debate ocorrido no Círculo foi registrado na ata da décima terceira sessão, em 5 de dezembro de 1929. Nela, Bento Munhoz, novamente, apresentou uma fala denominada “Conceitos de Renan”. Não sabemos o argumento específico defendido pelo palestrante; sabemos apenas, a partir do conteúdo de uma fala posterior, que o orador tinha uma leitura muito crítica acerca das posições agnósticas de Ernst Renan, historiador da religião e filósofo que escreveu extensamente sobre as origens do cristianismo. É provável, dado o registro dos embates, que Bento Munhoz tenha tratado nessa sessão da obra mais conhecida de Renan, “A Vida de Jesus”. Nela, Renan busca traçar um perfil histórico de Jesus como homem, e não como filho de Deus, submetendo a Bíblia ao mesmo tratamento de outras fontes históricas.

Segundo o relato feito por Santos, após a fala de Bento Munhoz

o Revmo Padre Conselheiro pôs em discussão o assunto, e fez algumas observações, mais especialmente sobre o ponto que toca (...) no conceito e crítica das razões da fé, e afirmou que “o homem crê porque crê”. O autor [Bento Munhoz] defendeu, esclarecendo, o seu ponto de vista, abrindo-se calorosa discussão sobre pontos contraditórios à ortodoxia católica em que se orienta a fundamentação do Círculo e os conceitos e definições oriundos do conflito do pensamento e da crítica heterodoxa, em matéria de tão alta e funda gravidade, e que tão só a exclusiva autoridade divina da Igreja Católica cumpre afirmar, ensinando (LIVRO 1929-1931: 15-15V).

Parte da polêmica ocorrida neste dia está registrada no próprio corpo da ata, dado que o secretário conclui a apresentação da controvérsia afirmando sua posição

pessoal acerca do debate ocorrido: em sua opinião, qualquer crítica heterodoxa deveria se submeter à autoridade da Igreja.

Nas semanas seguintes, os “consócios” do CEB buscaram regulamentar de forma mais cuidadosa os procedimentos que deveriam ser seguidos nos debates, após as apresentações feitas pelos oradores. Ao longo desse processo de regulamentação, foi justamente o ponto levantado por Santos que esteve em questão. Em 19 de dezembro, Liguarú do Espírito Santo registrou no livro de sugestões uma proposta para que as sessões passassem a funcionar da seguinte forma:

- 1º) postas em discussão as ideias emitidas pelo orador; o sócio que desejar fazer algum reparo pedirá a palavra ao Revdmo. Snr. Conselheiro, para expor o seu modo de ver;
- 2º) Concedida a palavra, poderá falar sobre o assunto, cingindo-se ao tempo máximo de 5 minutos;
- 3º) durante esse tempo será vedado qualquer aparte;
- 4º) terminados os reparos, poderá o orador arguido pedir a palavra para responder às arguições feitas, sempre, todavia, sem ultrapassar o tempo regulamentar de 5 minutos;
- 5º) o Conselheiro poderá cassar a palavra quando o julgar conveniente (CEBDOC1064: 4).

A proposta foi apresentada por Liguarú na sessão do mesmo dia 19, e submetida à apreciação dos “consócios”. Segundo consta da ata desta reunião, o Secretário pediu a palavra e questionou a urgência da aprovação desta medida; a proposta, contudo, foi aprovada sem alterações (LIVRO 1929-1931: 18). Na sessão seguinte, Santos retomou o assunto, lendo uma proposta alternativa para as dinâmicas das discussões que havia escrito no mesmo livro de sugestões, e que indicava contar com o acordo do “consócio” Elias Karam. Nessa proposta, desenvolvida em um texto de vinte páginas, ele afirmou sua compreensão de que os membros do Círculo se achavam “ainda dentro do período inicial de formação e corporização das ideias diretrizes que o devem conduzir à desejada meta”; afirmou que o “exercício de pensamento” que permitiria a “ofensiva da grei amiga contra a impiedade moral e religiosa que campeia, desmascarada e livre, sob patrocínio dos sequazes do Mal”, dependia ainda desta formação; e sugeriu, assim, que, em cada sessão, lido o trabalho apresentado pelo orador designado, padre Miele “julgar[ia] ou não de conveniência submetê-lo à imediata discussão preliminar dos consócios presentes”; “avocar[ia] [atribuiria] os assuntos a seu parecer”; e “submeter[ia] os assuntos a discussão quando o julgasse oportuno e conveniente”. Justificando sua proposta, afirmou: “Eu só

não discuto porque me submeto incondicionalmente à autoridade da Igreja no campo doutrinal e prático. Ela é a depositária da palavra divina e a palavra de Deus não se discute, aceita-se e crê-se” (CEBDOC1064: 5-24).

Após a fala de Santos, padre Miele disse que a decisão sobre o andamento das discussões seria tomada posteriormente pelo Conselho Diretor. A proposta de Santos foi vencida, dado que as sessões passaram a ser organizadas de acordo com as ideias propostas por Liguarú. Em um primeiro momento, contudo, definiu-se que as argumentações contrárias às teses apresentadas pelos oradores deveriam ser feitas em uma sessão posterior, através da apresentação de outro trabalho. Deste modo, a lógica de apresentação que foi adotada se aproximava do método de instrução escolástica, cujo nome de referência é o próprio São Tomás de Aquino: ela constava da apresentação de uma tese (*lectio*) por parte de um orador, de um intervalo (*meditatio*) para a reflexão sobre o assunto colocado pelo orador, do questionamento da tese apresentada (*quaestio*), e de um debate acerca dos diferentes pontos de vista em questão (*disputationes*).<sup>6</sup>

Percebe-se que a visão que Santos defendia, da inquestionabilidade do saber da Igreja, opunha-se às próprias diretrizes neotomistas que fundamentavam o funcionamento do CEB; como o Conselho Diretor da instituição dispôs-se a seguir essas diretrizes, os debates puderam ocorrer nas sessões seguintes à apresentação das teses, não estando submetidos à orientação estrita de padre Miele. Assim, o que estava em jogo na decisão acerca das dinâmicas dos debates intelectuais que ocorreriam no CEB era o grau de abertura a novas ideias que seria permitido nas sessões presenciais. Decidiu-se pela abertura ao debate, o que permitiria o confronto entre ideias díspares; mas padre Miele, considerado o “Conselheiro” do grupo, teria a prerrogativa de atuar como mediador dessas tensões.

Para compreender como essa abertura ao debate funcionou concretamente, e seus limites, tomemos como exemplo outros embates ocorridos ainda nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Começemos pelo primeiro trabalho apresentado por Loureiro Fernandes no CEB, em 30 de janeiro de 1930, tratando da “Histeria”. Loureiro iniciou pela descrição médica de suas manifestações, afirmando que elas apresentavam “certos caracteres típicos de neuropatias e psicoses”. A seguir,

referindo-se aos processos inquisitoriais da antiguidade, nos quais são relatados pactos anormais e estranhos, desconhecidos ou mal interpretados pela velha patologia e hoje elucidados pela luz da moderna ciência médica, expôs interessantes casos de diabolismo, epilepsia, sonambulismo, obsessões e catalepsias, que se radicavam inteiramente à neurose histérica dos vitimados (LIVRO 1929-1931: 25V).

6 Sobre o método escolástico, ver Rouwendal (2010: 59-62).

Loureiro operava então com a noção de que a ciência e a Razão não eram opostas à fé. Em sua fala, a “velha patologia” dos processos inquisitoriais pertencia ao passado; o saber científico se impunha, como triunfo da Razão – sem que isso lhe parecesse incoerente com o projeto neotomista que, como fundador, membro do Conselho Diretor e figura central do CEB (cujas sessões ocorriam no porão de sua casa), ele defendia.

Essa postura de Loureiro ficou ainda mais clara quando de sua elocução sobre a “Cronologia Pré-Histórica”, ocorrida em 3 de julho do mesmo ano.<sup>7</sup> Nesta sessão, ele abordou os “últimos dados, as novas hipóteses e investigações científicas acerca (...) do aparecimento do homem em nosso planeta (...), chamando a atenção sobre o rigoroso critério científico de que se deve usar na interpretação dos fósseis” (LIVRO 1929-1931: 66). Seu objetivo era contrapor-se à tese de seu “consócio” Waldomiro Teixeira Freitas, engenheiro civil e professor da Faculdade de Engenharia do Paraná, que algumas semanas antes havia defendido a tese de que a ideia bíblica da gênese do homem poderia ser demonstrada matematicamente a partir de uma regressão estatística da população humana no planeta, considerando os índices de acréscimo e decréscimo de população em cada país. Contrapondo-se diretamente (e nominalmente) à fala de Freitas, Loureiro citou estudos sobre fósseis de neandertais, dados geológicos sobre as glaciações ocorridas na Europa 10.000 anos antes, e afirmou “ser a tendência atual da verdadeira ciência fugir aos algoritmos fabulosos” (LIVRO 1929-1931: 67).

Após a fala de Loureiro, padre Miele declarou constar do expediente o pedido de resposta a uma consulta, encontrada na caixa de perguntas deixada no auditório: “Que se deve pensar a respeito da discordância entre os dados da Bíblia e as conclusões da ciência no campo da pré-história?”. Miele respondeu que

a resposta já estava dada pela brilhante conferência do Dr. Loureiro. Que nenhuma contradição, ou melhor, nenhum conflito poderia existir entre as verdades da fé e as verdades da ciência. (...) uns são os caminhos determinados por Deus e outros são os delineados pelo homem em demanda da Verdade, que é o próprio Deus – um é o caminho reto da Verdade, outro o caminho sinuoso da dúvida e das hipóteses acerca da Verdade” (LIVRO 1929-1931: 67-68).

O que estava em discussão, desse modo, era a significação da ciência dentro do projeto tomista, e seus limites frente aos dogmas católicos. A mesma temática apareceria de modo recorrente nos primeiros anos de atividades do CEB: após uma apresentação sobre as teorias contemporâneas da Física, incluindo a Teoria da Relatividade, pelo Dr.

7 As ideias apresentadas a seguir foram objeto de uma análise anterior, voltada a outro objetivo, publicada em Guérios (2017: 127-128).

Algacyr Munhoz Mäder, diretor do Ginásio Paranaense, padre Miele faria “um apelo a todos os bandeirantes do Círculo para uma afirmativa solene na defesa, aceitação e conservação dos princípios básicos e superior aceitação e superior orientação por que se alteia e caminha o nosso Círculo de Estudos” (LIVRO 1929-1931: 84V-88). Alguns meses depois, Miele voltaria a falar “acerca da consulta feita, em sessão anterior, sobre o conflito entre as legítimas conclusões da ciência e as autênticas assunções da Bíblia”. Nesta sessão, afirmou que não poderia haver duas Verdades, pois a verdade científica era apenas uma variante da Verdade religiosa, dado que “a verdadeira ciência nasce da razão humana iluminada por Deus” (LIVRO 1929-1931: 97-97V).

Esses relatos demonstram que as diferentes compreensões acerca da relação entre o conhecimento filosófico-científico e o pensamento religioso que se manifestavam nas sessões do CEB estavam ligadas à linha de fratura existente no próprio projeto filosófico neotomista da Igreja Católica, origem direta das discussões ocorridas na instituição. Percebe-se que o Círculo não se restringiu à reunião de um “grupo de intelectuais católicos” que se preparava para o combate contra os adversários da Igreja: a leitura dos Livros de Atas e de sugestões, que nos informam acerca das discussões efetivas ocorridas nos primeiros anos de atividade do CEB, demonstra-nos que diferentes perspectivas conviviam neste espaço. Alguns membros, como Benedito Nicolau dos Santos e o próprio padre Miele, enxergavam de fato o Círculo como um local de formação religiosa, em que as doutrinas da Igreja, a despeito da abertura para discussões de caráter científico, eram soberanas e inquestionáveis. Outros, como Bento Munhoz da Rocha Netto e Waldomiro Teixeira de Freitas, buscavam assimilar as verdades da Filosofia e da Ciência às Verdades divinas. E outros ainda, como José Loureiro Fernandes, José Mansur Guérios e Liguarú do Espírito Santo, partilhavam do projeto de aprofundar seus conhecimentos acerca da filosofia católica, mas, mais abertos à Ciência e à Filosofia modernas, enxergavam o pensamento religioso antes como um fundamento filosófico – como uma chancela às verdades reveladas pela Razão humana. Um mesmo projeto – o projeto da restauração católica calcado no resgate da filosofia tomista – atualizava-se de diferentes formas, por parte de diferentes intelectuais, a partir de diferentes composições de seus componentes religiosos, filosóficos e científicos.

Nos anos seguintes, mesmo com a transferência de padre Miele para a Diocese de São Paulo, que ocorreu no final de 1932, as sessões semanais de discussão e de confronto de ideias permaneceriam ocorrendo regularmente: segundo levantamento feito por Hanicz, entre setembro de 1929 e dezembro de 1936 ocorreram 260 delas (Hanicz 2006: 235). É importante destacar que as divergências e os embates intelectuais que

ocorriam nas sessões presenciais não impediram que a instituição, ao voltar-se para fora e posicionar-se frente às disputas que ocorriam na sociedade englobante, mostrasse uma face corporada, assumindo uma posição política ativa em defesa dos interesses da Igreja: de fato, enquanto instituição, o CEB atendia continuamente a demandas que lhe eram endereçadas pelo clero.<sup>8</sup>

Ao mesmo tempo, o CEB constituiu-se, ao longo da primeira metade da década de 1930, na principal instituição cultural de Curitiba, e serviu como referência para várias outras instituições da região. Em suas salas, abrigou o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, a Escola de Serviço Social do Paraná<sup>9</sup>, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, a Aliança Cultural Franco-Brasileira, o Núcleo Paranaense da Associação dos Geógrafos Brasileiros, dentre outras. Ao mesmo tempo, recebia consultas de outras instituições similares, que buscavam inspiração em seu modelo de funcionamento.<sup>10</sup>

Assim, quando, no final dos anos 30, um grupo de professores ligados às Faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia do Paraná criou um projeto para agregar-se em uma Universidade, entendendo que a existência de uma Faculdade de Filosofia, Letras e Artes seria essencial para seu sucesso,<sup>11</sup> eles voltaram-se ao CEB. Era ali que, em Curitiba, localizava-se o grande polo de concentração de intelectuais que pensavam a sociedade, e de onde viriam potenciais professores catedráticos para a constituição de uma faculdade de Ciências Humanas.

8 Entre 1932 e 1934, por exemplo, o CEB foi a sede paranaense de organização da Liga Eleitoral Católica, que visava eleger deputados federais que defendessem a inclusão dos projetos católicos na Constituição de 1934. O desembargador Manoel Lacerda Pinto foi apontado como candidato para concorrer às eleições, e, eleito, cumpriu esse papel, conforme demonstra a correspondência mantida por ele com Loureiro Fernandes (cf. CEBDOC896; CEBDOC 927).

9 A respeito da fundação da Escola de Serviço Social do Paraná, que ocorreu no âmbito mesmo das atividades do CEB, ver Battini *et al.* (2009: 85-90).

10 No CEBDOC1161 consta uma relação dos destinatários da Revista do CEB. Dentre eles, estão Sociedades, Associações, Bibliotecas, Institutos Históricos e Geográficos, Institutos de Pesquisa, Órgãos Públicos, Museus, instituições religiosas e revistas, do Brasil e do exterior. Esses materiais abrem uma janela para os processos envolvidos na criação de diferentes associações e sociedades eruditas em regiões periféricas do Brasil na primeira metade do século XX.

11 A Universidade do Paraná havia sido criada em 1912, mas foi separada em suas três Faculdades componentes (Medicina, Direito e Engenharia) em 1915, devido à Reforma Maximiliano. A compreensão de que a incorporação de uma Faculdade de Filosofia viabilizaria a “restauração” da Universidade foi expressa por um dos membros da Faculdade de Engenharia à época, Ildefonso Puppi (1986: 42).

### 3. Os intelectuais do CEB e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR)

Em 26 de janeiro de 1938, Omar Gonçalves da Mota (professor da Faculdade de Direito do Paraná) convidou alguns de seus colegas docentes e também os intelectuais do CEB para uma reunião no Salão Nobre da Universidade do Paraná. Seu objetivo era dar conhecimento de seu projeto para a criação da FFCLPR, convidar a todos para participar, e definir quais seriam os primeiros catedráticos da instituição.

Omar Gonçalves da Mota era então o Secretário do Interior do Estado, e ocupava a interventoria quando dos afastamentos temporários do titular do cargo, Manoel Ribas. A despeito do caráter privado da instituição, Mota utilizou o Congresso Legislativo Estadual como a primeira sede da Faculdade; adicionalmente, previu a celebração de um contrato com o Governo do Estado para a instituição administrasse os Cursos Complementares do Ginásio Paranaense. Desse modo, seriam gerados recursos que, somados às contribuições mensais dos alunos, permitiriam que o projeto fosse aprovado pelo Governo Federal (Glaser 1988: 16-21; Alves 1988: 62-64).<sup>12</sup>

Segundo relata Hoerner Jr. (1993: 33-34), Manoel Ribas desconhecia as facilidades que Mota oferecera à instituição. Ao descobrir que Mota articulava uma manobra política para substituí-lo na Interventoria, Ribas demitiu-o da Secretaria do Interior; ao mesmo tempo, rescindiu o contrato da FFCLPR com o Ginásio Paranaense, e despejou a instituição da Assembleia.

Para manter a viabilidade do projeto, buscou-se então uma nova fonte de financiamento para a instituição. A solução, articulada ao longo do ano seguinte pelos membros do CEB Loureiro Fernandes e Arthur Martins Franco, foi realizar um convênio com a União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), entidade educativa ligada aos Irmãos Maristas e que dirigia o Instituto de Ensino Santa Maria. Como condição, conforme informa a ata da reunião da Congregação da FFCLPR de 01/08/39, os catedráticos deveriam seguir “uma norma de respeito e deferência para com os princípios fundamentais da UBEE, bem como quanto aos postulados cristãos e sua orientação espiritual, uma conduta de elevado aceitamento às tradições católicas do povo brasileiro” (*apud* Furtado 2000: 54).

Desse modo, a despeito de a iniciativa para criação da FFCLPR ter partido de docentes ligados às faculdades tradicionais da cidade, logo a presença e a liderança

12 O Decreto-Lei nº421, de 1938, regulava o funcionamento dos estabelecimentos de Ensino Superior no Brasil. Na alínea a) de seu artigo 4º, consta que a autorização para esse funcionamento apenas seria concedida “se a entidade de caráter público ou privado, que se propuser instituir o curso, demonstrar que possui capacidade financeira para manter, de modo satisfatório, o seu integral funcionamento e que dispõe de edifícios e instalações apropriadas” (BRASIL 1938).

dos intelectuais ligados ao CEB e à Igreja Católica configuraram-se como centrais; eles ocuparam os principais cargos, e constituíram mais da metade de seu corpo docente.<sup>13</sup> As dinâmicas que ocorriam no âmbito do Círculo transferiram-se então para esse novo enquadramento, mantendo em pauta, ao longo das duas décadas seguintes, o projeto neotomista da Igreja e seus diferentes agenciamentos por parte dos intelectuais ligados à instituição – mas sob condições institucionais diversas.

Ao discursar para a primeira turma de formandos da Faculdade, em 1940, o diretor Brasil Pinheiro Machado apresentou sua compreensão da ideia fundamental do projeto pensado para a Faculdade:

Ao par da necessidade da formação de técnicos, cresce, no Brasil, a necessidade da formação dessas “elites” intelectuais, voltadas aos problemas básicos e desinteressados do espírito, (...) porque desses problemas básicos do espírito é que descendem a possibilidade da técnica e a sua disciplina, como da inteligência depende a ordenação das coisas. (...) [N]ão exerceram as escolas superiores, dizia eu, a função de recriar e disciplinar a cultura nacional, e, no entanto, só pelas escolas superiores é possível tal função. (...) Na verdade, somos todos combatentes da mesma batalha, perseguidores da mesma finalidade, que é a criação de um clima propício ao desabrochar de uma verdadeira liderança intelectual, dentro do desordenado ambiente cultural brasileiro (ANUÁRIO 1940/1941: 42).

Segundo Pinheiro Machado, era a formação intelectual e filosófica de seus alunos que os habilitaria para cumprir a missão de liderar a nação: seria essa a diferença da Faculdade de Filosofia em relação às Faculdades tradicionais. Afirmava-se, assim, a centralidade do pensamento filosófico enquanto fundamento para a ação. E, ao longo dos anos seguintes, nas diversas ocasiões em que professores ou dirigentes da Faculdade filiados ao CEB foram instados a se manifestar sobre seu projeto, eles marcaram que a orientação filosófica geral que tinham em mente era neotomista.<sup>14</sup> Na formatura da turma de 1941, por exemplo, padre Jesus Ballarin afirmou:

a ciência é apenas a “escola primária do espírito”. A ciência não se identifica com a Verdade, não se emparelha, nem dispensa e muito menos suprime a Religião. O pensamento humano, a razão humana é uma força viva que busca seu ponto de apoio e o seu fim; o princípio e o fim da inteligência é Deus (ANUÁRIO 1940/1941: 52).

13 Em 1940, quando da formatura da primeira turma de bacharéis formados pela instituição, dos 40 catedráticos que ali lecionavam, sete eram padres e outros 17 eram membros do CEB (Furtado 2000: 60-61).

14 Para uma revisão extensa dessas elocuições, ver o estudo de Névio de Campos sobre as concepções de Universidade dos intelectuais paranaenses na primeira metade do século XX (Campos 2008: 122-185).

Contudo, cabe aqui tratar do estatuto desses discursos, e reafirmar as mesmas ressalvas já levantadas no item anterior: feitos em momentos de explicitação do projeto da instituição para o público, eles reproduziam o ideal da norma estabelecida ao longo das interações, e não as práticas concretas que nela ocorriam. Não devem, assim, ser confundidos com as condutas efetivas dos membros da FFCLPR, ou conduzir a uma visão homogênea de seus projetos, ou, ainda, ser projetados como o conteúdo efetivo da formação oferecida aos alunos. Mais uma vez, a face pública e corporada da instituição, postulada nesses discursos, deve ser analisada em conjunto com a restituição dos embates e tensões presentes em seu cotidiano – que nos mostram como havia aí, de fato, uma grande diversidade de posturas e de atitudes frente ao ensino, à sociedade, à ciência, à filosofia, e ao próprio pensamento religioso. Pois, se a primeira geração de professores e alunos da Faculdade formavam uma rede de pessoas de perfil social homogêneo,<sup>15</sup> que acreditava ter uma vocação de elite dirigente, e que buscava se capacitar filosófica e tecnicamente para implementar seus ideais e formar uma elite capaz de fomentar o progresso do estado, isso redundaria, na prática, na convivência de projetos muito distintos entre si.

Diversas pesquisas já realizadas sobre os catedráticos da FFCLPR nos mostram que entre eles existiam ao menos três fontes de divergências para esses projetos, que diziam respeito: ao grau de envolvimento efetivo com as atividades de ensino e pesquisa; ao estatuto emprestado ao pensamento filosófico católico em seus projetos de conhecimento; e aos graus de adesão de cada um aos interesses institucionais da Igreja Católica. Examinemos, então, mais de perto, cada um desses três temas, abordando em primeiro lugar a efetividade da participação dos catedráticos no cotidiano da Faculdade.

A cátedra de Política da FFCLPR foi ocupada por Manoel Lacerda Pinto. Segundo o que consta dos programas de curso e dos diários de classe do curso de Ciências Sociais da instituição entre 1938 e 1960, consultados por Prado (2017: 63), Lacerda Pinto comparecia apenas intermitentemente às aulas das disciplinas de sua cadeira. Com maior frequência, recebia alguns alunos em sua casa, para conversas e palestras, emprestando a eles seus livros. Contudo, ele não chegou a configurar uma agenda de pesquisas para sua área, nem chegou a indicar ou coordenar o trabalho de professores assistentes.<sup>16</sup>

---

15 No caso do curso de Ciências Sociais e Políticas, por exemplo, a maior parte dos alunos era composta de bacharelados em Direito que buscavam aí uma complementação para seu curso (Prado 2017: 51). Pórcia Alves (1988: 66), aluna da primeira turma de Pedagogia, fala também que “a clientela dos cursos era composta por alunos, na sua totalidade portadores de algum diploma” – privilégio de uma fração muito pequena da população da época.

16 Conforme apontou Prado (2017: 63), “na experiência de [um dos alunos de Lacerda Pinto, Constantino] Comninos, quando Lacerda Pinto não comparecia, as aulas simplesmente não aconteciam”.

Já a cátedra de Sociologia foi ocupada por Omar Gonçalves da Mota. No entanto, ele lecionou efetivamente a disciplina apenas para a primeira turma (Prado 2017: 73, 97). As aulas relativas à cátedra foram regidas preponderantemente por professores assistentes; os assuntos abordados oscilavam entre conteúdos de direito, filosofia, economia e estatística, resultando em um perfil indiferenciado em termos disciplinares. Essa indiferenciação era comum em outras cátedras de Sociologia da época (cf. Miceli 1989: 7; Ortiz 2002: 185; e, no caso da própria FFCLPR, Oliveira 2006: 15-21); mas importa aqui destacar que, como afirma Prado (2017: 76), na FFCLPR “não se constituía um projeto para a cátedra de sociologia, nem uma agenda de investigações e ensino, [e] não se aglutinavam agentes em torno da área”.

Lacerda Pinto e Omar Gonçalves da Mota, assim, faziam parte de um grupo de professores cujo envolvimento com a FFCLPR restringiu-se à participação em Conselhos, ao desempenho eventual em altas funções administrativas, e às elocuições de honra em eventos oficiais da instituição. Eram intelectuais respeitados, mas suas participações efetivas nas cátedras – tanto na produção de conhecimento e na coordenação de projetos de pesquisa, quanto na regência de disciplinas – eram restritas. Outros catedráticos, como os citados a seguir, tiveram uma atuação muito mais ativa na instituição.

A segunda fonte de variações nas atividades da FFCLPR diz respeito ao fato de que o pensamento católico assumiu um estatuto distinto na produção de cada um dos intelectuais a ela ligados. Para falar desse assunto, abordaremos a produção acadêmica de três dos catedráticos da Faculdade que estiveram dentre os mais atuantes, em termos acadêmicos: Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e José Loureiro Fernandes.<sup>17</sup>

A despeito de ocupar a cátedra de História das Américas, ao longo da primeira metade da década de 40 Bento Munhoz regeu a disciplina de Sociologia, ofertada para o 2º ano do curso de Ciências Sociais. Ele adotou como abordagem a Sociologia Integral de Alceu Amoroso Lima. Segundo o depoimento de um aluno seu, Albano Woiski, a obra de Amoroso Lima foi analisada de ponta a ponta em sua disciplina (*apud* Prado 2017: 86). Em sua compreensão, apresentada em uma conferência pronunciada em 1942, a sociologia científica era limitada, dado que apenas tratava do homem seguindo “uma concepção do ser racional, que tira aos fatos sociais a fixidez e a fatalidade inerentes aos fatos físicos e biológicos em relação às contingências físicas e biológicas do fato social” (ANUÁRIO 1942: 16). A totalidade do comportamento humano, portanto, apenas poderia ser compreendida se fosse levada em consideração também sua natureza metafísica e universal, ligada a

17 Este tópico foi abordado anteriormente em Guérios (2017: 127-130). Retomamos aqui a argumentação desenvolvida nesse artigo.

sua origem divina. Bento Munhoz foi assim, desde a época do CEB, o intelectual dessas redes que mais se aproximou da filosofia tomista, e que mais escreveu e lecionou sobre ela.<sup>18</sup> Após 1946, Bento Munhoz afastou-se das atividades letivas na Faculdade, passando a dedicar-se mais intensamente a sua carreira política. Ele não deixaria, no entanto, de se dedicar à produção de uma ampla reflexão intelectual de caráter regionalista sobre o estado do Paraná (cf. Cordova 2009: 83-155).

Pinheiro Machado ocupou a cátedra de História do Brasil, e dirigiu a Faculdade entre 1940 e 1951. Em tese sobre sua trajetória, Marchette (2013) busca demonstrar, através da análise de sua produção intelectual, como é possível constatar, em seu caso – assim como ocorreu com Bento Munhoz – a ocorrência de uma “circularidade entre esferas a princípio conflitantes, como o poder público e a dedicação ao pensamento sobre a história” (Marchette 2013: 349):

[Pinheiro Machado] atuaria, ao mesmo tempo, no processo de construção nacional como agente público fundamental, e na conformação da sua especialidade como profissional autônomo. O próprio texto de Brasil Pinheiro Machado para o Centenário, no formato de “Esboço”, pode atestar essas duas dimensões acima apontadas, uma vez que uniu a história à política em um momento (...) [em que] o Estado buscava se afirmar como uma unidade autônoma fundada em origens comuns. Uns dos efeitos dessa “dupla identidade” foi que a especialização crescente da produção do conhecimento em História acompanhava de perto esse processo da construção das identidades, nacional e regional, elaboradas pelos intelectuais desse perfil surgido nos anos 1930. No pensamento de Brasil Pinheiro Machado as preocupações metodológicas quanto ao fazer-se a história eram evidentes, e fizeram parte do seu cotidiano na FFCL do PR, como professor, mas também como dirigente máximo dessa instituição de ensino superior (Marchette 2013: 61-62).

Quanto às preocupações metodológicas de Pinheiro Machado, Marchette (2013: 68) discorre sobre a relação por ele estabelecida, neste período, entre o pensamento filosófico católico e a ciência. Ao contrário de Bento Munhoz, ele não construiu uma visão sobre a História que fosse ligada epistemológica ou metodologicamente ao tomismo, adotando, ao contrário, “os avanços na pesquisa documental e da moderna historiografia de viés cultural”. Ao mesmo tempo, contudo, essa visão, que lhe apontava a necessidade de a cultura ser ordenada de acordo com a “unidade e a tradição” de cada nação, levou-o

18 Em 1936, Bento Munhoz proferiu no CEB uma conferência “Sobre o Thomismo”, em que afirmava que esta era a única filosofia perene, “sempre contemporânea de todos os tempos, que é sempre atual porque é simplesmente a Verdade” (Rocha Netto 1936: 244). Em 1954, em sua fala na comemoração dos 25 anos do CEB, falou sobre a centralidade da filosofia tomista na instituição (Rocha Netto 1954: 771-773).

a afirmar que a busca pela identidade nacional estava vinculada à tradição cristã. Sua historiografia, assim, “fez uma conexão direta entre a tradição cristã e a conquista da autonomia cultural do país; a consolidação da autonomia [estava ligada à] manutenção dessas origens e [era] a garantia da unidade cultural e política do Brasil” (Marchette 2013: 164-168).

Loureiro Fernandes, por fim, ocupou a cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade. Desde a época da fundação do CEB, seu pertencimento principal era às instituições culturais e de ensino de que participava, às quais direcionou a maior parte de seu tempo e energia. Comparando sua trajetória intelectual às de Bento Munhoz e de Pinheiro Machado, percebe-se que, mesmo sendo um articulador central do projeto da Ação Católica no Paraná, foi ele o intelectual dessa rede mais vinculado ao pensamento científico – e, na FFCLPR, foi ele o catedrático que mais buscou criar condições para a institucionalização de projetos de pesquisa na instituição.

Na FFCLPR, estruturou sua cátedra agregando diversos alunos, especialmente oriundos do curso de Geografia e História, com os quais fazia expedições de campo ao litoral e ao interior do estado do Paraná. Ao longo dos anos 40, Loureiro publicou também artigos de caráter etnográfico sobre os Kaingang, seguindo a concepção descritiva da Etnografia vigente então nos cursos ministrados no Brasil (Castro Faria 1983: 242). Neste momento de profissionalização da área, Loureiro passou a circular de modo cada vez mais amplo, participando ativamente da estruturação de um campo para a Antropologia no país.<sup>19</sup>

Desse modo, a despeito de intelectuais como Bento Munhoz, Pinheiro Machado e Loureiro Fernandes terem o neotomismo como referência filosófica fundamental em suas atuações acadêmicas, suas compreensões da relação entre ciência e pensamento católico divergiam fortemente: da adoção teórico-metodológica à Sociologia Integral por parte de Bento Munhoz; passando pelo projeto de uma história cultural do Paraná ligada à tradição cristã de Pinheiro Machado; e chegando à Antropologia Evolucionista de corte cada vez mais cientificista por parte de Loureiro Fernandes, percebemos que as linhas de força divergentes entre religião e ciência que subjaziam à filosofia neotomista encontraram na FFCLPR todas as suas possíveis manifestações.

A terceira fonte de diversificação nas atividades da FFCLPR de que trataremos relacionou-se ao afinco com o qual alguns deles dedicaram-se ao cumprimento do projeto

19 Loureiro foi um dos fundadores de Associação Brasileira de Antropologia; fez uma formação específica em Etnologia no *Musée de L'Homme* e na *École d'Anthropologie* de Paris; participou como membro de diversas associações de Antropologia no exterior; e criou na FFCLPR um Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) e o Museu de Arqueologia e Artes Populares (MAAP).

original da Igreja, de pautar a centralidade do pensamento católico no ensino oferecido pela Faculdade. O coordenador desses esforços foi Homero Batista de Barros, catedrático de História Moderna e Contemporânea, que dirigiu a FFCLPR após a federalização da Universidade do Paraná, entre 1951 e 1968.

Com a federalização, a FFCLPR deixou de ser vinculada à UBEE, e passou a estar submetida às exigências legais federais no que diz respeito à realização de concursos públicos de títulos e provas para a contratação de novos docentes. A Faculdade, no entanto, tinha ainda a prerrogativa de conceder títulos de notório saber, que permitiam a seus portadores participar dos concursos. Em 1955, o resultado do concurso para a cátedra de Língua e Literatura Italiana foi objeto de um recurso por parte de Bruno Enei, candidato que tinha doutorado na área na Universidade de Florença e que foi suplantado pelo padre Luigi Castagnola, cujo único título era justamente o notório saber concedido pela própria Faculdade. Como resultado, Loureiro Fernandes e Wilson Martins (catedrático de Literatura Francesa que havia ingressado em 1952 na instituição) solicitaram à Congregação que a matéria fosse regulamentada, e foram derrotados (Westphalen 1988: 40-43), explicitando e aprofundando uma polarização existente no grupo fundador da instituição quanto às suas diretrizes de funcionamento. O caso do concurso de Castagnola, estudado por Machado (2009: 13-47) em sua tese de doutoramento, teve ampla repercussão, tanto local quanto nacional, por demonstrar que havia um favorecimento de determinados candidatos com o objetivo de manter uma maioria do professorado de perfil católico na Faculdade. Como demonstra Machado, estava em questão um embate entre os “agentes interessados em instituir a racionalidade [e] a objetividade acadêmica no processo de seleção para as cátedras (...) – que se identificavam com a racionalidade inerente ao processo de modernização – e os grupos dominantes mais conservadores – que se apoiavam nas bases religiosas do catolicismo para manter o controle das instituições” (Machado 2009: 177-178).

Interessa-nos aqui destacar que os membros do CEB podem ser encontrados em ambos os lados do embate. As posições de cada catedrático ficaram claras quando, em 1958, Homero de Barros realizou uma manobra política para manter-se à frente da Direção da Faculdade, e professores como Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado, Loureiro Fernandes e Liguarú do Espírito Santo encaminharam um processo solicitando a impugnação da lista tríplice indicada para a ocupação do cargo (Machado 2009: 29). Homero de Barros, contudo, lograria ser reeleito para o cargo, a partir do qual continuaria a definir a composição do Conselho Técnico, que tomava as principais decisões da gestão da Faculdade, e mesmo a interferir nos programas ministrados pelos

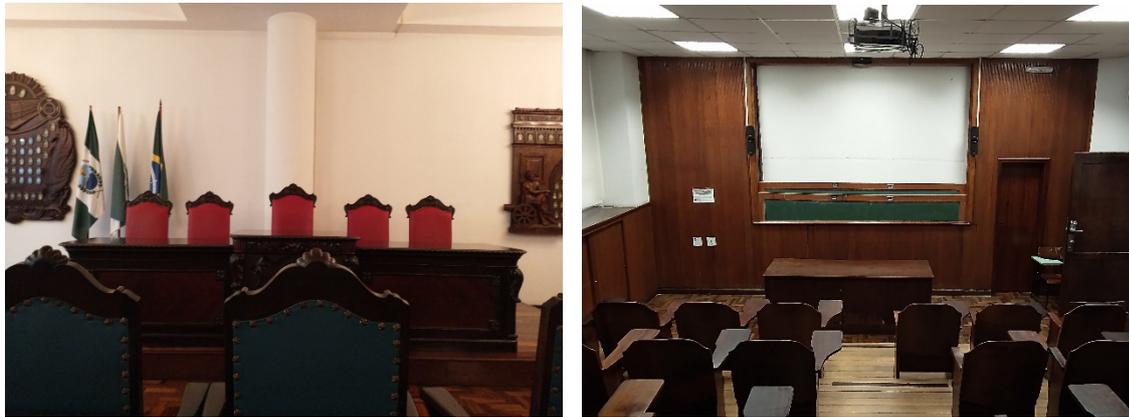
professores assistentes: conforme Olga Mattar, regente da disciplina de Sociologia, afirmou mais tarde em entrevista, ela abordava em seus cursos o conteúdo das encíclicas católicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo anno* e *Divini Redemptoris* porque “recebia orientações do diretor da Faculdade, Homero de Barros (membro do CEB), para trabalhar estas encíclicas em sala” (*apud* Prado 2017: 86-87).

Esta discussão sobre a atuação dos intelectuais da FFCLPR nos mostra que suas diferenças se acentuaram com o passar do tempo, na medida do desenvolvimento dos projetos intelectuais e profissionais de cada um, das mudanças institucionais decorrentes da federalização da Faculdade, e da admissão de novos membros no corpo docente da instituição. Mas havia entre eles um horizonte comum, que marcava as dinâmicas da arena em que seus embates ocorreram. Refiro-me aqui à ideia de *Gemeinsamkeit*, com a qual Max Weber (1980 [1922]: 236) se refere ao “terreno comum” que pode, potencialmente, agir no sentido da constituição de relações comunitárias “étnicas”. É esse “terreno comum” que define os limites do pensável e o ponto até o qual as diferenças se estendem em uma “Comunidade” em contínuo processo de constituição.

Na FFCLPR, esse “terreno comum” diz respeito, por um lado, a uma postura segundo a qual eram eles, os membros da elite do país, os responsáveis por guiar os destinos da nação; e, por outro lado, à cisão entre o pensamento científico e a autoridade da Igreja e dos dogmas católicos, postulada na encíclica *Aeterni Patris* – que era o fundamento do movimento que originalmente os reuniu, no final da década de 1920, no Círculo de Estudos Bandeirantes, e que gerou as linhas de força sobre as quais suas divergências se manifestaram.

Esta cisão pode ser observada ainda hoje em duas das salas do Setor de Ciências Humanas da UFPR, que, em sua arquitetura, cristalizam esse passado institucional – como se constituíssem vestígios arqueológicos ou evidências físicas dos sentidos emprestados aos diferentes projetos de ensino e de produção de conhecimento presentes na Faculdade. Uma delas, a sala Homero de Barros, antiga Sala dos Conselhos, onde ocorriam as deliberações administrativas da Faculdade, coloca em posição de destaque o projeto autoritário e hierárquico da Direção de seu titular, ao dirigir os olhares a uma bancada imponente, elevada em relação aos assentos comuns, e dividida em diferentes degraus, na qual o lugar central era ocupado pelo Diretor. A outra, a sala didática do Departamento de Antropologia fundado por Loureiro Fernandes, organizada em forma de anfiteatro, coloca na mesma posição de destaque o conhecimento científico. Em seu ponto focal, estão dois quadros negros móveis escamoteáveis, que, segundo Igor Chmyz (2005: 83, 91), aluno de Arqueologia de Loureiro, eram por ele preenchidos com desenhos e anotações antes

do início de aulas, e, em várias ocasiões, baixados sob sua base para abrir espaço para a projeção dos filmes e das fotos que ele e sua equipe, acompanhados por seus alunos, produziam ao longo de pesquisas de campo.



**Figura 2.** À esquerda, Sala Homero de Barros; à direita, sala didática do Departamento de Antropologia da UFPR. Fotos do autor.

A despeito da vinculação das salas a seus criadores – talvez os membros mais representativos dessas linhas de força (Homero, o guardião da autoridade do projeto da Igreja Católica; Loureiro, o guardião da autoridade do saber científico) – isso não significa que essa divisão era estanque, dado que, justamente, dizia respeito a variações diversas de um mesmo horizonte comum. Assim, por exemplo, Rosário Farani Mansur Guérios,<sup>20</sup> aguerrido defensor do projeto de Homero de Barros, foi também um linguista de destaque, publicando já na década de 1930 um livro sobre tabus linguísticos que ocupa uma posição relevante na história da disciplina no Brasil – e que foi uma das primeiras obras a apropriar-se do pensamento de Sigmund Freud no país. Havia, então, uma produção científica entre os mais engajados defensores do pensamento católico; assim como havia um forte viés autoritário, bem como uma presença variada do ideário católico, nas aulas e produções científicas de Bento Munhoz, Pinheiro Machado e Loureiro Fernandes. Cada um deles portava, de diferentes modos, as marcas do projeto neotomista da Igreja Católica.<sup>21</sup>

No entanto, é preciso refletir com maior atenção acerca do alcance que o pensamento neotomista teve, de fato, no cotidiano da instituição. Pois, na prática, a significação que essa filosofia assumiu parece ter sido mais consequencial para a ideia de que seriam eles os formadores dos novos líderes responsáveis por guiar os destinos do Paraná, do que para a definição de uma formação propriamente religiosa.

20 Rosário foi o irmão mais novo de José Mansur, que, falecido precocemente em 1943, foi professor catedrático da Faculdade de Direito do Paraná (cf. Ferrarini 2011: 53-56).

21 Sobre a vinculação de Loureiro Fernandes a esse projeto e sua oscilação entre religião e ciência ao longo do tempo, ver Guérios (2017).

#### 4. Potencialidades e limites: do pensamento conservador na FFCLPR

Delohé Scalco, que viria a se tornar a única bacharel graduada na primeira turma de Ciências Sociais e Políticas da FFCLPR, publicou no jornal *O Dia*, em 25 de dezembro de 1938, um artigo que nos informa sobre como o projeto da Faculdade a impactou. O artigo foi escrito na conclusão de seu primeiro ano de curso, após ela ter acompanhado as disciplinas de Filosofia Geral e Psicologia, ministradas pelo Padre Jesus Ballarin; a de Sociologia, ministrada por Omar Gonçalves da Mota; e a de Economia Política e Finanças, ministrada por Arthur Ferreira dos Santos.<sup>22</sup>

Em seu texto, Scalco constroi uma defesa convicta do valor do saber científico e acadêmico. Neste artigo, ela refere-se às disciplinas que cursou: a Sociologia, que “baseia um dos seus mais importantes objetivos na observação dos movimentos sociais, e principalmente dos que se caracterizam pelo andamento evolutivo”, era capaz de atingir o “entendimento das atividades sociais” a partir da mobilização de “dados concretos, estatísticas, estudos especializados, observações atentas e minuciosas”; os Psicólogos e Psiquiatras “têm contribuído com seus estudos especializados” acerca dos desajustamentos mentais; e economistas e sociólogos, atentos às “consequências da assimetria econômica”, permitiam melhor pensar os “desajustamentos sociais” devidos ao desemprego. O título do artigo, “A cultura no desajustamento social”, resume a tese por ela apresentada: a soma de conhecimentos da civilização moderna (a “cultura”) serviria ao combate da desordem e da anomia (o “desajustamento social”).

Chama a atenção, no discurso de Scalco, a convicção que ela construiu acerca do valor não só das diferentes ciências, mas também do meio social em que ela se movia. Segundo ela, “[o progresso] sempre se faz por uma minoria intelectual mais adiantada”; “o fato fundamental do desajustamento é a falta de cultura, a não simultaneidade entre uma minoria que organiza, produz, inova e a maioria incapaz de acompanhá-la”. De maneira clara e direta, ela afirma que a cultura e a ciência desenvolvidas pelos intelectuais devem servir como parâmetro acerca daquilo que deve ser feito para o progresso da sociedade – enquanto o povo, por seu lado, deveria ser educado para entender e acatar as medidas que trariam a ordem e o bem estar social.<sup>23</sup>

22 As disciplinas ministradas para a primeira turma do curso de Ciências Sociais e Políticas da FFCLPR foram restituídas por Prado (2017: 97) a partir da consulta dos Históricos escolares dos alunos, constantes do Arquivo do Setor de Educação da UFPR.

23 Em suas palavras: “não é a liberdade que pode trazer acordo entre os povos; ao contrário, é a orientação consciente das restrições mútuas. É nesse sentido que se exerce o controle social, fato de ajustamento, mantenedor da ordem das comunidades. (...) Para uma população de instrução média, a compreensão [do progresso] se faz mais rapidamente que entre um grupo inculto de analfabetos (...) A cultura [leva ao] entendimento dessas necessidades sociais, à aceitação consciente das medidas estabelecidas pelas exigências do âmbito a que se restringem”.

Desse modo, Scalco havia assimilado plenamente a ideia de que aos alunos da Faculdade caberia o papel de líderes do estado e da nação. Nenhuma menção, contudo, foi feita por ela em relação a qualquer ideia de caráter religioso – a despeito de ter cursado Filosofia e Psicologia, ao longo do ano, com padre Ballarin. É possível que outros alunos da FFCLPR tenham adotado, devido a suas formações, convicções religiosas; mas as memórias da Faculdade encontradas ao longo da presente pesquisa, como os textos já citados de Glaser (1988) e Alves (1988), ou os depoimentos dos alunos de Loureiro Fernandes publicados em dossiê dirigido por Igor Chmyz (2005), tampouco se estruturam a partir de um olhar constituído sobre a religião. A formação dos alunos da instituição parece ter resultado, antes, em uma visão dirigista da sociedade a que pertenciam.

Um depoimento interessante a esse respeito foi dado a Patrícia Prado por Constantino Comninos, aluno do curso de Geografia e História na década de 1950, e que se tornou, como vários dos seus alunos de destaque (Westphalen 1988: 37), professor assistente (e posteriormente efetivo) da FFCLPR após sua formatura. Ao comentar a dinâmica das aulas da Faculdade, Comninos afirmou:

[No final dos anos 70,] uma professora que veio de São Paulo era a Lia Pinheiro Machado, que tinha o mesmo nome e sobrenome do vice-presidente do conselho de ensino, pesquisa e extensão, o doutor Brasil, e que era casada com o filho dele, o Pinheiro Machado. (...) Então, quando ela veio pra cá, ela trouxe uma nova técnica, que os nossos alunos, os nossos alunos passaram a aceitar, com muita mais presença, intensidade, do que a maneira como nós ensinávamos. Como é que os professores que me ensinaram a ser professor faziam? Você pegava um monte de livro, fazia um esquema, vinha pra sala de aula, punha um esquema no quadro, como a Olga [Mattar] fazia, e quem falava era o professor. A Lia trouxe esse outro método: quem fala é o texto. Quem fala é o texto. Então dava um texto e os alunos analisavam o texto com a professora. Então há a obrigatoriedade da leitura do texto em específico. Se era comunista, se era direitista, se era liberal, ou se era antiliberal, não interessava; o professor dava o texto. (...) Lia não foi muito bem aceita e foi embora. Ela não se entendeu aqui (Comninos 2016: 26).

Assim, a formação dos alunos da FFCLPR se dava a partir do olhar particular de cada docente, e não de uma análise crítica das bibliografias abordadas nas diferentes disciplinas, ou de um projeto científico mais amplo. Na conclusão de sua pesquisa sobre o curso de Ciências Sociais, Prado afirma que sua análise indicou

a constituição de um curso sem um projeto intelectual, cujo conhecimento produzido prescindia de uma racionalização da realidade, visto que esta não era inquirida com uma preocupação metodológica. (...) buscou-se, por meio do projeto mais amplo da FFCLPR, manter a coesão e integração da cultura e realidade social paranaenses através de uma leitura de união entre tradição e inovação (2017: 80).

Nesse sentido, a FFCLPR era parte de um panorama mais amplo das Ciências Humanas no país, em que se diagnosticava a inexistência de uma ordem social, e em que se atribuía a essas Ciências a tarefa de construí-la (Meucci 2000: 111; Pécaut 1990). O progresso que se vislumbrava guardava um viés essencialmente conservador, pois centrava-se na “produção de conhecimento intelectual puro, desinteressado e moral, que assegurasse a integração entre história e tradição paranaenses face aos avanços técnicos e científicos e as mudanças sociais do período” (Prado 2017: 12).

Havia, contudo, duas carreiras de exceção nestas redes. Loureiro Fernandes, como vimos, desenvolvia com seus alunos projetos de pesquisa de campo no estado – tanto na capital quanto no litoral, assim como no interior. Foi assim um dos únicos catedráticos da Faculdade que enfocou não apenas a história das elites do Estado, mas também suas populações minoritárias, tomando como objetos de estudo as Congadas dos negros paranaenses, a produção de instrumentos líticos pelos indígenas, e as artes populares das populações caiçaras do litoral. Seu estudo do processo de contato com o povo indígena Xetá foi o principal responsável por sua ruptura com os ideais civilizatórios que ele próprio pregou até o final da década de 1940, e que se refletiram no evolucionismo social e cultural que servira até então de base a sua produção. Além dele, Brasil Pinheiro Machado, em conjunto com Cecília Westphalen e Altiava Balhana, ex-alunas da Faculdade e já então docentes, publicaram em 1969, como parte de seu volume de História do Paraná, um estudo da ocupação das terras do interior do Estado a partir da década de 1940. Ali, levavam em consideração a grilagem e a especulação imobiliária que caracterizaram esse processo; produziram, assim, uma História do tempo presente, explicitando como os interesses de frações da própria elite estavam em jogo nessas dinâmicas, que atingiram sua maior intensidade apenas dez anos antes da publicação do volume.

Essa primeira geração de catedráticos na FFCLPR deixou os quadros da instituição a partir de meados dos anos 1960, mas os projetos conservadores que ela havia desenvolvido no âmbito do CEB e da FFCLPR haviam marcado a formação e a visão política de uma série de acadêmicos paranaenses – que, nas décadas seguintes, viriam a herdar as posições sociais de mando ocupadas por seus professores.

Com o advento da ditadura militar em 1964, no entanto, as discussões e os embates mudaram de eixo. Os depoimentos deixados por Carlos Roberto Antunes dos Santos e José Borges Neto, ex-diretores do já Setor de Ciências Humanas da UFPR, quando da comemoração dos 70 anos de sua fundação, em 2008, colocam-nos em contato com a experiência de um grupo de novos professores da instituição, que confrontou, a partir da década de 1970, o modo dominante até então de constituir relações e reproduzir conhecimentos ali vigente, e que logrou alterar o panorama das Ciências Humanas no estado. O embate entre esses grupos aparece em palavras marcadas a ferro e fogo pelo ambiente de repressão e de violência da ditadura: o professor Borges definiu sua trajetória na instituição como “trinta anos de luta contra as forças antidemocráticas no interior da universidade” (Borges Neto 2008: 6); já o professor Antunes afirmou que falar da história do Setor “significa falar das inovações, avanços, ousadias, desobediências civis, críticas e resistências que aqui dentro foram forjadas” (Santos 2008: 1). Ele cita a luta de seu grupo para ocupar os espaços de autoridade institucional, buscando “contestar um longo poder estabelecido” nos Departamentos, nos Conselhos, na Associação de Professores e, por fim, na Reitoria, e levando ao que se referiu como a “rupturas estruturais do mandarinato na UFPR” (Santos 2008: 4-5).

### Referências

- ALVES, Pórcia G. 1988. “Entrevista com a Professora Pórcia Guimarães Alves”. *Educar*, 7: 123-148.
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. 1940/1941, 1942. Curitiba: UFPR.
- AZZI, Riolando. 1977. “O início da Restauração Católica no Brasil (1920 – 1930)”. *Síntese*, 10 (IV): 61-89.
- BALHANA, Carlos A. 1981. *Idéias em confronto*. Curitiba: Grafipar.
- BEGA, Maria T. 2013. *Letras e Política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora da UFPR.
- BORGES NETO, José. 2008. *30 anos no SCHLA*. ms.
- BRASIL. 1938. Decreto-Lei nº421, publicado em 11 de maio de 1938. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0421.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0421.htm). Acesso em 24/10/2022.
- CAMPOS, Névio. 2002. *Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná: 1926-1938*. Dissertação de Mestrado. PPGC, Universidade Federal do Paraná.
- CAMPOS, Névio. 2008. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Editora da UFPR.

- CARDOSO, Irene A. R. 1982. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Editores Associados.
- CASTRO FARIA, Luís. 1983. "A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso". *Anuário Antropológico*, 7 (1): 228-250.
- CEBDOC055, CEBDOC896, CEBDOC 927, CEBDOC1064. Arquivo do CEB, Curitiba.
- CHMYZ, Igor. 2005. "Relembrando José Loureiro Ascensão Fernandes, um semeador". *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, 3: 81-108.
- COMNINOS, Constantino. 2016. "Entrevista a Patrícia Prado". ms.
- CORDOVA, Maria J. W. 2009. *Tinguis, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*. Tese de doutorado. PGSOCIO, Universidade Federal do Paraná.
- CUNHA, Olívia G. 2004. "Tempo Imperfeito: uma Etnografia do Arquivo". *Mana*, 10 (2): 287-322.
- CUNHA, Olívia. G. 2005. "Do Ponto de Vista de Quem? Diálogos, Olhares e Etnografias nos Arquivos". *Estudos Históricos*, 36: 7-32.
- FERRARINI, Sebastião. 2011. *Círculo de Estudos Bandeirantes Documentado*. Curitiba: Ed. Champagnat.
- FRESSATO, Soleni T. B. 2003. *Pela catolização da elite curitibana. O projeto intelectual do Círculo de Estudos Bandeirantes – CEB, 1929 – 1945*. Dissertação de mestrado. PPGHIS, Universidade Federal do Paraná.
- FURTADO, Maria R. 2000. "O Círculo de Estudos Bandeirantes e a formação acadêmica no Paraná". *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, 14: 113-128.
- GLASER, Niroá. 1988. "Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica". *Educar*, 7 (1/2): 13-58.
- GUÉRIOS, Paulo R. 2017. "Trajetórias intelectuais marcadas entre a ciência e a religião: José Loureiro Fernandes e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná". *Campos*, 18 (1-2): 118-138.
- HANICZ, Teodoro. 2006. *Modernidade, religião e cultura. O Círculo de Estudos Bandeirantes e a restauração do catolicismo em Curitiba (1929-1959)*. Tese de doutorado. PGCRC, PUC/SP.
- HOERNER JR., Valerio. 1993. *História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba: Ed. Champagnat.
- LÉON XIII, Pape. 1879. *Aeterni Patris. Lettre encyclique de sa sainteté le Pape Léon XIII sur la philosophie chrétienne*. Disponível em [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/fr/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_04081879\\_aeterni-patris.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/fr/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html). Acesso em 24 de outubro de 2022.
- LIVRO de Atas nº1 das Sessões Ordinárias do CEB. 1929-1931. *Arquivo do CEB*, Curitiba.

LOUREIRO FERNANDES, José. 1937. *Museu Paranaense. Resenha histórica*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia.

LOUREIRO FERNANDES, José. 1950. "Romário Martins. O fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná". *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, 4 (1): 17-33.

LOUREIRO FERNANDES, José. 1954. "Jubileu de Prata do Círculo de Estudos Bandeirantes". *Revista do Centro de Estudos Bandeirantes*, tomo II.

MACHADO, Valéria. 2009. *Diatribes viperinas e digressões quixotescas: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950* Tese de doutorado. PGSOCIO, Universidade Federal do Paraná.

MARCHETTE, Tatiana. D. 1996. *Corvos nos galhos das acácias: anti-clericalismo e clericalização em Curitiba, 1896-1912*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS, Universidade Federal do Paraná.

MARCHETTE, Tatiana. D. 2013. *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico, 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico*. Tese de doutorado. PPGHIS, Universidade Federal do Paraná.

MARTINS, Luciano. 1986. "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil – 1920 a 1940". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(4): 65-87.

MEUCCI, Simone. 2000. *A institucionalização da Sociologia no Brasil, os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de mestrado. PPGSociologia, Campinas.

MICELI, Sérgio. (org.) 1989. *História das ciências sociais no Brasil, vol.1*. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP).

OLIVEIRA, Márcio. 2006. "Sociologia das Ciências Sociais no Paraná". In: M. OLIVEIRA (org.), *As Ciências Sociais no Paraná*. Curitiba: Contexto. pp. 9-33.

ORTIZ, Renato. 2002. "Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil". In: R. ORTIZ, *Ciências Sociais e trabalho intelectual*. São Paulo: Olho d'Água. pp. 175-196.

PRADO, Patrícia. 2017. *De autodidatas a cientistas: a institucionalização do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, 1938-1960*. Trabalho de conclusão de curso. Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná.

PÉCAUT, Daniel. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática.

PUPPI, Ildefonso. C. 1986. *Fatos e reminiscências da faculdade: retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Fundação da Universidade Federal do Paraná.

ROCHA NETTO, Bento. 1936. "Sobre o Thomismo". *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, v. I, t. I, n. 3: 242-244.

- ROCHA NETTO, Bento. 1954. "Discurso pronunciado por S. Excia. Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, pelo transcurso do "Jubileu de Prata" do Círculo de Estudos Bandeirantes, em 11 de setembro de 1954". *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, v. II, t. II: 771-773.
- ROUWENDAL, Pieter. L. 2010. "The Method of the Schools: Medieval Scholasticism". In: W. van ASSELT, *Introduction to Reformed Scholasticism*. Grand Rapids: Reformation Heritage Books. pp. 56-72.
- SANTOS, Carlos A. 2008. "Da Faculdade de Filosofia ao Setor de Ciências Humanas: 70 anos de inovação e resistência". ms.
- SCHWARTZMAN, Simon. 1979. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: FINEP.
- SEGATTO, José & BARIANI, Edison. 2010. "As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização". *Revista Da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 7 (25): 201-213.
- TRINDADE, Helgio. 2004. "Institucionalização e internacionalização das ciências sociais na América Latina em questão". In: A. ALMEIDA *et al.*, *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. Unicamp. pp. 145-166.
- WEBER, M. 1980 [1922]. "Ethnische Gemeinschaftsbeziehungen". In: M. WEBER, *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriß der verstehenden Soziologie*. (Besorgt von Johannes Winckelmann). Studienausgabe, Tübingen. pp. 234-242.
- WESTPHALEN, C. 1988. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos*. Curitiba: SBPH – PR.

Recebido em 07 de novembro de 2022.

Aceito em 24 de novembro de 2022.

## Primórdios da institucionalização das Ciências Humanas no Paraná

**Resumo**

Este artigo busca perscrutar os diferentes sentidos das ações e das reflexões sobre a sociedade que estiveram em pauta no ambiente intelectual ligado à criação dos primeiros cursos de Ciências Humanas do estado do Paraná. Seu objetivo é explorar as potencialidades e os limites dos caminhos seguidos no processo de institucionalização destas Ciências no estado. O texto é desenvolvido em três momentos. No primeiro, busca-se compreender como surgiram as instituições paranaenses ligadas ao pensamento católico nas primeiras décadas do século XX, e explora-se as atividades que ocorriam no âmbito da principal delas, o *Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB)*. No segundo item, estuda-se como os diferentes projetos pensados dentro do CEB se desdobraram academicamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR). Conclui-se o artigo com uma reflexão sobre os limites e possibilidades destes projetos.

**Palavras-chave:** História das Ciências Sociais – Paraná; Institucionalização das Ciências Humanas – Brasil; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR); Ação católica; Pensamento conservador.

Dynamics of institutionalization of the Human Sciences in the state of Paraná, Brazil

**Abstract**

This article discusses the intended senses of the ideas and practices of the intellectuals that created the first courses in Human Sciences in the state of Paraná, Brazil. Its objective is to explore the potentialities and the limits of these projects of institutionalization. The text is developed in three moments. The first one focuses on the involvement of lay intellectuals with catholic institutions in the first decades of the 20th century, exploring the activities that took place in the *Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB)*, an early think tank related to the Catholic Church. The second item describes how the intellectuals linked to the CEB transferred their projects to the first Faculty of Human Sciences in Paraná, the *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (FFCLPR). The article is concluded with a reflection on the limits and possibilities of these projects.

**Keywords:** History of Social Sciences – Paraná; Institutionalization of Human Sciences – Brazil; Faculty of Philosophy of Paraná (FFCLPR); Catholic Action – Brazil; Conservative thinking.

## “Un perro negro así grandote”. El lobisón criollo entre la historia clásica y los devenires indígenas en el este de Formosa (Argentina)

Leonardo Martín Anconatani

Doctor en Farmacia y Bioquímica/Universidad de Buenos Aires<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8367-8348>

[لمانconatani@gmail.com](mailto:لمانconatani@gmail.com)

### Introducción<sup>2</sup>

En reiteradas ocasiones, entre los años 2014 y 2019, en el marco de un estudio sobre la medicina y la etnobotánica médica de los criollos del este de la provincia de Formosa (Anconatani 2021), la figura del lobisón apareció una y otra vez en las conversaciones con los colaboradores. Estas inesperadas menciones llamaron mi atención. Mis interlocutores e interlocutoras de una u otra manera habían vivido alguna experiencia vinculada con este existente o al menos tenían noticias de él: enfrentamientos, encuentros casuales o incluso historias referidas por algún familiar cercano entre otras interacciones. Estos lobisones, de los que me fui enterando a lo largo del trabajo de campo, fueron ocupando cada vez más hojas en mis libretas de campo y al mismo tiempo cobrando mayor sentido dentro de la sociocosmología criolla y del universo etiológico de la medicina local.

Las transformaciones entre humanos y animales se encuentran documentadas extensamente en las etnografías, el folklore y la historia de distintos pueblos de todo el mundo (Jackson 1990; Rieverè 1994; Erikson 2000; Medrano 2013). En el caso de las transformaciones licantrópicas como las que aquí abordaremos, implican en muchos casos, la adquisición de las distintas habilidades, los hábitos y/o las apariencias del

---

1 Cátedra y Museo de Farmacobotánica “Juan A. Domínguez”, Facultad de Farmacia y Bioquímica, Universidad de Buenos Aires.

2 Este trabajo no hubiera sido posible sin la ayuda de cada uno de los colaboradores criollos y criollas del este de Formosa con quien compartimos mucho y lindo tiempo. A todos ellos siempre gracias. Nada hubiera sido posible sin la amistad y la curiosidad que sembró en mí la Dra. Celeste Medrano sobre este existente tan particular. Por último, al apoyo de la Universidad de Buenos Aires (UBA) por la financiación de mis tareas.

animal en el que se deviene (Baring-Gould 2004; Chávez Hualpa 2006). En otros casos, sin embargo, la transformación es el resultado de trasgresiones sociales o religiosas y tal condición es heredada, impuesta o infligida (Romano 1997). También estas metamorfosis han sido descritas a lo largo de la historia como distintos tipos de patologías, con una gama etiológica amplia que oscila entre desequilibrios humorales (propios de la medicina hipocrática) (Otten 1986; Porter 2003), trastornos psiquiátricos (Jackson 1987; Drake 1992; Gödecke-Koch et al. 2001; Khalil et al. 2012), trastornos metabólicos hereditarios (Illis 1964; Wendelin, et al. 2003; Garlipp et al. 2004; Sigall, et al. 2011; Kumar 2012) y en nuestro caso, como veremos, un síndrome relacional debido a desequilibrios entre el ser humano y su medio sociocultural en términos de Laplantine (1999).

Varios autores coinciden en que el lobisón sudamericano se encuentra estrechamente emparentado con el hombre lobo europeo y que, como veremos, guardan enormes similitudes (Jijena Sanchez 1952; Granada 1959 [1896]; da Câmara Cascudo 1984; Colombres 2016; entre otros). Indagar respecto a la historia del lobisón es un trabajo arduo y engorroso, debido a lo extendido que ésta se encuentra en distintas fuentes bibliográficas. Sin embargo, es importante intentar al menos una reseña para poder entender más acabadamente a este existente.

Desentrañar de qué se trata, qué es, quién es o puede ser el lobisón entre los criollos del este de Formosa, son las particularidades que se abordarán en este trabajo. Para ello, realizaré un estudio bibliográfico retrospectivo desde el hombre lobo europeo hasta el lobisón sudamericano, argentino y formoseño actual. Luego en relación con lo reseñado, presentaré y analizaré datos propios obtenidos en estudios de campo con los criollos del este de la provincia de Formosa. El fin será hallar continuidades y discontinuidades entre estos existentes próximos y lejanos.

### **Historias de lobos y hombres lobos**

Si bien el germen de las distintas historias sobre el hombre lobo se vuelve difuso en el pasado de los tiempos, distintos autores que han abordado ampliamente el tema, como el religioso anglicano y académico Sabine Baring-Gould (2004 [1865]), el político y escritor portugués Teófilo Braga (1871), la antropóloga Fabiola Chávez Hualpa (2006), el historiador Carlo Ginzburg (2013) y el ensayista y traductor Jorge Fonderbrider (2016), entre otros, sostienen que su origen sería escandinavo. Antes de los registros escritos de la antigüedad clásica, el hombre lobo ya formaba parte de los relatos orales de los pueblos nórdicos y sus andanzas por los bosques de Noruega y los paisajes de Islandia ya eran conocidas (Baring-Gould 2004; Fonderbrider 2016). Entre los guerreros consagrados al

dios *Óðinn*, los *úlfheðnar* eran hombres vestidos del poder de los lobos. Vestían sobre sus espaldas las pieles de estos animales las cuales les conferían fuerzas y destrezas sobrehumanas en las batallas (Baring-Gould 2004: 29; Chávez Hualpa 2006: 179). Estos guerreros eran también chamanes herederos de los poderes de *Óðinn* y en sueños, tenían la capacidad de desdoblar su personalidad y transmutar su apariencia en forma de animales, en este caso como lobos y en el caso de los *berserkir* en forma de osos. El lobo no solo era considerado entre los campesinos como la peor amenaza para el ganado, sino que también era representado en la mitología escandinava como un animal fuerte, sigiloso, hostil y temerario (Chávez Hualpa 2006:180).

Respecto a la antigüedad clásica, el lobo ha sido objeto de innumerables relatos incluidos no solo en la memoria oral, sino también, en las historias naturales clásicas y los bestiarios medievales, entre otras fuentes. Aristóteles lo caracterizó como un animal de miembro huesudo, de temperamento salvaje y traicionero. Alejado de la manada, el lobo solitario era un animal peligroso ya que con frecuencia atacaba a los humanos. Respecto a su bravura, Plinio el viejo indicaba que el solo hecho de ver a un lobo era causante de pérdida momentánea de la voz (Fonderbrider 2016: 18).

En el mismo sentido, en los distintos bestiarios como el de *Aberdeen* (1200 d.C.) y el anónimo *physiologos* se hace foco en la rapacidad, en la ira y la gula con la que se caracterizaba al lobo solitario, lo que a su vez se usaba como metáfora para graficar la ambición, avaricia y codicia de los humanos que escondían sus verdaderas intenciones y moralidades. Las mismas fuentes, describen las ansias de sangre, la fuerza en el pecho y en la mandíbula como las cualidades más destacables del animal. Indican, también, la debilidad de su lomo como uno de sus únicos puntos débiles. Los bestiarios insisten en otra particularidad: el lobo consigue su comida lejos de su guarida (Fonderbrider 2016: 19 -22).

La figura del lobo fue construida como la representación de la maldad, la ambición, lo pecaminoso y lo moralmente prohibido. Este simbolismo se fue edificando desde las historias de lobos que acechaban a las ciudades griegas y romanas, hasta aquellas que los sitúan en los bosques durante el Medioevo. El lobo será desde entonces un peligroso enemigo de la humanidad, y a su vez, la *lobidad* representará el lado malicioso, corrupto y predador, entre muchas otras connotaciones negativas de lo humano.

Estos relatos sobre los lobos impregnaron su imaginada animalidad en algunas narraciones sobre humanos, semidioses y dioses del periodo clásico. Es quizás, en los textos griegos de Heródoto donde aparecen las primeras menciones escritas sobre hombres que se transformaban en lobos. Este autor, indica que los neuros, pueblo vecino a

los escitas, una vez al año durante algunos días se convertían en lobos (Baring-Gould 2004: 16; Fonderbrider 2016: 39). Diodoro Sículo (hacia el siglo I d.C.) en cambio, hipotetiza que el primer hombre lobo estaría relacionado con Osiris: un antiguo rey y dios egipcio quien luego de ser muerto por su hermano Tifón volviera de la muerte convertido en lobo para luchar contra él (Fonderbrider 2016: 39).

Es interesante destacar también, al hombre lobo en la novela satírica latina *satiricon* atribuida a Petronio (14-27/65). En este relato, es posible observar muchos elementos característicos comunes a las distintas historias que se extendieron por toda Europa, e incluso a las historias de los lobisones sudamericano (Baring-Gould 2004: 17-18; Fonderbrider 2016: 46; Molina Foix 2017: 12).

Por otra parte, en distintas fuentes clásicas y latinas se relata el castigo infligido por Zeus o Júpiter al héroe de Arcadia Licaón, quien sacrificó a su hijo (nieto u otro comensal según las distintas versiones) en pos de ofrecerle su carne humana a un forastero a quien invitó a cenar (que en verdad era el dios disfrazado que asistió por las habladurías que circulaban en el pueblo sobre Licaón). Zeus (o Jupiter) ante el acto presenciado, lo convirtió en un lobo rabioso<sup>3</sup> sediento de sangre (Baring-Gould 2004: 18).

En este sentido, el historiador Carlos Wagner (1989) y el folclorólogo Luís da Câmara Cascudo (1984) destacan que la gran trascendencia de los hombres que se transforman en lobos en la historia clásica, provendría de la ceremonia licea (*lykaia*) griega en honor a Zeus *lykaios* que se inicia, con el antes comentado mito del banquete de licaón y en las posteriores fiestas Lupercalias<sup>4</sup> romanas en honor al dios Fauno luperco (romanización del dios griego Pan *lykaios*).

Wagner (1989: 90), argumenta que este ritual Arcadio podría ser interpretado como una ceremonia de iniciación chamánica antigua. Ello por el simbolismo que adquiere en distintas culturas el viaje a través del agua, el cual, es frecuentemente asociado al descenso a mundos subterráneos en prácticas y experiencias chamánicas. Sustenta su hipótesis en relatos como los de Plinio el viejo quien indica que existía en Arcadia la

3 "Según las distintas versiones de Platón (483-347 a. C.), Ovidio (43 a. C.-17 d. C.) y Pausanias (siglo II d. C.), Licaón, el monarca que civilizó Arcadia, instauró el culto a Zeus Licio mediante la homofagia, banquete ritual durante el cual cada uno de sus participantes comulgaba comiendo un pedazo de las entrañas de una víctima humana sacrificada en honor a Zeus. Advertido de semejantes atrocidades, Zeus se disfrazó de mendigo y viajó a Arcadia para verificarlas sobre el terreno. Licaón cometió la necedad de poner a prueba la omnisciencia del padre de los dioses ofreciéndole como alimento a uno de sus propios hijos y Zeus, indignado por la arrogancia y la brutalidad del mortal, lo transformó en lobo" (Navarro 2004: 6).

4 Evandro habría sido el responsable de instituir la celebración en honor a Pan *lykaios* en monte Palatino (Roma) de manera análoga a la celebrada en el monte *lykeios* (*Liceo*) de Arcadia (Grecia), que con el tiempo se transformarían en celebraciones Lupercales romanas (Luis Grégoire 1884:563).

práctica entre algunos hombres de llegar hasta un lago o laguna, colgar su ropa en un roble y desnudos cruzar a nado hasta la otra orilla donde salían convertidos en lobos. En aquel sitio permanecían durante nueve años con los de su especie y si se abstenían del consumo de carne humana volvían nadando por la misma vía y recuperaban su antigua forma. Por otro lado, este mismo autor, insiste respecto al hecho del desmembramiento de la carne del hijo de Licaón y su mezcla con otras partes animales, ya que, en algunas versiones del mito, el hijo de Licaón es resucitado por Zeus posteriormente, hecho que guarda bastante similitud con distintas prácticas de muerte ritual típicas de la iniciación chamánica<sup>5</sup>.

Es del mito de Licaón, según Ovidio (43 a.C. -17 d.C.), de donde provendría la denominación “Licantropía” para referirse a humanos que se transforman en lobos (Baring-Gould 2004: 16; Fonderbrider 2016: 42; Molina Foix 2017: 11). Los romanos, por su parte emplearon el término *versipellis* (piel invertida o piel vuelta), para hacer alusión a este tipo de transformaciones tal como destaca Plinio el Viejo, y según indica Baring-Gould (2004: 41) esta denominación sería semejante a *hamrammr*<sup>6</sup> empleada por los nórdicos.

Con posterioridad, y ante la caída del imperio romano de occidente, el cristianismo cobró cada vez más importancia en Europa y la figura del hombre lobo fue emparentándose rápidamente con la figura del diablo y la posesión demoníaca. Su ancestral existencia, su relación con la noche y en tanto fiel representante del “paganismo” ante la avanzada evangelizadora, los licántropos y la licantropía fueron remitidos irremediamente al ámbito de la hechicería, los aquelarres y la noche. Entre 1347 y 1353 Europa y Asia transitaron el periodo más álgido de la epidemia de peste negra, se intensificaron para entonces los miedos y los prejuicios de la población transformándose así este período temporal en un punto de inflexión en los procesos inquisitoriales (Fonderbrider 2016: 106).

5 Ante esta escena descrita, Wagner (1989: 95) también hipotetiza que la ingestión de la carne humana mezclada con carne animal durante el banquete de Licaón y en las liceas podría ser interpretada como el consumo de alguna planta u hongo enteógeno, siguiendo la idea de la “carne de los dioses” tal como ocurre para otras culturas, como lo indican también Wasson (1983), Furst (1992) y McKenna (1993) entre otros autores. Del mismo modo, Chávez Hualpa (2006: 182) indica que para desdoblarse en animal los *úlfheðnar* posiblemente consumieran hongos enteógenos como el *Amanita muscaria*.

6 “En Noruega e Islandia se dice que algunos hombres son *eigi ein-hamir*, ‘no de una sola piel’, idea que tiene sus raíces en el paganismo. La formulación completa de esta extraña es que los hombres podían tomar posesión de otros cuerpos y asumir la naturaleza de los seres cuyos cuerpos adoptaban. La segunda forma adoptada recibía el mismo nombre que la forma original, *hamr*, y para designar la transición de un cuerpo a otro se utilizaba la expresión *at skipta hömum*, o *at hamaz*; mientras que el viaje hecho bajo la segunda forma era el *hamför*. Mediante esta transfiguración se adquirían poderes extraordinarios; el individuo doblaba o cuadruplicaba su fuerza natural; adquiría la fuerza de la bestia en cuyo cuerpo viajaba, que se sumaba a la suya propia, y el hombre así fortalecido se llamaba *hamrammr*” (Baring-Gould 2004: 19).

En este sentido, hacia 1486 los teólogos e inquisidores dominicos Heinrich Institoris y Jakob Sprenger publicaron su controversial obra *Malleus Maleficarum*. Describen allí también, aunque escuetamente, el caso de los lobos que irrumpían en los ámbitos hogareños para alimentarse de niños y adultos. Estos hechos ocurrían, según indican, como castigo divino o por el obrar de las brujas a través de sus hechizos (Fonderbrider 2016: 109). Este libro se transformó en el manual de cabecera para los inquisidores católicos, fue rápidamente reeditado por toda Europa y se convirtió en una herramienta de persecución inédita. Desde entonces, son numerosos los tratados sobre demonología y brujería que se publicaron. A lo largo de los siglos XVI y XVII algunos de ellos fueron exclusivamente dedicados a la licantrópía (Molina Foix 2017: 18-19).

Este auge respecto a la licantrópía europea se vio de igual modo representando en las denuncias por parte de las autoridades eclesiásticas que ascendieron a unos 30.000 casos entre los años 1520 y 1630 (Navarro 2004: 7). La persecución fue tal, que cualquier persona con rasgos canidos (molares alargados, orejas puntiagudas, tupido de bello corporal, entre otras características), deformación corporal o costumbres consideradas excéntricas era plausible de ser denunciada, torturada y ejecutada. Los licántropos en esta época llegaron a ser representados como los más feroces asesinos seriales, depravados sexuales, violadores y en algunos casos sindicados como enfermos psiquiátricos (Baring Gould 2004 [1865]; Vitallini 2007; Fondebrider 2016).

Estas distintas concepciones y características que los hombres lobos fueron adquiriendo dieron paso a las distintas denominaciones que adoptó este existente a lo largo del mundo: la clásica *lycanthropos* (*lýkos* = lobo y *ánthrōpos* = hombre), el latino *versipellis*, que se transformó en el bajo latino *gerulfus*, que dio lugar al *garwall* normando, del cual proviene el *werewolf* anglosajón, el *währ-wölfe* alemán y el *garou* galo (convertido en el *loup-garou* francés), el *waerulf* danés, y el *warulf* sueco. En otras regiones los apelativos son de distinta etimología como es el caso del *lupu mannaro* italiano, *lukokantzari* griego, *vkodlak* o *vircolac* eslavo, *pricolitch*, *procolici* o *tricolici* rumano y *mardagail* armenio, entre otras, de acuerdo a Molina Foix (2017: 21-22). Quizás los más relacionados con las denominaciones "lobisón" o "luisón" empleadas en Argentina y Paraguay son el *lobishome* portugués y sus otros apelativos provenientes del norte y occidente de España como el *lobishome* (*lobis-home*) en Galicia, el *lobisome* en Extremadura, el *llobusome* o *llobuhome* (*home llobu*) en Asturias y el *lobisón* en la provincia de Huelva (Fondebrider 2016: 213; Molina Foix 2017: 22).

## Licantropía, *manía lupina* y el hombre lobo patologizado

La licantropía se consideró, durante un largo tiempo, como distintos tipos de manifestaciones patológicas. No fue hasta finalizada la edad media que la licantropía empezó a ser descripta como una enfermedad mental en contraposición a una posesión demoníaca, un encantamiento brujeril o incluso el resultado del consumo de plantas como el “opio” (*Papaver somniferum* L.), el “hachís” (*Cannabis sativa* L.), la “belladona” (*Atropa belladonna* L.) o la “strychnos” (*Strychnos* spp.), entre otras. En un principio, tal como ocurrió en Francia y Alemania, eran considerados licántropos aquellos individuos que tenían indiferencia por el sufrimiento o que se sentían atraídos por los muertos, la necrofilia o que disfrutaban de torturar y matar (Baring-Gould 2004 [1865]: 55). Los licántropos se transformaron en personajes que asesinaban a sus víctimas, las mutilaban o descuartizaban y comían partes de sus cuerpos o bebían su sangre (Navarro 2004: 9).

En tanto enfermedad y tal como indica la escritora Charlotte Otten (1986: 23-25), la licantropía fue abordada en distintos tratados médicos antiguos basados en la teoría humoral hipocrático galénica. Por lo general, la licantropía melancólica o insania lupina era considerada una patología ocasionada por un exceso de bilis negra que generaba, en estos individuos, un temperamento o carácter extremadamente melancólico. A este exceso humoral, se lo responsabilizó de varios tipos de alteraciones mentales, entre ellas alucinaciones y demencia por mencionar solo algunas.

Por su parte, y también sin hacer alusión a una transformación, el médico Inglés Robert Burton, en su obra “anatomía de la melancolía”<sup>7</sup> de 1621, indica diferentes formas de locura entre las que incluye a la licantropía. Indica que el célebre médico Avicena la denominaba *Cucubuth* y otros médicos *lupinam insanian* o locura lobuna. Refiere, además, que los hombres afectados corren aullando por entre las tumbas y campos durante la noche (Fondebrider 2016: 132-133).

Del mismo modo que lo hacían los antiguos alienistas en sus tratados, la psiquiatría actual insiste que la licantropía es un trastorno depresivo mayor con características psicóticas que generalmente se presenta con delirios. Otras patologías relacionadas según los reportes médicos, incluyen esquizofrenia, trastorno bipolar, depresión psicótica, consumo de drogas y alcohol, y trastornos de la personalidad (Jackson 1987; Drake 1992; Gödecke-Koch et al. 2001; Khalil et al. 2012).

7 Título original: “*The Anatomy of Melancholy, What it is: With all the Kinds, Causes, Symptomes, Prognostickes, and Several Cures of it. In Three Maine Partitions with their several Sections, Members, and Subsections. Philosophically, Medicinally, Historically, Opened and Cut Up*”.

Por último, un trastorno metabólico hereditario denominado porfiria<sup>8</sup> y un síndrome idiopático denominado hipertrichosis<sup>9</sup> han sido relacionados con el hombre lobo y la licantropía.

### El lobisón Sudamericano. Del lobishomen al luisón

Retornando a los dominios del hombre lobo europeo y particularmente los de Portugal, Teófilo Braga (1871: 63) y el escritor e historiador español Menéndez Pelayo (1880: 244) aseguran que, en isla de San Miguel de las Azores, en la época en que publicaron sus obras folklóricas, el "lobishomen" (forma en que allí era llamado) seguía siendo igualmente temido por los campesinos como lo fue en la edad media europea. Sin embargo, este existente difiere bastante de los del resto de Europa ya que, como indica Braga (1871: 63), el último de los siete hijos varones consecutivos de una familia nace con esa "fatalidad" y por las noches y a determinadas horas, se metamorfosea en algún cuadrúpedo y ataca a los transeúntes. Solo recupera su forma humana cuando se lo hace sangrar y es posible librarlo de esta "fatalidad" solo si se lo bautiza con el nombre de *bento* y es apadrinado por el hermano mayor.

Otras versiones indican que en determinadas horas de la noche su transformación en animal se da en el cruce de cuatro caminos luego de girar en el lugar unas cinco vueltas de donde sale aullando a recorrer las zonas campestres sin intención de dañar (Summers [1933] 2003: 184). En el mismo sentido, en 1929 en un discurso en la Real Academia Gallega, Vicente Martínez-Risco Agüero indicó la similitud y la persistencia del "lobishomen", tanto en Portugal como en Galicia. Destacó, además, que el "lobishome" tiene que cumplir su *fada*, su *fatum*, su destino, con el cual nació o que de algún modo contrajo (Martínez-Risco Agüero y Cabanillas Enrríquez 1971). Tal como ocurre

8 Las porfirias son un grupo de patologías que se originan por un déficit congénito en alguna de las siete enzimas que intervienen en la biosíntesis del grupo hemo que constituye a la hemoglobina, proteína responsable del transporte de oxígeno en los glóbulos rojos de la sangre. Esta enfermedad se caracteriza por acumulación de porfirinas, ácido aminolevulínico y porfobilinógeno. La porfiria se caracteriza por signos y síntomas que van desde la fotosensibilidad; coloración rojiza de la orina y dientes (por exceso el exceso de porfirinas); lesiones cutáneas ulcerosas y degradación de tejido óseo y cartilaginoso que provoca deformaciones y mutilación progresiva de dedos, párpados, orejas y nariz; hiperpigmentación de la piel con consecuente crecimiento exacerbado del bello corporal (hipertrichosis) y anemia hemolítica crónica con esplenomegalia (Illis 1964; Khalil et al. 2012). Otros síntomas graves asociados a esta enfermedad son el delirio, la psicosis y las convulsiones (Drake 1992; Garlipp et al. 2004; Kumar 2012; Herrera-Caballero 2014).

9 En el mismo sentido, la hipertrichosis es una enfermedad hereditaria o adquirida, que consiste en el desarrollo de pelo de tipo lanugo (no pigmentado, fino y delicado), el cual se manifiesta de manera independiente de la edad o sexo y que puede afectar todo el cuerpo (generalizada) o alguna área en particular (localizada). Es un síndrome muy poco común y existen pocos registros al respecto (Wendelin et al. 2003; Sigall et al. 2011).

en Portugal, en el folklore gallego se sostiene que hay que hacer sangrar al “lobishome” (preferentemente en su tobillo izquierdo) para externar el “espíritu maligno” o *fada* y así librarlo a quien lo padece (Navarro 2004: 8).

Con algunas diferencias, el “lobisome” (extremeño) descrito por Domínguez Moreno (1990: 171) en su fase humana presenta un aspecto normal. Sin embargo, algunos viernes, la noche de San Juan o las de luna llena se transforma en su forma lobuna con la cual –solo o acompañado de otros lobos– ataca a las personas que se cruzan y solo al amanecer recobra su forma humana. Las causas por las cuales se es “lobisome” son diversas según este autor: ser el séptimo hijo varón de una seguidilla ininterrumpida de siete varones; cubrirse con una piel de lobo al tiempo que se reza un padre nuestro al revés; el contacto sexual de una persona con un lobo u hombre lobo; o la maldición paterna o materna hacia uno de sus hijos.

Respecto a América del sur, en sus obras folklóricas Granada (1947 [1896]: 404) y Vidal de Battini (1984: 573) sostienen que la denominación “Lobisón” provendría de la corrupción del vocablo “Lobishomen”. Indican a su vez estos autores, el antropólogo Julio Caro Baroja (1992:140) y el folklorólogo Félix Coluccio (1992: 54), que las nociones respecto a este personaje habrían viajado en los barcos de los conquistadores portugueses hasta Brasil y de allí habría llegado al Río de La Plata. Por su parte, da Câmara Cascudo (1923: 130) indica que las complejas cosmologías nativas de Brasil “exiliaron” sin duda al “lobishomen” portugués, tal como ocurrió con otro ser muy emparentado como es el “*Capelobo*”<sup>10</sup>. El “lobisome” fue registrado también en la provincia brasilera de Rio Grande do Sul por Ambrosetti (2011 [1917]: 81) en un canto popular que llamó su intención:

*Dentro do meu peito tenho  
Uma dor que me consome,  
Ando comprindo o meu fado  
Em trages de Lobisome.*

Tal como se observa en este canto, se repite la noción de *fada*, de destino que debe cumplir el “lobisome” como algo inevitable, del mismo modo que ocurría en Portugal y Galicia.

Por otro lado, el etnógrafo Paraguayo León Cádogan (1998) relaciona al “lobisón” con un portugués llamado “Luis Homen”, este hombre, según indica Cádogan, vivió años

10 Extraño ser con cuerpo de humano y cabeza de oso hormiguero, de tapir o de perro según la versión. Es un conocido “monstruo” perseguidor de indígenas y cazadores furtivos ampliamente difundido por los mamelucos en Brasil (da Câmara Cascudo 1923: 130).

antes de la guerra de la triple alianza en la localidad de Villarica (Paraguay) y tras ser perseguido por el General López habría tenido que emigrar sin que desde ese entonces se supiera más nada de él. El autor introduce en su relato una mixtura entre dos personajes particulares el “*tejú-jagua*” y el “lobisón”. Al respecto el poeta Paraguayo Narciso R, Colman (1929 [1878]) en una de sus obras más trascendentes, “*Ñande ñpĩ cuéra* (nuestro pasado o génesis de la raza)” nos introduce en un relato cosmogónico ficcional donde presenta a siete personajes guaraníes “malditos” generados a partir de la unión entre *Taû* (espíritu maléfico) y *Kerena* (nieta de *Sypavẽ* = primera mujer) de donde algunos autores como Carvalho Neto (1961: 88), Gonzalez Torres (2008 [1980]: 77) y Sturzenegger (1986/87:27), entre otros, sostienen que el “lobisón” o “luisón” ha tomado mayor trascendencia en Paraguay y Argentina.

Tal como se observa, en Sudamérica, fueron surgiendo nuevos “lobisónes” y ante la ausencia de lobos, los perros tomaron su lugar en muchas de las transformaciones documentadas en el folklore argentino y paraguayo (Jijena Sanchez 1952; Granada 1947 [1866]; Vidal de Battini 1984; Montiveros de Mollo 2013). En algunas zonas del noroeste argentino, también ocurrió lo mismo con el aguará-guazú (*Chrysocyon brachyurys*) tal como indican (Romano 1997: 77; Colombres 2016: 155; Medrano 2022: 35).

En estrecha relación con lo comentado hasta aquí, distintas fuentes, históricas y folklóricas consultadas compendian las diferentes características que presentan los lobisones de Paraguay y del litoral argentino particularmente de las poblaciones de raigambre hispano guaraní de ellas nos valdremos aquí para reseñarlas de manera general<sup>11</sup>.

Es importante aclarar que, si bien muchas de las experiencias publicadas en las fuentes folklóricas fueron recogidas a campo, los registro difieren de los que son desplegados y analizados por la etnografía. Ya que, en esta disciplina, se los “lleva a serio” al decir de Viveiros de Castro (2011).

Respecto al lobisón estas fuentes suelen atribuir esta manifestación generalmente a una “desgracia”, “maldición”, “magia”, “conjuro”, “brujería”, “enfermedad” o “fatalidad”. Concuerdan en que será lobisón el séptimo hijo varón de una seguidilla de siete hermanos varones ininterrumpidos por la presencia de una hermana o de un hermano que haya fallecido. Existen excepciones en Paraguay donde, además, puede ser lobisón el “peor” de los siete hermanos que fue maldecido por su madre antes de morir (Demaría 1947: 122;

11 Ambrosetti (2011 [1917]), Granada (1959 [1896]), Demaria (1947), Jijena Sanchez (1952), Bejarano (1960), Carvalho Neto (1961), Vidal de Battini (1984), Blache (1991), Coluccio (1992), Castelli (1995), Romano (1997), Sturzenegger (1999), Bejarano (2000), López Bréard (2006), González Torrez (2008 [1980]), Montiveros de Mollo (2013) y Colombres (2016).

Bejarano 1960: 66); puede ser lobisón también, el hijo de una pareja incestuosa (González Torrez 2008 [1980]: 77).

En su fase humana, es descrito en las fuentes citadas, como un individuo de aspecto demacrado, generalmente flaco o escuálido, de rostro pálido o amarillento y de carácter extrovertido o huraño. Suele hablar poco, tiene hábitos alimenticios desordenados, no come carne animal y viste ropas viejas o rotas (característica de su aspecto desprolijo y desgredado). Con asiduidad se lo describe como sucio o con mal olor. Por último, en la mayoría de los casos es de género masculino, casado y solo algunas excepciones lo indican como mujer<sup>12</sup>.

Las fuentes coinciden que en los días martes y/o viernes a la medianoche, en ocasión de luna llena, el lobisón en su fase humana se desplaza hasta la encrucijada de calles más cercana a su hogar o al cementerio. Una vez allí, se revuelca 3, 7 o 9 veces (de acuerdo a los diferentes relatos) para devenir en su fase animal-lobisón. Algunas versiones sostienen que, además, debe pronunciar ciertas palabras solamente conocidas por el individuo (Jijena Sánchez 1952: 59) o el credo recitado al revés (Colombres 2016: 155).

En su fase animal, el lobisón es descrito coincidentemente como un “perro”<sup>13</sup> corpulento de gran tamaño, de pelo largo, lanudo y de color negro, grisáceo o bayo (de acuerdo a las distintas versiones). Tiene ojos brillantes o fulgurantes, la lengua caída y las orejas desmesuradamente grandes respecto al resto del cuerpo, con las que produce fuertes ruidos molestos. El animal-lobisón es perseguido por los perros quienes le ladran, pero no lo muerden. Recorre largas distancias en busca de alimento, ronda los gallineros y chiqueros en donde consume excrementos e incluso animales pequeños (gallinas, conejos, perros, entre otros); también merodea los cementerios donde se alimenta de osamentas y carnes en descomposición. Las fuentes destacan que suele dirigirse a los hogares con el objetivo de intentar matar o comerse a los niños y niñas que no están bautizados (Jijena Sánchez 1952; Vidal de Battini 1984; Blache 1991; Coluccio 1992, Sturzenegger 1999; Colombres 2016).

12 Tal como se ha observado en el este de Formosa y como algunas fuentes lo indican (Ambrosetti 2011 [1917]; Jijena Sánchez 1952; Vidal de Battini 1984; Blache 1991; Coluccio 1992; Sturzenegger 1999; Colombres, 2016) las mujeres y generalmente la séptima hija mujer nacida de una seguidilla de siete hermanas es considerada bruja. La cual, en los días martes y viernes, en noches de plenilunio, deviene pájaro negro con intenciones de chismosear o curiosear.

13 Algunas fuentes mencionan unos pocos relatos que lo describen con patas como pezuñas (Jijena Sánchez 1952; Colombres, 2016), incluso los muestran como una mezcla de perro y cerdo (Ambrosetti 2011 [1917]; Coluccio 1992; Vidal de Battini 1984; Montiveros de Mollo 2013) o con la facultad de transformarse en otros animales (Jijena Sánchez 1952; Vidal de Battini 1984; Blache 1991; Coluccio 1992; Castelli 1995).

Los distintos trabajos folklóricos citados coinciden en que el recién nacido solo puede evitar su futura transformación en lobisón si es bautizado y apadrinado por su hermano mayor o por el presidente de la nación<sup>14</sup>. Por otro lado, el lobisón solo puede “curarse” de dos maneras: haciéndosele sangrar mediante la incisión con un cuchillo bendecido (cuidándose de las salpicaduras pues éstas transfieren la cualidad de ser lobisón) o mediante el disparo a muerte con una bala bendecida (generalmente en siete iglesias). En este último caso, el lobisón recobra su forma humana al morir y se evidencia así la sospechada identidad. Otra forma común en la cual se revela su identidad, es cuando, luego de alguna trifulca en la cual se llevó un trozo de prenda del contendiente entre sus garras o dientes, esta lo delata ya que permanece con él en sus manos o en su boca una vez recobrada su forma humana.

### **El lobisón entre los criollos del este de Formosa**

#### ***Los criollos***<sup>15</sup>

Los habitantes del medio rural o periurbano del este de la provincia de Formosa (Argentina) se autoadscriben como “criollos”. En su mayoría son descendientes de los primeros migrantes de raigambre hispano-guaraní que se asentaron en el territorio a fines del siglo XVIII, provenientes de la República de Paraguay y también (aunque en menor medida) de la vecina provincia de Corrientes (Beck y Schaller 2011; Prieto 2015).

Es posible rastrearla su herencia cultural en el mestizaje iniciado en el siglo XVI, en la zona de la actual provincia de Asunción (Paraguay), entre los colonizadores españoles y las mujeres originarias de los distintos pueblos de la zona –y entre su descendencia y los europeos que arribaron luego–.

Con relación a otros grupos culturales, los criollos del este de Formosa se han definido generalmente en contraposición a sus vecinos indígenas *qom*, a los que llaman “aborígenes”, “indios” o “guaicurúes” y se distinguen también de otro vecino, el “gringo”, modo en que suelen referirse a los descendientes de aquellos primeros inmigrantes europeos que desde antaño se asentaron en la región. De este modo, los pobladores locales

14 En Argentina este derecho fue legitimado, mediante el Decreto N° 848 de 1973, firmado por el presidente Tnte. Gral. Juan Domingo Perón. Con posterioridad el decreto fue modificado en dos ocasiones: Decreto N° 143/1974 M. E. de Perón y más recientemente Decreto N° 1416/2009 C. E. Fernández de Kirchner.

15 Entre los años 2014 y 2019 en ocasión de un pormenorizado trabajo de campo, se estudió la etnomedicina y la etnobotánica médica de los criollos del este de la provincia de Formosa. Particularmente se trabajó con 50 colaboradores y colaboradoras que se asientan en espacios rurales y periurbanos de colonias, pueblos y ciudades de los cinco departamentos, que conforman geográficamente el este de la provincia. Para este estudio se emplearon distintas prácticas del método etnográfico, como la experiencia participante y las encuestas semi-estructuradas, entre otras (Anconatani 2021).

establecen su diferenciación reforzando así su adscripción identitaria criolla (Anconatani 2021).

La religión católica es sin duda un factor estructurante en la vida del criollo del este de Formosa ya que ha configurado su idiosincrasia a través de la herencia cristiana, la imposición y/o la práctica desde los tiempos de la colonia hasta la actualidad. Los valores morales y la fe católica se han forjado en esta sociedad como norma y el criollo vive, transita y piensa el mundo según la interpretación local de dicho dogma. Respecto a la religiosidad, si bien son practicantes del catolicismo, no respetan estrictamente el santoral de la iglesia católica y su fe admite también santos populares como el Gauchito Gil o San la muerte. Entre los criollos, las concepciones religiosas cristianas no son doctrinarias y se admiten otras interpretaciones de las oraciones, pasajes bíblicos e incluso de la figura del dios católico apostólico y romano (Anconatani 2021).

Por último, el cosmos criollo se encuentra poblado por “almas” o “espíritus” que se relacionan con los humanos con distintas intenciones (premonitorias, homicidas, atemorizantes, reveladoras, etc.) y, además, por seres no-humanos –casi siempre vinculados a las cosmologías indígenas guaraníes– con los que interactúan con cotidianidad como es el caso del pombero o *karai pyhare*, el rubito o *yasy yateré*, entre muchos otros. Estos existentes conviven en el mundo criollo constituyendo parte de su imbricado mundo sociocosmológico (Anconatani 2021).

Dos componentes estructuran el concepto de persona según los colaboradores: el cuerpo y el alma<sup>16</sup>. Esta última fue conceptualizada principalmente como “*vida*”, como principio vital, como voluntad, es decir, es lo que dota de existencia, de entidad al cuerpo. El cuerpo, en cambio, fue conceptualizado como la materia que forma a la persona, y es representado a imagen y semejanza de dios, entidad creadora y rectora de todo lo existente en el mundo criollo. El cuerpo, no solo es aprehendido como un conjunto orgánico u objeto natural, sino que también es representado como un espacio relacional dinámico, el cual es modificado y a su vez modificante (Anconatani 2021).

### ***Lobisones criollos***

Si bien el “lobisón” o “luisón”, que es bien conocido en la provincia de Formosa, ha sido poco estudiado desde otras perspectivas de análisis que no sean las folklóricas o las literarias. Algunas excepciones, son unos breves abordajes desde una óptica fenomenológica como son los de Sturzenegger (1986/87 y 1999) entre los criollos de

16 Es importante destacar que los colaboradores emplearon el término espíritu de manera análoga al de alma. Es decir que se refieren indistintamente al espíritu o al alma para designar un mismo concepto.

Las Lomitas (centro de la provincia) y los aportes etnográficos como el de Idoyaga Molina (1986) entre los pilagá y los de Medrano (2013; 2022) entre los *qom* del este de Formosa. La presencia del lobisón también se encuentra ampliamente extendida entre los pueblos de raigambre guaraní, y en el este de Formosa los colaboradores criollos sostuvieron que este “maleficio”, “yeta” o “maldición”, es un padecimiento común en la zona y forma parte de su nosología médica tal como veremos a continuación.

A pesar de la complejidad que implican las diversas formas de interpretación de las enfermedades y sus etiologías por parte de los criollos, cierto consenso en su discurso médico permitió agruparlas en dos grandes categorías, de acuerdo a los modelos etiológicos propuestos por Laplantine (1999). Para este último autor, la enfermedad es conceptualizada, por un lado, de manera ontológica –es decir que existe un “ser” de la enfermedad, donde las imputaciones etiológicas son concebidas como entidades responsables directas de las afecciones– y, por otro lado, la enfermedad también es representada de manera relacional –donde las etiologías morbíficas son conceptualizadas ya no como entidades o existentes, sino como desequilibrios o desarmonías. Por último, existe también una representación transicional entre estas categorías donde la etiología de la enfermedad no puede ser clasificada solamente en una u otra representación, sino como ambas representaciones en transición. Es decir, para que ocurra el evento patológico es necesario que se pongan en juego ambas representaciones (Anconatani 2021).

De acuerdo con esta clasificación, el caso del lobisón puede ser circunscripto a aquellas manifestaciones patológicas de tipo relacional. Particularmente su etiología se vincularía, desde esta perspectiva, con una trasgresión del orden social (Laplantine 1999). En este caso, el padecimiento provendría de la violación de un mandato sociocultural establecido, donde una familia no debe tener siete hijos varones correlativos, sin la presencia de una hija mujer o de un niño fallecido de por medio. Esto es debido a que la infracción de un mandato religioso implica desobedecer lo que establece la tradición como “sagrado”, lo que estructura el pacto social de la comunidad criolla. Lo mismo ocurre ante la trasgresión de otras pautas culturales. Estas se traducen en enfermedades, las cuales devienen como advertencia, que hace suponer que se ha cometido una infracción, una violación al orden vincular y la patología es vivida como una enfermedad-castigo.

En su fase humana, según las y los colaboradores, el individuo afectado siempre es de sexo masculino (séptimo hijo varón) y tiene signos y síntomas característicos: delgadez, palidez, o incluso piel amarillenta. Además, muestra signos de depresión, cansancio y apatía, por lo cual es considerado un individuo antisocial. Una de las particularidades más características es su aversión por las carnes rojas, hecho que refuerza el estereotipo de individuo pálido y cansino.

Por otro lado, su transformación ocurre en circunstancias temporo-espaciales y astronómicas particulares (días martes y viernes; o solo los martes o solo los viernes de luna llena, a las doce de la noche), el afectado se aleja sonámbulo de su hogar y se transforma en el cementerio más próximo o en un cruce de rutas en lobisón: una especie de “perro” con características anatómicas distintivas que se aventura a recorrer varias leguas de distancia, generalmente siete.

Bueno, sonámbulo que se levanta en su sueño [y] se va a hacer su cosa, en su sueño, sufrido anda, dormido el sonámbulo. Y el luisón es lo mismo. Se levanta eh y llega la doce de la noche, en luna llena así y se levanta (Eduardo, de Villafañe).

Según lo aprendido en campo, el lobisón de los criollos del este de Formosa es un “bicho raro”, lanudo, cuadrúpedo y de aspecto canino. Es caracterizado tanto como macho o como hembra, lo cual no se relaciona con el género del individuo en su fase humana. En cuanto al color de su pelaje, suele ser negro, aunque puede presentarse de color blanco. Los colaboradores coincidieron en que el tono es parejo y sin manchas.

Pero acordate que yo te estoy hablando de negro... muerto y ella [su esposa] te habla blanco muerto o sea sin... sin una pinta” (Daniel, de Herradura).

En cuanto a su textura física, en su fase animal, el lobisón es de gran tamaño y supera el porte de cualquier perro de la casa. Respecto a otras partes de su cuerpo, los criollos destacaron: su hocico y su cola llamativamente grandes, al igual que sus orejas con las que provoca un molesto ruido. En el caso de que sea lobisón hembra, resaltaron, particularmente, el tamaño de sus mamas.

(...) un perro negro así de grandote, flor de jeta así. Es distinto. Es de perro, pero es distinto. A lo perro normal que vos tené, por má que sea un perro ¿vite esos de raza, que no sé qué?, pero nada que ver a eso (Daniel, de Herradura).

(...) era una perra ¿vite? ... que era una perra grande así, se le colgaba la teta, así como ¿vite cuando mama así se le colga[ban] la teta? y lanu[d] a, semejante perra, pero nunca le vimo a perra igual a esa, nunca vimo. Contento con ello [entre sus perros] ahí, entraba entre ello así andaba la perra ¿vite? (Eduardo, de Villafañe).

En relación a sus hábitos, este “bicho raro”, se vuelve a su vez un padecimiento para los pueblos vecinos e incluso en algunos casos para su propio pueblo. En este sentido, los criollos expresaron su preocupación; “se vuelve vicioso” mencionaron, ya que su alimentación se torna cada vez más nociva para la población a la que perturba. Comienza alimentándose de perros, gallinas, excremento de gallina, osamentas del cementerio (de adultos, de niños y de animales) y, por último, ya en estadios más avanzados, intenta atacar o incluso comer a los niños recién nacidos, sobre todo vulnerables por su condición de no bautizados.

Y acá yo digo que una noche, entró... eso [el lobisón] viene trae y mata mucha gallina. Porque come la... guasca e la gallina. (...) porque se va al cementerio dice[n]. A comer, sí. A buscar, sí. Eso e lo único que hace. Por eso dice[n] que no come la carne, después así (Carmen, Herradura).

...el lobisón quiere comer lo perrito chico. Y la criaturas también chiquita, si no tá... no tiene agua socorro, no tiene na[d]a y los come. Ese e el problema también de eso (Adelina, Santa Marina).

Respecto a las formas de prevenir el ataque de un lobisón los criollos mencionaron distintas maneras entre ellas: i) colocar detrás de la puerta de la casa un botella con agua bendita o “agua socorro”<sup>17</sup>, ii) defenderse arrojándole el “agua socorro” o iii) mostrarle una cruz bendecida. Algunos colaboradores también indicaron que es útil emplear un palo o rebenque bendecido para enfrentarlo y así expulsarlo e impedir su ataque.

Y me voy yo y semejante perra así y veo ¿vite?. Y [es]pera le dije yo voy a... le voy a cura a este porque yo hago berrenque [rebenque] bendecido ¿vite?, le hago [bendecir] para que me sirva para cualquier cosa, y me voy busco la... el guacha y vengo con la guacha. Y le digo: \_Si ete e demonio, le digo, tiene que dispara porque si es, no te tengo que matar. Y agarre, revolie así le pegué, por acá por el cogote le di con todo. Uhh!! se acostó así en el suelo y le di otro otra ve, acá por entre la paleta. Esa, se quejo el animal no lloro el perro, nuhhh así hizo ruido. Y se arrastró así y salió correr, salió a correr y se perdió ahí, ni un perro no le corrió (Eduardo, de Villafañe).

Esta última aclaración, es importan porque tal como sostuvieron los colaboradores los perros le tienen miedo al lobisón, le ladran, porque este los hace llorar con el ruido que genera con sus largas orejas, pero nunca lo atacan, lo muerden o lo persiguen. Este detalle permite alertar de que se trata de un lobisón y no de un perro o aguará guazú. En

17 Agua que llevan los criollos a bendecir en ocasiones de visita de alguna autoridad cristiana competente y reservan en sus hogares para situaciones especiales como bautismos, funerales, preparación de ciertos preparados medicinales, entre otros usos.

este sentido, otra de las pautas que permite diferenciar a un lobisón es que al golpearlo no llora, ni demuestra dolor, sino que se enoja y hace ruidos cada vez más fuertes y molestos. Generalmente según me han indicado, se golpea al lobisón preferentemente en el lomo o en cuello ya que son sus puntos débiles.

En relación a la identidad del lobisón, en la mayoría de los casos suele ocurrir alguna situación que lo delata, además de su aspecto y entre esas circunstancias es posible mencionar: la presencia de un pedazo de ropa en la boca del hombre ya en estado humano que arrancó a alguien durante un ataque mientras estaba en su forma lobisón; un corte en la cara, en el cuerpo o alguna otra lesión evidente (“quebradura”, “renguera”, entre otras) en su forma humana, producto de haber sido golpeado o agredido en su forma no-humana.

### ***El contagio como “cura”***

Un hecho particular, que algunos colaboradores narraron, es que el padecimiento lobisón puede ser contagiado a un adulto no bautizado o un niño recién nacido, con el fin de “curarse”. Esto puede ocurrir en ciertas circunstancias particulares como cuando se da el desplazamiento cruzando entre las piernas de quien sostiene al niño, o cuando el lobisón lame la frente de un niño no bautizado. Así, la afección lobisón sufre un proceso de ontologización (de acuerdo a Laplantine 1999) que determina que la misma pueda ser contagiada y transmitida como ocurre con cualquier padecimiento al que concurre un agente patológico. De esta manera, al afectado-lobisón puede liberarse del padecimiento el cual afectará desde entonces a ese otro individuo “contagiado”:

Dice[n] que si el lobisón te cruza entre las pierna, dice[n] que él se salva y te convirti”. Si, y él se salva, no es má lobisón y vo te queda como lobisón así. Y otro dice[n] que cuando te lame la... la frente también (Carmen, de Herradura).

Esta “curación” del padeciente que implica la afección de otro, se origina en la acción de contagio de un estado patológico del cuerpo del lobisón, homologado por algunos colaboradores con la idea de “mal cuerpo”<sup>18</sup>, que se evidencia sobre todo en la fisicalidad alterada tanto del hombre afectado como del lobisón.

18 El estado de “mal cuerpo” es un estado fisiológico particular que han descripto los colaboradores. El cuerpo deviene mal cuerpo cuando se encuentra sucio o enfermo. Ejemplos de ello es cuando el individuo esta muy transpirado; en el caso de las mujeres, particularmente cuando se encuentra con su período menstrual entre algunos de los casos descriptos. Los animales también pueden tener “mal cuerpo”, como en el caso del caballo cuando está enfermo por la “infundia”, una ficomicosis equina (Anconatani 2021).

### ***El bautismo y el agua socorro como prevención y como "cura" y la muerte como solución***

Una situación especial caracteriza a los niños recién nacidos, quienes son considerados como seres "débiles" y "frágiles". Frente a esta circunstancia se emplea un tratamiento preventivo, a manera de adjunción de fortaleza, el bautismo.

En este punto, es importante destacar que, en atención a la ausencia prolongada de párrocos autorizados a realizar el sacramento del bautismo en las poblaciones del interior de la provincia, pueden realizar el bautismo otras personas utilizando la llamada "*agua socorro*".

Respecto al lobisón, algunos colaboradores coincidieron en que solamente mediante el acto bautismal –y a través de la adjunción de potencia que este reviste– se previene, al séptimo hijo varón seguido, del advenimiento de la afección. La acción de repetir el ritual un número de veces igual a siete (número considerado potente) también es una forma de adjudicación de potencia que favorece el acto total.

Por otro lado, existe una única manera de matar al lobisón y es con una bala bendecida en siete iglesias distintas y por siete curas distintos. Para matarlo hay que dispararle al individuo en su estado de lobisón quién, una vez muerto, ira recobrando su forma humana y develando su sospechada identidad.

Al perro [hay que matar], si. Porque ese era el problema ¿Me entiende?

No es que se le mata y vo te va y le llega y bum. Lo tene que... Lo tiene que tranformar, matar al bicho, al perro. No al tipo, no vale matar al tipo. ¿Me entiende? (Daniel, Herradura).

"Le lastimó y despue dice[n] que le dijeron, le fueron a la... la iglesia y le contaron al cura y el cura le dijo: \_uste tiene que hacer bendecir la... la bala en siete iglesia y despue que le tiren y le mate. Y así le hicieron bendicieron [en] siete iglesias, después le tiraron y le mataron" (Adelina, Santa marina).

Es importante destacar, que se opta por esta solución cuando el lobisón se ha vuelto "vicioso" es decir cuando ya está descontrolado y mata a muchos animales (perros, gallinas) y sobre todo cuando atacó y o mató a uno o varios bebés.

### **Continuidades y discontinuidades**

La noche como espacio habitado por el lobisón; su transformación y concurrencia al cementerio; la coprofagia y su dieta en base a restos de cadáveres animales y humanos, lo

vuelven un ser asociado a la oscuridad, a los ámbitos de la muerte, a la necrofagia y -como repetidamente refirieron los colaboradores criollos - a “*lo que no es de dios*”. Estableciendo comparaciones entre los datos etnográficos propios y la reseña que inaugura este trabajo, podemos ver que los lobisones del este de Formosa, al igual que los sudamericanos, comparten estas características con algunos hombres lobo europeos como el del *Satiricon* de Petronio (Siglo I d.C.), el “lobishome” portugués o el de Galicia. En el mismo sentido, los lobisones sudamericanos, tal como ocurrió con los hombres lobos durante la inquisición del medioevo europeo, han sido remitidos a las tinieblas, a la idea de lo demoniaco, “*lo del diablo*” y su ámbito. En este sentido, algunas formas de prevención de sus ataques en Formosa —como el empleo del agua bendita, el empleo de parafernalia cristiana (como la cruz o el rosario, entre otros) o el empleo del rebenque bendecido—, refuerzan esta idea.

En relación con lo mencionado, el peligro que representa para la comunidad el lobisón —sobre todo el que se ha vuelto “*vicioso*”— motiva la acción colectiva que, ante el orden perturbado, actúa bendiciendo las balas en siete iglesias y por siete curas distintos y sale a la caza del lobisón con la intención de matarlo como única solución posible. Este accionar le permite a la población librarse de su amenaza y a su vez librarlo al hombre afectado de su inextricable destino y retornar así nuevamente el equilibrio social perturbado. Estas acciones grupales recuerdan a las mencionadas en los relatos folklóricos sudamericanos y a su vez remiten a las antiguas cacerías grupales de lobos europeos organizadas por los distintos Estados con el fin de su exterminio.

Alejado de la porfiria, de la hipertricosis y de la *lupinam insanian*, licanotropía melancólica o insania lupina del hombre lobo europeo, el lobisón criollo formoseño se inscribe en otro orden de significación en la etnomedicina del este de Formosa. En el mismo sentido expuesto, y profundizando aún más respecto a la clasificación etnomédica del lobisón, la sola distinción entre representaciones ontológicas y relacionales de la enfermedad no es suficiente. Tal como plantea Laplantine (1999) existe otra dimensión de análisis que se superpone complementariamente a estas representaciones y que se sitúan a nivel del sentido y sinsentido, de la valoración negativa o positiva del acontecimiento patológico. En este nivel de análisis, el caso del lobisón es particularmente prototípico en la medicina criolla del este de Formosa y se adecúa acertadamente dentro de lo que Laplantine (1999) denomina como “modelo maléfico”. Como ocurre en este caso, la enfermedad es conceptualizada como una molestia, como nociva, perjudicial, indeseable e incluso en algunos casos como condenatoria, siempre en términos de negatividad. El destino del hombre afectado por este “*maleficio*”, “*yeta*” o “*maldición*” es por completo privativo, obliga a quien lo padece a la reclusión por su a-normalidad o a-normalía

claramente expresada en la fisionomía de su corporalidad afectada, en la manifiesta apatía y asocialidad, entre otros rasgos con los que se lo se ha descripto.

Tal como ocurre con el lobisón criollo del este de Formosa, es posible observar las mismas particularidades en los antes descriptos lobisones sudamericanos respecto a sus fisicalidades, sobre todo su aspecto de perro de gran tamaño y de ojos rojos. Fisicalidad que comparte incluso con el lobisón *pilagá* (Idoyaga Molina 1986) y el lobisón *qom* (Medrano 2013; 2022) de Formosa.

Respecto a este último, de manera análoga, el lobisón criollo del este formoseño puede ser contagiado a adultos o bebés recién nacidos (en el caso criollo, no bautizados) y también puede ser curado. Es posible observar aquí que el devenir lobisón criollo adscribiría bien a la noción de cuerpo/persona *qom* descripta por Medrano (2022:48), donde el régimen corporal puede "(...) intercambiarse, combinarse o modificarse aferrado a una interioridad que no expresa la anticipada adscripción a un colectivo sino su posibilidad relacional en una sociocosmología como la *qom*" –en nuestro caso, la criolla–.

En este sentido, si bien es posible adscribir la ontología de los Criollos del Este de Formosa en un orden naturalista –de acuerdo con las cuatro ontologías propuestas por Descola (2012)– y a la de sus vecinos *qom* en un orden opuesto animista, en este escenario etnográfico (el de los lobisones) estas ontologías se simetrizan evidenciando hendiduras por las que se filtra entre los Criollos evidencias de una ontología animista. El lobisón –tal como propone Medrano (2022:54) para los *qom*– se inscribe como un burlador de mundos que permite el diálogo entre ontologías aparentemente dispares.

### Palabras finales

Es posible postular a esta altura una clara dicotomía: por un lado, el séptimo hijo varón seguido no bautizado –tal como indica la tradición– que a medida que crece y su afección se manifiesta se percibe y es percibido como indefenso, como un ser socialmente excluido con una humanidad completamente devaluada. Por el otro, en cambio, una vez transformado en lobisón, es percibido como "*un perro negro así grandote*", como un "*animal*" temerario de enorme fortaleza y anatomía exacerbada que se torna en un peligro inminente para la sociedad en la que habita, sobre todo para los bebés no bautizados y los animales pequeños y de corral. Podemos observar entonces que el hombre afectado en tanto padeciente no es indicado como un enfermo sino más bien como alguien raro o fuera de lo "normal", sin embargo, tampoco es descripto como un individuo sano, sino que es visto más bien, como un humano "disminuido". Respecto al lobisón ocurre algo similar, pero a la inversa. Se lo describe generalmente como un perro pero que, de acuerdo

con las características descriptas, tampoco encajaría en la descripción de un perro o un *aguara guazu*, ya que su resistencia y otras particularidades anatómicas lo vuelven “más” fuerte y distinto que estos animales, es decir un animal “potenciado”. De lo mencionado se desprende que este existente es considerado más que animal o animal potenciado y menos que humano o humano disminuido. En ambos casos transita por los límites de la animalidad y de la humanidad.

Una vez aquí, luego de lo reseñado y discutido, es posible vislumbrar que el lobisón criollo abreva de distintas fuentes. Se parece de algún modo al lobisón europeo – por ejemplo, en su fuerte impronta cristiana, entre muchas otras características descriptas – y se parece también al lobisón *qom* – en su posibilidad de ser contagiado y curado –, pero a su vez se inscribe con entidad propia entre estos y otros lobisones. Por todo ello, la genuinidad del lobisón criollo del este de Formosa reside en que, aunque fue urdido por hebras Europeas e indígenas, cobró en la sociocosmología criolla su propia identidad que lo hicieron uno más, pero distinto de los muchos lobisones que pudimos conocer.

## Referencias

- ANCONATANI, Leonardo Martín. 2021. *Etnobotánica médica de los criollos del Chaco Húmedo Norte y aspectos farmacobotánicos asociados*. Tesis Doctoral. Facultad de Farmacia y Bioquímica, UBA.
- AMBROSETTI, Juan Bautista. 2011 [1917]. *Supersticiones y leyendas: región misionera-valles calchaquíes, las Pampas*. Buenos Aires: Emecé.
- BARING-GOULD, Sabine. 2004 [1865]. *El libro de los hombres lobo: Información sobre una superstición terrible*. Madrid: Valdemar.
- BECK, Hugo H.; SCHALLER, Enrique. C. 2011. “La Revolución de Mayo y la frontera del Chaco Argentino”. *Junta de Estudios Históricos del Chaco*, 5:137-156.
- BEJARANO, Mario E. 2000. *Folklore formoseño Tomo I*. Formosa: Edición del autor.
- BEJARANO, Ramón C. 1960. *Carai vosá. Elementos para el estudio del Folklore paraguayo*. Asunción: Toledo.
- BLACHE, Martha. 1991. *Estructura del Miedo. Narrativas folklóricas guaraníicas*. Buenos Aires: Plus Utra.
- BRAGA, Teófilo. 1871. *Epopéas da raça mosárabe*. Portugal: Imprensa portuguesa.
- CADOGAN, León. 1998. *Gua’i Rataypy. Fragmentos del folklore guaireño*. Segunda edición. Asunción: Fundación “León Cadogan” y Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch.
- CARO BAROJA, Julio. 1992. *Vidas mágicas e Inquisición*. Vol 2. Madrid: Istmo.
- CARVALHO NETO, Paulo de. 1961. *Folklore del Paraguay*. Quito: Editorial Universitaria.

CASTELLI, Eugenio. 1995. *Antología cultural del litoral argentino*. Buenos Aires: Nuevo siglo.

CHÁVEZ HUALPA, Fabiola Y. 2006. "La leyenda del Lupu mannaro (Hombre lobo) y del Ursu panaru (Hombre oso) en los Apeninos Centrales (Leonessa, Italia)". *Dimensión Antropológica*, 38:179-193.

COLMAN, Narciso R. 1929 [1878]. *Ñande ñpi cuéra*. Asunción: El Arte.

COLUCCIO, Felix. 1992. *Fauna del Terror*. Buenos Aires: Plus Ultra.

COLOMBRES, Adolfo. 2016. *Seres mitológicos argentinos*. Buenos Aires: Colihue.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. 1923. "Licantropia sertaneja". *Revista do Brasil*, 94:129-133.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. 1984. *Diccionario do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia.

DEMARIA, Alfonso. 1947. *Paraguay heroico y romántico*. Santiago de Chile: Ed. del autor

DESCOLA, Philippe. 2012. *Más allá de naturaleza y cultura*. Buenos Aires: Amorrortu.

DOMÍNGUEZ MORENO, José María. 1990. "La licantropía en Extremadura". *Revista de Folklore*, 113:170-174.

DRAKE, Miles E. 1992. "Medical and neuropsychiatric aspects of lycanthropy". *Journal of Medical Humanities*, 13(1):5-15.

ERIKSON, Philippe. 2000. "'I', 'UUU', 'SHHH': gritos, sexos e metamorphoses entre os matis (Amazônia brasileira)". *Mana*, 6(2):37-64.

FONDEBRIDER, Jorge 2016. *Historia de los hombres lobos*. Buenos Aires: LOM.

FURST, Peter T. 1992. *Alucinógenos y cultura*. México: Fondo de Cultura Económica.

GARLIPP, Petra; GÖDECKE-KOCH Thomas; DIETRICH, Detlef E.; HALTENHOF, Horst. 2004 "Lycanthropy Psychopathological and psychodynamical aspects". *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 109:19-22.

GONZÁLEZ TORREZ, Dionisio M. 2008(1980). *Folklore del Paraguay*. Asunción: Servi Libros.

GÖDECKE-KOCH, Thomas; GARLIPP, Petra; HALTENHOF, Horst.; DIETRICH, Detlef E. 2001. "Lycanthropy: 2 case reports". *The Canadian Journal of Psychiatry*, 46 (7):659.

GRANADA, Daniel. 1959 [1896]. *Reseña histórico-descriptiva de antiguas y modernas supersticiones del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Guillermo Kraft.

GINZBURG, Carlo. 2013. *Mitos, emblemas e indicios: morfología e historia*. Buenos Aires: Prometeo.

GRÉGOIRE, Luis. 1884. *Diccionario enciclopédico de historia, biografía, mitología y geografía*. Tomo 2. París: Garnier Hermanos.

- HERRERA-CABALLERO, Susana. 2014. "La porfiria: no solo la histeria es una gran simuladora". *Psiquiatría Biológica*, 21(3):116-118.
- IDOYAGA MOLINA, Anatilde. 1986. "La integración de la figura del lobizón entre los pilagá". *Studi e materiali di Storia delle Religioni*, 52(1-2):227-236.
- ILLIS, León S. 1964. "On Porphyria and the Aetiology of werewolves". *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, 57:23-26.
- JACKSON, Michael. 1990. "The man who could turn into an elephant: shape-shifting among the kuranko of Sierra Leona". In: Jackson, M. y Karp, I (eds.), *The experience of self and Other in African Culture, Personhood and Agency*. Uppsala: Smithsonian press. pp. 59-78.
- JACKSON, Pauline M. 1978. "Another case of lycanthropy". *American Journal of Psychiatry*, 135(1):134-135.
- JIJENA SANCHES, Rafael. 1952. *El perro negro*. Buenos Aires: Dolmen.
- KHALIL, Rami B.; DAHDAH, Pierre; RICHA, Sami; KAHN, David A. 2012. "Lycanthropy as a culture-bound syndrome: a case report and review of the literatura". *Journal of Psychiatric Practice*, 18(1):51-54.
- KUMAR, Bharat. 2012. "Acute intermittent porphyria presenting solely with psychosis: A case report and discusión". *Psychosomatics*, 53(5):494-498.
- LAPLANTINE, François. 1999. *Antropología de la enfermedad. Estudio etnológico de los sistemas de representación etiológicas y terapéuticas en la sociedad occidental contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Sol.
- LÓPEZ BRÉARD, Miguel R. 2006. *Diccionario folklórico guaraní*. Asunción: Criterio.
- MATÍNEZ-RISCO AGÜERO, Vicente.; CABANILLAS ENRRÍQUEZ, Ramón. 1971. Un caso de licantropía (o home-lobo). *Discurso lido o día 23 de febrero do 1929 na súa recepción pública por Don Vicente Martínez-Risco Agüero e resposta de Don Ramón*. Coruña: Ed. Moret.
- MEDRANO, Celeste. 2013. "Devenir-en-transformación: debates etnozoológicos en torno a la metamorfosis animal entre los qom". In: Tola, F; Medrano C. y Cardin, L. (eds.), *Gran Chaco. Ontología, poder, afectividad*. Buenos Aires: IWGIA/Rumbo Sur. pp. 77-101.
- MEDRANO, Celeste. 2022. "Componiendo lobizones. Reflexiones sobre animalidad y humanidad junto a los qom (tobas) del Gran Chaco argentino". En: Lucila Bugallo, Penelope Dransart & Francisco Pazzarelli (eds.), *Animales humanos, humanos animales. Relaciones y transformaciones en mundos indígenas sudamericanos*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia. pp. 35-62.
- MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino. 1880. *Historia de los heterodoxos españoles*. tomo I. Madrid: Librería Católica de San José.
- MCKENNA, Terenece. 1983. *El manjar de los dioses, La búsqueda del árbol de la ciencia del bien y del mal*. España: Paidós.

- MOSEHLY, Hamdy F. 1999. "Lycanthropy New Evidence of Its Origin". *Psychopathology*, 32:173-176.
- MOLINA FOIX, Juan A. 2017. *Hombres-lobo*. Barcelona: Penguin.
- MONTIVEROS DE MOLLO, Perla. 2013. *Leyendas de nuestra tierra*. Buenos Aires: Ediciones del Sol.
- NAVARRO, Antonio J. 2004. "La fascinación por lo sobrenatural". In: Barning Gould, Sabine. *El libro de los hombres lobo: Información sobre una superstición terrible*. Madrid: Valdemar. pp. 5-12.
- OTTEN, Charlotte F. 1986. *The Lycanthropy Reader: Werewolves in Western Culture*. New York: Syracuse University Press.
- PORTER, Roy. 2003. *Breve historia de la locura*. Madrid: Turner & Fondo de Cultura Económica.
- PORTO DE FARÍAS, Norma N.; TREVISÁN, Olga N. 2008. "El mito del hombre lobo: del versipellis latino al lobisón en cuentos argentinos contemporáneos". *Cuadernos de literatura*, 12:7-24.
- PRIETO, Antonio H. 2015. *Para comprender a Formosa. Una aproximación a la historia provincial: 1879-1976*. Buenos Aires: Dunken.
- REVIÈRE, Peter. 1994. "Wysinwyg in Amazonia". *JASO*, 25(3): 255-262.
- ROMANO, Eduardo. 1997. "La emigración de los lobizones del imaginario popular a la industria cultural". *Revista de Investigaciones Folklóricas*, 12:76-85.
- SUMMERS, Montague. 2003(1933). *The werewolf in the lore and legend*. New York: Courier Corporation.
- SIGALL, Daniel A.; SALAS-ALANÍS, Julio C.; BEIRANA, Angélica; ARENAS, Roberto. 2011. "Hipertrichosis: sus causas, formas clínicas y manejo". *Dermatología CMQ*, 9(1):35-44.
- STURZENEGGER, Odina. 1986/87. "El mundo propicio y el mundo adverso en la cosmovisión de la población Criolla del Chaco Argentino". *Scripta ethnologica*, suplementa, 6:22-37.
- STURZENEGGER, Odina. 1999. *Le mauvais oeil de la lune: ethnomédecine créole en Amérique du Sud*. París: Karthala.
- VIDAL DE BATTINI, Berta. E. 1984. *Cuentos y leyendas populares de la Argentina*. Tomo VIII. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas/Secretaría de Cultura y Ministerio de Educación y Justicia.
- VITALLINI, Renzo. 2007. *Brujas, hombres lobo y vampiros*. España: GRM.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2011. "Zeno and the art of anthropology: Of lies, beliefs, paradoxes, and other truths". *Common Knowledge*, 17(1):128-45.
- WAGNER, Carlos G. 1989. "El rol de la licantropía en el contexto de la hechicería clásica". *Anejos de Gerión*, 2:83-97.

WASSON, Robert G. 1983. *El hongo maravilloso: teonanácatl; micolatría en Mesoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica.

WENDELIN, Daniel S.; POPE, David N.; MALLORY, Susan B. 2003. "Hypertrichosis". *J. Am. Acad. Dermatol.*, 48(2):161-179.

Recebido em 21 de março de 2022.

Aceito em 14 de novembro de 2022.

"Un perro negro así grandote". El lobisón criollo entre la historia clásica y los devenires indígenas en el este de Formosa (Argentina)

### Resumen

Este artículo versa sobre el lobisón en el cosmos de los criollos del este de la provincia de Formosa, Argentina. Bien conocido entre estas poblaciones rurales y periurbanas de raigambre hispano-guaraní, el lobisón criollo parece tratarse, en un primer momento, de una curiosa enfermedad. Ahora bien, teniendo en cuenta que son pocos los trabajos etnográficos respecto de este existente y que contamos con una profusa bibliografía en la cual se lo aborda desde distintas disciplinas, se propone aquí –a partir de datos recogidos en un trabajo de campo de larga data entre los criollos locales– describir y estudiar al lobisón criollo en perspectiva con variados lobisones y hombres lobos documentados en Europa y en América en distintas fuentes de referencia. El objetivo radica en desentrañar hasta qué punto el lobisón criollo excede la noción folklórica mito-histórica, analizando si se trata de una experiencia religiosa, de una patología, de ambas o todas a la vez.

**Palabras-clave:** Lobisón; Hombre lobo; Criollos; Formosa.

"Um cachorro negro assim de grande". O lobisomem criollo entre a história clássica e os devires indígenas no leste de Formosa (Argentina)

### Resumo

Este artigo trata do lobison, um particular existente no cosmos dos criollos do leste da província de Formosa, Argentina. Bem conhecido entre essas populações rurais e suburbanas de raízes hispano-guaranis, o lobison criollo parece ser uma doença curiosa. Ora, tendo em conta que existem poucos trabalhos etnográficos sobre este existente e que temos uma bibliografia profusa em que é abordado a partir de diferentes disciplinas, propõe-se aqui – com base em dados recolhidos em um longo trabalho de campo entre os crioulos locais – descrever e estudar o lobison criollo em perspectiva com vários lobisomens e homem lobo documentados na Europa e na América em diferentes fontes de referência para desvendar em que medida o lobison criollo ultrapassa a noção mito-histórica folclórica, se é uma experiência religiosa, uma patologia, tanto ou tudo de uma vez.

**Palavras-chave:** Lobisón; Homem lobo; Criollos; Formosa.

“Such a big black dog”. The lobisón criollo between classical history and indigenous becomings in eastern Formosa (Argentina)

### **Abstract**

This article deals with the lobison, a particular existent in the cosmos of the Criollos of the east of the province of Formosa, Argentina. Well known among these rural and suburban populations of hispanic-gurani origins, the lobison-criollo seems to be a curious disease. Taking into account that there are few ethnographic works regarding this existing one and that we have a profuse bibliography in which it is approached from different disciplines, it is proposed here describe and study the lobison-criollo (based on data collected in a long-standing fieldwork among the local criollos) in perspective with various lobisones and werewolves documented in Europe and America in different reference sources to unravel to what extent the lobison-criollo exceeds the mytho-historical folk notion, if it is a religious experience, a pathology, both or all at once.

**Keywords:** Lobisón; Werewolf; Criollos; Formosa.

## Cultura, tempo e linguagem: um ensaio sobre o filme A Chegada (2016) a partir de debates antropológicos do século XX

Victor Pimentel Ferreira

Mestrando em Sociologia e Antropologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-5205-0240>

[victor.pimentelferreira@gmail.com](mailto:victor.pimentelferreira@gmail.com)

*Vieram os deuses de outras galáxias*

*Ou de um planeta de possibilidades impossíveis*

(Errare Humanum Est, Jorge Ben Jor)

*With your mind you have ability to form*

*And transmit thought energy far beyond the norm*

*You close your eyes, you concentrate*

*Together that's the way*

*To send the message*

*We declare World Contact Day*

(Calling Occupants of Interplanetary Craft, The Carpenters)

### **Os alienígenas chegaram — e agora?<sup>1</sup>**

Como poderia o espectador desavisado imaginar que “A Chegada” trataria, fundamentalmente, da complexa relação entre cultura, linguagem e tempo? À primeira vista, a produção do diretor franco-canadense Dennis Villeneuve, baseado em um conto do escritor Ted Chiang (2016) (“A história da sua vida”) se apresenta como mais um dos vários filmes que imaginam o tão sonhado contato com alienígenas. No mundo ocidental,

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer aos pareceristas anônimos que contribuíram com críticas e sugestões que possibilitaram a efetivação de importantes ajustes no texto.

as especulações a respeito de um possível contato com alienígenas contam com uma longa história – as epígrafes citadas acima são apenas dois dos inúmeros exemplos de toda a mitologia que informa o vasto campo de fantasias ocidentais a respeito do contato da humanidade com aquilo que está para além dela no plano existencial<sup>2</sup>. Se no início da película nos deparamos com várias cenas já conhecidas em outros filmes sobre extraterrestres - noticiários explodindo em plantões jornalísticos, tanques e bases militares se movimentando rapidamente em direção à “zona de contato”, etc. -, ao final da trama temos a impressão de que nos aproximamos de uma experiência alternativa de filme sobre ET’s. Quando sobem os créditos, percebemos que o assunto que seria, num primeiro momento, tido como principal (alienígenas) se revela, no final das contas, uma espécie de “acessório”, um molde para o desenvolvimento dos tópicos protagonistas das reflexões engendradas pelo enredo (no caso, as questões que atravessam os campos da cultura, da linguagem e do tempo).

Antes de começar a falar especificamente sobre o enredo do filme em questão, cabe ressaltar que esse texto é apenas mais um dos vários exemplos de artigos e ensaios que mobilizam “A Chegada” como objeto central para o desenvolvimento de considerações a respeito de áreas variadas das ciências humanas. No caso, me detenho a discussões específicas do campo da antropologia. Contudo, um panorama limitado<sup>3</sup> da produção brasileira sobre o filme indica o tratamento de uma pletera de temas, tais como: uma análise do uso do *flashback* em “A Chegada” (Torres; Damasceno 2019); uma investigação sobre as formas de representação do Outro no filme e no conto que serviu de base para o seu desenvolvimento (Silva 2020); uma leitura discursiva da trama com foco em questões teóricas referentes à linguagem (Carneiro et al. 2018); um estudo sobre o impacto das relações de poder colonizadoras por meio da linguagem (Cortázio 2021); uma análise da trama do filme a partir do vínculo entre Língua, Cultura e Cognição (Maracajá 2020) etc.

Além disso, destacam-se os trabalhos que, utilizando certos aspectos do enredo de “A Chegada”, visam: construir uma investigação a respeito de como a temporalidade influencia a construção de uma narrativa de ficção-científica (Dezopa 2019); analisar como

2 Neste início, vale destacar que este texto não pretende realizar um estudo antropológico sobre as pessoas e os relatos que afirmam/sugerem a possibilidade de efetivação de um verdadeiro contato com seres de outros planetas, tampouco sobre os efeitos práticos e simbólicos da crença em alienígenas. Sobre esses assuntos, existe um vasto campo na antropologia que abriga estudos variados (Almeida 2015; Esquerre 2016; Lagrange 1990; Stoczkowski 1999). Além disso, para ver os primeiros passos de uma pesquisa antropológica em desenvolvimento a respeito desses temas, cf. (Andriewski 2019).

3 Este é um panorama limitado devido ao fato de que não foi realizado, para este texto, uma revisão de literatura sistemática a respeito das produções em torno de “A Chegada”. A busca dos artigos mencionados que mobilizaram a trama do filme ocorreu por meio da utilização da plataforma Google Scholar e da inserção dos termos “filme A Chegada” (com aspas duplas). Desta maneira, foram selecionados dez artigos entre os resultados que apareceram nas três primeiras páginas de resultados da pesquisa.

essa narrativa trata os conceitos de linguagem, tempo e sociedade na contemporaneidade (Rocha; Oliveira 2020); demonstrar como os elementos narrativos, narrador e tempo, operam tanto no filme quanto no conto de Ted Chiang (Barros; Crivano; Lima Cardoso 2021); desenvolver uma reflexão sobre o potencial da ficção científica para o debate de questões concernentes às relações de gênero e alteridade (Da Cruz; Teixeira; Gomes 2020); apresentar uma consideração sobre a marginalidade da linguística no gênero *sci-fi* (Queriquelli 2019); dentre outros. Desta maneira, o movimento que se realiza com esse texto se soma aos esforços empreendidos por uma série de pesquisadores nos últimos anos que recorrem ao filme em questão com a finalidade de fomentar discussões em torno das relações entre linguagem, cultura, sociedade, tempo, poder etc.

Na trama, acompanhamos de perto os passos da Dra. Louise Banks, professora universitária e pesquisadora renomada no campo da linguística. Logo no início, são apresentadas ao espectador algumas das habilidades profissionais de Banks — por exemplo, nas primeiras cenas somos transportados para o começo de uma de suas aulas a respeito da relação entre o português e as línguas germânicas e, logo em seguida, descobrimos que ela auxiliou anteriormente o serviço de inteligência norte-americano com uma tradução confidencial de um indivíduo capturado que falava persa. Partindo disso, o filme começa já no dia em que “eles chegaram”. Com pouca informação consistente e muitas caras assustadas, a aula que assistiríamos da professora Banks é cancelada e ela vai para sua casa, onde começa a se deparar com notícias desse acontecimento bizarro.

Instalando-se em mais de 12 países, os alienígenas chegam em veículos cujos formatos são similares a “conchas” que se fixam em determinados pontos geográficos aparentemente sem conexão, mantendo-se nesses locais a poucos metros do chão, o que dá uma impressão de que tais naves estão em estado de permanente flutuação. Além disso, o roteiro também nos revela que a composição das “conchas” é de material quimicamente desconhecido, reforçando toda a aura misteriosa que paira sobre esses seres. Sentindo a gravidade da situação e percebendo a impossibilidade de se comunicar com os alienígenas através de armas ou de qualquer tipo de intimidação humana, membros importantes do serviço de inteligência norte-americano vão atrás da Dra. Banks, que, segundo eles, está entre as pesquisadoras mais cotadas no que diz respeito a assuntos de tradução e contato com outras línguas. Além dela, o físico teórico Ian Donnelly também é recrutado para a equipe militar. O momento do primeiro contato entre os dois pesquisadores constitui um dos pontos altos do filme para a discussão aqui empreendida.

Dentro do avião que os direciona para o local de contato com os alienígenas, Donnelly, segurando um livro escrito pela protagonista, estabelece seu contato inicial

com a pesquisadora por meio de uma postura notadamente presunçosa - ele afirma que, a despeito da beleza, um dos postulados fundamentais da linguística, colocado como epígrafe do livro, está errado. Esse postulado, por sua vez, afirma que a língua é o aspecto civilizador da humanidade - para o físico, não é a língua que cumpre esse papel, mas sim a ciência. Em seguida, nas conversas a respeito das possíveis estratégias de comunicação para contatos com os ET's, o físico defende, reforçando o coro dos militares, o foco em perguntas específicas (O que eles querem? De onde vieram?) através da adoção de procedimentos esquemáticos - como a utilização de sequências binárias -, enquanto Banks adota a postura antropológica por excelência - ou seja: que tal darmos um "passo atrás" e, em vez de despejarmos sobre eles problemas matemáticos, ouvirmos o que eles têm para nos dizer? Neste sentido, Banks parece defender que o comportamento mais interessante para o primeiro contato com os seres de outro planeta não é aquele em que os pesquisadores já chegam com os seus próprios problemas para os ouvintes, mas sim esperam para saber quais são os dilemas que surgirão a partir da comunicação na prática<sup>4</sup>.

Embora de maneira um tanto estereotipada, acredito que essa cena consiga tematizar um dos principais debates da antropologia na primeira metade do século XX: as relações entre as categorias "êmico" e "ético" (Jardine 2004). Tais noções emergiram do campo da linguística, sobretudo das áreas "fonêmica" e "fonética". Segundo Mostowlansky e Rota (2020), foi exatamente da extensão de ambas as áreas para "a análise de todas as formas do comportamento humano" (Mostowlansky & Rota 2020: 2)<sup>5</sup>, operação empreendida pelo linguista Kenneth Pike, que surgiram as categorias de êmico e ético.

Elaboradas a partir de então pelo campo da antropologia, estas categorias passaram a designar dois tipos distintos de abordagem do comportamento humano e dos fenômenos sociais: o primeiro (êmico) diz respeito aos "conceitos, afirmações e interações dos interlocutores de um pesquisador em pesquisa etnográfica" (Mostowlansky & Rota 2020: 1), enquanto o último (ético) se refere ao "enquadramento analítico do próprio pesquisador" (Mostowlansky & Rota, 2020: 1). Assim, a abordagem êmica aponta para um trabalho analítico no qual o pesquisador dispensa "meios de classificação a priori" (Mostowlansky & Rota 2020: 3) e busca "descobrir e descrever os padrões estruturados das atividades mentais e corporais que os membros daquela cultura reconhecem como distintos e significantes para seu sistema de comportamento" (Mostowlansky & Rota 2020: 3). Por outro lado, a abordagem ética implica uma postura por meio da qual o pesquisador se aferra mais fortemente ao seu próprio "laboratório" - isto é, "em um sistema

4 Essa cena do filme pode ser vista a partir dos 17 minutos.

5 Todas as traduções de trechos do texto de Mostowlansky e Rota (2020) foram feitas de maneira livre pelo autor do texto.

de classificação geral desenvolvido pelo pesquisador para o estudo de qualquer cultura em particular a fim de comparar e classificar dados comportamentais” (Mostowlansky & Rota 2020: 3). Desta maneira, os termos “êmico” e “ético” forneceram aos pesquisadores “um vocabulário que conduz a atenção de seus públicos em direção a tópicos importantes sobre perspectiva analítica, ponto de vista e posicionalidade” (Mostowlansky & Rota 2020: 10).

Neste sentido, correndo o risco de simplificações<sup>6</sup>, podemos afirmar que o plano de ação capitaneado por Ian Donnelly e pelo serviço de inteligência norte-americano no filme se aproxima de uma perspectiva ética, uma vez que busca, inicialmente, travar um contato com os “nativos” orientado por sistemas gerais de conhecimento desenvolvidos em um momento anterior ao próprio contato. Isso significa que tanto o físico teórico quanto os militares não elencavam a lógica própria aos extraterrestres (por mais esquisito que isso possa soar) como um elemento fundamental para a compreensão de seus propósitos em relação à humanidade. Já a postura da Dra. Louise Banks, por sua vez, partilha das características de uma abordagem êmica e - talvez - radicalmente antropológica, uma vez que busca “levar os outros a sério” (Ingold 2019) (e não esqueçamos que esses “outros”, no filme, são alienígenas), “seguir” (Latour 2000) os atores em questão da forma mais próxima possível e, ao mesmo tempo, questionar de certa maneira a possibilidade de que os nossos conhecimentos estejam aptos para abarcar e compreender um tipo de experiência tão alternativa.

Alargando as correlações iniciais entre a trama e as discussões antropológicas, não seria equivocado sugerir que a situação de contato entre os humanos e os alienígenas no filme emula, em certo sentido, o momento inicial de elaboração do campo da antropologia como uma disciplina científica. Com essa metáfora, não pretendo obviamente erigir qualquer tipo de qualificação pejorativa sobre os agrupamentos humanos que apareciam nas páginas dos primeiros relatos de viajantes e antropólogos de gabinete. Aqui, o termo “alienígena” (ou qualquer outra palavra correlata) deve ser entendido em sua acepção etimológica - isto é, como uma palavra que designa tudo aquilo que, de um determinado ponto de vista, pertence a outros mundos. Neste sentido, os discursos de Donnelly e dos militares explicitados acima remetem sem muito esforço à postura dos

---

6 Vale destacar algumas nuances do debate. No próprio texto citado, vemos que o antropólogo Marvin Harris questiona a utilização do termo “êmico” como sinônimo da “postura ideal” do etnógrafo em pesquisa. Para o autor, a abordagem ética representa o comportamento mais correto devido ao fato de que suas bases se sustentam pela “confirmação de outros cientistas” e por “enquadramentos científicos enraizados em processos e relações sociais assumidamente objetivos” (Mostowlansky & Rota 2020: 4). Segundo Harris, “o relativismo inerente a esses paradigmas [oriundos da abordagem êmica] conduzem para um caminho perigoso em direção à rejeição da verdade científica e, em última instância, ao fascismo” (Mostowlansky & Rota 2020: 7).

primeiros “aventureiros” e estudiosos europeus que, no geral, representavam os nativos como “reflexos distorcidos e muitas vezes invertidos” (Eriksen & Nielsen 2007: 14) deles mesmos. Além disso, tal situação também aproxima o espectador de um período embrionário do saber antropológico em que predominava uma “tensão entre textos herdados e novas experiências de mundo” (Liebersohn 2007: 19), que, à época, eram capitaneadas por “Colombo e seus sucessores” (Liebersohn 2007: 25) e cujos relatos apresentavam conteúdos que questionavam o que se sabia naquele contexto a respeito dos povos “estrangeiros”. Desta maneira, ainda falando desse estágio inicial da antropologia, a ideia da Dra. Banks (e, como veremos, a postura adotada por ela) guarda características fundamentais com as reflexões do pensador Johann Herder, que “não demonizou simplesmente o comportamento nativo que elidia categorias europeias de racionalidade, mas considerou a possibilidade que esse tipo comportamento incorporasse um diferente tipo de lógica” (Liebersohn 2007: 29)<sup>7</sup>.

Voltando mais especificamente ao filme, o que vemos ao longo da trama entre a dupla formada por Banks e Donnely é muito mais uma coordenação de atividades e colaboração de conhecimentos diversos do que competições entre áreas distintas e rixas teóricas. Nesse espírito, a linguista e o físico começam a travar os primeiros contatos com os alienígenas dentro de suas “conchas”. A missão da Dra. Banks e dos demais cientistas que dividem os computadores da base militar com ela é apenas uma (e das mais desafiadoras): entender como os alienígenas se comunicam e, a partir disso, identificar os seus propósitos para com a humanidade e a Terra de maneira mais geral. Ao espectador, é mostrado que os seres extraterrestres se comunicam de duas formas: por meio de sons aparentemente indecifráveis e através de traços imagéticos em formato circular - o que sugere que a sua “escrita”, diferentemente da nossa, segue um ordenamento não-linear. Isso significa que as dificuldades para a apreensão de informações por meio do contato com os ET's são enormes e desafiadoras. Como erigir uma base mínima de compatibilização entre a nossa linguagem e um tipo de comunicação totalmente diferente de tal forma que seja possível realizar traduções? Como associar às formas circulares (e aos seus detalhes) letras, palavras, frases e intenções? Como perguntas e afirmações são representadas na linguagem alienígena?

Mais uma vez, nos deparamos com perguntas muito similares àquelas que orientam os debates do campo da antropologia há mais de um século. O antropólogo norte-americano Franz Boas, por exemplo, “argumentava que o caráter inconsciente desses processos linguísticos nos revelava muito sobre os processos da cultura em geral”

7 Todas as traduções de trechos dos textos de Eriksen e Nielsen (2007) e Liebersohn (2007) foram feitas de maneira livre pelo autor do texto.

(Stocking 2004: 22). Outro antropólogo importante da área, Evans-Pritchard, afirmava que “para poder compreender o pensamento de um povo torna-se necessário pensar nos seus próprios símbolos” (Evans-Pritchard 1972 [1950]: 15). Se levarmos em consideração que “todo o tipo de relação social, de crença, de processo tecnológico - de fato, tudo o que integra a vida social dos nativos - tem a sua expressão em palavras e em ações” (Evans-Pritchard 1972 [1950]: 15), então não é equivocado sugerir que “ao aprender uma língua, também se aprende a cultura e o sistema social” (Evans-Pritchard 1972 [1950]: 15). Tendo em vista a importância, para o trabalho etnográfico, da aproximação em relação ao ponto de vista do nativo, Evans-Pritchard estabelece que, ao tentar aprender a língua do nativo, “o antropólogo vai ao encontro do nativo não como um mestre mas como um aluno” (Evans-Pritchard 1972 [1950]: 15) - postura essa que, mais uma vez, guarda uma série de similaridades com o discurso da personagem interpretada por Amy Adams em A Chegada (2016).

Ao longo da trama, percebe-se que, com muito estudo, perspicácia e repetições de contato, a Dra. Banks começa aos poucos a desvendar determinadas regularidades nas comunicações dos alienígenas<sup>8</sup>. É neste momento também que ela passa a ter sonhos estranhos que afetam significativamente seu estado emocional. Para o espectador, os sonhos trazem à memória da protagonista acontecimentos profundamente trágicos ocorridos num passado recente. As cenas desse “suposto” passado nos são apresentadas logo no início do filme - o crescimento da filha da linguista, sua adolescência, juventude e morte precoce (vítima provavelmente de alguma doença autoimune). Digo “suposto” porque, mais próximo do final da trama, entendemos que aquelas imagens que estariam na vida pregressa de Banks são, na verdade, *flashes* do futuro. Por essa razão, Banks demonstra nitidamente um profundo incômodo e expressões de confusão logo após despertar desses “sonhos”.

Não é coincidência o fato de que os tais “sonhos” emergem a partir do momento em que a linguista passa a entender melhor a estrutura da linguagem alienígena. O filme nos conduz gradativamente à seguinte constatação: ao adentrar o sistema linguístico dos ET's, Banks tem acesso não só a formas e técnicas alternativas de construção de palavras e frases, mas sim a todo um modo distinto de relação com o tempo. Evidentemente, isso impacta sua própria experiência cotidiana em relação à ordenação temporal tal como a concebemos (nós, a humanidade). Portanto, o filme conduz o espectador à reflexão de

---

8 Vale dizer também que o primeiro contato com “resultados efetivos” veio exatamente no momento em que Banks decide tornar o contato um pouco mais “próximo” - ela se despe de seu traje de proteção (todo cheio de artifícios anti-radiação e anti-contaminação biológica) e se aproxima do vidro que a separa dos ET's. O filme mostra que essa atitude suscita nos alienígenas uma resposta um pouco mais expressiva.

que, ao mergulhar profundamente em uma outra linguagem, estabelece-se um contato com modos diferentes de pensamento e relação com aspectos básicos da realidade (como o tempo, a noção de sequência, o reconhecimento do outro etc.).

### **Linguagem, tempo e cultura - mais cientistas são recrutados**

Neste ponto do texto, sugiro pegar o controle remoto e dar uma “pausa” no filme. Após uma breve incursão em mais alguns debates antropológicos, voltaremos a ele munidos de elementos que, espero, nos permitirão um tipo de experiência mais “imersiva” em relação à trama. Como mencionado no subtítulo, e dando prosseguimento a um exercício esboçado na primeira parte do texto, este é o momento em que estabeleceremos relações não só com a Dra. Banks e o físico Ian Donnelly, mas também com outros cientistas e pensadores para a elaboração de reflexões a respeito das ligações entre linguagem, tempo e cultura.

### **Saussure, Jakobson e Lévi-Strauss chegam ao local do contato...**

Nesta seção, apresento partes de alguns dos principais debates do século XX no campo da antropologia no que diz respeito às categorias centrais desse texto. Assim, os próximos parágrafos efetuam um breve desvio de rota em relação à trama do filme, que é retomada na seção seguinte. Desta maneira, a escolha por tal caminho argumentativo pretende reforçar o argumento central do texto – a saber, que a exposição de certas reflexões antropológicas possibilita uma aproximação mais “imersiva” em relação ao filme, que, por sua vez, auxilia na compreensão de discussões neste mesmo campo em torno das relações entre linguagem, tempo e cultura.

De modo geral, no campo das ciências sociais, falar de linguagem significa se aproximar de questões fundamentais da linguística. Este campo, conhecido principalmente pelos trabalhos seminais de Ferdinand de Saussure, se dedica ao aprofundamento do estudo de “todas as manifestações da linguagem humana” (Saussure 2006 [1906]: 13). Para o autor, por sua “importância para a cultura geral” (Saussure 2006 [1906]: 14), a linguagem “constitui fator mais importante que qualquer outro” (Saussure 2006 [1906]: 14). Tamanha relevância é explicada, dentre outros fatores, pelo fato de a linguagem pertencer “ao domínio individual e ao domínio social” (Saussure 2006 [1906]: 17), sendo “impossível conceber um sem o outro” (Saussure 2006 [1906]: 16) no estudo de tal objeto.

Em “Curso de Linguística Geral” (2006 [1906]), Saussure ainda estabelece uma diferenciação entre língua e linguagem. Segundo ele, a língua diz respeito a “um sistema de signos que exprimem ideias” (Saussure 2006 [1906]: 24) e, além disso, representa “a parte social da linguagem” (Saussure 2006 [1906]: 24), uma vez que ela não “existe senão

em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (Saussure 2006 [1906]: 24). Por essa razão, “a faculdade de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade” (Saussure 2006 [1906]: 18), aspecto enfatizado também por outro nome importante do campo da Linguística, Roman Jakobson, ao reforçar que “para ser eficiente, o ato da fala exige o uso de um código comum por seus participantes” (Jakobson 1981 [1954]: 3). Desta maneira, percebe-se que Saussure e Jakobson partilham da perspectiva que ressalta a existência de vínculos estreitos e consistentes entre língua, linguagem e a vida social de um determinado agrupamento. Como visto na primeira seção do texto, esse tipo de raciocínio tem sido objeto de uma série de reflexões por parte de antropólogos, o que indica a extensão significativa dos apontamentos linguísticos para a área da antropologia.

A influência do desenvolvimento da linguística para os estudos antropológicos foi celebaramente apontada por Lévi-Strauss em 1945. Segundo o autor de *Tristes Trópicos*, “a linguística ocupa um lugar excepcional” (Lévi-Strauss 2008 [1945]: 43) no conjunto das ciências sociais pelo fato de ter sido “aquela que, de longe, realizou os maiores progressos” (Lévi-Strauss 2008 [1945]: 43). Com esse argumento, Lévi-Strauss sugere que o desdobramento dos estudos linguísticos não traz importantes questionamentos apenas a partir de seu conteúdo, mas, principalmente, através do estabelecimento de um método capaz de contribuir para a sistematização progressiva das abordagens sociológica e antropológica. Desta maneira, o autor sugere que “o erro da sociologia tradicional [...] estava em considerar os termos, e não as relações entre os termos” (Lévi-Strauss 2008 [1945]: 60). Assim, priorizar a ideia de que o sentido de um dado elemento é “determinado por sua conexão com outros signos no interior da mesma sequência” (Jakobson 1981 [1954]: 5) representa um movimento típico da linguística que, aos olhos do antropólogo, deveria ser apreendido pelos demais campos das ciências sociais.

No que diz respeito mais especificamente ao campo da antropologia, Lévi-Strauss apostava no encontro profícuo entre a fonologia - que representaria um “papel renovador” (Lévi-Strauss 2008 [1945]: 45) para as áreas que se debruçam sobre a vida social - e os estudos de parentesco. A razão para tal se deve ao fato de que os sistemas de parentesco constituem, à primeira vista, sistemas de classificação que nomeiam determinadas relações de aliança entre os membros de um dado agrupamento (por meio de termos como “pai”, “mãe”, “tio materno” etc.). Para Lévi-Strauss, isso significa que “o sistema de parentesco é uma linguagem” (Lévi-Strauss 2008 [1945]: 61) e, assim, os fenômenos de parentesco seriam “fenômenos do mesmo tipo que os fenômenos linguísticos” (Lévi-Strauss 2008 [1945]: 46). Algo semelhante já havia sido ressaltado anteriormente por Malinowski

ao afirmar que “as palavras de parentesco nada mais são do que registros ou rótulos de relações sociais” (Malinowski 2015 [1930]: 129). Mais uma vez, é exatamente por esse motivo que Lévi-Strauss argumenta que, em relação aos estudos de parentesco, o aspecto relevante “não são as famílias, termos isolados, e sim a relação entre esses termos” (Lévi-Strauss 2008 [1945]: 65).

Para as finalidades das reflexões aqui desenvolvidas, as ideias iniciais da linguística e o campo do parentesco emergem como um exemplo consistente das estreitas relações entre linguagem e vida social. Por um lado, autores seminais da primeira área - representados aqui por Saussure e Jakobson - reforçam o caráter marcadamente social da fala, da linguagem e da língua humanas. Por outro lado, o movimento de localizar os nomes que compõem as classificações de parentesco em posições específicas do tecido social - exposto por meio de Lévi-Strauss e Malinowski - abre um caminho importante para o estudo não só das dinâmicas constituintes da organização social de um determinado agrupamento, como também dos valores, comportamentos e sentidos atribuídos a ela pelos membros dessa comunidade. Desta maneira, através do parentesco, a linguagem aparece como um elemento fundamental para o estabelecimento de maiores aproximações entre o pesquisador e a experiência social cotidiana de outras sociedades diferentes da sua.

### **... acompanhados por Edward Sapir e Alan Burdick**

Seguindo nos desdobramentos teóricos da antropologia na primeira metade do século XX, não poderíamos deixar de tratar da “Escola de Cultura e Personalidade”, corrente antropológica desenvolvida no período entre guerras e encabeçada por Margaret Mead, Ruth Benedict e Edward Sapir. Além de terem construído projetos em parceria, os três também foram alunos de Franz Boas, cuja relevante contribuição para o campo da antropologia pode ser auferida em trabalhos nos quais ele desenvolve robustas críticas à tradição evolucionista, tece importantes comentários sobre o trabalho de campo e aproxima a antropologia das áreas da psicologia e da psicanálise (Castro 2015). Inspirados por Boas, Mead, Sapir e Benedict elaboraram diversas análises que se debruçaram fundamentalmente sobre os dois termos supracitados: a cultura e a personalidade. Assim, as complexas relações entre a esfera individual, que diz respeito às experiências biográficas e às motivações que propõem as ações particulares de cada um, e o âmbito cultural, comumente associado à reprodução condicionada de determinados padrões culturais e à internalização inconsciente de certos hábitos e modos de reflexão, funcionam como o motor que alimenta as investidas teórico-empíricas dos autores.

A despeito das contribuições extremamente valiosas de Benedict (2013) - sobretudo seu estudo a respeito dos padrões culturais e sua crítica precisa ao etnocentrismo através da análise dos “anormais” ou “desnorteados” (Benedict, 2013: 258-259) - e Mead, como as análises de aspectos da adolescência em Samoa e os registros fotográficos e antropológicos da cultura balinesa (Castro 2015), nos concentraremos na atuação de Edward Sapir. Inclusive, em A Chegada (2016), há uma menção explícita de uma das elaborações teóricas mais relevantes desse pensador: a hipótese Sapir-Whorf.

Antes de tratarmos propriamente dela, vale a pena a realização de uma breve incursão em algumas das reflexões antropológicas de Sapir. Em “A emergência do conceito de personalidade em um estudo de culturas” (2015 [1934]), o autor argumenta que a verdadeira introdução da categoria de “personalidade” na investigação sobre as dinâmicas culturais não é um aspecto meramente secundário – ela modifica significativamente os estudos antropológicos em geral. Afinal, ao levarmos a sério a personalidade, não podemos mais tratar da categoria de “cultura” como um todo homogêneo ou como um bloco monolítico igualmente reproduzido por todos os membros de uma comunidade. Como diz o próprio Sapir, “à medida que ele [o antropólogo] muda de informante, sua cultura necessariamente muda” (Sapir 2015 [1934]: 119).

Neste sentido, o autor afirma que a percepção da cultura como algo “dado” a nós é “o maior obstáculo à nossa real compreensão de sua natureza, da mudança cultural e da relação de ambas com a personalidade do indivíduo” (Sapir 2015 [1934]: 121). Neste ponto, Sapir esclarece que a sua percepção acerca da noção de “cultura” se distancia bastante daquela compreensão cultivada pelos evolucionistas (que a enxergam dentro de um conjunto hierárquico e como uma caminhada teleológica cujo ponto mais alto é a cultura europeia), pelos deterministas (que a veem como um efeito de algum outro fator de maior importância [a biologia, a mente, etc.]) e pelos funcionalistas (que entendem a cultura como algo que realiza necessariamente uma função, que possui uma utilidade) (Gonçalves 2012: 27).

Desta maneira, para o antropólogo alemão, a cultura guarda uma similaridade formal com outros dois elementos: a personalidade e a linguagem. Em relação à primeira, Sapir afirma que, quanto mais a personalidade agrega símbolos a si mesma, mais ela se torna o “microcosmos cultural do qual a ‘cultura’ oficial pouco mais é que uma cópia metafórica e necessariamente expandida” (Sapir 2015 [1934]: 119). No que diz respeito à segunda, o autor argumenta que tanto a linguagem quanto a cultura “formam sistemas complexos cujos termos se condicionam reciprocamente” (Gonçalves 2012: 27) e constituem “um processo simbólico inconsciente de padronização” (Gonçalves 2012: 27).

Contudo, o fato de Sapir ancorar de certa maneira as experiências cultural e linguística no inconsciente não significa que, em sua teoria, os indivíduos sejam simples autômatos fadados a sempre reproduzirem o padrão cultural de um dado momento. Muito pelo contrário - “os indivíduos não apenas ‘executam’ os padrões culturais; na verdade, podem ter um papel criativo fundamental” (Gonçalves 2012: 27) se considerarmos o seu potencial de reavaliação desses mesmos padrões. De fato, um esquema teórico que propõe levar a sério a personalidade não poderia deixar de lado a capacidade crítica dos indivíduos.

Para esclarecer essa visão, Sapir utiliza uma metáfora interessante. O autor sugere que, se nos posicionarmos do ponto de vista da criança que está sendo socializada (“adquirindo cultura”), o cenário se transforma por inteiro. Dessa perspectiva, “a cultura não é então algo dado, mas algo a ser descoberto aos poucos” (Sapir 2015 [1934]: 121). Por essa razão, o antropólogo alemão defende, no final do texto, a realização de pesquisas de campo sobre o desenvolvimento da criança - ali o pesquisador provavelmente poderá encontrar um espaço privilegiado para a reflexão acerca da estreita ligação entre estudos culturais e a questão da personalidade. Assim, para Sapir, cultura e personalidade são termos que devem ser pensados juntos - separar a agência individual da estrutura social é algo que apenas prejudica as análises a respeito dos fenômenos culturais e da realidade social.

Como mencionado anteriormente, no esquema teórico de Sapir, a linguagem e a cultura conservam semelhanças relevantes em relação às suas formas. Seguindo esse raciocínio, a principal ideia da hipótese de Sapir-Whorf (como o nome já diz, desenvolvida conjuntamente por Benjamin Whorf, linguista norte-americano) é que a língua constitui “uma das principais formas de acesso à cultura de um povo” (Sampaio 2018: 231). Isso se deve ao fato de que há uma estreita “correlação entre linguagem e pensamento” (Stam 1977: 306), de tal maneira que a linguagem opera como um “modelador [*shaper*] de ideias” (Stam 1977: 308). Partindo da consideração de que “a linguagem condiciona o nosso pensamento” (Stam 1977: 306), a hipótese desenvolvida por Sapir e Whorf também afirma que a linguagem diz respeito à “mediação, por um lado, entre um indivíduo e outros em sua comunidade e nação, e, por outro lado, entre indivíduo e o mundo externo” (Stam 1977: 309). Desta forma, “a língua que se fala influencia, em alguma medida, o modo como se pensa” (Sampaio 2018: 232) – ou seja, a língua cumpre um papel de elemento organizador da visão de mundo e da cultura de um determinado grupo.

Neste ponto, é inevitável lembrar de Émile Durkheim, considerado um dos pais da sociologia. Em “As formas elementares da vida religiosa” (1989 [1912]), o pensador francês identifica que na vida religiosa das civilizações em que tais conjuntos de crenças

são predominantes encontra-se a presença das categorias essenciais do entendimento humano - a saber, “noções de tempo, de espaço, de gênero, de número, de causa, de substância, de personalidade etc.” (Durkheim 1989 [1912]: 16). Devido ao seu caráter fundamental - isto é, por serem compreendidas como elementos basilares do pensamento lógico, utilizados por todos os atores sociais, independentemente de suas formações -, tais noções constituem representações coletivas. Assim, partindo da observação de que tais representações coletivas essenciais já aparecem de modo nítido nas formas elementares da vida religiosa, Durkheim argumenta que as últimas são responsáveis pela formação das primeiras. Contudo, as representações religiosas, por sua vez, também são representações coletivas, o que leva o autor à seguinte pergunta: qual é a origem das representações coletivas?

Por seu caráter abrangente e enraizamento profundo nas consciências individuais, Durkheim conclui que tais representações só podem ter nascido do social - isto é, da consciência coletiva. Assim, as próprias noções que baseiam o pensamento humano não são elementos existentes *a priori*, tampouco categorias dadas pela experiência empírica, mas sim conceitos elaborados e impostos pela sociedade em relação aos indivíduos. Desta maneira, “se as categorias são representações essencialmente coletivas, elas traduzem antes de tudo estados da coletividade” (Durkheim 1989 [1912]: 23) - isto é, elas dependem da organização e da dinâmica internas da coletividade. Isso significa dizer que, para Durkheim, a forma de organização da sociedade fundamenta a forma de percepção cognitiva dos atores sociais - ou seja, de modo mais simplório, as maneiras de coordenação das ações humanas baseiam as maneiras de representação da humanidade<sup>9</sup>.

Dando o último salto teórico do texto, convém concluir esta seção com Alan Burdick, redator e ex-editor sênior da revista *New Yorker* e autor de “Por que o tempo voa: uma investigação sobretudo científica” (2020). Nele, vemos os resultados de mais de 5 anos de investigações jornalísticas empreendidas pelo autor sobre questões relacionadas ao tempo. Para as finalidades do texto, vale comentar brevemente um desses experimentos.

Partindo de uma longa descrição de experiências em laboratório com bebês acerca de questões relacionadas à sincronia entre sons e imagens, o autor argumenta que, para um recém-nascido, “as palavras em si mesmas não significam nada, mas, pronunciadas em voz alta, oferecem dicas de como visões e sons se encaixam uns nos outros; ao ouvir uma língua, o recém-nascido domina a sincronia e aprende a ir além dela” (Burdick 2020: 257). Isso se torna ainda mais evidente quando pensamos na maneira pela qual os adultos falam com bebês - em geral, de um jeito particular, típico dessas situações, que reforça a

9 Esse argumento também aparece, com uma outra roupagem, no texto “Algumas formas primitivas de classificação”, escrito em parceria com Marcel Mauss.

pronúncia das palavras e as pausas entre elas. Citando o cientista David. J. Lewkowicz, professor da Escola de Medicina da Universidade de Yale<sup>10</sup>, Burdick afirma que “usando ritmo e prosódia e todas essas deixas, estamos permitindo que o bebê aprenda que tudo isso vem junto, e que aprenda a palavra” e conclui dizendo “bingo, você tem um sistema perfeitamente projetado para ensinar os falantes a falar” (Burdick 2020: 257). Em seguida, Burdick adiciona o aspecto fundamental da reflexão - mais do que ensinar a falar, no momento em que nos comunicamos com as crianças estamos ensinando-as a respeito da percepção do tempo, o que implica um conjunto de conhecimentos que versam sobre sequência, sincronia, ordenação (antes e depois), novidade etc. Ver uma outra pessoa falando é uma das maneiras mais eficazes de uma criança recém-nascida aprender sobre o tempo. Portanto, “para novos humanos, pelo menos, o tempo começa com uma palavra” (Burdick 2020: 257).

### **Adentrando o mundo extraterrestre**

Partindo das elaborações reflexivas empreendidas pelos autores mobilizados ao longo do texto, acredito que seja possível retornar ao filme e compreender de maneira distinta o *plot twist* da trama. Após uma série de contatos com os alienígenas, a dra. Banks passa gradativamente a entender melhor o sistema linguístico e as formas de comunicação dos extraterrestres (chegando até mesmo à constatação de que a fala e a escrita deles não seguem necessariamente a mesma lógica). É bem verdade que a linguista não realiza uma “observação participante” - afinal, estamos falando de um filme de ficção e, pelo desenrolar do enredo, conviver entre os alienígenas naquele momento seria algo impossível. Contudo, à medida que a protagonista adentra o conjunto de operações linguísticas dos ET's, ela começa a ter acesso, seguindo os desenvolvimentos teóricos supracitados, ao modo de pensamento dessas criaturas.

Assim, mergulhando na comunicação dos alienígenas, Louise Banks consegue ter contato com um aspecto fundamental da experiência cotidiana de qualquer comunidade: o relacionamento dos membros deste agrupamento com as questões relacionadas ao tempo, como a passagem e a ordenação temporais, por exemplo. Considerando que a percepção temporal constitui um dos aspectos básicos que informam a cultura de um dado grupo, o filme nos leva a pensar que a linguista consegue - por meio de uma verdadeira imersão na linguagem dos alienígenas - “ser afetada” (Favret-Saada 2005 [1990]) pela cultura deles. E como é esse modo de pensamento dos extraterrestres? Essa informação

---

10 Para mais informações, basta acessar o site da própria universidade: [https://medicine.yale.edu/profile/david\\_lewkowicz/](https://medicine.yale.edu/profile/david_lewkowicz/). Além disso, para a leitura de alguns dos estudos empreendidos por Lewkowicz, conferir Lewkowicz e Hansen-Tift (2012).

o filme já nos revela na metade da trama - como a ortografia deles segue uma lógica não-linear, então sua relação com o tempo também não é linear. Isso significa que, em sua experiência alienígena, passado, presente e futuro não aparecem como termos que se sucedem, mas sim como elementos que andam juntos. Dessa forma, é possível realizar uma certa movimentação entre essas três instâncias - por mais atípico que isso possa parecer<sup>11</sup>. É exatamente esse raciocínio que explica o crescente incômodo e mal-estar da professora à medida que sua compreensão da linguagem alienígena avança - como explicado anteriormente, os “sonhos” que vemos emergirem nos momentos de repouso da dra. Banks são, na verdade, *flashes* do futuro.

Com fácil acesso aos tempos vindouros, os alienígenas contactam os humanos pelo seguinte motivo: daqui a três mil anos eles precisarão da nossa ajuda. Assim, a principal “arma” que eles entregam a nós não é qualquer tipo de espada luminosa, rifle de laser ou armadura super-resistente - seu principal presente é a sua própria linguagem. Tal como os autores trabalhados ao longo do texto, tal imagem conduz o espectador a pensar que talvez a linguagem seja, de fato, a ferramenta mais importante que possuímos para dar forma à nossa experiência social cotidiana. É por meio dela que atribuímos contornos, delimitamos fronteiras e avaliamos o tamanho, a potência e o valor dos diversos fenômenos e elementos que atravessam nossas vidas.

### Considerações finais

O presente texto empreendeu uma longa trajetória por meio de diferentes debates do campo da antropologia e da linguística a fim de fundamentar reflexões sobre cultura, linguagem e pensamento. Para tal, utilizou-se como pano de fundo o filme A Chegada (2016), cujo enredo possibilita a mobilização de uma série de autores por meio de uma narrativa de ficção científica. Na trama, o encontro de uma linguista com extraterrestres abre um caminho interessante para a investigação a respeito das relações entre os sistemas de linguagem e a vida cultural das comunidades. A partir do filme, efetuou-se o cruzamento de teorias distintas oriundas dos trabalhos de Lévi-Strauss, Ferdinand Saussure, Edward Sapir, Malinowski, entre outros. Com isso, o objetivo pretendido foi o de realizar um movimento duplo: assistir ao filme à luz da bibliografia citada e ler os mesmos textos com as lentes fornecidas pelo enredo da película. Acredita-se que, assim, esses dois conjuntos (filme e textos) possam se iluminar reciprocamente, cada um fornecendo ferramentas que auxiliam na compreensão do outro.

---

11 Outra produção audiovisual que trabalha com uma noção semelhante de tempo é a série alemã Dark (2017), criada por Baran Bo Odar e Jantje Friese.

## Referências

- ALMEIDA, Rafael A. 2015. *Objetos intangíveis: Ufologia, ciência e segredo*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- ANDRIEWSKI, Natalia. 2019. “Cosmologia da comunidade ufológica brasileira: um estudo etnográfico”. *Revista do CFCH*: 1-4.
- BARROS, V.; CRIVANO, A.; LIMA CARDOSO, M. 2021. “O Entre-Lugar Do Narrador E Do Tempo Em a História Da Sua Vida E a Chegada – Uma Análise Comparativa”. *Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*: 20(35): 313–332.
- BENEDICT, Ruth. 2013. *Padrões de cultura*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- BURDICK, Alan. 2020. *Porque o tempo voa: uma investigação sobretudo científica*. São Paulo: Editora Todavia.
- CARNEIRO, F. G. et al. 2018. “A língua heptapod: uma leitura discursiva do filme ‘A Chegada’”. *Jornada de Iniciação Científica e Extensão*. Palmas: Instituto Federal de Tocantins.
- CASTRO, Celso. 2015. “Apresentação”. In: C. Castro (org.). *Cultura e Personalidade: Margaret Mead, Ruth Benedict, Edward Sapir*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. pp. 7-17.
- CHIANG, T. 2016. *História da sua vida e outros contos*. Rio de Janeiro: Intrínseca,
- CORTÁZIO, G. P. C. 2021. *A abdução do indígena: uma investigação do filme “A Chegada” sob a perspectiva da colonialidade*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiás.
- DA CRUZ, L. D. L.; TEIXEIRA, T. S.; GOMES, E. F. 2020. “Discutindo gênero e alteridade com adolescentes em espaços socialmente vulneráveis através da ficção científica”. *Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, 9(2): 1–22.
- DEZOPA, G. G. 2019. *A estruturação temporal no filme “A Chegada” (2016): como as características na narrativa cinematográfica do filme configuram uma reflexão sobre uma experiência no tempo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo). Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.
- DURKHEIM, Emile. 1989 *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Editora Paulinas.
- ERIKSEN, Thomas H.; NIELSEN, Finn S. 2007. *História da antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- ESQUERRE, Arnaud. 2016. *Théorie des événements extraterrestres: essai sur le récit fantastique*. Paris: Fayard.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. 1972 [1950]. *Antropologia Social*. Lisboa: Ediciones 70.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005 [1990]. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, 13: 155-161.
- GONÇALVES, José R.S. 2012. “Edward Sapir: forma cultural e experiência individual”. *Sociologia & Antropologia* 2(4): 25-33.

- INGOLD, Tim. 2019. *Antropologia: para que serve?*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- JAKOBSON, Roman. 1981 [1954]. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix.
- JARDINE, Nick. 2004. "Etics and Emics (Not to Mention Anemics and Emetics) in the History of the Sciences". *History of Science*, 42: 261-278.
- LAGRANGE, Pierre. 1990. "Enquêtes sur les soucoupes volantes: la construction d'un fait aux États-Unis (1947), et en France (1951-54)". *Terrain: anthropologie et sciences humaines*, 14: 92-112.
- LATOUR, Bruno. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2008 [1945]. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify.
- LEWKOVICZ, D.; HANSEN-TIFT, A. 2012. "Infants deploy selective attention to the mouth of a talking face When learning speech". *Proceedings of The National Academy of Sciences of United States of America*, 109(5): 1431-1436.
- LIEBERSOHN, Harry. 2007. "Anthropology before anthropology". In: H. Kucklick (ed.), *A New History of Anthropology*. Oxford: Blackwell. pp. 17-31.
- MALINOWSKI, Bronisław. 2015. "Parentesco". *Revista Primeiros Estudos*, 7: 117-131.
- MARACAJÁ, R. DA S. 2020. *A multidisciplinaridade do filme "A Chegada": uma análise da obra pela ótica da relatividade linguística e da tradução*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- MOSTOWLANSKY, Till; ROTA, Andrea. 2020. "Emic and etic". In: Stein, et al. *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. pp. 1-16.
- QUERIQUELLI, L. H. M. 2019. "A marginalidade da linguística na sci-fi: uma crítica a partir da estória dos heptápodes nas obras de Chiang e Villeneuve". *Fórum Linguístico*, (16)2: 3758-3765.
- ROCHA, A. DE O.; OLIVEIRA, M. B. 2020. "Entrelaços no tempo: uma homologia estrutural dos filmes 'A Chegada' e 'X-men: dias de um futuro esquecido'". *Revista Livre de Cinema*, 7(3): 88-97..
- SAMPAIO, Rebecca D. 2018. "Linguagem, cognição e cultura: a hipótese de Sapir-Whorf". *Cadernos do IL*, 56: 229-240.
- SAPIR, Edward. 2015 [1934]. "A emergência do conceito de personalidade em um estudo de culturas". In: C. Castro (org.). *Cultura e personalidade: Ruth Benedict, Margareth Mead, Edward Sapir*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. pp. 110-124.
- SAUSSURE, Ferdinand. 2006 [1906]. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix.
- SILVA, G. S. 2020. *A representação do outro na tradução intersemiótica da novela História da Sua Vida ao filme A Chegada*. Dissertação de Mestrado (Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Goiás. Catalão.

STOCZKOWSKI, Wiktor. 1999. *Des hommes, des dieux et des extraterrestres: ethnologie d'une croyance moderne*. Paris: Flammarion.

STAM, James H. 1977. "The Sapir-Whorf Hypothesis in historical perspective". *Annals of the New York Academy of Sciences*: 291(1): 306-316.

STOCKING, George. 2004. "Os pressupostos básicos da antropologia de Boas". In: F. Boas. *A formação da antropologia americana (1883-1911)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: pp. 15-38.

TORRES, H. M. F.; DAMASCENO, A. 2019. "A desfamiliarização das anacronias na narrativa do filme A Chegada". *Cambassu - Estudos em Comunicação*, 14(24): 88-99.

Recebido em 23 de fevereiro de 2022.

Aceito em 22 de setembro de 2022.

Cultura, tempo e linguagem: um ensaio sobre o filme A Chegada (2016) a partir de debates antropológicos do século XX

### Resumo

O presente texto tem como principal objetivo analisar debates antropológicos do século XX sobre as noções de cultura, tempo e linguagem a partir do filme A Chegada (2016). Para isso, são mobilizados aportes variados da antropologia, sobretudo as reflexões da escola Cultura e Personalidade (com foco especial em Edward Sapir). Desta maneira, procuro construir pontes entre o filme e parte do debate antropológico sobre as categorias mencionadas. A aposta do texto consiste na percepção de que o enredo de “A Chegada” pode auxiliar na reflexão sobre temas pertinentes ao campo da antropologia, e esta, por sua vez, permite uma compreensão um pouco mais “imersiva” dos desdobramentos da trama.

**Palavras-chave:** Linguagem; Cultura; Alienígena.

Culture, time and language: an essay on the movie Arrival (2016) from 20<sup>th</sup> century anthropological debates

### Abstract

This paper aims to analyze anthropological debates of the twentieth century on the notions of culture, time and language based on the movie Arrival (2016). For this, various contributions of anthropology are mobilized, especially the reflections of the Culture and Personality school (with special focus on Edward Sapir). In this way, I try to build bridges between the film and part of the anthropological debate about the mentioned categories. The objective of the text consists in the perception that the plot of “The Arrival” can help in the reflection on themes pertinent to the field of anthropology, and this, in turn, allows a more “immersive” understanding of the plot’s unfoldings.

**Keywords:** Language; Culture; Alien.

---

# Caderno de Imagens

## As carnes das festas

Heytor de Queiroz Marques<sup>1</sup>

Doutorando em Antropologia Social/Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<https://orcid.org/0000-0002-1803-2217>

[heytor.marques.102@ufrn.edu.br](mailto:heytor.marques.102@ufrn.edu.br)

### A configuração da Feira

Timbaúba é uma cidade localizada na Zona da Mata do estado de Pernambuco. É uma cidade do interior, de médio para pequeno porte, mas, ainda assim, é um polo comercial e burocrático para as cidades vizinhas, que são bem menores. É historicamente conhecida pela produção de sapatos e redes, mas hoje não produz como nas décadas de 1950 e 1960. Atualmente, a cidade vem resgatando as manifestações culturais, se tornando a terra do boi de carnaval<sup>2</sup>. Segundo o IBGE, a cidade possui mais de 52 mil habitantes e é caracterizada por seu relevo, sendo formada principalmente por seus três morros, popularmente conhecidos como Alto da Independência, Santa Terezinha e Alto do Cruzeiro.

Como toda cidade do interior daquela região, Timbaúba também possui os dias específicos da realização da feira pública/feira livre – quartas e sábados. Reúne pessoas vindas de outras cidades, dos distritos e sítios que vão comprar e vender todas as semanas, movimentando ainda mais o comércio da região. A feira ocupa boa parte do centro da cidade e é separada por setores.

Os comerciantes ficam em bancos/barracas de feiras, geralmente feitos de madeira, dispostos nos seus setores específicos. Um desses setores é o de peixes e galinhas, que são vendidas vivas ou abatidas na hora. Um segundo setor da feira é o de roupas, sapatos,

---

1 Doutorando em Antropologia Social (PPGAS) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Antropologia (PPGA) pela Universidade Federal da Paraíba, Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Membro do GRUPESSC (Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura) e do CGS (Grupo de Pesquisa Saúde, Gênero e Sexualidade).

2 O boi de carnaval é uma manifestação cultural local, uma brincadeira que consiste em um grupo de pessoas que toca músicas/tocatas enquanto uma pessoa guia uma fantasia de um boi enfeitado e encena uma tourada.

produtos de cama, mesa e banho, panelas e produtos de “armarinho”<sup>3</sup>, e fica mais no centro da cidade e próximo de outras lojas do comércio local. Outro setor da feira de rua é o de frutas, legumes e verduras, que ocupa a maior parte em sua configuração espacial.

Já o mercado público é dividido em três partes. O primeiro setor tem cereais e farinhas, juntamente com lojas de vestuário e produtos regionais. Essa parte do mercado fica junto ao setor de roupas da feira na rua. O segundo setor é de roupas e de carne bovina. O terceiro setor é da carne de porco e uma pequena parte de carnes de boi. Todas as carnes que são vendidas na cidade são de produção local e o abate é realizado no próprio abatedouro municipal no dia anterior à realização da feira, demonstrando a importância para a cidade e para a região.

A composição da feira é feita pelas movimentações dos feirantes vendedores de frutas, legumes, verduras e carnes, produzindo uma pluralidade no que é vendido, visto e sentido pela população que transita e faz uso da feira. O modo de comercializar, o escambo e as relações que se constroem, desde que a primeira barraca é montada até a última que é desmontada, são peculiares da cidade, e, por essa composição de relações e construções, o registro antropológico da feira Timbaubense se mostrou um registro de pesquisa interessante.

Próximo às datas das festividades de fim de ano (natal e réveillon), a feira deixa de ser realizada na quarta-feira e no sábado para acontecer um dia antes das comemorações. Essa mudança é necessária para atender à população, que precisa comprar os mais diversos itens, e também para que os comerciantes/feirantes vendam mais. Leda (2019) apontou para o papel social que o consumo de carne estabelece na vida em sociedade, principalmente a partir da industrialização do manejo de produção e da comercialização em massa.

Para Leda (2019), o consumo de carne estabelece um prestígio social devido à valorização dada quando é transformado em um item comercializado. Pensando nesse prestígio, é possível compreender que o tradicional<sup>4</sup> consumo de carnes na época das festividades remete a todo esse conjunto de moralidades e prestígio. Comer, em época de festa, frango, peru, porco e até mesmo fazer churrasco para as comemorações, é estabelecer uma relação de importância dada a uma data relevante.

3 Uma das barracas que vende aviamentos, presentes, material para cabelo e produtos em geral.

4 Quando se fala de tradicional é no sentido de tradição. Do conjunto de ideias, costumes e modos de viver que são transmitidos/educados para as próximas gerações e que, segundo Roy Wagner “tradições são tão dependentes de contínua reinvenção quanto as idiosincrasias, detalhes e cacoetes” (2010: 94). De modo que as tradições também refletem mudanças que o tecido social apresenta.

Construindo uma ponte entre o “fazer” comercial da carne apontado por Leda (2019) e as nuances culturais que a comida e o comer possuem, podemos agregar outra reflexão de Lévi-Strauss (2008). O autor apontou como se deu a formação do mito do Papai Noel na França pós-guerra e como essa data é marcada pelo viés capitalista que impulsiona uma adequação à lógica de mercado.

Desta forma, aproximo a teoria de Lévi-Strauss sobre todo o envolvimento capitalista que contém a data do natal e o que representa a festa a partir do consumo com as compras das carnes na feira livre na mesma época. São símbolos e significados que essas compras ostentam de prosperidade e riqueza, produzindo um status social.

Ao analisar essa construção do hábito do consumo e preparação de carnes nas festas e a comercialização desses produtos na feira livre, acreditei que o registro foto-etnográfico do movimento das pessoas e da cidade para os preparativos das festas possibilitaria uma compreensão/olhar antropológico sobre esse contexto. Assim como Coradini (2016) realizou o ensaio etnográfico ao registrar as interferências urbanas na cidade de Natal, fotografei a cidade de Timbaúba pensando nessa mesma movimentação.

Como movimentação, penso no ato de perambular sem um roteiro fixo entre os vários espaços ou setores que compõem a feira, procurando e tentando perceber as interações realizadas pelos comerciantes e compradores durante todo o dia.

Os registros fotográficos foram realizados durante o dia 30 de dezembro de 2021. Os registros foram feitos utilizando meu smartphone, por permitir uma maior descrição, sem chamar tanta atenção e possibilitar maior facilidade na captura das fotos. Desta forma, o registro objetivou a captura da feira de carne e sua configuração em um dia de grande movimento.

O ensaio segue o percurso da minha caminhada e perambulação, como sugerem Rocha e Eckert (2003) sobre o caminhar na cidade, entre os setores da feira até chegar no mercado público. Sendo assim, ao acompanhar a disposição das fotos, o leitor também vai acompanhar um pouco do meu trânsito na feira, finalizando com as compras das carnes que realizei para a comemoração em minha casa.

O processo de perambulação pela feira dialoga com a necessidade de uma “etnografia na rua” (Rocha & Eckert 2003: 105). Esse diálogo possibilita que o antropólogo faça uma análise crítica do que se vê e possa entender como se estabelecem algumas relações. Sendo assim, o uso da fotoetnografia, como defende o professor Luiz Achutti na entrevista para Alves, Abreu, Schroeder e Estrada (2021), possibilita apresentar uma narrativa fotográfica de uma excursão etnográfica.

O uso das imagens em preto e branco (PB) foi uma opção estética considerando dois pontos. O primeiro motivo do uso das imagens em PB é a valorização dos pontos de luz e sombra de cada captura. O segundo motivo é para amenizar o impacto das carnes que, muitas das vezes, estavam sangrando. Desta forma, o uso artístico das imagens em PB retrata como eu, enquanto pesquisador, gostaria de transmitir as nuances da feira livre.

### Referências

- ALVES, Fabio Lopes; ABREU, Claudia Barcelos de Moura; SCHROEDER, Tânia Maria Rechia; ESTRADA, Adrian Alvarez. 2021. "Comemoração dos 25 anos de fotoetnografia: entrevista com Luiz Eduardo Robinson Achutti". *Horizontes Antropológicos*, 27(61): 437-452.
- CORADINI, Lisabete. 2016. "As interferências urbanas na cidade de Natal: um ensaio sobre linhas, cores e atitudes". *Revista de Ciências Sociais*, 47(1): 149-170.
- LEDA, M. C. 2019. "O carnivorismo ocidental: elementos culturais e conflitos públicos". *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 6(11): 1-21.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2006. *A origem dos modos à mesa*. São Paulo: Cosac Naify.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2008. *O suplício do Papai Noel*. São Paulo: Cosac Naify.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. 2003. "Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana". *RUA*, Campinas, SP, 9(1): 101-127.
- WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify.

Recebido em 02 de março de 2022.

Aceito em 14 de setembro de 2022.



**Figura 1:** Caminhando entre as barracas de roupas.



**Figura 2:** Perambulando pela lateral do Mercado Público.



**Figura 3:** Por dentro da feira tudo se acha.



**Figura 4:** Banca de vendas de carne de porco.



**Figura 5:** Coração de porco.



**Figura 6:** Venda de galinha na lateral do mercado público.



**Figura 7:** Banca de galinha do pé seco, que é uma galinha mais magra e de carne mais dura que é vendida por um preço menor.



**Figura 8:** Compra de carne de porco e de galinha para o fim de ano.

## As carnes das festas

**Resumo**

Este trabalho é resultado da experiência etnográfica realizada na feira de rua da cidade de Timbaúba, localizada no interior de Pernambuco. As feiras de rua são espaços que mobilizam as relações sociais devido à grande circulação de pessoas. Em épocas festivas, como natal e réveillon, o movimento na feira se intensifica por conta da demanda gerada por essas comemorações. Carnes, roupas, frutas, legumes e verduras são comercializados tanto no mercado público, quanto nas barracas espalhadas no centro da cidade que, juntos, formam a feira. Desta forma, realizei a observação e o registro foto-etnográfico da minha ida à feira de carne durante o dia anterior ao réveillon, com o objetivo de apresentar a importância e o papel central do consumo de carnes nessa data. A realização dessa experiência foi fundamental para perceber parte da dinâmica local em torno das datas comemorativas sobre o consumo de carne e o modo de comercialização.

**Palavras-chave:** Foto-etnografia; Feira de Rua; Carnes; Réveillon.

## The meats of the feasts

**Abstract**

This paper is the result of an ethnographic experience carried out in the street fair in the city of Timbaúba, located in the interior of Pernambuco. Street markets are spaces that mobilize social relations due to the great circulation of people. In festive seasons, such as Christmas and New Year's Eve, the movement in the fair intensifies because of the demand generated by these celebrations. Meat, clothes, fruits, vegetables and greens are commercialized both in the public market and in the stalls scattered around the city center that, together, form the fair. In this way, I carried out the observation and the photo-ethnographic register of my trip to the meat market during the day before New Year's Eve, with the objective of presenting the importance and the central role of meat consumption on this date. The realization of this experience was fundamental to understand part of the local dynamics around the commemorative dates about meat consumption and the way it is commercialized.

**Keywords:** Photo-ethnography; Street Fair; Meat; New Year's Eve.

---

# Resenha

TURNER, Terence. 2017. *The Fire of the Jaguar*. Chicago:  
Hau Books

João Lucas Moraes Passos  
Doutorando em Antropologia Social/Universidade de Brasília  
<https://orcid.org/0000-0003-0419-3885>  
[joao.moraespastos@gmail.com](mailto:joao.moraespastos@gmail.com)

A publicação póstuma de Terence Turner dedica-se a uma extensa análise do mito da aquisição do fogo pelos Mëbêngôkre (Kayapó). Wakãpy, como o autor era mais conhecido entre esse povo, faleceu em 2015, deixando uma extensa obra, fruto de cinco décadas de trabalho de campo. Essa farta experiência etnográfica fez de Turner o responsável por inúmeras contribuições no campo da etnologia sul-americana, especialmente no enfretamento de questões teóricas a partir de um modelo de estrutura social baseada nos processos concretos da vida social.

*The Fire of the Jaguar* foi produzido ainda nos anos 1970, quando começou a circular pelos departamentos de antropologia dos Estados Unidos. Continuamente lapidado pelo autor nas quatro décadas seguintes, jamais havia sido publicado. Numa metarrelação tardia, acabou assim por adquirir uma áurea “mítica”. A publicação vem agora difundir esse trabalho que talvez represente a tentativa de maior fôlego de Turner de unir o seu modelo sociologizante a um estudo das categorias simbólicas do pensamento mëbêngôkre, a partir de um estruturalismo praxiologista promovido ao longo do livro como uma alternativa ao estruturalismo lévistaussiano. Além da obra que dá nome ao livro (Parte I), a publicação conta ainda com quatro artigos mais recentes (Parte II), que apresentam importantes subsídios para entender o pensamento de Turner.

A versão mëbêngôkre da aquisição do fogo narra a ida de um garoto e seu cunhado (ZH) a um ninho de araras, com o objetivo de capturar os filhotes. O garoto sobe ao ninho, mas, em vez dos filhotes, joga uma pedra nas mãos do cunhado, que retira a escada. Abandonado, o menino passa fome e sede até ser salvo por uma onça macho, que o adota

como filho e o leva para sua casa. A onça esposa/mãe não trata bem o garoto, não o deixando comer a carne assada pelo fogo, que naquele momento só é conhecido pelos Mëbêngôkre na sua forma-sol. O pai-onça faz arco e flecha para o agora adolescente, que, após mais um destrato, mata a mãe e foge com a brasa. Na aldeia, animados com a novidade, os homens organizam uma expedição para ir à casa do casal-onça roubar-lhe o fogo que restou.

Segundo Turner, o mito narra duas histórias paralelas, que partem de estados “associais” em direção a estágios mais “socializados”: o crescimento do garoto, homólogo ao ciclo de vida do indivíduo, e a aquisição do fogo, que funda a sociedade baseada nos grupos formados pelo roubo e pela divisão da chama. A exegese turneriana tem por objetivo justamente mostrar essa homologia entre mito e ordem social, em que o primeiro funciona como uma espécie “carta de princípios” (*charter*) (: 135) para o segundo. Assim como no mito, o modelo de Turner para as sociedades jê se baseia em uma relação dialética entre o ciclo de desenvolvimento individual e a perpetuação das instituições comunais. A superioridade hierárquica dos sogros e a dos homens mais velhos no centro se retroalimentam a partir do ciclo de vida do homem, processo onde é essencial a uxorilocalidade. Ainda novos, os meninos passam a dormir no centro da aldeia, o que, para Turner, significa um desligamento da família natal ao mesmo tempo que uma inserção na dinâmica política dos grupos masculinos do centro. Após o casamento, ele passa a morar com os sogros, a quem deve uma restrita deferência, não lhes dirigindo a palavra. Os anos passam e, com o nascimento dos netos, ele consolida sua posição como um *mëbêngê* – a categoria de idade dos homens mais velhos – ao mesmo tempo que sua posição de sogro. Assim como no mito, o ciclo de vida do garoto está ligado à sociedade como um nível de ordem superior, seja fundando-a, no mito, ou mantendo-a, na vida social.

A história da aquisição do fogo já foi alvo da análise de Lévi-Strauss n’*O cru e o cozido* (2004). Tanto lá quanto aqui, ela trata de uma passagem para a “cultura”. Turner, no entanto, apesar de deixar clara sua dívida com o pensamento lévi-straussiano, busca se afastar do que chama de “formalismo arbitrário” (:56). Note-se que o problema não é o formalismo, uma vez que a exegese de Turner se pauta em um mais acentuado<sup>1</sup> do que o presente nas *Mitológicas*, onde vai perdendo força ao longo dos quatro volumes. A arbitrariedade seria evitada por uma constante busca de correspondências entre a simbologia do mito e a vida concreta, a práxis *mëbêngôkre*, “para descobrir estruturas que de fato estão lá”<sup>2</sup> (: 56). Essas estruturas não estariam, para Turner, em um grupo de mitos

1 O mito é dividido por episódios, de acordo com quebras de ação ou grandes deslocamentos. Cada episódio tem sua estrutura paradigmática representada por um eixo vertical com setas direcionais que podem indicar desenvolvimentos no ciclo de vida do personagem e por um eixo horizontal com setas que retratam transformações num *continuum* “associal-social”.

2 Todas as citações em português são traduções minhas.

que formariam um conjunto de encadeamento lógico de transformações. Os processos estruturais, homólogos àqueles da ordem social, seriam as transformações entre os episódios de um único mito, cuja versão “correta” é escolhida a partir de comparações entre diferentes variações.

A ideia de que a mesma lógica que rege os processos transformativos numa sociedade regeria também as transformações no decorrer dos episódios dos seus mitos, remete a uma ideia marxista – rótulo assumido por Turner – de produção de valores ligada ao próprio processo de produção da estrutura social. Mas, como esses processos transformativos da sociedade são colocados em práticas pelos indivíduos, o mito teria como função retroativa guiar subjetivamente os atores para um padrão de ação que reproduz uma estrutura já estabelecida. Assim, “a relação funcional entre mito e sociedade [...] opera de acordo com o princípio de que a vida imita a arte” (: 134).

Para chegar aí, a metodologia de Turner se atenta para quaisquer “significados culturais relevantes” (: 7) que apareçam na narrativa. Peguemos o exemplo dos filhotes de arara. Se por acaso os filhotes fossem levados de volta à aldeia, como era o plano inicial do ZH, eles teriam continuamente suas asas cortadas, impedindo o voo e assim colocando-os em uma posição perpétua de filhotes. Algo análogo aconteceria ao menino. Sendo no mito a caçada um símbolo do afastamento do garoto de sua família natal, o retorno para casa, caso a missão fosse bem sucedida, representaria uma quebra no ciclo de vida masculino: uma eterna criança, como as araras capturadas. Vale notar que a família natal é mais “natural” do que a família contraída pelo matrimônio, justamente pelo caráter “cultural” da aliança e pelo caminho unívoco até o polo “social” do desenvolvimento do indivíduo.

Mas esse tipo de correspondência, como a entre os filhotes e o garoto, representa apenas o nível baixo da estrutura do mito. O nível alto é o conjunto de “correspondências metafóricas” entre os processos transformativos no mito e os processos transformativos na ordem social. Contradições que possam surgir são dirimidas em episódios posteriores, indicando o padrão transformativo que resolve paradoxos em um nível hierarquicamente superior da estrutura. A retirada da escada pelo ZH, que impede o garoto de retornar à aldeia, freia o seu desenvolvimento, que é retomado quando ele é adotado pela onça-pai, que encarna ao mesmo tempo o pai e o “pai substituto” (*bãm ka'àk*) – papel cerimonial exercido por um não parente que introduz os meninos na casa dos homens. A onça cria o garoto no núcleo familiar felino, completando seu crescimento físico, ao mesmo tempo que distante de sua casa natal, o que é essencial para seu desenvolvimento “social”. Desse modo, uma contradição em um plano é resolvida em plano posterior, como ocorre no caso das instituições comunais. Fora do mito, o processo de se distanciar da família natal em

direção aos parentes afins é justamente mediado pelo “pai substituto”, que introduz os meninos na dinâmica política do centro da aldeia. Assim, contradições na periferia (família natal vs. afim) se resolvem no nível hierarquicamente superior da estrutura, quais sejam, as instituições comunais do centro. A “sociedade” emergiria justamente desses processos transformativos que perpassam todos os níveis da estrutura, reproduzindo-a.

Essa exegese é resultado de um esforço analítico etnograficamente informado, mas esbarra em algumas concepções de Turner já bastante debatidas. Talvez a que mais se sobressaia seja o caráter totalizante com que concebe a sociedade mẽbêngôkre. No argumento de Turner, todo o sistema se estrutura de modo que seus processos tenham um caráter inequívoco de autorreprodução. A função social do mito é justamente guiar os atores para que ajam em direção à manutenção da ordem social, que representa o ápice de uma estrutura totalizante. O que paradoxalmente faz ele cair na velha crítica da sincronia com que ele acusa Lévi-Strauss. Turner se atém a uma temporalidade, mas apenas no nível biográfico. A transformação causada pelo fogo, é só um gatilho simbólico de um sistema em perpétuo equilíbrio. Não a toa, transformações vindas de fora do sistema entram no modelo de Turner como uma ruptura, e assim passa-se “da cosmologia à história” (Turner, 1991). Pois o mito “pressupõe [...] a ausência de contradições verdadeiramente insuperáveis, a ausência da história, e pelo menos a perfeita integração do “sujeito” coletivamente estereotipado dentro da ordem social” (: 140).

Outro ponto importante é quando Turner diz que apresentou algumas de suas ideias acerca do mito do fogo para seus próprios interlocutores mẽbêngôkre, que por elas não demonstraram o menor interesse. A perspicácia em desvendar significados ocultos nos episódios do mito flerta com um interpretativismo que deixa implícita a ideia de que há um nível por detrás das práticas nativas que é acessado apenas pelo antropólogo. Graeber, atento a isso no seu prefácio, tenta nos tranquilizar dizendo que os índios podem ser tão (in)capazes de fazer uma análise social correta como os antropólogos. Ou que, mesmo que os Mẽbêngôkre possam oferecer análises mais sofisticadas do que as de alguns cientistas sociais – “certamente mais do que a maioria dos estruturalistas” (: xxii) –, eles não estariam interessados nisso, uma vez que sua ordem social não é pautada por uma tentativa de resolver problemas intelectuais.

Os outros artigos (Parte II) nos dão uma maior profundidade em algumas das ideias postas na análise do mito. Em *Beauty and the Beast*, Turner deixa mais claro que as classificações entre aspectos “associais” e “sociais” não representam uma oposição contraditória, mas polos de um *continuum* – embora apenas os humanos possam ser plenamente “sociais”. Turner nos apresenta um certo “animismo” como pensado pelos

Mëbêngôkre, mas ele se dá a partir da ideia de que os animais atualizam a sua “socialidade” a partir de princípios postos anteriormente por seus “espíritos”, isto é, sua “forma”. É o conjunto constituído pela “forma” e pelo “conteúdo”, a substância corporal, que dá vida aos seres. A forma é o que rege as relações que serão estabelecidas com o conteúdo, constituindo as entidades a partir de processos e atividades cujas “instruções” já estavam dadas. O perigo para os Mëbêngôkre reside então no contato com as “formas” animais, de onde vêm os nomes considerados bonitos. Desse modo, as pessoas belas – as que tiveram seus nomes bonitos confirmados cerimonialmente – são as que mais correm o risco de se comportarem de maneira “associal” e por isso são submetidas a restrições alimentares mais severas, dentre outras coisas.

No segundo capítulo, Turner nos apresenta um conceito de “cosmologia” como um sistema composto de diferentes camadas que englobam e são englobadas por camadas de nível inferior e superior, respectivamente. Uma estrutura da totalidade composta por esses níveis se reproduz em cada uma dessas camadas, de modo que um conjunto de transformações, inter e intra camadas, pode ser visto e reproduzido em qualquer nível do sistema. Essas transformações se dão no mesmo nível de camadas ou ainda na passagem de uma outra, mas seguem sempre uma mesma lógica baseada naquilo que Turner chama de “atividade social”. Esses processos são reversíveis, no sentido de que acontecem nos dois sentidos com o objetivo de colocarem o sistema em equilíbrio. Uma palavra chave para Turner aqui é “conservação”. Essa é basicamente a definição da estrutura social com a qual ele trabalha na análise do mito, e cujo reflexo podemos ver nos processos transformativos contidos na narrativa.

O terceiro e último capítulo foi escrito como uma crítica ao que ele chama de estruturalismo tardio, encarnado no Lévi-Strauss do *Pensamento Selvagem* (1989), no animismo de Descola e no perspectivismo de Viveiros de Castro (1996). O problema residiria na incapacidade de ser verdadeiramente estruturalista ao conceber as coisas a partir do binômio “natureza-cultura”, uma crítica que soa estranha após muitas páginas dos binômios “natural-social” e “associal-social”. No caso de Lévi-Strauss, Turner critica um suposto reducionismo da cultura à natureza que desfaz o programa estruturalista baseado na separação das duas categorias. Não concebendo as estruturas como processos transformativos empreendidos na prática social dos indivíduos, mas sim como fruto de uma arquitetura da mente humana, Lévi-Strauss acabaria por colocar a cultura, fundada no esforço humano de se diferenciar da natureza, como um “epifenômeno” desta. O perspectivismo faria o contrário, reduzindo a natureza à cultura, já que Turner o interpreta como uma afirmação de que os animais são humanos. Já o animismo operaria

o binômio dotando-o de fronteiras permeáveis, uma vez que os animais e os humanos estabeleceriam relações a partir do compartilhamento de uma humanidade que não gera uma classe concreta e distinta de seres culturais. O pecado do estruturalismo tardio seria a não adesão plena a um binômio de oposições mutuamente excludentes, que Turner encara como a fundação do próprio pensamento estruturalista. Lembremos que o “animismo” mēbêngôkre descrito no primeiro capítulo da Parte II funciona de uma forma que apenas os Mēbêngôkre podem ocupar o polo plenamente social. Assim, Turner nega propostas que tentem operar a partir de uma epistemologia alternativa, que, assim como o pensamento indígena, não resolve problemas intelectuais.

Apesar das críticas ao modelo turneriano, já postas no debate antropológico há algum tempo (Lea 1986; Coelho de Souza 2002; dentre outros), o livro apresenta seu vigor devido aos argumentos originais ancorados no extenso material etnográfico que Turner reuniu ao longo da vida. *The Fire of the Jaguar* também é importante por nos facilitar acesso ao pensamento turneriano de forma extensa e estruturada, uma vez que suas monografias de maior fôlego – das quais só conheço a tese (1965) e um manuscrito preparado para Cedi, Povos Indígenas do Brasil, vol. VIII (1987) – são de difícil acesso. Nesse sentido, somada a importância do debate estruturalista presente na obra, o livro é uma forma de difundir as ideias de um autor cuja vasta experiência etnográfica e engajamento político tornaram suas análises tão notáveis e importantes para o campo da etnologia das terras baixas sul-americanas.

## Referências

- COELHO DE SOUZA, Marcela. 2002. *O traço e o círculo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos*. Tese de Doutorado. PPGAS/MN, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DESCOLA, Phillipe. 2001. “Par-delà la nature et la culture”. *Le débat*, 2: 86-101.
- LEA, Vanessa. 1986. *Nomes e nekrets Kayapó: uma concepção de riqueza*. Tese de Doutorado. PPGAS/MN, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. [1962] 1989. *Pensamento Selvagem*. Campinas: Papyrus Editora.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. [1964] 2004. *O cru e o cozido: Mitológicas 1*. São Paulo: Editora Cosac Naify.
- TURNER, Terence. 1965. *Social structure and political organization among the Northern Cayapo*. Tese de Doutorado. Universidade de Harvard.
- TURNER, Terence. 1987. *The Kayapo of Southeastern Para*. Monografia não publicada preparada para CEDI. Povos Indígenas do Brasil, 8.

TURNER, Terence. 1991. "Da Cosmologia à História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó". *Cadernos de Campo*, 1(1): 68-85.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". *Mana*, 2(2): 115-144.

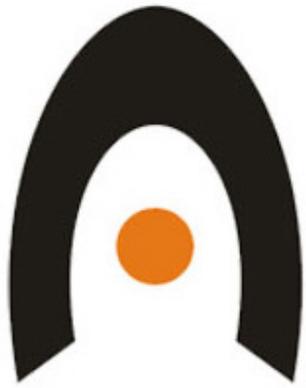
Recebido em 17 de setembro de 2019.

Aceito em 04 de maio de 2022.

---

# Nominata de Pareceristas deste número

Christiano Tambascia (UNICAMP)  
Danilo Paiva Ramos (UNIFAL/UFSCar)  
Emilio Robledo (Universidad Nacional de Córdoba)  
Evandro Bonfim (Museu Nacional/UFRJ)  
Evani Viotti (USP)  
Jorge Garcia de Holanda (UFRGS)  
Karolin Obert (Universidade de Lund)  
Leland McCleary (USP)  
Lucila Bugallo (Universidad Nacional de Jujuy)  
Oswaldo Giovannini Junior (UFPB)  
Patience Epps (Universidade do Texas em Austin)  
Rafael Antunes Almeida (Unilab)  
Rosa Acevedo Marin (UFPA)  
Simone Meucci (UFPR)  
Vanessa Parreira Perin (UFSCar)



antropologia **social**  
programa de **pós-graduação**

